



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO

JÚLIA NAOMÍ COSTA RODRIGUES

PASSABILIDADE E POSSIBILIDADES

SÃO LUÍS - MA

2023

JÚLIA NAOMÍ COSTA RODRIGUES

PASSABILIDADE E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

SÃO LUÍS – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa Rodrigues, Júlia Naomé.

Passabilidade e possibilidades / Júlia Naomé Costa Rodrigues. - 2023.

200 p.

Orientador(a): Ramon Luis de Santana Alcântara.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Gênero. 2. Passabilidade. 3. Raça. 4. Subjetividade. 5. Transexualidade. I. de Santana Alcântara, Ramon Luis. II. Título.

PASSABILIDADE E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

APROVADA EM: 16 / 05 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Ramon Luis de Santana Alcântara (orientador)
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Gomes de Jesus
Doutora em Psicologia Social
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o. Carlos Wellington Soares Martins
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^o. Dr^o. Cristianne Almeida Carvalho
Doutora em Psicologia social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o. Jean Marlos Pinheiro Borba (suplente)
Doutora em Psicologia social
Universidade Federal do Maranhão

À memória de todas as pessoas transexuais e travestis que foram excluídas da família, expulsas da escola, tolhidas do atendimento de saúde, impedidas do convívio social, e mortas no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento eterno a minha mãe, Nazareth Costa, por não ter me abandonado, julgado ou reprimido. Por todo amor incondicional e incentivo, e por ter colocado em mim meu primeiro vestido.

Agradeço a todos os professores do PPGPSI pelo acolhimento, em especial aos professores Jean Borba, Pollianna Galvão, Daniel Matos, Márcio Costa, Cristianne Carvalho, Felipe Monteiro, e ao professor Ramon Alcântara pelo acolhimento, escuta e paciência no processo de orientação. Deixo aqui grafada minha gratidão pelo apoio e incentivo na busca pelo conhecimento, que me impulsionam a ir além.

Agradeço a Luciana e Macdowell pela disponibilidade, atenção, agilidade nos trâmites e informações pertinentes ao programa, incentivo e carinho.

Agradeço a todos do Espaço Trans – Recife (profissionais e atendidos), pelo acolhimento, cuidado e me oportunizar perceber o objeto da minha pesquisa.

Agradeço a minha banca de qualificação, na pessoa da Prof^a Dr^a Jaqueline Jesus (Instituto Federal do Rio de Janeiro), que me instigou a estender a pesquisa a pessoas cisgêneras e ao Prof^o Dr^o Carlos Wellington Martins (Universidade Federal do Maranhão), pelas dicas e sugestões percurso metodológico. E que posteriormente compuseram a banca de defesa de dissertação juntamente com a Prof^a Dr^a Cristianne Almeida Carvalho, e contribuíram para a melhoria na apresentação do estudo.

Agradeço a todos os colegas de mestrado que carinhosamente e pacientemente me acolheram e contribuíram no processo do mestrado, em especial a Erica Rocha e Mariana Moreira pelo companheirismo, cumplicidade e compartilhamento para além do mestrado.

Agradeço a Ruy Tadeu, que por várias vezes me apoiou, incentivou, acolheu, aconselhou e ouviu.

Agradeço a existência de Bingo José em minha vida, meu doguinho, companheiro de todas as horas, principalmente nas noites em que os estudos adentravam a madrugada.

Agradeço a bolsa concedida, que ajudou na manutenção do mestrado e desenvolvimento deste estudo. Agradeço a Universidade Federal do Maranhão que me oportunizou a concepção do estudo que aqui apresento. Rogo para que a educação seja sempre o norte incentivado, como meio de equilibrar a balança da sociedade, tendo sempre por base o respeito, a empatia e o amor.

Agradeço a todas as mulheres poderosas que me inspiraram e inspiram a construir minha trajetória de vida.

Por fim agradeço a todos os meus Deuses, Guias e Orixás, pela luz, amadurecimento, boas ideias, que as vezes nos perguntamos de onde vem, embora saibamos, e por me guiarem até aqui.

RESUMO

Norteia-se, sem conhecimento prévio, conceitos que distorcem e discriminam a transexualidade, forjando um imaginário coletivo que dita, ou tenta ditar, como seria uma pessoa trans, ou seja, o estereótipo, que querendo ou não, traça uma fronteira comparativa entre a cisgeneridade e a transgeneridade, onde a cisgeneridade seria uma espécie de legalidade identitária de modo que as demais identidades sexuais seriam ilegítimas. Tal fronteira comparativa fez com que pessoas trans (transexuais e travestis) buscassem adequação ao “modelo” cisgênero, o que fez surgir o termo designado como passabilidade, que pode ser traduzido no quanto uma pessoa trans se parece, ou passa por cisgênero, conceito baseado na imagem, onde a aparência dita quem pode, ou não, acessar espaços e direitos, vindo a ser o *habeas corpus* para viver em sociedade sem sofrer violências, violações, discriminações, preconceitos e sanções. Entretanto aquilo que poderia ser vislumbrado como uma saída para tantos percalços, pode ser observado também, como armadilha que coloca pessoas trans na condição de ter que se parecer com outro para poderem existir, e exacerba as várias dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas trans que não são consideradas passáveis enfatizo a intersecção entre transexualidade, raça e gênero, recortes que atravessam e deixam marcas nos corpos trans, observados enquanto proibidos, públicos e desejáveis quando convém. Neste sentido, o presente estudo buscou analisar os discursos de pessoas transgêneras (transexuais e travestis) e pessoas cisgêneras acerca da passabilidade enquanto estratégia de defesa da transfobia, objetivando problematizar as condições históricas da emergência da passabilidade na comunidade trans; compreender os sentidos dados à passabilidade por pessoas trans e pessoas cis; e apontar as intersecções entre gênero, raça e orientação sexual no uso da passabilidade. Para isso realizada pesquisa de abordagem qualitativa, entrevistando seis pessoas transgêneras (três mulheres transexuais/travestis e três homens trans/transmasculinos) e seis pessoas cisgêneras (três homens e três mulheres), totalizando doze pessoas, cisgêneras e transgêneras da cidade de São Luís do Maranhão, por meio de questionário semiestruturado, no qual as entrevistas foram gravadas e transcritas fidedignamente, com base no método arqueogenealógico, inspirado em Foucault, para realizar a análise dos dados. Notei, dessa forma, primeiramente, a mudança da percepção conceitual da transexualidade nas óticas trans e cis, enquanto a passabilidade vem perdendo o viés de obrigatoriedade para pessoas trans, embora se perceba, ainda, a necessidade desta, não só para acesso a espaços sociais, como também para o bem-estar, autoestima, segurança e autocuidado. Na interseccionalidade da raça e do gênero na comunidade trans, as pessoas mais estigmatizadas, a priori, são as mulheres trans negras. Observei, também, que a passabilidade é presente e determinante, na cisgeneridade, com critérios diferentes dos exigidos na transgeneridade, já que o corpo cis é “aceitável” socialmente, e passam a pesar, entre outros, a origem, a educação, o vestuário, e o poder aquisitivo. Por fim, o estudo discorre para além da passabilidade, fala sobre vidas humanas e cidadania, e se apresenta como motivação para novos estudos que venham a trazer mais discussões sobre este e demais temas que abordem a transexualidade.

Palavras-chave: Transexualidade; Passabilidade; Raça; Gênero; Subjetividade.

ABSTRACT

It is guided, without prior knowledge, concepts that distort and discriminate transsexuality, forging a collective imaginary that dictates, or tries to dictate, what a trans person would be like, that is, the stereotype, which willingly or not, draws a comparative border between the cisgender and transgender, where cisgender would be a kind of identity legality so that other sexual identities would be illegitimate. Such a comparative frontier made trans people (transsexuals and transvestites) seek adaptation to the cisgender “model”, which gave rise to the term designated as passability, which can be translated into how much a trans person looks like, or passes for cisgender, a concept based on in the image, where appearance dictates who can or cannot access spaces and rights, becoming habeas corpus to live in society without suffering violence, violations, discrimination, prejudice and sanctions. However, what could be seen as a way out of so many mishaps can also be seen as a trap that puts trans people in the condition of having to look like someone else in order to exist, and exacerbates the various difficulties faced by those trans people who are not considered passable emphasizing the intersection between transsexuality, race and gender, clippings that cross and leave marks on trans bodies, observed as prohibited, public and desirable when convenient. In this sense, the present study sought to analyze the discourses of transgender people (transsexuals and transvestites) and cisgender people about “passability” as a strategy to defend transphobia, aiming to problematize the historical conditions for the emergence of “passability” in the trans community; understand the meanings given to “passability” by trans and cis people; and point out the intersections between gender, race and sexual orientation in the use of “passability”. For this, a qualitative research was carried out, interviewing six transgender people (three transsexual/transvestite women and three trans/transmasculine men) and six cisgender people (three men and three women), totaling twelve people, cisgender and transgender from the city of São Luís do Maranhão, through a semi-structured questionnaire, in which the interviews were recorded and faithfully transcribed, based on the archeogenealogical method, inspired by Foucault, to carry out the data analysis. It was noted, therefore, firstly, the change in the conceptual perception of transsexuality in the trans and cis perspectives, while passability has been losing its obligatory bias for trans people, although it is still perceived the need for this, not only access to social spaces, but also to well-being, self-esteem, safety and self-care. In the intersectionality of race and gender in the trans community, the most stigmatized people, a priori, are black trans women. It was also observed that passability is present and decisive, also in cisgenderism, with criteria different from those required in transgenderism, since the cis body is socially “acceptable”, and origin, education and clothing (among others). Finally, the study goes beyond passability, talks about human lives and citizenship, and presents itself as a motivation for new studies that may bring more discussions on this and other topics that address transsexuality.

Keywords: Transsexuality; Passability; Race; Gender; Subjectivity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	50
Quadro 2	51
Quadro 3	52
Quadro 4	52
Quadro 5	53
Quadro 6	53
Quadro 7	68
Quadro 8	68
Quadro 9	69

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BA	Bahia
CAOPS	Centro de Apoio Operacional
CDH	Comissão de Direitos Humano
CE	Ceará
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CISAM	Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPATT	Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais
DF	Distrito Federal
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
FONATRANS	Fórum Nacional de Pessoas Trans Negros e Negras
GALF	Grupo de Ação Lésbio-Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GO	Goiás
HC	Hospital das Clínicas
HIV	Vírus Da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais.
MA	Maranhão
MBGL	Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial Da Saúde
PA	Pará
PB	Paraíba
PDT	Partido Democrático Trabalhista.
PE	Pernambuco
PR	Paraná
PrTr	Processo Transexualizador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEDHIPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SIGO	Sistema Integrado de Gestão Operacional
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
TR	Técnica de referência
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 POR QUE FALAR SOBRE TRANSEXUALIDADE E PASSABILIDADE	26
2. PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.0 UM BREVE HISTÓRICO DE GAMBIARRAS JURÍDICAS	37
3.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA TRANS	38
3.2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO MARANHÃO	48
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL: DO DESCASO AS GAMBIARRAS LEGAIS.	49
4. A DESCOBERTA DO SEXO E DA SEXUALIDADE	54
4.1 TRANSEXUALIDADES.....	57
4.2 CISGENERIDADE E TRANSGENERIDADE.....	60
4.3 TRANSFOBIA.....	62
5. PASSABILIDADE: DO DESEJO A ARMADILHA	64
5.1 NOME SOCIAL, DA EMPATIA AO DESRESPEITO	74
5.2 TRANSRACISMO	77
6. SURPRESAS E TRISTEZAS DO DIÁRIO DE CAMPO: ONDE AS TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES, REGIDAS PELA DITADURA DA IMAGEM SOCIAL, SOFREM A AÇÃO E OS PERCALÇOS DA ADEQUAÇÃO DA IMAGEM AO GÊNERO.	83
6.1 RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO.....	84
6.2 TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES NA SOCIEDADE.....	90
6.3 APARÊNCIA E IMAGEM: ACORDOS, DESACORDOS, CONTRADIÇÕES E DISTORÇÕES 99	
6.4 A ADEQUAÇÃO DA IDENTIDADE AO GÊNERO E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR.....	109
6.5 NOME SOCIAL: DA EMPATIA AO CONSTRANGIMENTO	121
7. IMPOSIÇÕES E IMPLICAÇÕES DA RAÇA E DO GÊNERO NAS RELAÇÕES E RELACIONAMENTOS SOCIAIS	125
7.1 RAÇA E GÊNERO: IMPOSIÇÕES E EMPECILHOS	126
7.2 RELAÇÕES SOCIAIS E RELACIONAMENTOS	142
7.3 PASSABILIDADE: É POSSÍVEL PENSAR SENTIDOS TRANS E SENTIDOS CIS?.....	145
8. PASSABILIDADES E POSSIBILIDADES	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS – DEIXANDO MAIS PERGUNTAS QUE RESPOSTAS.....	163
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE	187

1. INTRODUÇÃO

“Autoconhecimento é bastante importante, autoconhecimento, conversar consigo todos os dias, pensar, olhar, observar tanto a si quanto aos outros, e por mais que a gente olhe ao redor e a gente sinta vários olhares, a gente falar: ótimo eu estou muito lindo então para as pessoas estarem me olhando, eu sou eu e não vou ter vergonha disso, nunca”¹. (BERLIM)

Meu percurso até o Espaço Trans² do Hospital das Clínicas de Recife (PE) assim com a vida e a história, foi tortuoso. Minha trajetória em busca de atendimento inicia em 2015, logo após a luta pelo nome social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Uma jornada de dois anos que teve seu ápice em setembro de 2015, com a inserção da portaria 242³, que assegura o uso do nome social por transexuais e travestis no âmbito da UFMA.

Ponto que meu desejo inicial era realizar a retificação do meu registro civil (prenome), mas após algumas reflexões, e observando a situação constrangedora pela qual somente nós – pessoas trans – passamos, que é mendigar o direito ao nome, ou seja, todo começo de período ir de professor(a) em professor(a) pedir que me chamassem pelo nome que me representa e não pelo nome que consta na lista de chamada, decide que o coletivo era mais importante e aquele cenário bem como o lema da universidade – a universidade que cresce com inovação e inclusão social – não era salutar e, de fato, a dita inclusão não acontecia.

A partir de novembro de 2015 passei a checar os locais de atendimento habilitados no processo transexualizador em todo o país. Fiz uma tentativa no estado de São Paulo (SP), mas o resultado foi frustração e sensação de impotência, pois, se porventura entrasse na fila, meu número na fila de espera seria a seiscentésima octogésima quinta (685^o). Assim, de centro em centro, o que não demorou, pois são somente cinco em todo o país, fui ao site da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde consegui o telefone e o e-mail do Espaço Trans, uma sensação de alívio e certa esperança, certa porque não sabia nada sobre aquele lugar e não tinha ideia de como estava fila ou se está se quer existia.

¹ Levando em conta a vivência da transexualidade, pedi ao final da entrevista, aos colaboradores transexuais e travestis, que deixassem um recado, conselho ou dica para pessoas trans em processo de autoconhecimento de suas identidades.

² Espaço de Acolhimento e Cuidado de Pessoas Trans (Espaço Trans) foi habilitado no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) através da Portaria SAS/MS nº 1.055 de 13 de outubro de 2014 como um serviço de atenção especializada no Processo Transexualizador no SUS – ou seja, atenção à saúde específica de pessoas trans, e é o serviço desta especialidade de referência no Estado de Pernambuco e na região Norte e Nordeste.

³ Portaria 242/2015 UFMA. <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/7MNQdXZ9aIQYdOw.pdf>

Para minha triste surpresa tanto um (telefone) quanto outro (e-mail) estavam errados, as ligações me diziam que o número chamado estava errado ou não existia e os e-mails retornavam com a indicativa de que o endereço não havia sido encontrado. Frustrrei-me, mas acostumada com as oscilações da vida, desse modo, jurei a mim mesma que iria chegar ao Espaço Trans, seja como fosse, até porque desistir não é uma opção quando se tem um sonho, e o meu já durava algumas décadas.

Vieram as festas de fim de ano, que não me contagiaram, por motivos óbvios. As tentativas continuaram em concomitância com a graduação, até que em abril de 2016 recebi uma ligação, onde foi me feito o convite para participar de um evento que aconteceria pela primeira vez aqui em São Luís – MA, o II Encontro do Fórum Nacional de Pessoas Trans Negros e Negras (FONATRANS), onde viriam pessoas de praticamente todos os estados do país, logicamente aceitei o convite, por dois motivos principais, falar sobre ser uma trans negra na universidade e a perspectiva de encontrar alguém que fosse de Recife e pudesse me ajudar com os contatos do Espaço Trans.

Dito e feito, lá estava eu no evento conversando com pessoas trans de todos os cantos do país (Rio de Janeiro, Belém, Teresina, Ceará, entre outros), mas onde estavam as pessoas de Recife? Com toda malemolência, indaguei: tem alguém aqui de Recife? Uma amiga recém conhecida responde: tem um rapaz, ele foi dar uma volta aqui pelo Reviver⁴ (o evento acontecia no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho). Até que a criatura chegou, falando com todes, muito simpático, mas pegaria mal chegar de primeira e perguntar se ele conhecia o Espaço Trans e já pedir o contato.

Mantive-me um tanto afastada, o evento começou com uma mesa de abertura, as horas avançaram e terminou o primeiro dia de evento, sendo finalizado com uma confraternização onde todos se apresentaram e partimos para as fotos. Confesso que nunca havia visto um homem trans, existia até uma máxima que é: homem trans é igual gnomo todo mundo sabe que existe, mas ninguém nunca viu.

No segundo dia de evento, eu iria compor a mesa e falar sobre transexualidade e educação sem perder o foco da minha missão: conseguir o telefone do Espaço Trans. No dia anterior havia tirado foto com o rapaz, tentei ser simpática sem exagero, mas não tinha sido notada, coisa que só aconteceu quando comecei minha fala, logo percebi o olhar dele e

⁴ Área de preservação do Patrimônio Histórico de São Luís. Iniciado em 1987 pelo Governo do Maranhão, o Projeto Reviver buscou recuperar e revitalizar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. O bairro se torna ambiente acolhedor para a população LGBTQIA+, sendo referência para a socialização, onde tal comunidade vivencia e experiencia suas orientações sexuais e identidades de gênero por meio, entre outros, da arte, fortalecendo a autoestima e gerando a autoimagem positiva (SERRA; LIMA; GUIMARÃES, 2018).

desvelei o sorriso que a tanto tinha ensaiado. Ao descer da mesa ele foi o primeiro a me cumprimentar, dizendo que tinha gostado muito e que eu não era somente bonita, nesse ponto foi ele quem exagerou!

E fomos de conversa, entre tantos assuntos, me falou que havia gostado da cidade, mas que só passaria três dias, o tempo do evento, e entre uma pergunta e outra perguntei.

— Tu conheces o Espaço Trans do HC lá de Recife?

Ele respondeu.

— Sim, faço atendimento lá.

Então, respondi.

— Olha que legal, tu podes me passar o contato de lá? A partir de então, contei minha jornada em busca desse número. Ele não perdeu a oportunidade e soltou: “possos” e sorriu! Completou dizendo: — aqui vocês falam um português bem correto né?

Consegui o contato que tanto queria e continuamos a conversar. Posteriormente esse mesmo rapaz se tornaria meu namorado.

Tive que conter minha ansiedade pois era um sábado, então teria ainda o domingo todo de tortura. Na segunda-feira acordei, os minutos pareciam intermináveis. Enfim o relógio bateu 8 horas, de telefone em punho liguei para o Espaço Trans, fui atendida pela Ericka, que foi muito simpática e me explicou como funciona o atendimento e a lista de espera que, na época, era de 6 meses. Agradei e desliguei, achei aquele momento surreal, parecia não ter acontecido, talvez pela espera prolongada, talvez pelo refazer da esperança, talvez porque o suicídio parecia, pela primeira vez, não ser a única forma de retirada da dor. Não me contive, liguei de novo e perguntei.

— Tu estás falando sério? E ela, que é uma mulher trans e que mais tarde se tornou uma amiga, me respondeu em tom de riso e sotaque recifense: — claro que sim, venha simbora menina.

Foquei na graduação, com o intuito de conter minha ansiedade. Como já fazia atendimento pelo Núcleo do Fígado do Hospital Djalma Marques (Hospital Dutra), os laudos já estavam a mão, mas e agora? Como ir para Recife? E a hospedagem? A alimentação? Embora só coma uma vez ao dia, eu teria que comer, no caso almoçar. Foi então que lembrei que a Ericka havia me falado de uma coisa chamada TFD, mas o que é TFD? Lá vou eu ao oráculo (google), descobri que se tratava de Tratamento Fora de Domicílio, e vieram mais questionamentos: onde encontro esse tal TFD? Como aciono? O que é preciso?

Minhas buscas na internet diziam que questões de TFD eram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS,) então destino SEMUS. Uma esperança quase

desespero, porque sempre temos a impressão de que coisa do estado não presta e essa era do município. Ao chegar a SEMUS veio a primeira rasteira: não era lá que se situava o TFD. E lá vou eu para o Pam Diamante, com uma pasta cheia de documentos. Me informei e me dirigi a sessão do TDF, sentei e aguardei minha vez, fui bem atendida e direcionada para falar com a assistente social, que me pôs a par de como o programa funcionava e do que seria preciso para abrir o processo, informou que para que eu tivesse direito ao programa seria feito o rastreo para saber se o atendimento solicitado não era oferecido no estado e que assim que fosse feito tal rastreo, me ligariam para assinatura e entrega dos demais documentos. O que não demorou muito.

Concomitante a odisseia do TFD estava o processo para retificação de registro civil, como já havia passado por algumas situações constrangedoras em outros momentos, não queria passar pelo cara-crachá mais uma vez. Ansiedade dupla! Após algumas incursões ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e alguns embates (se não for assim tiram sua cara para palito), em setembro de 2016 saiu a decisão judicial que me deu o direito de retificar todos os documentos (o melhor que veio como mandado judicial), mas não retificou meu gênero, meia felicidade não é felicidade e ...mais uma vez acionei a justiça alegando..., alegando nada, afirmando mesmo que a decisão era incoerente, mas essas questões de retificação ficam para uma outra história. A única certeza de toda essa marcha é que, definitivamente preciso saber quais são os deuses que regem setembro.

TFD fechado! Nome retificado! Passagem marcada para 21 de maio de 2017, às 14h50min. Ansiosa no saguão do aeroporto, me veio à mente as várias vezes em que tive que mendigar para que me chamassem pelo nome que até poucos meses atrás era considerado nome social e deu vontade de ir à forra (rsrsrs)! Fiquei lá sentada vendo o tempo passar, como dizia minha avó, enfiando peito no cordão, até que pelo serviço de som do aeroporto ouvi: atenção passageira Sr.^a Júlia Naomé Costa Rodrigues estamos lhe aguardando para o embarque e podermos levantar voo. Levantei-me imponente, orgulhosa, impávida e me dirigi ao embarque, com um pedido de desculpas pelo atraso e um sorriso de orelha a orelha.

Sorriso que não durou até a chegada em Recife, pois quando a comissária de bordo avisou que logo em breve estaríamos aterrissando na cidade, o avião deu uma guinada para a direita, senti um frio no estômago, clamei por tudo que é Santo, Deus e Orixá, foram tantos que nem sei enumerar, só lembro do nome do último deus que conjurei e esse em voz alta: Mazda. O homem ao meu lado me olhou e perguntou: você disse algo? E eu com cara de tacho respondi: —só estava escolhendo um nome para o gatinho que ganhei! O gato pagou o pato (Usei o gato como desculpa).

Pés no chão, estava em Recife depois de mais de 10 anos, em situação diferente, pois a primeira motivada pelo carnaval. Sabia que o HC ficava no bairro da Várzea e foi para lá que minhas pesquisas, meio que frustradas, se destinaram na busca por uma pousada, em suma não havia encontrado quase nada e fiquei numa pousada próximo ao HC, com o valor exorbitante, mas, sendo a melhor opção no momento. Aproveitei para procurar uma pousada que a diária fosse com o valor menor. Nesse contexto passei a noite sem sentir sono, sentia que as horas não passavam, até que amanheceu!

Vinte e dois de maio de 2017, lá estávamos nós: eu, meu sonho e o HC. Cheguei timidamente, fui recebida pela Ericka da qual era secretária, uma mulher trans, o que faz toda a diferença pois não havia hierarquia, éramos todes iguais. Um tanto de gente conversando em uma mesa, outro tanto em outro canto da sala, fui apresentada a todes, que ficaram surpresos por eu ser do Maranhão, na ocasião e até hoje a única maranhense, pessoas de vários cantos do país e muita gente do interior do estado. Percebi que muitas das pessoas que estavam no corredor de acesso a sala também estavam aguardando atendimento.

Aguardei minha técnica de referência (TR), Suzana Livadias, psicóloga, que também é diretora do centro. Fui me enturmando e observando como as pessoas eram disparens naquele espaço, onde o que nos unia era a transexualidade. Meninas trans que eram universitárias, outras microempresárias, outras que trabalhavam no mercado informal, outras que viviam da prostituição... Me chamou a atenção uma menina de cabelos longos, de voz calma, quieta, comedida, mas como estava chegando e em terra de sapo de cócoras com ele, guardei minha curiosidade.

Da mesma forma, meninos trans de vários níveis sociais, alguns universitários, alguns microempresários, e alguns que vivem da prostituição. Pontuo que quando se fala de prostituição no meio trans há de se observar as diferenças entre a prostituição transfeminina e a prostituição transmasculina, pois as mulheres trans tem a rua como via de acesso para a clientela, isso porque o produto – corpo – tem que ser visto e desejado. Já os homens trans tem como via de acesso, em sua grande maioria, a internet, geralmente anúncios em alguma página específica e alguns usam as redes sociais para divulgar o serviço.

Homens e mulheres trans em uma diversidade incrível, onde o que me chamou mais atenção foi como a passabilidade era exaltada e exacerbada a ponto das meninas trans ao se cumprimentarem pronunciarem em tom de elogio: – nossa como você é passável! Até então não entendia como aquilo – passabilidade – havia se tornado um marcador tão forte no meio trans a ponto de gerar interesses, intensas discussões e até brigas. E essa questão passou a me intrigar. Porque essa passabilidade é tão importante assim? Por que se parecer com o outro é

tão ou mais importante que a autenticidade ser quem se é? Talvez nunca houvesse pensado sobre porque bem ou mal, talvez, eu estivesse dentro desse padrão ditado pela passabilidade, e, talvez, por isso nunca tenha sido, para mim, algo desejado ou significativo.

Fui a minha primeira terapia de grupo, a princípio a TR começava uma conversa que não necessariamente envolvia a transexualidade, o que achei interessante, pois sendo trans 24 horas por dia, 365 dias por ano, quando se tem a oportunidade de conversar temos que falar justamente sobre aquilo que nos une e ao mesmo tempo nos segrega, discrimina, constrange e, muitas vezes causa dor? E o prato do dia foi: o que deixamos de fazer por sermos trans! Após uma breve apresentação, da fala da TR no intuito de nos deixar a vontade e de um silêncio ensurdecedor um rapaz começou a falar, relatou que nunca havia deixado de fazer nada pelo fato de ser trans, mas que tinha alguns cuidados, uma vez que ninguém percebia sua transexualidade. E a TR questionou que cuidados seriam esses?

O rapaz pontuou que um desses cuidados eram os documentos que ainda não haviam sido retificados, e o outro era a questão do banheiro, pois o barulho que o xixi faz na hora de urinar pode denunciar se uma pessoa é trans ou não. Percebi que os outros homens da sala confirmaram com a cabeça, ora como assim o barulho do xixi? Foi então que outro rapaz disse que a diferença do barulho do xixi está no fato de que o homem faz xixi em pé e por isso faz um barulho mais alto e exaltou a importância do *packer*⁵. Também relatou que existem pessoas que prestam atenção nisso – o barulho do xixi. Fiquei meio que boiando, como assim barulho de xixi? O que é *packer* gente? Me sentindo uma ostra, guardei minhas perguntas. Ora até então só tinha visto (e beijado) um único homem trans como iria saber desses termos do universo transmasculino? Fingi costume – fiz cara de entendida do assunto. Nesse encontro o assunto mais debatido foi o constrangimento diante da apresentação dos documentos e a retificação destes.

No dia seguinte tive atendimento com endocrinologista. Lembro de estar tensa, pois já havia ouvido relatos de pessoas trans de que os profissionais e os residentes tocavam, cutucavam, apertavam, faziam perguntas invasivas e outros incômodos que faziam com o que o atendimento se tornasse uma sessão de tortura. Entrei na sala de atendimento tensa, creio que tenha ficava visível, prestava atenção em tudo, lia tudo e estava cheia de perguntas, mas não muito à vontade pelo histórico dos atendimentos a mim relatados.

⁵ Trata-se de um pênis feito de silicone com funções de um pênis para usar no dia a dia como volume, urinar em pé, e principalmente para relações sexuais, sendo que sua anatomia é projetada para dar prazer para os dois durante o sexo.

Eis que entram na sala seis pessoas com aqueles jalecos brancos horrorosos – os residentes (não entendo o porquê desse termo, porque em outras áreas o termo é estagiário, acho que é para não assustar) todos me cumprimentaram, e então entrou o médico muito simpático me perguntou meu nome, embora ele já soubesse pois estava com meu prontuário em mãos, pediu que eu fizesse um breve relato do meu histórico, se já fazia atendimento antes de chegar ao Espaço Trans, o que já havia tomado e a conversa seguiu em tom agradável.

Me pediu alguns exames e já me receitou o hormônio e o bloqueador para dar início a hormonização nos moldes do serviço, me informou que tais medicamentos poderiam ser pegos na farmácia do HC que se situava no primeiro piso. Ficaram surpresos pelo fato de eu ser do Maranhão e questionaram se na minha cidade não havia nenhum serviço especializado na área e ficaram perplexos com a resposta negativa. Me despedi da equipe e segui para a solidão da pousada, arrumar mala e voltar para casa já com agendamento para o mês seguinte.

A partir desse ponto as histórias não seguirão uma ordem cronológica, serão trazidas por grau de relevância. Em uma outra terapia de grupo o assunto foi relacionamentos, então após uma introdução, onde a TR colocou que relacionamentos fazem parte da vida e são salutares, se iniciou a discussão. Um rapaz falou sobre seu relacionamento com uma mulher cis e como as vezes era difícil, uma vez que a cirurgia de redesignação sexual para homens trans ainda é dada como experimental, então o fato de não ter um falo pode ser para homens trans algo que traz certo constrangimento na hora da intimidade. Outro rapaz relatou que usa o *packer*, que não vai para a cama sem o acessório, e que não deixa que noiva o veja colocando.

É então que uma moça trans começa a falar copiosamente e aceleradamente sobre seu namorado, confesso certo choque ao vê-la relatar que o pegou se masturbando e que ficou com raiva pois ela estava ali, com ele, e se ele estava fazendo aquilo era porque estava pensando em outra pessoa e que havia se sentido um lixo por não ser, por ele, desejada. Passou a dar detalhes do relacionamento e da intimidade relatando que fazia tudo por ele, mas que não era recíproco e que ele não a valorizava. A TR interrompeu dizendo que aquele assunto seria para um atendimento particular, pediu que ela se acalmasse, o que não adiantou muito.

Todos se olhavam na sala meio que atônitos com a “desenvoltura” com que aquela mulher falava de sua intimidade e dava detalhes inclusive do genital de seu namorado. Não tendo como conter a mulher que já estava aos prantos, ficamos todos a ouvir, entre outras coisas, as posições sexuais que o dito namorado pedia que ela fizesse, a terapia foi finalizada sem que interagíssemos como desejado, com o sentimento de que embora sejamos todos transexuais temos especificidades, carências e desejos que nem sempre (ou quase nunca a

contento) são supridos e com a certeza de que a condição trans torna certas pessoas vulneráveis, inclusive, a relacionamentos abusivos.

Como já relatei anteriormente, não conhecia muito do universo transmasculino, mas uma coisa que me chamava atenção era a cordialidade e o cavalheirismo dos homens trans que conhecia até então. Mas notava que essa tal cordialidade e cavalheirismo não se estendia a todas as mulheres trans, havia dentro da comunidade trans uma hierarquização, e um certo preconceito, onde as meninas que não se vestiam ou não se comportavam dentro de um padrão de comportamento e de normatividade não eram “dignas” de tal tratamento.

Observei também, o distanciamento por parte de várias pessoas trans em relação as meninas que sobreviviam da prostituição, claro que não sou exceção e achava (como também julgava. — Ora quem sou eu para julgar alguém? Mas, os julgava) as roupas que certas garotas usavam: shorts muito curtos, vestidos com decotes exagerados, e que ao chegarem à sala do Espaço Trans reclamavam do assédio dos funcionários do hospital, como certa vez uma mulher trans, que não conhecia, adentrou a sala furiosa porque um funcionário o havia perguntado quanto era o boquete (sexo oral). Obvio que um desrespeito justificado pela vestimenta da garota.

Na minha segunda ida a Recife para atendimento, no mês de junho de 2017, um fato me fez sentir medo. O atendimento demorou a começar pois havia chegado uma menina em situação complicada e necessitava de ajuda, o que atrasou o início do grupo em mais ou menos duas horas. Enfim, o atendimento começa e o tópico do dia foi sobre escola e mercado de trabalho, o papo foi muito bom, colocamos dificuldades de acesso a ambos, muitas pessoas relataram o desejo de continuar os estudos, mas o medo do preconceito não permitia tal desejo. Não nos demos conta do horário, e ao encerrar foi que observamos o horário avançado, eram 18h20min.

Ao encerrar todos dispersaram, o hospital já estava praticamente vazio somente as pessoas da limpeza permanecia fazendo seu serviço, desci a rampa assustada, como aquele lugar outrora lotava tinha se tornado um deserto? Sai do hospital e não vi uma viva alma, tudo escuro, eu já estava em uma pousada que ficava a duas quadras do hospital, o que me deu certo alívio, mas não segurança. Caminhei apressada em direção ao portão de saída, que estava fechado, foi então que o guarda andou em minha direção e me disse: —você tem que sair pelo outro portão, moça, aquele que tem a grade que parece curral.

Agradei e segui para o outro portão, sai do campus, comecei a caminhar em direção a pousada, tudo escuro, deserto, é então que passa um carro, desacelera e me pergunta se não queria carona, senti medo, apertei a pasta com meus documentos contra o peito e respondi:—

não, obrigada! Estou perto. O homem insistiu dizendo que seria um prazer, nesse momento, apertei o passo e ele acelerou e continuou a me seguir, passei a andar mais devagar dando a entender que iria atravessar, e ele mais uma vez disse: —não vai querer a carona mesmo? Você não vai se arrepender! Eu respondi, não. Obrigada, estou perto.

Enfim ele seguiu, atravessei a rua andando bem rápido, avistei de longe a pousada, cheguei ao portão de madeira, não conseguia encaixar a chave na fechadura, minhas mãos tremiam, respirei fundo tentando me acalmar, consegui entrar, sentei-me na mesa da varanda, não conseguia soltar a pasta. O dono da pousada percebeu, perguntou se eu estava bem, me trouxe água, mas não consegue relatar o que aconteceu. Em minha terra sei para onde ir, sei como me defender, mas em terra alheia e com pouco conhecimento de onde estava me senti mais vulnerável.

Em um outro momento voltei a encontrar a moça trans de cabelos longos de voz calma, quieta e comedida que falei acima, na ocasião, sentei próximo a ela e a cumprimentei, na seguida, ela perguntou amistosamente: você é a menina do Maranhão, São Luís, né? Respondi que sim e ela continuou: —lá é uma ilha não é isso, respondi que sim e perguntei de onde ela era, ela respondeu que era do sertão de Pernambuco. E eu pensei, nossa! Se na capital já passamos poucas e boas imagina o que essa menina não passa no sertão? Onde tudo deve ser mais difícil e as pessoas mais rudes. Fiquei surpresa ao saber que ela era professora da educação infantil, que o namorado a tinha pedido em casamento recentemente, agora era noiva e que já estavam morando junto. Foi então que me pus a pensar em como o preconceito não tem a ver com ser rude ou sofisticado, tem mais a ver com respeitar as pessoas como elas são e que a busca da felicidade é independente de gênero, origem ou cor.

Em um certo dia, estava aguardando atendimento, quando minha TR aparece na porta e me convida a subir e fazer uma visita a uma garota trans que havia feito a cirurgia de afirmação de gênero, era a primeira vez que eu veria uma mulher trans operada. No elevador questionei se não haveria problemas se ela não se chatearia, minha TR me respondeu que não e que ela era muito receptiva, alegre e gostava de interagir e conhecer novas pessoas. Entrei na sala meio sem graça, iria ver uma mulher trans recém-operada e que não conhecia. A cumprimentei e ela com um sorriso enorme me cumprimentou de volta e já perguntou se eu era a “inha” do Maranhão (“inha” é a forma carinhosa com que ela trata as amigas). Minha TR respondeu que sim e que agora eu fazia parte dos “tops” do HC (nome do grupo que participamos no *WhatsApp*) e que estava conhecendo o pessoal do Espaço Trans.

Era visível a felicidade daquela mulher que acabara de conhecer, bem como o desejo que ela esboçou de já ter alta (que demora em média uma semana) e comer uma feijoada, pois

já estava enjoada da comida do hospital. Todos rimos, conversamos um pouco mais e nos despedimos. Na volta a sala do espaço trans mesmo conversando com minha TR, não conseguia parar de pensar em como seria quando chegasse minha vez, e ainda continuo pensando.

Entre idas e vindas, conheci uma das pessoas mais alegres e exuberantes de minha vida. Morena, cabelos cacheados, alta, forte, assim ela é, e sem proferir uma única palavra – por ser surda – transformava o ambiente em que chegava. Ficticiamente vou chamá-la de Maya. Lembro bem o dia em que a conheci, chegou à sala e com um gesto deu bom dia a todes, e então se dirigiu a única TR, Mônica que é psicóloga e fala libras, perguntando sobre a consulta dela, a TR sempre falava em voz alta aquilo que ela falava por sinais, para socializar e facilitar a interação. É então que entram quatro meninos trans e Maya rapidamente olha para os meninos e pergunta se são trans, a TR responde que sim e logo ela gesticula que são bonitos e que pegava e passa a gesticular insinuando sexo, e, lógico, todos que estavam na sala caem na risada.

Uma das meninas que estava presente, para provocá-la diz que não dá, pois ela é muito feia, logo Maya coloca a mão na cintura e desfila, joga o cabelo, aponta para todas as meninas da sala fecha a mão direita e bate no antebraço esquerdo, gesto que simboliza sapo, dizendo que ela era linda e que todas nós éramos sapos, e dá uma gargalhada, daí ela me aponta e gesticula um não, dizendo que somente eu não era, talvez porque não tínhamos intimidade. Então as meninas se levantam e começam a dançar na frente dela, logo ela baixa a blusa e começa a apertar o peito e jogar leite nas meninas, pronto a confusão estava feita.

A TR interrompe dizendo que é um gesto muito feio e que ela devia procurar o endócrino pois sair leite do peito não é normal. A TR continua dizendo que o nome que se dá quando há a produção de leite fora do período pós-parto de lactação é galactorreia, e que não pode acontecer em mulheres trans pois não temos útero, e isso se dá pela ingestão de progesterona. Logo minha recente amiga coloca a mão na cabeça e sai correndo para o endócrino, sem mesmo ter marcado consulta.

Mas também a vi triste. Contou que ao fazer um procedimento para eliminar os pelos faciais, o laser havia deixado queimaduras em seu rosto, e como trabalha na prostituição, os clientes estavam se recusando a sair com ela, alegando que aquelas manchas do seu rosto eram estranhas e diziam que ela devia estar com AIDS. Relatou que estava triste pois não conseguia clientes, logo não conseguia dinheiro e pior, ficaria marcada pelo estigma da doença, onde seus clientes antigos que a estavam recusando não retornariam mais e pelo julgamento de suas colegas de ponto.

Percebi que o que mais lhe entristecia era ser rotula por apenas algumas manchas deixadas pelo laser, sendo julgada por seus clientes e colegas com quem dividia o ponto. Questionei por que colegas de ponto e não amigas, ela me disse que ali – no ponto – não se tem amigas pois na primeira oportunidade elas tomam os clientes uma da outra, como estava acontecendo com ela naquele momento. Com isso, ela chorou muito, mas veio a profissional da plástica e disse que as manchas eram normais e que em três ou quatro dias a pele voltaria ao normal, e que nesse período era somente evitar o sol e as pessoas tóxicas. Foi o estopim para ela levantar passar a mão no cabelo e proferir, gesticulando: — aquelas raparigas me pagam. Pronto estava de volta alegre e exuberante como sempre.

Como nem tudo são flores, também testemunhei momentos difíceis, não muito agradáveis, como a vez em que fui cedo para o Espaço Trans, convidada para um evento, era a semana de visibilidade trans, o evento foi interessante, havia uma participação massiva da comunidade médica. Conheci novas pessoas entre elas uma mulher trans muito fechada, que tecia comentários de descontentamento com o serviço, fazia carão⁶ e a egípcia⁷, entretanto me tratando bem e conversando muito comigo, mas sempre sobre alguma passagem ruim ou criticando determinadas pessoas, inclusive a equipe de profissionais do espaço trans.

Findado o evento, as pessoas se cumprimentando, era hora de procurar um lugar para almoçar pois a tarde teria terapia de grupo, fomos, eu e ela, almoçar, procuramos um restaurante que fosse popular, barato. Durante o almoço a conversa rolando é então que ela desabafa que estava descontente com o serviço e que havia dentro do serviço os escolhidos, pois a equipe dava mais prioridade a determinadas pessoas, e prova disso era a fila da cirurgia de afirmação de gênero que não andava e que sequer se sabia a extensão dessa fila e qual a colocação de cada uma na tal fila. Em tom agressivo falou da minha TR, dizendo que ela era uma falsa, que várias vezes furava a fila da cirurgia para colocar quem queria e que a vontade real dela era meter a mão na cara da coordenadora do serviço, no caso minha TR.

Ouvi tudo meio atônita, era a primeira vez que via uma pessoa tão descontente com o serviço, mas não foi a única. Confesso que fiquei em dúvida quanto a lisura das filas das cirurgias. Posteriormente, creio que devido as várias reclamações em relação ao tempo de espera para as cirurgias foi disponibilizada a lista da cirurgia de afirmação de gênero de modo que não ficava visível o nome da pessoa, mas sim o número do prontuário. Em outro momento, subindo a rampa para a sala do Espaço Trans, passa por mim uma mulher trans furiosa, esbravejando, me pus a pensar o teria acontecido.

⁶ Demonstrar indiferença; esnobar.

⁷ Virar a cara. Fazer que não viu certa pessoa.

Ao chegar à sala estavam todos comentando, alguns nervosos, pois a mulher que cruzou comigo na rampa tinha discutido com as profissionais que estavam na sala, dizendo que o serviço era uma palhaçada, que era melhor transformar em um prostíbulo já que ali só tinha puta e por fim ameaçou a coordenadora do programa.

O fato do Espaço Trans ser um serviço habilitado pela portaria 2.803 que regulamento o processo transexualizador, não quer dizer que tenha problemas, um dos principais é quanto a capacitação dos vários profissionais que lá estão e que não tem ligação com o serviço, mas que, ao mesmo tempo podem vir a atender uma pessoa trans que necessite de determinado atendimento.

Prova disso é a área da cirurgia plástica que anteriormente só realizava a cirurgia de implante de prótese de silicone em mulheres trans que já haviam realizado a cirurgia de afirmação de gênero, uma clara heterossexualização dos corpos, o que fazia com que algumas mulheres sabendo dessa imposição pagavam pela cirurgia em hospitais particulares e outras se arriscassem com o silicone industrial. Fato que só foi resolvido após vários embates e conversas com o setor. Hoje essa “exigência” não vigora mais. Intrigante que a prótese seria colocada no peito e não no genital.

Esses foram alguns dos fatos que mais me marcaram em minha trajetória de aproximadamente seis anos de atendimento no Espaço Trans de Recife, onde sigo em atendimento aguardando o cortejo das filas para que enfim eu possa dar espaço a outra pessoa trans que também deseja fazer atendimento, buscar seus sonhos e sua felicidade. E foram todas essas vivências que me fizeram refletir sobre o porquê da pesquisa, a resposta vem da realidade de violências e violações de direitos vivenciados por pessoas trans, observando o fato de que o Brasil é o país que mata e, ironicamente, o que mais procura por pornografia envolvendo transexuais e travestis⁸.

1.1 POR QUE FALAR SOBRE TRANSEXUALIDADE E PASSABILIDADE

“Olha para ela continuar se descobrindo, que a vida é isso, é todo dia você se descobrir de maneira diferente e ter em mente que ela por si só já vai ser uma mulher guerreira, ela vai travar várias batalhas perante a sociedade, que ela não perca a coragem de ser quem realmente ela é, porque lá na frente ela vai ser grata

⁸ Ao mesmo tempo em que o Brasil é país onde mais se mata transgêneros no mundo, os vídeos pornográficos relacionados a transexuais são um dos mais acessados pelos brasileiros, números que se traduzem no quarto tópico mais pesquisado do país, sendo 89% maior que a média mundial. O número aumenta ainda mais quando se analisa as variações do termo, e os regionalismos, entre os 30 termos mais buscados pelos brasileiros, ainda vemos travesti e *brazilian shemale* (termo gringo comumente usados em sites pornográficos para a busca de vídeos com mulheres transexuais), pesquisa divulgada em 2016 pelo *RedTube* um dos maiores sites de pornografia do mundo. (SUPER INTERESSANTE, 2016).

pelo seu eu do passado, e por quem se tornou agora no presente. Eu sou muito grata ao meu eu do passado, por tudo que eu passei, e agora estou aqui mostrando que sim, eu posso estar em qualquer lugar sem que haja controvérsia com relação ao que eu fui no passado, então é ter coragem e saber que está no caminho certo, não ter medo, acho que enfrentar sociedade é isso, estar com coragem". (RIO)

Em 2022, foram mortas, tendo em vista a subnotificação, pelo menos 151 pessoas trans no Brasil, sendo 131 casos de assassinatos (130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans), e 20 pessoas trans suicidadas (ANTRA, 2023). No Maranhão foram mortas 6 pessoas trans todas (4 travestis e 2 mulheres transexuais), 5 transfeminicídios e 1 pessoa suicidada (OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO, 2023)

A transexualidade traz, para as pessoas trans, uma série de estigmas e restrições. Muitos desses estigmas se dão pelo fato que a transexualidade se configurou durante cinquenta anos na lista de patologias da Organização Mundial de Saúde (OMS,1968; 2018), sendo condenada também pelo jurídico e pelo religioso, sofrendo retaliações e sendo observada enquanto algo ruim, pecaminoso e desprezível. Observo que não se tem de dados oficiais sobre a população trans, pois não se sabe quantos são os transexuais e travestis no país, da mesma forma que não se tem dados referentes a educação, saúde ou mercado de trabalho, isso se deve ao fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não ter até 2021, no seu questionário do censo demográfico brasileiro questões acerca da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Fato que faz com que a população LGBTQIA+⁹ seja invisibilizada, não tendo, entre outros, o fomento de políticas públicas que visem assegurar direitos a tal população.

O ano de 2022, ao que parece, será diferente, pois após o Ministério Público Federal (MPF,2022) questionar na Justiça o fato de o censo demográfico de 2022 não ter abordado os grupos LGBTQIA+, o IBGE afirmou que, ineditamente, divulgará a orientação sexual e a identidade de gênero da população brasileira, afirmando ainda que a informação é necessária tanto para a elaboração de políticas públicas voltadas para tal população quanto para o monitoramento de potenciais desigualdades sociais e de saúde. Embora coloque a perspectiva de políticas públicas e monitoramento para a população LGBTQIA+, a afirmação do MPF, embora pareça prática, faz refletir sobre a liberdade dos entrevistados e entrevistadas em responder a questões de foro íntimo diante de outros, o próprio aplicador do questionário, embora prestando serviço, carrega consigo seus ensinamentos e valores, por fim os

⁹ A sigla escolhida tem o sentido de visibilizar o maior número de diversidade de pessoas seja no campo da identidade de gênero e/ou orientação sexual.

entrevistados menores que podem vir a se ausentarem a tal respostas em vista do preconceito e de possíveis represálias e/ou sanções e punições. Portanto o levante de dados pode, assim como o assassinato de LGBTQIA+, ser subnotificado.

Nesse contexto, a passabilidade, termo que se entende como uma leitura social do sujeito, no caso de pessoas trans, no quanto uma pessoa transgênero (transexuais e travestis) passa por cisgênero, ou seja, quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cisgênero – o quanto uma pessoa trans é “passável¹⁰”. A passabilidade, por vezes vislumbrada enquanto desejo, é na verdade uma armadilha, pois além de seguir o padrão cisgênero (ter que se parecer com o outro para poder ser quem se é) é usada para deslegitimar aqueles que não a alcançam, da mesma forma que pode ser traduzida em negação de direitos, um deles: o direito à vida, uma vez que a Constituição Federal de 1988/Art. 5º reza que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, [...]” (BRASIL, 1988). Entretanto, para pessoas trans, não ser “passável” acarreta menos interações sociais e mais violências.

A necessidade de adequação traz consigo o risco de percorrer e negociar categorias de sujeito, agenciando ontologias corporais que desenham um campo amplo e aberto de tensionamentos, recusas e (re)apropriações semióticas, afetivas e tecnológicas (prostéticas), na busca por compreender como os regimes de inteligibilidade de gênero se projetam nas relações de sociabilidade, definindo critérios de reconhecimento social e legitimidade que recaem sobre as corporalidades/subjetividades não-lineares e distribuem diferencialmente a precariedade (BUTLER, 2013).

A busca por legitimidade identitária norteia o desejo da passabilidade, onde a sujeição a procedimentos por vezes perigosos e duvidosos, visto que o acesso à saúde é, apenas, um dos direitos dos quais transexuais e travestis são tolhidos/privados, uma vez que estão vulneráveis a assédios sexuais e morais, a discriminação, a prostituição, a violência moral, social, sexual, física, institucional e a morte. É neste cenário que transexuais e travestis tem que reconquistar direitos assegurados Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e refazer suas vidas por meio jurídico e/ou médico, na expectativa de legitimação de suas identidades e de uma suposta “aceitação social”. Suposta porque não precisamos ser aceitos, uma vez que não fizemos nada de errado, precisamos, sim, ser respeitados.

¹⁰ Termo utilizado na comunidade trans como elogio, para enaltecer a aparência cisnormativa.

A passabilidade configura uma das formas, senão a principal, de fugir da realidade de agressões. Onde aqueles que a alcançam gozam de maior liberdade, conseguem frequentar lugares e acessar direitos como a saúde e educação, também são aqueles que estão mais visíveis socialmente, estão na mídia televisiva e na indústria fonográfica. Fato que reforça a exigência da passabilidade como reforço da cisheteronormatividade, enquanto norma que dita os corpos viáveis e as imagens possíveis.

Para além da transexualidade e da passabilidade, estão as questões de gênero e raça, pois os preconceitos e discriminações dirigidas aos homens trans são diferentes das daquelas dirigidas às mulheres trans, saliento que os homens trans conseguem alcançar a passabilidade mais rapidamente que as mulheres trans, pois os critérios que configuram um homem são rastos se comparados às exigências sociais que configuram uma mulher. Observo que nas questões raciais são as pessoas trans negras, sobretudo, as mulheres trans negras que sofrem mais violências e violações, estando também em situação de maior vulnerabilidade, sendo as mais expostas, inclusive, à prostituição.

Assim sendo, o estudo prima pelo questionamento dos padrões impostos, que segregam uns em detrimento a outros, bem como os discursos que tornaram possível, historicamente, tal relação de poder e dominação que colocaram a cisheteronormatividade branca como regra se impondo e subjugando aqueles considerados desviantes de tal norma, e se propõe a colocar a tal norma apenas como mais uma forma de existir em meio à diversidade dos mais variados modos de vida. Dessa forma, se entende que no decorrer da história e no contemporâneo *status quo* viver, para determinadas populações consideradas minorias, é sobreviver e resistir. Propõe também uma reflexão sobre o corpo, nas mais diversas áreas e ciências, enquanto aprisionamento e liberdade, extensão e limitação, natural e protético, particular, público e social, enquanto pele que se habita.

Nesse contexto o estudo busca esclarecer até que ponto a passabilidade é uma estratégia que de fato protege as pessoas trans contra o preconceito e a discriminação? Para tanto tem como objetivo geral analisar os discursos de pessoas transgêneras (transexuais e travestis) e pessoas cisgêneras acerca da passabilidade enquanto estratégia de defesa da transfobia, e como objetivos específicos: problematizar as condições históricas da emergência da passabilidade na comunidade trans; compreender os sentidos dados à passabilidade por pessoas trans e pessoas cis; e apontar as intersecções entre gênero, raça e orientação sexual no uso da passabilidade. Para a análise foi escolhida a epistemologia pós-estruturalista que se norteia pela perspectiva de desconstrução, abordados principalmente na Teoria do Discurso, nos Estudos Culturais e na Teoria Queer

Para iniciar a reflexão utilizo a transexualidade enquanto fio condutor para chegar a passabilidade e as questões de raça e gênero, onde será abordado no primeiro capítulo o breve histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil numa perspectiva trans e o breve histórico do Maranhão, chegando a discussão sobre a descoberta do sexo e da sexualidade, observando a transexualidade como uma das muitas nuances do gênero, que se torna a antítese da cisgeneridade, fazendo brotar a transfobia, de onde, ironicamente nasce o desejo de igualdade que desperta a passabilidade, que visibiliza alguns em detrimentos de muitos, principalmente quando interseccionada por raça e gênero.

A compreensão de cisgeneridade tem como norte a concordância entre sexo biológico e gênero, ou seja, a pessoa cisgênero possui identidade de gênero (a forma como a pessoa se vê) corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Muitas pessoas associam cisgêneros com heterossexualidade e transgêneros com homossexualidade, entretanto a orientação sexual não está relacionada com a identidade de gênero, e assim sendo tanto cisgêneros quanto transgêneros poder ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais e outras orientações. Já a transgeneridade diz respeito a não concordância entre sexo biológico e identidade de gênero, dessa forma possui identidade de gênero que não corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

No segundo capítulo são relatadas as surpresas, tristezas e indignações da pesquisa de campo, onde as transexualidades e travestilidades, regidas pela ditadura da imagem social cisnormativa, sofrem a ação e os percalços da adequação de gênero pelas vias da imagem e do nome, reclamo atenção ao fato de que muitas vezes tal adequação não acontece por vontade própria, onde o vestuário, o comportamento, e o nome são imposições para a apagamento da “estranheza” que causa o corpo transvestigênera¹¹.

O terceiro capítulo discute as imposições e implicações da raça e do gênero nas relações sociais e nos relacionamentos, questionando se é possível pensar sentidos cis e sentidos trans para a passabilidade.

Finalizando o estudo as considerações finais, observo que deixo mais perguntas que respostas, demonstrando, primeiramente que os objetivos nem sempre são alcançados, no caso do estudo respondidos, ficando a intenção, que o conhecimento não se esgota e que é urgente que mais pesquisas busquem as lacunas não preenchidas, trazendo mais conhecimento e deixando futuras lacunas a serem preenchidas.

¹¹ Termo criado pela então vereadora, hoje deputada federal Erika Hilton para abarcar as identidades de homens e mulheres trans, travestis, pessoas trans não binárias e pessoas que fogem do CISTema.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo descreve os caminhos percorridos para a organização do estudo e os procedimentos metodológicos adotados. Apresenta aspectos da metodologia de pesquisa em representações sociais, por meio de dois elementos: o conteúdo e a organização, isto é, a estrutura interna, considerada o campo da representação e a organização desse conteúdo.

O percurso metodológico sofreu adequação no momento da qualificação do estudo, quando a Prof^a Dr^a Jaqueline Jesus questiona a ausência de pessoas cisgêneras na pesquisa, e considera que as mesmas viriam a contribuir para o enriquecimento do estudo. Consideração aceita, visto que as visões trans e cis trariam o contraponto sobre mesmo tema. Para a adequação foram acrescentadas a pesquisa seis pessoas cis e também foi elaborado o roteiro de entrevistas para tal público, observando que as questões acerca da transexualidade não poderiam ser as mesmas para pessoas trans e cis, por não vivenciarem e/ou experienciarem a transexualidade.

Para a reflexão a que a pesquisa se propõe foi escolhida como epistemologia o pós-estruturalismo que nasce como forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas prescrevendo a desconstrução de conceitos, até então, considerados verdades absolutas e centrais.

O pós-estruturalismo tem origem nos Estados Unidos com o intuito de nomear a assimilação do trabalho de uma gama diversificada de teóricos. Alguns autores denominam de “neoestruturalismo” – ideia de continuidade do estruturalismo; ou “superestruturalismo” – espécie de expressão ‘guarda-chuva’, tendo como base pressupostos comuns de que “todas essas expressões mantêm como central a proximidade histórica, institucional e teórica do movimento ao estruturalismo” (PETERS, 2000, p. 28).

Apesar das proximidades entre estruturalismo e pós-estruturalismo e inovações teóricas distintas, é inegável que o pós-estruturalismo é interdisciplinar e se apresenta por meio de variadas correntes, não se referindo a uma escola de pensamento definida, visto que corporifica diferentes conhecimentos e práticas críticas, se caracterizando pela análise das formas simbólicas, da linguagem, como constituintes da subjetividade, e não como constituídas por esta.

O pós-estruturalismo busca o descentramento do sujeito rompendo com a concepção de um ser humano essencialista e universal compreendido pelos estruturalistas o que permite pensar variadas formas de vivências em diferentes contextos, por diferentes indivíduos. Desse modo, o pós-estruturalismo “reafirma a importância da estrutura, não na constituição do

sujeito, mas sim na determinação das diferentes posições de sujeito, que emergem nos momentos de tomada de decisão” (PEREIRA, 2010). Para isso questiona a estrutura da sociedade, ou seja, questiona o *status quo* refletindo sobre a crítica com que anteriormente este *status quo* era questionado, visto que tal crítica se valia de algum aparato, algo dado como certo e verdadeiro (SILVA, 2005). É essa ideia/valor de “certo e verdadeiro” que o pós-estruturalismo questiona.

A epistemologia traz a reflexão as relações de dominação entre as classes sociais instituídas pelo capitalismo que esteve por muito em debate por se acreditar que resolvendo o problema da divisão de classes sociais a sociedade seria mais justa e igualitária, no entanto, “as teorias pós-críticas não limitam a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo. Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, etnia, no gênero e na sexualidade” (SILVA, 2005. p. 422). Entendendo que as relações de dominação ultrapassam as barreiras do capitalismo e vão além das antíteses: explorador e explorado, ricos e pobres, patrão e empregados, se estende por diferentes formas de dominação: homens versus mulheres, brancos versus negros, heterossexuais versus homossexuais, cisgêneros versus transgêneros, entre outros.

São essas e outras formas de dominação que o pós-estruturalismo vem questionar, objetivando desconstruir conhecimentos produzidos culturalmente e que resultaram na exclusão das minorias. Tais questionamentos da perspectiva pós-estruturalista pressupõe repensar a forma como se dá a construção do conhecimento científico, os métodos e técnicas e a eficácia na sociedade, ou seja, questionar o lugar que a ciência ocupa enquanto enunciação da verdade absoluta, enfaticamente questiona o próprio discurso da ciência. O pós-estruturalismo se norteia pela perspectiva de desconstrução, abordados principalmente na Teoria do Discurso, nos Estudos Culturais e na Teoria *Queer*, que aqui serão apresentadas inter cruzadas, não havendo prevalência de uma sobre a outra.

Esta última se torna o eixo central para a discussão, pois afirma que a orientação sexual e a identidade gênero dos indivíduos são o resultado de uma construção social e que, portanto, não existem papéis sexuais biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. Desse modo, gêneros inteligíveis são aqueles que “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p.38), intermédio pela “qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’[...]” (BUTLER, 2003, p.39).

De uma forma geral tal teoria busca ir além das teorias baseadas na oposição homens versus mulheres aprofundando estudos sobre minorias sexuais (bissexuais, gays, lésbicas, transgêneros) tornando relevante a atenção aos processos sociais amplos e relacionados que sexualizam a sociedade como um todo de forma a heterossexualizar instituições, discursos e direitos.

A Teoria *Queer* explicita e analisa tais processos dando maior atenção à formação de identidades sociais normais ou “desviantes” e nos processos de formação de sujeitos do desejo classificados em legítimos e ilegítimos e se compromete com aqueles socialmente estigmatizados. A teoria em questão é distinta dos estudos gays e lésbicos, pois considera que estes foram normalizados e não apontam para a mudança social. Daí sua gênese de estudo ser a travestilidade, a transgeneridade, intersexualidade, e sexualidades não-hegemônicas caracterizadas pela subversão ou rompimento com normas socialmente prescritas de comportamento sexual e/ou amoroso.

A pesquisa seguiu abordagem qualitativa, que busca trabalhar “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21), com a intenção de compreender a realidade de preconceitos e discriminações vivenciados por pessoas trans e a emergência da passabilidade enquanto estratégia de fuga de tal realidade.

Partiu da perspectiva de ciência como prática social e histórica, onde é necessário problematizar, questionar e desnormalizar a noção de verdade, uma vez que “não há uma verdade absoluta. A verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva” (SPINK; FREEZA, 2013, p. 12), nos remetendo sempre a noção foucaultiana de verdades produzidas que constituem relações de poder. Nesse sentido, o discurso é o caminho pelo qual se entende a produção de sentidos do cotidiano.

Aspectos Éticos

Este estudo seguiu as normas da resolução 510/16 da Comissão Nacional de Saúde, que determina o registro de pesquisas envolvendo seres humanos na Plataforma Brasil. Seguindo os critérios relativos à pesquisa com seres humanos, a todos as participantes foram entregues duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fornecendo-lhes explicações sobre justificativas, objetivos, procedimentos, riscos e benefícios do estudo que aceitaram participar. Foi assegurado também que os dados pessoais são mantidos sob sigilo, e que a participação na pesquisa foi estritamente voluntária.

Lócus da pesquisa e Participantes

A pesquisa foi realizada na cidade de São Luís, MA. Participaram deste estudo seis pessoas transgêneras (três mulheres transexuais ou travestis e três homens trans) e seis pessoas cisgêneras sendo três homens e três mulheres, totalizando doze pessoas, independente da orientação sexual.

Para a escolha das participantes, foram priorizadas pessoas transgêneras (transexuais ou travestis), independentemente de serem passáveis ou não, e pessoas cisgêneras. Os critérios de inclusão são respectivamente: ser transexual ou travesti e ter disponibilidade para entrevista; ser cisgênero e ter disponibilidade para entrevista. Como critério de exclusão: ser menor de 18 anos.

Para manutenção da identidade dos participantes, a todos foram dados nomes fictícios, tendo como base nomes de cidades escolhidas, alguns destes escolhidos pelos próprios entrevistados e outros pela própria pesquisadora, esporadicamente. Com exceção de Gana que escolheu o nome de um país, algo que observei como um posicionamento político.

Mulheres transexuais/travestis

LISBOA – mulher trans/travesti, entre 18 a 25 anos, branca, heterossexual, superior incompleto, emprego informal, religião Bruxaria, solteira.

RIO – mulher trans, entre 18 a 25 anos, parda, heterossexual, médio completo, emprego formal, sem religião, solteira.

MADRI – mulher trans/travesti, entre 18 a 25 anos, preta, pansexual, superior incompleto, emprego estudante, religião Católica Apostólica Romana, solteira.

Homens transexuais/transmasculinos

BERLIM – homem trans, entre 18 a 25 anos, pardo, pansexual, ensino fundamental completo, emprego formal, ateu, solteiro.

CAIRO – transmasculino, entre 31 a 35 anos, pardo, bissexual, pós-graduação, emprego formal, religião afro-brasileira, solteiro.

DALLAS – homem trans, entre 18 a 25 anos, preto, bissexual, ensino médio completo, emprego informal, cristão não praticante, solteiro.

Mulheres cisgênero

ROMA – mulher, entre 31 a 35 anos, branca, lésbica (sapatão), pós-graduanda, estudante, religião Afro-brasileira, casada.

GANÁ – mulher, entre 26 a 30 anos, preta, heterossexual, pós-graduação, emprego formal, religião Católica Apostólica Romana e Afro-brasileira, solteira.

LONDRES – mulher, entre 46 a 50 anos, preta, heterossexual, pós-graduação, emprego formal, religião Afro-brasileira, enrolada.

Homens cisgêneros

DENVER – homem, entre 31 a 35 anos, branco, gay, pós-graduação, emprego formal, sem religião, solteiro.

TURIM – homem, entre 31 e 35 anos, negro, heterossexual, superior incompleto, emprego informal, religião afro-brasileira, solteiro.

MILÃO – homem, entre 18 e 25 anos, negro, heterossexual, superior incompleto, emprego formal, sem religião, solteiro.

Procedimentos

Coleta de dados

Inicialmente foi estabelecido contato com os/as entrevistados/as, de uma lista pré-determinada, que foi pensada visando a intersecção desejada no estudo e, de mesmo modo, a diversidade de pessoas que colaboraram com a pesquisa, objetivando trazer dados correlatos a intersecção de raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Também foram levadas em consideração indicações que surgiram no decorrer da pesquisa e se encaixavam nas perspectivas do estudo. Assim sendo foi solicitada a autorização para a execução do estudo,

desse modo, aqueles/as que aceitaram participar da pesquisa foram agendados com um horário e local preestabelecidos anteriormente.

Foi priorizada a entrevista presencial respeitando o distanciamento e todas as recomendações de segurança sanitárias cobrados devido a pandemia da COVID-19. Junto a isso, foi feita a leitura e assinatura do termo de consentimento, na qual houve o esclarecimento de que o princípio da confidencialidade será resguardado, e que o/a participante teria a decisão de desistir caso se sentisse desconfortável.

A entrevista semiestruturada teve como base um roteiro construído com foco nos objetivos específicos. O roteiro de entrevista colheu dados sociodemográficos e questões pertinentes, a sexualidade, ao entendimento da transexualidade e suas nuances, e as imposições e impedimentos que a intersecção de raça e gênero impõe a vivência pessoal dos entrevistados. Dada a diversidade dos colaboradores do estudo, observando suas subjetividades, foram construídos três roteiros: roteiro de entrevistas direcionado a mulheres trans; roteiro de entrevistas direcionado a homens trans e; roteiro de entrevistas direcionado a pessoas cisgêneras. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os Roteiros de Entrevistas estão disponíveis no anexo.

Análise de dados

A partir do percurso metodológico, se utilizou os estudos pós-estruturalistas com base em autores tais como: Foucault (1970;1978), Butler (2003;2013) e Preciado (2014; 2018), entendidos como pós-estruturalistas, embora isso seja apenas uma forma de agrupar suas produções teóricas que transcendem essas classificações, visando analisar a realidade dos sujeitos da pesquisa, entendendo as relações sociais como interseccionadas por relações de poder que produzem formas de subjetivação.

Trabalhar com a abordagem pós-estruturalista significou, e significa, investigar a produção dos sujeitos a partir de suas práticas discursivas e abordar a subjetividade emergida nessas relações, uma vez que:

O Pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um *movimento* de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica” (PETERS, 2000, p. 29).

Para a análise do objetivo específico foi utilizado o método arqueogenealógico¹², inspirado em Foucault, buscando historicizar a passabilidade na comunidade trans.

Após a finalização das doze entrevistas, realizei a transcrição fidedigna das narrativas dos entrevistados, que foi iniciada pelas narrativas das mulheres trans, seguida das narrativas dos homens trans, e finalizada com a narrativa das pessoas cisgêneras. Ao proceder a transcrição por grupos, busquei identificar narrativas de mesmo teor, senão parecidas, e até contrárias, mas que se comunicassem e expressassem seja concordância ou discordância sobre determinado tema.

3.0 UM BREVE HISTÓRICO DE GAMBIARRAS JURÍDICAS

Acho que é importante nesse processo de transição, não é a gente buscar ser o mais homem possível, buscar ser o mais mulher possível é buscar nosso próprio bem-estar. Eu estou me sentindo bem com essa roupa? Com esse corpo? Com os efeitos do hormônio? Com os efeitos do minoxidil? Então pronto, eu acho que isso que é o mais importante, eu estar bem comigo mesmo, e não só fisicamente, mas psicologicamente e afetivamente também, porque, querendo ou não, isso muda muito a forma como a gente se relaciona com as pessoas [...], a nossa estrutura social muda também a gente tem que aceitar que a gente merece ter um convívio social de respeito, de respeito a nossa vivência, de respeito aos nossos sentimentos, aos nossos afetos [...], a transição me fez ver isso com uma forma de me respeitar também, porque tu acabas te violando para superar as expectativas do outro, e não as tuas [...], eu estou buscando por uma pessoa que saiba respeitar o meu corpo, meu sexo e meu momento, eu acho que é isso que mais importa, de eu me sentir bem comigo mesmo e me sentir bem com as pessoas que estão comigo, que é o que a gente merece enquanto ser humano. (CAIRO)

Neste capítulo traço um breve histórico do movimento LGBTQIA+ no Brasil numa perspectiva trans, expondo algumas das nuances do início da luta por direitos, respeito e dignidade, bem como as modificações que o movimento sofreu de modo a abarcar a diversidade hoje representada em sua sigla. A história de lutas do movimento visa, entre outros, a busca de políticas públicas que assegurem direitos a tal população, políticas ainda incipientes que podem ser observadas enquanto gambiarras, visto o descaso com a agenda LGBTQIA+ e o número de projetos de lei engavetados e à espera de votação. Em seguida o breve histórico do movimento LGBTQIA+ no Maranhão.

¹² A análise arqueológica demarca, em uma prática discursiva determinada, pontos em que as contradições se constituem, formas que assumem, relações que estabelecem entre si e domínios que comandam, descrevendo e individualizando formações discursivas, comparando-as, opondo-as, relacionando-as quanto ao que poderiam ter de específico com práticas não discursivas que as envolvam e sirvam de elemento geral.

“A análise arqueogenealógica é um meio de problematizar e de tentar compreender o papel da linguagem no interior dos processos sociais, políticos e históricos, como também os seus usos em contextos institucionais, ou ainda nas circunstâncias concretas da vida cotidiana, microssocial, micropolítica, microfísica” (FERREIRA; PAIXÃO; OLIVEIRA, 2022, p. 1)

Assim sendo, faço uma breve discussão sobre a descoberta do sexo e da sexualidade, observando a transexualidade como uma das muitas nuances do gênero, antítese da cisgeneridade, de onde brota o desejo de igualdade que desperta a passabilidade, para uns fuga do preconceito e proteção, para outros uma armadilha que invisibiliza aqueles que dela não conseguem se apoderar, os não passáveis, que de acordo com norma cisnormativa, tem mais dificuldades e sofrem , mais incisivamente, violações de direitos, entres estes, o desrespeito ao nome social e a discriminação por raça.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA TRANS

A revolução de *Stonewall* (Estados Unidos – 1969) não marca, significativamente, somente o início da luta da população LGBTQIA+, mas é, acima de tudo, um basta a uma série de ataques e violações aos direitos de tal população. Aqui no Brasil o movimento ganha força a partir de 1978, no então intitulado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que foi sendo diversificado até se tornar o movimento LGBTQIA+ que se tem hoje. Ressalto que não é possível datar o surgimento do movimento, a princípio homossexual, pois toda essa efervescente militância do final da década de 1970 resulta das ações de uma militância que a precede.

Observo que o movimento de resistência, embora efervescente em todo o território brasileiro, privilegiou o homem gay cis do Sudeste, apagando, entre outros, a resistência travesti da época da ditadura, onde ressalto a operação tarântula, iniciada em 27 de fevereiro de 1987 pela polícia civil de São Paulo que tinha como objetivo “combater a AIDS”, e que funcionou como justificativa para perseguir travestis e transexuais.

Embora sem uma data específica, o movimento LGBTQIA+ começa a se formar nos encontros particulares em casa de amigos, que se reuniam para se divertir e fazer shows performáticos, tais encontros geraram as condições necessárias para o início da mobilização dos homossexuais. Foi por meio desses encontros que se criou uma identidade social comum, uniu pessoas com comportamentos que os diferem da norma (cisheteronormativa), mas que os igualam, subjetivamente, enquanto minoria. Como resultado desses encontros surgiu a Turma do OK em 1961 – dado como o mais antigo grupo homossexual brasileiro. A princípio composto por onze amigos que realizavam encontros periódicos em suas próprias residências para conversas, músicas, desfiles e concursos. O grupo não se destinava a militância, sendo entendido como um clube social para homossexuais (PÉRET, 2011).

Às dificuldades de expressar pensamentos e identidades publicamente, fez com que se dedicassem, mesmo de maneira artesanal, na produção de impressos que circulavam entre grupos restritos com o objetivo de entreter e propiciar informações sobre os homossexuais, uma vez que a imprensa tradicional se limitava aos boletins policiais (PÉRET, 2011), que associavam a homossexualidade (à época homossexualismo) ao escárnio do comportamento sexual e identitário de travestis e homossexuais mais afeminados, reforçando os estereótipos responsáveis pela marginalização na sociedade daquilo que se entendia enquanto homossexualidade, ou seja, criminoso, ofensivo e, portanto, pecaminoso e proibido.

Nesse mesmo período surge, década de 1960, “O Snob”, jornal que foi relevante para as discussões acerca das questões pertinentes a homossexualidade, sendo vinculado a partir de julho de 1963. Suas edições contavam com ilustrações, coluna de fofocas, concursos de contos e entrevistas com travestis conhecidas da época. (GREEN, 2000). Conhecidas e no mesmo viés invisibilizadas, pois embora figurassem nas páginas do periódico não integravam a edição do jornal, observadas enquanto possíveis entrevistadas, se conhecidas, enquanto aquelas desconhecidas não se encontravam nas páginas ou em qualquer lugar do jornal.

Embora tenha circulado num curto período “O Snob” foi o jornal “mais duradouro e mais influente, e inspirou o surgimento de mais de trinta publicações similares entre 1964 e 1969” (GREEN 2000, p. 298). Para Simões e Facchini (2009, p.69)), “o Snob, talvez o mais emblemático jornal de produção caseira desse período, que inspirou a criação de outros similares no Rio, como o Le Femme, de Anuar Farah, Os Felinos, de Gato Preto, Okzinho, da Turma OK, e os vários produzidos por Waldeyton di Paula, em Salvador”.

Nessa perspectiva, voltado para eventos do cenário e cotidiano homossexual o jornal também publicou matérias de cunho político, em geral evidenciadas por algum editor específico. Talvez, por esse motivo a sobrevivência aos primeiros anos do regime militar, visto que no início da ditadura não havia conflitos entre militares e homossexuais, de forma que: “[...] a ascensão dos generais ao poder em 1964 não teve um impacto direto sobre as vidas de muitos jovens homossexuais, exceto talvez aqueles com ligações diretas com o movimento populista-nacionalista brasileiro ou com a esquerda” (GREEN, 2000, p. 300). A neutralidade concedida ao “O Snob” por seu editor-fundador, Agildo Guimarães, desde sua criação, assegurou certa comodidade, uma vez que “com ou sem os militares no poder, a vida parecia correr sem maiores mudanças para esse grupo de jovens” (GREEN, 2000, p. 300). Pacificidade que não durou até o final do regime militar, de forma que o jornal foi extinto em

junho de 1969 tendo suas atividades encerrada por conflitos políticos com governo militar do general Médici¹³.

O movimento homossexual só voltou a emergir anos depois quando um grupo ativista homossexual por meio de um jornal levantava questões políticas em torno da homossexualidade. Lançado Lampião da Esquina em 1978, posteriormente, passou a ser apenas Lampião, o jornal foi um marco no movimento homossexual e coincide com o surgimento do grupo “Somos” em São Paulo. De acordo com Green (2000, p. 395) o jornal era “um tabloide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay” que contou com uma tiragem de dez mil exemplares por todo país (GREEN, 2000), o que demonstra sua abrangência nacional.

Logo em seu início (novembro de 1978) o jornal foi acusado de ofensas à moral e aos bons costumes (SIMÕES; FACCHINI, 2009), e passou a ser vítima de inquérito policial que tinha por objetivo intimidar os editores. O inquérito foi arquivado no ano seguinte, fato que não fez cessar as tentativas de intimidação, que chegavam a ataques “com bombas jogadas contra bancas em atentados promovidos por grupos paramilitares, acompanhados de panfletos contra ‘jornais alternativos e revistas e jornais pornográficos’” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 88). O jornal abordava temas relacionados a homossexualidade, mas não se abstinha de abordar outros importantes relacionados ao movimento negro, feminista e ambientalista, ao imperialismo, à repressão policial e à luta operária, tratados com a mesma seriedade dada às causas de homossexuais, lésbicas e travestis, sempre em tom de ironia e do bom humor.

Entre tantas publicações relevantes o jornal publicou a matéria “Transexualismo: um julgamento moral¹⁴”, onde discutiu a condenação do médico cirurgião Roberto Farina, acusado pelo juiz Adalberto Spagnuolo de ter cometido lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, após a realização de uma cirurgia de afirmação de gênero, também denominada (à época cirurgia de mudança de sexo). Curiosamente a queixa partia da promotoria e não da suposta vítima, que havia se manifestado judicialmente a favor do médico, relatando ter ganho uma nova vida (SILVA, 1978). Pelo teor da matéria se observa o olhar atento as questões de gênero (mesmo não tento o contexto que se tem hoje) seja no âmbito político, social ou judicial. Observo que embora o jornal noticiasse certas questões trans e entrevistasse travestis

¹³ Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente da República do Brasil e governou o País entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. O governo de Médici entrou para a história como um dos mais repressores do regime militar e foi chamado de "Anos de Chumbo".

¹⁴ LAMPIÃO DA ESQUINA: **Transexualismo: um julgamento moral**. São Paulo, 05 out. 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

famosas a época, não tinha no corpo editorial a mesma diversidade que colocava em suas páginas.

A crise que colocaria fim ao *Lampião* se iniciou por problemas financeiros juntamente a nova realidade política do país o que impedia sua trajetória, pois “com o abrandamento da censura, o *Lampião* passou a enfrentar a concorrência de pequenas revistas ou jornais com fotos de nudez masculina, e as vendas tenderam a baixar” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 108). Nas primeiras edições do ano 1980, já era notável a incidência de publicação com fotos de pessoas nuas. Aguinaldo Silva apontou para a diferença entre o objetivo do jornal e o “que o mercado queria” acusando o ativismo de apelar “à minoria de uma minoria” (MACRAE, 1990, p. 92). Ao levar em conta o posicionamento antiautoritário/oposicionista ao regime militar, sua existência em um novo cenário pré-democrático, não se sustentaria, e apesar dos esforços de popularização ou “mercantilização” na expectativa de encontrar uma salvação o jornal foi extinto em junho de 1981.

Concomitante ao *Lampião*, o "Somos - Grupo de Afirmação Homossexual", se manifestou em público pela primeira vez durante um debate promovido pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP – 1979), abrindo caminho para que outras organizações se estruturassem nos anos seguintes. A visibilidade dada às lésbicas, fez com que um número maior de mulheres se juntasse ao *Somos* após um debate no Departamento de Ciências Sociais da USP, em seguida elas fundam uma subdivisão do grupo, denominado *Lésbicas Feministas*. (MACRAE, 1990).

As aparições públicas, proporcionaram ao *Somos* o início de uma solidez e a adesão de novos integrantes, onde “ao longo do ano de 1979, o *Somos* vive uma fase de veloz e progressivo crescimento, incorporando dezenas de novos integrantes, inclusive mulheres” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 98).

No mesmo ano no Rio de Janeiro, acontece o I Encontro de Homossexuais Militantes, e no ano seguinte acontece em São Paulo, o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) juntamente com o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO). Em maio de 1980 o *Somos* sofre uma cisão que resulta na dissidência de membros e na constituição de dois novos grupos, o Grupo Lésbico-Feminista rebatizado posteriormente Grupo de Ação Lésbio-Feminista (GALF) e o Grupo de Ação Homossexualista que em seguida passou a adotar o nome *Outra Coisa* (FACCHINI, 2002). Nesse mesmo ano a ditadura militar realiza a "Operação Sapatão" onde efetuou prisões arbitrárias de lésbicas devido a sua orientação sexual tais ações foram denunciadas pelo *Lampião*. Após o esvaziamento e das divisões

sofridas, o Somos encerrou suas atividades em 1983, por problemas financeiros e dificuldades em recrutar novos membros.

Em 1981, o ChanacomChana se torna a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, o jornal que era comercializado no Ferro's Bar, teve sua divulgação interrompida em 1983, pois os donos do estabelecimento expulsaram as ativistas do local. No dia 19 de agosto do mesmo ano, o GALF organiza um ato político no local que resulta no fim da proibição da venda do jornal. O episódio é muitas vezes lembrado como o "Stonewall brasileiro", por esse motivo, no dia 19 de agosto se comemora o Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo.

Em 1982, surge o Grupo Gay da Bahia (GGB), em Salvador, nesse mesmo ano é confirmado o primeiro caso de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no Brasil e é identificada a transmissão por transfusão sanguínea, a doença é denominada, temporariamente, sob o termo Doença dos 5 H - homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável), *hookers* (profissionais do sexo em inglês). O ano de 1983 é marcado pelos estágios finais da ditadura e pela crise entre movimentos sociais no geral, que precisam pensar outras formas de mobilização não pautadas no governo militar como grande inimigo e pela explosão da epidemia da (AIDS) (Vírus Da Imunodeficiência Humana - HIV) que, a princípio, afetou com mais força homossexuais homens, bissexuais e travestis.

A epidemia de AIDS desencadeou consequências diversas para o Movimento Homossexual pois o impacto da AIDS foi devastador. Mas também surpreendentemente positivo. Seus elementos negativos são evidentes: reforçou a homofobia em alto grau e diminuiu em muito a autoestima de pessoas homossexuais. Não foram poucos os homossexuais que se mataram, no auge da epidemia. Sem falar daqueles que entraram em parafuso e decidiram “se converter” ...

“Em heterossexuais, a partir dos conflitos que passaram a viver. Mas costuma-se esquecer que a AIDS teve um efeito colateral tremendamente positivo. Bem ou mal, ela levou para as primeiras páginas dos jornais a existência de homossexuais concretos (como atores de Hollywood e da Globo, que faleceram em decorrência da enfermidade) e, sobretudo, a vivacidade de uma cultura e vida homossexuais. A sociedade foi bombardeada, a contragosto, com informações de que gays existiam, tinham nome e endereço – podiam ter o rosto de Rock Hudson, por exemplo, ou de Lauro Corona e Cazua” (PETRARCA, 2015, p 96-97).

Dentre as discussões suscitadas nesse momento é adotado em 1984 o termo "orientação sexual", de modo a deslocar a polarização acerca da homossexualidade pensada como uma "opção" ou como uma "condição inata". Nesse mesmo ano tem início a campanha

nacional para retirar a homossexualidade do código de doenças do sistema de saúde brasileiro. Em 1985 surge o grupo Triângulo Rosa, no Rio de Janeiro, mesmo ano em que o Conselho Federal de Medicina retira a homossexualidade do rol de patologias. A despatologização ocorreu no Brasil cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde (OMS), retirar a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças em 1990. O Grupo Triângulo Rosa defende a inclusão do termo "orientação sexual" na Constituinte de 1987, nos artigos que vetam a discriminação e a diferença salarial. A inclusão não foi adiante, mas posteriormente foi adotada em legislações municipais e Estaduais.

Nesse mesmo ano a polícia deu início à Operação Tarântula, com o objetivo de prender travestis que se prostituíam nas ruas de São Paulo. Apesar de ter sido suspensa pouco tempo depois, travestis passaram a ser assassinadas misteriosamente, a tiros. A folha de São Paulo publicou no domingo dia primeiro de março de 1987 a seguinte manchete: “polícia civil ‘combate’ a AIDS prendendo travestis”. Uma vítima dessa ação truculenta e desumana relata: “sou uma sobrevivente. A gente era caçada, literalmente. É esse o nome, não tem outro. Éramos vistas como bichos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

A ação desenvolvida pela Delegacia Seccional Sul sob o comando do delegado Marcelo Alencar Aranha (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987), usava o combate a AIDS como justificativa para a transfobia que violentou cerca de trezentas travestis (só no primeiro dia da ação foram apreendidas cinquenta e seis), e demonstrou que mesmo com o processo de redemocratização o Estado não perdia seu caráter opressivo. Fato que demonstra a extrema situação de vulnerabilidade imposta a transexuais e travestis historicamente. Em entrevista ao Jornal “Folha de São Paulo” o delegado-chefe da época Marcio Prudente Cruz expôs que as acusações eram de “ultraje ao pudor e contágio venéreo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987), explicitando que para o Estado as travestis não eram reconhecidas enquanto pessoas de direito pois, estas estando em situação de exploração sexual e expostas a doenças, o órgão mobilizado para lidar com tal população foi a polícia, um aparelho de violência.

No início da década de 1990 as diversas identidades dentro do movimento (que viria a ser LGBT) começam a ganhar mais visibilidade com foco em demandas específicas de cada grupo e as travestis começam a se organizar em função do impacto da AIDS e o consequente aumento de casos de violência. Como resultado dos vários questionamentos acerca da visibilidade dada prioritariamente aos gays em 1993 as lésbicas são incluídas oficialmente na sigla do movimento (apesar de estarem na militância desde o início), desse modo, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) passou a ser denominado Movimento Brasileiro

de Gays e Lésbicas (MBGL), e o evento anual passa a se chamar Encontro Brasileiro de Homossexuais e Lésbicas.

A luta por visibilidade continua para as identidades não contempladas pelo movimento até que em 1995 (17 anos após o que se entende como início do movimento LGBT no país) pessoas trans tem aprovada tal reivindicação, onde sem polêmicas, o T é inserido para os encontros seguintes, e é após a inserção do T que é fundada, no mesmo ano, a primeira rede de organizações brasileiras, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e, a partir de então, ocorre uma multiplicação das redes nacionais. Em 1996 acontece um ato na Praça Roosevelt (São Paulo) que reúne cerca de 500 pessoas e partir de então começa a se planejar a primeira parada LGBT do país, que acontece no ano seguinte, na avenida paulista, fato que marca o ano de 1997, quando é realizada a primeira parada LGBT do país em São Paulo. (FACCHINI, 2002).

As travestis e transexuais que sempre estiveram na primeira trincheira de lutas por direitos enfim são visibilizadas e reconhecidas, entretanto se observa que a organização do movimento T teve que tecer suas próprias redes, pois embora reconhecidas não tinham voz tão pouca participação em diretorias, ficando sua atuação resumida a encontros e participações em eventos.

No dia 26 junho de 2003, a Comissão de Direitos Humanos e a Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados promoveram o I Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT). (SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS DA COMUNIDADE DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. 2003). Pela primeira vez o B figura na sigla, mesmo que maneira não oficial pois sua inserção só aconteceria oficialmente 2 anos mais tarde. É interessante observar como as mudanças da sigla, no decorrer da história do movimento, seguem uma tendência ou lógica do entendimento social e do conhecimento científico, na sigla em voga não basta somente um T, já que a medicina ditava, e ainda dita, que travesti é diferente de transexual, onde a primeira se refere a quem não deseja fazer a cirurgia de afirmação de gênero e a segunda é quem deseja tal intervenção, fazendo uma colocação preconceituosa com base em seus próprios valores e conceitos sem, sequer e nunca, ouvir a pessoa trans. Fato que faz com que a sigla comporte dois T's.

Em 2005 durante o 12º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros foi aprovado o uso de GLBT, incluindo, oficialmente, a letra B como representação de bissexuais. Foi paulatinamente, mesmo que com saltos históricos consideráveis, que as

identidades foram sendo reconhecidas e inseridas a sigla, no caso do B, dez anos após a inclusão do T. Nesse mesmo ano aconteceu o I Congresso da ABGLT (Curitiba-PR), e durante a realização do evento, um grupo de transexuais presentes no congresso escreveu uma carta aberta: “Grupo de transexuais presentes no 1º Congresso da ABGLT – Curitiba. Curitiba 23 de janeiro de 2005”.

A carta reforçava importância da aliança entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais na luta por direitos e expressou a problemática em torno do termo transgênero, onde segundo a carta: o termo “transgênero” tem uma conceituação acadêmica rica em significados, importantes para o exercício filosófico da identificação de um grupo de pessoas que apresentam diferentes graus e tipos de “transição” entre os dois gêneros, codificados e estabelecidos ao longo dos anos pelos eleitos “donos do saber”, que diagnosticam e determinam o que representa o masculino e o feminino na nossa sociedade (GRUPO DE TRANSEXUAIS PRESENTES NO 1º CONGRESSO DA ABGLT, 2005), ou seja, tal termo não representa, nem traduz subjetivamente cada pessoa dentro desse termo guarda-chuva.

Em 2006 aconteceu III Seminário Nacional Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (Brasília, DF), que teve como tema: “18 anos da Constituição e nenhuma lei de cidadania GLBT”, (SEMINÁRIO NACIONAL GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS, 2006), fato que demonstra as violações de direitos e o descaso com pautas da comunidade LGBTQIA+ que perduram até hoje.

Em 2008, a Conferência Nacional GLBT decide que T identifica, simultaneamente, travestis e transexuais homens e mulheres, e posiciona a letra L em frente ao G, com o intuito de dar maior visibilidade às lésbicas. (NEXOJORNAL, 2017, 2021). Fato pouco relevante uma vez que o estrago já estava feito, como sempre o G, seguindo a lógica do homopatriarcado¹⁵, sempre esteve e continua estando mais visível que as demais identidades. Nesse mesmo ano a cirurgia de afirmação de gênero – conhecida popularmente e ignorantemente como cirurgia de “mudança de sexo” – do fenótipo masculino para o feminino passou a ser oferecida SUS de acordo com a portaria 2.803 que regulamenta o processo transexualizador. Mas somente em 2010 tal procedimento cirúrgico começou a ser realizado.

¹⁵ Estrutura social do homopatriarcado que carrega os condicionantes de dominação, exploração e opressão de uma colonização forjada por um padrão externo, favorável a um tipo de ideologia de cânon liberal que pleiteia o controle dos direitos LGBTI. Exemplo: interesse liberal e neoliberal nas pautas LGBTI (PUAR, 2015), ou seja, o protagonismo de homens gays, brancos, cisgênero e de classe média alta, quando se analisa o acesso ao consumo de bens e serviços disponíveis na economia LGBT, que relegou ao segundo plano lésbicas, bissexuais, transgêneros e homens gays de outras raças e classes sociais, por exemplo (FUENTE, 2015).

O ano de 2011 marca o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união estável entre pessoas do mesmo sexo. (SEMINÁRIO (LGBT) LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, 2011). Fato que gera uma dúvida quando trazido ao campo da Psicologia, pois existe o sexo biológico e o sexo psicológico, se levado em consideração o sexo psicológico travestis e transexuais necessitariam de tal “direito” observando o reconhecimento de suas identidades femininas? Observo que tal dilema, no contexto atual pode ser entendido enquanto transfobia. Como fica a questão das pessoas trans cirurgiadas, uma vez que o fenótipo biológico (características primárias e secundárias) foi alterado? A decisão do STF é reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013.

No ano de 2014 o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) autorizou o uso do nome social por transexuais e travestis, após a divulgação, pela imprensa e redes sociais, do grande número de constrangimentos e humilhações sofridos no exame do ano anterior. Saliento que no edital do Enem 2014 não constava nenhuma referência a utilização do nome social por transexuais e travestis, portanto mais uma entre outras tantas gambiarras. O nome social só é reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017, quando é lançada a resolução que autoriza o nome social em Instituições de Ensino.

O ano de 2018 contrariando as expectativas que a sucessão presidencial trouxe para a comunidade LGBTQIA+, e em especial para a comunidade trans, houveram conquistas significativas, das quais destaco: a aprovação da resolução que autorizou o nome social em instituições de ensino pelo Ministério da Educação, onde maiores de 18 anos teriam tal direito, e no caso estudantes menores de idade a solicitação deve ser apresentada pelos seus representantes legais; a decisão pelo STF de que transexuais e transgêneros, podem se candidatar e concorrer a processos eleitorais de acordo com sua identidade de gênero (homem ou mulher), como também a identificação pelo nome social nas urnas; a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabeleceu normas de atuação para psicólogos e psicólogas no atendimento a pessoas transexuais e travestis.

E por fim (novamente) o STF autorizou a retificação de registro civil sem a necessidade de ação judicial, podendo ser realizada diretamente em cartório e, a partir desta, realizar a retificação de todos os demais documentos; e enfim, ano em que a transexualidade foi retirada da lista de patologias da OMS, após 50 anos, recebendo a classificação de “condição relativa à saúde sexual”, forma encontrada pela agência para incentivar a oferta de políticas públicas de saúde para a população trans. A luta, a partir desse ponto, seria desfazer todo o preconceito, discriminação, violações e estigmas causados pelos 50 anos que a patologização articulada pela medicina acarretou a população trans.

Os fatos que marcam os anos de 2019 e 2020 são duas decisões do STF, respectivamente: a Criminalização da LGBTfobia equiparando-a ao crime de racismo, e a doação de sangue por pessoas LGBT's. Este último sob a influência do esvaziamento dos bancos de sangue no país em decorrência da pandemia de COVID 19. Conveniente que nesse momento o sangue LGBTQIA+, e principalmente o sangue trans, não sirva somente para lavar os asfaltos das cidades de todo o país como outrora. País que ostenta a triste marca de ser o que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Diante das poucas, mas relevantes conquistas, o público LGBTQIA+, e mais enfaticamente a comunidade trans, segue necessitando de políticas públicas que resguardem seus direitos, sua dignidade, sua segurança e sua vida.

É fato que o racismo está presente em toda a estrutura social, portando presente no movimento LGBTQIA+, na figura da “bixa preta”, e no movimento negro, a rigor machista, não é diferente, pois ao interseccionar gênero e raça foi incompetente em acolher pessoas trans e principalmente mulheres trans e travestis, fato que causa mais uma subalternização do feminino, e em vista a uma tripla discriminação (gênero, raça e negação de uma identidade) excluiu, e ainda exclui, a população trans negra. Devido a esse fato e buscando assumir uma postura de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político, em busca de suas origens, de espaço de resistência e aquilombamento, a comunidade trans negra funda em junho de 2014 o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS. A instituição se constitui num espaço nacional de inclusão e militância destes dois segmentos, entendendo-os como independentes. Visa à articulação com o poder público, bem como com o terceiro setor e iniciativa privada com o objetivo de propor a criação de políticas públicas específicas e estratégicas e a ampliação das já existentes.

O FONATRANS prima pela cidadania plena e a luta contra o racismo, preconceito e discriminação sofridos pela população trans e negra, motivados exclusivamente por identidade de gênero e raça/cor. Tem por finalidade desenvolver e apoiar projetos que visem: 1) promover e exigir do governo brasileiro a solução de problemas fundamentais, lutar pela conquista dos interesses comuns de transexuais e travestis negros, e responder ativamente ao racismo, transfobia e intolerância religiosa; 2) promover os direitos humanos e respeitar todas as diferenças, partindo do pressuposto de que todos os direitos são direitos humanos; 3) combater, enfrentar e prevenir todas as doenças infecciosas e crônicas, inclusive IST/HIV e AIDS e outras doenças que afetam a população negra; 4) proteger nosso patrimônio sociológico, principalmente na linguagem, vestuário, arte, gastronomia, etiqueta e arte popular como representantes; 5) lutar pela liberdade, igualdade e direitos humanos; 6) observar e

respeitar a lei e o poder público constituído pela lei, desde que estejam de acordo com os princípios da atual sistema democrático; 7) respeitar e incentivar todas as ações que sinceramente queiram perseguir objetivos relacionados aos objetivos do FORTATRANS; 8) garantir a pureza e a lealdade de nossos costumes autênticos, combater todas as atuações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem nossa luta tradicional. O FORTATRANS é o espaço legal para consulta, expressão e deliberação sobre todo e qualquer assunto relacionado a população trans negra do país que busca promover o apoio às leis municipais, decretos e regulamentos de diversas cidades brasileiras. (FÓRUM NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS E NEGROS, 2000).

A questão em foco diante da iniciativa do FORTATRANS é por qual motivo, ainda que enquanto negros e negras, pessoas trans não acessam (ou não conseguem acessar) as várias instituições, em todo o país, voltadas as questões raciais? Neste sentido, a “raça, categoria analítica imprescindível na abordagem interseccional, sofrer inferiorização diante de sexualidade e gênero” (AKOTIRENE, 2019, p. 25), no que tange o escopo da pesquisa, coloca pessoas trans negras em mais uma situação segregação.

Observo que o racismo e a transfobia causam uma série de consequências para a população negra, sobretudo para a população trans negra. Daí surgiu a necessidade de organização a nível nacional de tal população, a fim de acabar com a invisibilidade que contribui, historicamente, para a manutenção de agressões físicas e psicológicas de caráter racista e transfóbico. O fórum surgiu como estratégia de articulação e fortalecimento da população trans negra e sua inclusão por meio da implementação de políticas públicas.

3.2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO MARANHÃO

Como marco histórico contra a LGBTfobia temos o monumento de registro do primeiro caso de homofobia do Brasil, a reminiscência do indígena Tupinambá Tibira que fora sentenciado a morte pela Inquisição, por crime de sodomia, quando da passagem do Santo Ofício pela capital maranhense em 1613. Tibira fora colocado na boca de um canhão à beira mar e teve seu corpo estraçalhado num espetáculo hediondo da história brasileira, para que “servisse de exemplo” para a população. (GGB, GRUPO GAYVOTA, 2013).

Este se tornou o primeiro monumento LGBTQIA+ do Brasil. Para que a memória não se perca no futuro de incertezas, foi erguida uma placa que reverencia o indígena Tupinambá Tibira, com a inscrição 1º caso de homofobia do Brasil, atualizando a inscrição, seria mais correto constar 1º caso de LGBTfobia do Brasil, visto que para além do assassinato do

indígena Tupinambá Tibira, temos na história LGBTQIA+ várias pessoas, que para tal comunidade são mártires, que foram assassinadas, muitas destas também de maneira violenta. Preconceituosamente o monumento não faz parte do roteiro turístico da cidade ((GGB, GRUPO GAYVOTA, 2013).

No estado do Maranhão temos conquistas e marcos legais que asseguram os direitos de pessoas trans e mobilizam a iniciativa de políticas públicas por meio do Núcleo de atendimento a LGBT da Defensoria Pública; do Núcleo de Atendimento a Violações de Direitos da População LGBT (Centro de Apoio Operacional - CAOPS de Direitos Humanos do Ministério Público); do Coordenação Estadual LGBT – (Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDHIPOP); das Ouvidorias de Direitos Humanos Igualdade Racial e Juventude (SEDIHPOP); da Rede de atendimento a vítimas de violência LGBTfóbica; do Programa Maranhão sem LGBTfobia (Plano Estadual de Políticas Públicas LGBT).

Em termos de leis, portarias e resoluções o estado do Maranhão tem avançado, temos: Lei Estadual 8.444 que pune a discriminação contra LGBT; Lei. 10. 333 de criação do Conselho Estadual LGBT; Portaria 442/2012 que obriga aos escrivães o uso do nome social e o teor da denúncia no Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) no ato de registro da denúncia realizada por um LGBT; Portaria que assegura a todo LGBT privado de liberdade a escolha de cumprir pena em cela separada no sistema prisional; Lei 11.021 de 14 de maio de 2019 que autoriza o uso do nome social por usuários, funcionários e/ou terceirizados nos órgãos da administração pública estadual; Lei Municipal Lei Nº 11.521 de 10/08/2021, contra a Discriminação LGBTfóbica; Resolução 242/2015 que assegura o uso do nome social no âmbito da Universidade Federal do Maranhão; Portaria do uso do nome social nas escolas estaduais do Maranhão; Resolução Nº 242/ 2010 que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL: DO DESCASO AS GAMBIARRAS LEGAIS.

O preconceito exalado nas instituições, como um todo, é o reflexo do preconceito presente na sociedade, tal preconceito pode ser atestado na quantidade de projetos de lei que são arrastados pelo congresso nacional há anos a espera de votação e outros que são arquivados. De acordo com a Aliança LGBT e com a Associação Nacional de Travestis e

Transexuais (ANTRA), mais de uma dezena de projetos de lei, alguns dos mais prioritários são: a criminalização da LGBTfobia (LGBTcídio); a alteração do nome e gênero e medidas para promover a igualdade e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero; casamento homoafetivo; a doação de sangue por pessoas LGBT; os direitos na velhice LGBTI; e a legalização da prostituição. Quatro desses projetos afetam diretamente a vida de pessoas trans: LGBTcídio; Nome social e identidade de gênero; Direitos na velhice LGBT; e a Legalização da prostituição. A seguir apresento o breve resumo dos principais projetos de lei e as datas que demonstram o descaso com as pautas LGBTQIA+.

LGBTcídio

Votado pelo STF, visto que o Brasil é o país que mais mata LGBT's no mundo, quatros projetos continuam aguardando votação:

Quadro 1

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
7582/2014 Maria do Rosário - PT/RS Câmara dos Deputados	Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Regime de tramitação: 11/09/2015. Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
7292/2017 Luizianne Lins - PT/CE Câmara dos Deputados	Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos.	Regime de tramitação: 08/05/2017. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).
7702/2017 Weverton Rocha - PDT/MA Câmara dos Deputados	Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.	Regime de tramitação: 31/05/201. Apensado ao PL 5944/2016
291/2015 Gleisi Hoffmann - PT/PR Senado Federal	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Regime de tramitação: 22/12/2022. Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF)

Fonte: Brasil, 2014; 2015; 2017.

Observo que tal projeto não amplia a discussão acerca das violências e assassinatos de LGBTQIA+ no país, pois as mortes de pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis, trazem requerentes de crueldade como: a amputação ou laceração do genital; e a desfiguração do rosto. Fato que faz com que precisem ser levantadas questões acerca do transfeminicídio.

Nome social e identidade de gênero

Já votado pelo STF, seguem três projetos de lei em tramitação.

Quadro 2

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
5002/2013 Jean Wyllys - PSOL/RJ Erika Kokay - PT/DF Câmara dos Deputados	Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.	Regime de tramitação: 26/02/2014. Arquivada
658/2011 Marta Suplicy - MDB/SP Senado Federal	Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.	Regime de tramitação: 21/12/2018. Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF).
5255/2016 Laura Carneiro - MDB/RJ Câmara dos Deputados	Acrescenta § 4º ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências" a fim de disciplinar o registro civil do recém-nascido sob o estado de intersexo.	Regime de tramitação: 19/05/2016. Apensado ao PL 1475/2015

Fonte: Basil, 2011; 2013; 2016.

Casamento homoafetivo

A decisão do STF fez com que partidos conservadores se manifestassem contra tal decisão e partissem a impetrar projetos de lei de inconstitucionalidade como também projetos que questionam a autoridade do STF para julgar determinados projetos e criar leis.

Assegurado por decisão do STF, e pela Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está fora da Constituição Federal e do novo Código Civil, que prevê apenas a união entre casais

heterossexuais. O movimento quer a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garanta o casamento civil igualitário. Nessa temática temos dois projetos:

Quadro 3

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
612/2011 Marta Suplicy - MDB/SP Senado Federal	Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.	Regime de tramitação: 20/12/2018. Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF).
470/2013 Lídice da Mata - PSB/BA Senado Federal	Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.	Regime de tramitação: 21/12/2018 Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF).

Fonte: Brasil, 2011; 2013.

Doação de sangue por pessoas LGBT

A população LGBTQIA+ sofre restrição, onde doadores homens que tenham mantido relações sexuais com outros homens doze meses antes da doação são impedidos de tal ato, e embora votado pelo STF, dois projetos estão em tramitação:

Quadro 4

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
422/2016 Laura Carneiro - MDB/RJ Câmara dos Deputados	Susta o inciso IV do art. 63 da Portaria GM/MS nº 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde, e a alínea "d" do inciso XXX do art. 25 da Resolução RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Regime de tramitação: 26/07/2016. Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde.
134/2018 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senado Federal	Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.	Regime de tramitação: 22/12/2022 Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF).

Fonte: Brasil, 2016; 2018.

Direitos na velhice LGBT

Segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP), os idosos LGBT's estão mais propensos a sofrer de depressão, esse mal atinge as pessoas idosas LGBT's em uma proporção mais elevada do que às pessoas idosas heterossexuais: 24% das lésbicas e 30%, no caso dos gays, contra 13,5% de heterossexuais. (BRASIL, 2014). Um projeto que aguarda ainda votação:

Quadro 5

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
7524/2014 Jean Wyllys - PSOL/RJ Câmara dos Deputados	Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.	Regime de tramitação: 18/04/2017. Arquivada

Fonte: Brasil, 2014.

Legalização da prostituição

Tema correlato à comunidade LGBTQIA+, visto que 90% das mulheres transexuais sobrevivem da ocupação. Nessa questão um projeto continua à espera de votação.

Quadro 6

PL Nº / ANO AUTOR / ÓRGÃO	EMENTA	SITUAÇÃO
4211/2012 Jean Wyllys - PSOL/RJ Câmara dos Deputados	Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.	Regime de tramitação: 27/05/2013 Arquivada

Fonte: Brasil, 2012.

Hodiernamente, os projetos se encontram arquivados e/ou a espera de votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Embora se constate certo avanço nesta temática, este ainda se mostra tímido, de modo que o país falha na proteção aos direitos fundamentais da população LGBTQIA+, e conseqüentemente da população trans.

A adoção de ações afirmativas, como os sistemas de cotas para a população trans, é o reconhecimento do processo discriminatório vivenciado por tal população e a possibilidade de reversão da realidade de violações as quais transexuais e travestis são submetidos em detrimento a transfobia estrutural. Desse modo, constato que no ordenamento jurídico brasileiro, existem disposições de ordem constitucional que resguardam os direitos de

transgêneros, tal como o princípio da dignidade da pessoa humana, entretanto, é inexistente uma legislação específica regulamentadora dos direitos da referida população.

A lacuna legislativa acerca da população trans, que acusa interesses partidários/ideológicos, implica a necessidade de que outras instâncias do Poder Estatal protagonizem ações afirmativas que visem às demandas desta população.

Para além da lacuna legislativa para pautas trans, temos hoje no cenário político nacional uma bancada de representatividade trans, onde figuram deputadas trans eleitas no processo eleitoral do ano de 2022 das quais cito: a Deputada Federal Duda Salabert PDT/MG (83 propostas legislativas em 2023), a Deputada Federal Erika Hilton PSOL/SP (166 propostas legislativas em 2023), Deputada Estadual Linda Brasil PSOL/SE, Deputada Estadual Dani Balbi PC do B/RJ, e a Deputada Estadual Carolina Iara PSOL/SP.

A falta de interesse com as pautas trans, demonstrada na procrastinação dos projetos de lei na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, acende o alerta para o cativo social vivenciado pela população trans, que para além da falta políticas públicas, violências, violações de direitos, estigmas e preconceitos, são, também, impedidos/as de vivenciar suas identidades de gênero e suas sexualidades.

4. A DESCOBERTA DO SEXO E DA SEXUALIDADE

O sexo e a sexualidade, segundo Preciado (2018), ganham centralidade na arte de governar, onde condutas sexuais passam a ser controladas e normatizadas a partir da invenção da diferença sexual, da repressão da masturbação e da invenção das identidades sexuais respaldadas por saberes científicos. Em 1868, por exemplo, ocorre a invenção das identidades heterossexual e homossexual, onde a primeira passa por um processo de normatização burguesa e a segunda se constitui como divergência da norma, como monstruosidade (PRECIADO, 2018). É a partir desse período que a homossexualidade passa a ser patologizada.

Em 1955, Jonh Money, psicólogo norte-americano, usa pela primeira vez a palavra gênero para designar uma ferramenta clínica e de diagnóstico a partir da aplicação de hormônios e cirurgias que realizava em bebês intersexuais (denominados anteriormente como hermafroditas), com base na norma cisheteronormativa, ou seja, o binário masculino e feminino (PRECIADO, 2018). Ao usar a palavra gênero no sentido de identidade psicológica, Money pensava na utilização de tecnologias para a produção de subjetividade e a

conformação dos corpos a um sistema de visibilidade biopolítico que prescrevia o que seria um corpo humano feminino ou masculino (PRECIADO, 2018).

É nesse processo de mutilação do corpo e da identidade que a medicina, obrigou e continua a tentar obrigar, as pessoas a serem, se comportarem e performarem o que ela determina como masculinidade e feminilidade, enquanto moldes performáticos da cisheteronormatividade, onde tais moldes causam danos irreparáveis na vida das pessoas, pois a medicina enquanto “dona do saber” se recusa a ouvir e admitir recuos naquilo que julga conhecer, nesse contexto as identidades sexuais e a transgeneridade, como no caso de Amiel Vieira.

Amiel, que nasceu com uma condição rara, denominada síndrome de insensibilidade parcial androgênica, quando o corpo não responde à testosterona, resultando na má formação do órgão sexual. Com genitália ambígua, os médicos não sabiam dizer se o que viam era um clitóris maior do que o comum ou um pênis que não estava completamente desenvolvido. Não era possível dizer o sexo do bebê. Nascia uma criança intersexo.

Uma vez que o sexo é uma identificação obrigatória na certidão de nascimento, a família registrou-o como menino, porque assim o haviam esperado, e foi desse modo que nos sete primeiros meses de vida Amiel foi tratado pela família. Entretanto, tudo mudou quando, ainda bebê, foi submetido a uma cirurgia para criar uma vagina no lugar do pênis que não havia se desenvolvido completamente.

Aos sete meses, Amiel virou Anamaria. Seu registro foi “retificado”, as fotos das primeiras semanas de vida foram queimadas e a família foi aconselhada a nunca mais tocar no assunto, onde "os médicos diziam que o silêncio era para não produzir danos psicológicos, só que eles não levaram em consideração que todo esse processo causaria danos quase que irreversíveis", afirma Amiel, que tem dificuldades de se encarar no espelho, ao relatar tal fato afirma que: “eu não me sinto muito conectado a este corpo. Eu sempre entendi que esse é um corpo construído pela medicina, um corpo sem forma, que não é meu". (TAB UOL, 2019).

Embora se possa, dentro de tais termos, definir se um corpo é masculino ou feminino (no nascimento e até mesmo antes) atribuindo-lhe única e definitivamente a um gênero, a transexualidade traz outra maneira de se pensar o sexo (agora gênero) que não é o biológico, mas sim o “sexo psicológico” (convicção subjetiva de homem ou mulher) que pode ser diferente daquele atribuído ao nascimento, levantando várias questões acerca de verdades arraigadas e colocando a interrogação: real é aquilo que se vê e toca ou aquilo que se sente?

Assim sendo, o real escapa aos olhos e a explicação empírica. As convicções psicológicas suprimem o reconhecimento biológico visual, não sendo invisíveis ao empírico,

e propiciando aos sujeitos se afirmarem homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais, cisgêneros ou transgêneros. (PRECIADO, 2018). É importante notar que o termo gênero surge aqui com uma perspectiva de regulação, de conformar os corpos num modelo binário, ou se é homem ou se é mulher.

Nesse contexto, os comportamentos passam a ser estimulados e vigiados pelos papéis sociais de gênero. Tais papéis são o conjunto de hábitos, modos e comportamentos pertinentes a determinado gênero (masculino ou feminino) tendo como base alguns critérios, percebidos como “uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico ‘fêmea’ ou ‘macho’ em determinada cultura. Estes papéis mudam de uma cultura para outra”. (GROSSI, 2010, p.6), e sofrem modificações dentro de uma mesma cultura. Na cultura ocidental, pautada pelo saber masculino, os papéis de gênero são pautados em dicotomias: os homens seriam dotados de uma natureza ativa, portanto, suas atividades estão situadas na esfera pública. Já as mulheres "naturalmente" passivas e submissas, na esfera privada.

Bento (2008) afirma que esse fato está ligado a forma como a pessoa se apresenta, onde aparência e comportamento devam estar de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Expressão intrinsecamente ligada à cultura que se vivencia, e, portanto, pode ser mutável.

Dessa forma a infância passa a ser regulada, onde os papéis sociais de gênero são constantemente vigiados e por vezes punidos quando da não adequação entre o sexo e o comportamento esperado e pré-determinado de determinado sexo (sentar, andar, brincar, entre outros), por meio de:

“discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”, (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Ou seja, a vigília do sexo para que esse não se “desvirtue”, mas também contraponto para a resistência. Essa forma de regulação da infância pode ser observada em frases de controle como: menino não chora, menina não brinca de carrinho, menina não senta de perna aberta, menino não usa rosa, entre outras.

Assim sendo, as crianças que esboçam qualquer comportamento entendido como não conformidade entre sexo e papel social de gênero passam a sofrer castigos e sanções, onde suas liberdades, entre estas o brincar, é forçadamente direcionado para as expectativas sociais do que se convencionou como universo masculino ou universo feminino. Para crianças trans, que ainda buscam entender a si mesmas e ao meio em que estão inseridas, é aterrador e

agressivo, pois além de cerceadas e vigiadas se sentem podadas em suas subjetividades, tendo que performar um comportamento engessado, passando da naturalidade a auto vigília.

Nesse processo de vigília e normatização dos corpos podem ser observadas várias sanções e punições na tentativa de “correção”, visando a adequação entre sexo e comportamento condizente a este de acordo com a norma cisheteronormativa¹⁶ que formata, ou tenta formatar, as pessoas ao modelo pré-estabelecido.

4.1 TRANSEXUALIDADES

Ao nascimento é atribuído um gênero pré-estabelecido pelo sexo, no entanto, não são todas as pessoas que se encaixam nessas expectativas. Falo então, das pessoas que sofrem para se adequar ao padrão cisheteronormativo, e que por não atenderem tais expectativas de gênero, passam a ser penalizadas em todos os âmbitos. Assim sendo, a transexualidade, se fundamenta na não concordância entre sexo biológico e gênero com o qual uma pessoa se identifica (identidade de gênero) e deseja ser reconhecida socialmente.

Identidade de gênero "remete à constituição do sentimento individual de identidade" (GROSSI, 2010, p. 12), algo construído e vivenciado na "relação entre estrutura e práxis, entre o indivíduo e o social" (MOORE, 2000, p. 16). Já a orientação sexual remete à questão do desejo, da atração afetivossexual por alguém de algum gênero. Desse modo, tanto cisgêneros quanto transgêneros podem se autoidentificar como heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou assexuais, pois identidade de gênero e orientação sexual habitam campos diferentes da sexualidade humana.

Há quem julgue a transexualidade como algo novo, mas:

[...]da mitologia greco-romana ao século XIX passando pelas mais variadas fontes literárias e antropológicas, encontra-se relatos de personagens que se vestiam regularmente, ou até definitivamente, como membros do outro sexo, se dizendo sentir como do outro sexo. Aquilo que hoje é conhecido e designado sob o termo de ‘transexualismo¹⁷’ não é próprio nem a nossa cultura nem a nossa época: o que é recente é a possibilidade de ‘mudar de sexo’, devido a novas técnicas cirúrgicas e a hormonoterapia”, (CECCARELLI, 1998, p.137).

Isso possibilitou aos sujeitos transsexuais adquirir um fenótipo de acordo com suas identidades de gênero. Nesse sentido, cito as fa’afafines¹⁷ de Samoa, as hiiras¹⁸ da Índia e as muxes¹⁹ do México.

¹⁶ Que define a cisgeneridade e a heterossexualidade enquanto norma, regra.

¹⁷ O contexto em que o autor descreve a historicidade da transexualidade, ela fazia parte da lista de patologias da Organização Mundial de Saúde – OMS, figurando sob o CID 10.

Sob o termo, “transexualismo”, a transexualidade foi categorizada como Transtorno da Identidade Sexual na Classificação Internacional de Doenças (CID), (CID 10) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Na lista de transtornos mentais, foi considerada “disforia de gênero” e em seguida “incongruência de gênero” (onde figuram doenças como: pedofilia e cleptomania). Em 2018 foi oficialmente retirada da lista de doenças mentais recebendo a classificação de “condição relativa à saúde sexual”, no contexto de assegurar o atendimento de saúde. Entretanto, de fato a transexualidade não saiu da lista de patologias, pois a OMS (2018) criou um capítulo, dedicado à saúde sexual, assim sendo, somente mudou de capítulo no documento que a vigorar a partir de 2022. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Os 50 anos (1968 a 2018) em que a transexualidade esteve associada à patologia, contribuíram para aumentar a segregação e influenciar a percepção da transexualidade como “algo ruim”, “pecaminoso”, “desprezível”, estigmatizando, ainda mais, pessoas trans. Para a ciência meros objetos de estudo, entretanto durante nesses 50 anos que pesquisas foram desenvolvidas para buscar entender e/ou compreender a transexualidade? Que medicamentos foram desenvolvidos para corpos trans?

Somado a esse fato está a tecnologia do discurso cisheteronormativo de manutenção do poder pautado nos saberes: médico, jurídico e religioso, (FOUCAULT, 2012).

tecnologias do poder constituem a lógica binária que permeia a compreensão dos sujeitos, de suas identidades, das práticas sexuais e de seus corpos. Produzem gêneros, diferenças, margens, centros, padrões, tipologias. Produzem os corpos como ideais normativos e, também os corpos abjetos” (SOUSA, 2015, p. 16)

Tais discursos que nessa lógica de produção, nomeação e encaixotamento dos sujeitos delimita seu próprio espaço.

O cárcere institucional imposto a transgêneros avalizou cisgêneros na construção de pesquisas sobre a transexualidade, quase sempre, baseadas em seus próprios valores e visões, ignorando a vivência transexual, ocasionando, na maioria das vezes, mesmo que na tentativa de desconstruir preconceitos, reafirmá-los. Ou seja, cisgêneros passam estabelecer parâmetros para transgêneros, criando expectativas sociais do que vem a ser uma pessoa transexual, uma vez que o heterossexual cisgênero está posto, determinado e regido, bastando apenas seguir performar tal modelo para não ter problemas, não sofrer violências. No entanto, seguir tal padrão, para a pessoa trans, é não lutar pela autenticidade de seu próprio ser mesmo que o preço seja a felicidade, afinal quem nasce nesse mundo, nasce para satisfazer a vontade do outro, ou não?

Em termos de números, pesquisas encontram frequências variadas de pessoas trans ao redor do mundo, mas esses números, que provavelmente subdimensionam a população trans, chegam a 1,3% da população em geral (WINTER, 2016), o que corresponde a mais de 45 a cada 3500 pessoas. No Brasil, um estudo ainda não publicado encontrou uma porcentagem maior do que 1,3%. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, 2020). Em pesquisa mais recente e inédita na América Latina realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp), apontou que 1,9% da população brasileira é de pessoas transgênero ou não binárias: são 4 milhões de indivíduos em uma população estimada em 2020, pelo Banco Mundial, em 212,6 milhões de cidadãos. Os resultados mostram que pessoas identificadas como transgênero representaram 0,69% e pessoas não binárias, 1,19%. (BRASIL DE FATO, 2021).

Ressalto que não há por parte do estado brasileiro, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, interesse do levantamento de dados acerca da população LGBTQIA+, visível no fato de que não são colhidos dados sobre a orientação sexual e identidade de gênero, este restrito ao biológico: masculino/feminino. Fato que reverbera na invisibilidade de tal população e da mesma forma na dificuldade de implementação de políticas públicas.

Para além da transexualidade, que é binária, observo que existem pessoas que não se identificam com nenhum gênero, abrindo espaço para pensar diferentes transgeneridades e formas de viver o gênero. É nesse âmbito que Jesus (2012) propõe pensar a vivência do gênero como funcionalidade (*drag queens/transformistas/drag king*¹⁸ e *crossdressers*¹⁹) e como identidade (travestis e transexuais), onde se inclui também os não-binários, que vivenciam a combinação dos dois gêneros binários, ou nenhum destes.

A transexualidade traz consigo uma série de estigmas e discriminações, fazendo com que a vida de pessoas trans seja “marcada por experiências de constrangimento e discriminação que geram incessantes sofrimentos” (FREIRE, 2016, p. 21), causas do profundo sentimento de inadequação, rejeição familiar, o estigma da prostituição e dificuldades de inserção e ascensão social. Fato que coloca pessoas trans em constante situação de vulnerabilidade social.

¹⁸ Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com identidade de gênero ou orientação sexual.

¹⁹ Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.

As ciências continuam a pesquisar a transexualidade buscando explicar sua gênese, até então, o que se sabe é que não é uma doença mental, perversão sexual, doença debilitante ou contagiosa, escolha ou capricho. A verdade é que ninguém sabe por que alguém é transexual, apesar das várias “teorias”. Entretanto, as ciências nunca se debruçaram a responder o porquê alguém nasce cisgênero, logo entendo tal “interesse”, como mais uma forma de reforçar a cisnormatividade e estigmatizar aqueles que dela não concordam, ou seja, a cisgeneridade, preferencialmente, branca e heterossexual se acha a nata da biologia, e se quer se permite o privilegio dos 10%, ao que parece pensar sobre si doí.

4.2 CISGENERIDADE E TRANSGENERIDADE

O termo cisgênero (cis – latim – do mesmo lado) é usado para se referir a pessoas em que há a concordância entre a identidade de gênero e a configuração hormonal e genital de nascença, já o termo transgênero (trans – latim – do outro lado) é usado para identificar pessoas em que não há concordância entre a identidade de gênero e a configuração hormonal e genital de nascença. Nesse contexto de identidades de gênero, o termo “cis” surgiu setenta anos após seu termo opositor (trans), surgido na década de vinte, demora compreensível, uma vez que foram cisgêneros que cunharam o termo “trans”, e dessa forma delimitaram o próprio território, uma vez que “o termo cis não foi inventado por pessoas trans, pelo contrário, foram pessoas não-trans, portanto cis, que ao nomear pessoas transexuais em uma cultura que opera em termos binários e em oposição, delimitaram sua existência”, (PERIÓDICUS, 2017, 2018).

Ao que parece o interesse de partida é “conhecer”, determinar e encaixotar o outro antes que a si mesmo. Pois mesmo a cisgeneridade estando posta esta carrega consigo uma série de incongruências e dúvidas, uma vez que é justamente a cisgeneridade que busca a transgeneridade usando de termos como exótico e artifícios não muito convincentes para camuflar, ou tentar camuflar, desejo, satisfação e prazer (PERIÓDICUS, 2017, 2018).

O emprego dos prefixos ‘cis’ e ‘trans’ e suas implicações, nos impele a compreender seu emprego como parte do escopo de categorias que estruturam e conferem sentidos às narrativas dos interlocutores ante os processos de diferenciação que circunscrevem condições de enunciação localizadas (LOURENÇO, 2017).

O uso do prefixo trans viabiliza uma localização específica, uma negação a cisgeneridade, estabelecendo e recuperando uma posição diferenciada de sujeito. Portanto se nomear trans é dizer que não concorda com as normativas do gênero e recusar a cisgeneridade enquanto regra, pois ao utilizar os prefixos de forma relacional, como distinção que enfatiza a

não equivalência, ressaltando a relação entre diferenciação e linguagem, uma vez que é mediante atos linguísticos que a diferença é significada, pois é apenas por meio de atos de fala que se institui a identidade e a diferença enquanto tais (SILVA, 2014).

E a medida em que os discursos habitam os corpos que a relação entre prefixo e genital nos remete a processos que convertem determinadas partes dos corpos em definidores de gênero, logo definidores de sujeitos ‘trans’ e ‘cis’ (LOURO 2013), e se abdica de ser um (o que se esperam socialmente), para ser o outro.

Não se trata de uma suposta linearidade genital-gênero em ambas as definições de sujeitos ‘trans’ e ‘cis’, mas de compreender como se articulam e operam os eixos de diferenciação de forma contingente e contextual. Se a relação entre sexo biológico e gênero, ao impor a experiência cisgênera como referência, produz a transgeneridade pela suposta incongruência entre ambos, a necessária repetição nos atos que instituem a aparência de substância do gênero criam as condições para sua falibilidade (BUTLER, 2013), onde a performance do gênero não admite tal falibilidade vista a punição.

Experiências fronteiriças que perturbam o código binário, desfazendo a noção de sujeito que sucumbe simples e definitivamente às definições do suposto ‘eu’ substancializado e coerente de gênero, expondo atravessamentos de forças que ordenam a compreensão em um conjunto mais estratificado e fluxos que oportunizam novas singularizações, explicitando tanto os limites dos termos utilizados, mas também sua força enquanto normatividade (BUTLER, 2003; SILVA, 2014). Fronteiras muitas vezes ultrapassadas, mas quase sempre e rapidamente restauradas, entendidas como uma licença, uma permissividade, muitas vezes justificadas pelo momento e até pelo álcool.

Sendo assim, cabe olhar para forças que, de um lado, tendem a fixar a diferença (produzindo subalternidades) e, de outro, os processos que atuam desestabilizando-as pela subversão (BUTLER, 2003; SILVA, 2014). É pela diferenciação desses termos que emerge a necessidade de adequação ao padrão cisgênero, e conseqüente “aceitação”.

Transgênero e cisgênero são conceitos independentes da orientação sexual, mas observo que ao longo da história foi a cisgeneridade que, como cama de Procusto²⁰, se encarregou de encaixotar as pessoas, se impondo como padrão, delimitando espaços e direitos, e batendo o martelo sobre a vida e atuação das pessoas.

²⁰ Ser da mitologia grega – tinha uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os viajantes a se deitarem. Se os hóspedes fossem demasiados altos, ele amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama, e os que tinham pequena estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente. Uma vítima nunca se ajustava exatamente ao tamanho da cama porque Procusto, secretamente, tinha duas camas de tamanhos diferentes. Procusto representa, em regra, a intolerância do ser humano em relação ao seu semelhante.

É notório que 90% das mulheres trans e travestis estão na prostituição, saliento que boa parte dos homens que as procuram para sexo desejam ser penetrados, observo que:

Nesse repertório, em que os homens são classificados de acordo com a sexualidade que eles se permitem experimentar; aqueles que não correspondem à norma (masculino = ativo) são menosprezados pelas travestis. Elas reconhecem como demérito o fato de um ‘homem de verdade’ se permitir ser penetrado por outro homem, ainda que este outro seja uma travesti, vista como uma mulher de pênis e não um homem de peito” (SANTOS, 2012, p. 133).

Reclamo atenção ao fato do autor colocar uma ótica de masculinidade sobre a travesti, que pode induzir o leitor na deslegitimação da identidade travesti enquanto identidade feminina, negando sua mulheridade. Entretanto, deixa uma brecha para o questionamento: a cisheteronormatividade é uma regra ou uma conveniência?

Outrossim, é sobejamente necessário situar a cisheteronormatividade enquanto modelo que formata as pessoas para que caibam no padrão binário – macho/fêmea. Da mesma forma que é precípuo salientar que esse binarismo é “chato”, cansativo e repetitivo, pois se assim não o fosse tais adjetivos não fariam sentido quando buscam o que julgam: diferente, escape e “exótico”.

4.3 TRANSFOBIA

Valores e atitudes relacionados a gênero e sexualidade se destinam a manter determinados grupos em posição de inferioridade em relação ao grupo que se considera representante do padrão binário hegemônico de sexualidade e de gênero. Para alguns estudiosos, como Junqueira, essa discriminação tem o nome de homofobia e abarca todo segmento LGBTQIA+.

Um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincular-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBT e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (JUNQUEIRA, 2007, p. 60).

Entretanto, ao utilizarmos o termo homofobia como referência a todas as pessoas LGBTQIA+, corremos o risco de reforçar a visibilidade de pessoas trans como homossexuais,

interpretando-as como gays que se vestem de mulher ou lésbicas que se vestem de homem. Com os novos dados sobre violência homofóbica na sociedade brasileira (BRASIL, 2012), em que se pode visualizar a violência contra diferentes expressões trans, o termo transfobia ganha centralidade devido à vulnerabilidade a que estão expostas as pessoas trans (CÉSAR, 2009).

Dessa forma, a transfobia remete ao “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis” (BENTO, 2012), seja intencional ou não. Pode ser definido também como aversão sem controle, repugnância, ódio de algumas pessoas ou grupo de pessoas contra pessoas trans, que se configuram em exclusão social, institucional e familiar, acarretando cotidianamente em humilhações, constrangimentos, vulnerabilidades, desamparo e outros. Diferente da homofobia, que se refere à orientação sexual, transfobia diz respeito à identidade de gênero.

A transfobia é vivenciada por transexuais e travestis desde muito cedo, pois meninas trans são postas de casa para fora, em média, aos 13 anos de idade, essas meninas foram abandonadas pelas famílias (instituição que deveria ser de apoio, acolhimento e amparo) a recorrência à prostituição é vista único meio de sobrevivência. Em decorrência desse fato 82% das mulheres transexuais e travestis “abandonam” o ensino médio entre os 14 e os 18 anos em função da falta de apoio familiar e da discriminação na escola, fato que reforça a necessidade da prostituição enquanto única forma de sustento (ANTRA, 2019). Nesta perspectiva, observo que a transfobia é estrutural, onde tal estrutura se assenta sobre o estereótipo construído para pessoas trans.

Estereótipos arraigados e difíceis de serem desconstruídos por se apresentarem enquanto preditores de comportamentos e que são a base para o preconceito, pois sem um (estereótipo) não há o outro (preconceito), (PEREZ-NEBRA, JESUS, 2011). Tais estereótipos são crenças a determinadas pessoas ou a um grupo de pessoas (PEREZ-NEBRA, JESUS, 2011) e que ditam também profissões, acessos e direitos. Dentre tantos estereótipos, estão a ligação das mulheres transexuais e travestis a prostituição, como também a diferença entre as duas identidades, esta exacerbada pela medicina ao correlacionar travestis a pessoas que não desejam se submeter a cirurgia de afirmação de gênero, enquanto as mulheres trans seriam aquelas que tem tal desejo, e que a sociedade entendeu que, portanto, uma mulher trans seria a travesti “limpinha”.

São esses mesmos estereótipos que são acionados para impedir pessoas trans de acessarem a educação, a saúde e o mercado de trabalho. Os estereótipos incidem sobre os sujeitos a tal ponto que, geralmente, as pessoas passam a se comportar como se fossem verídicos (PEREZ-NEBRA, JESUS, 2011), uma síntese subjetiva de concordância e ação – já

que pensam dessa forma agem como tal. Observo que o estereótipo obscurece a necessidade de uma leitura social imparcial, reduzindo a necessidade de processamento de informação do indivíduo, acreditando no que está posto para justificar a falta de interesse na análise da complexidade do contexto social (PEREZ-NEBRA, JESUS, 2011), a exemplo quando alguém tem curiosidade sobre algo logo pensa em pesquisar na internet, que hoje, está na palma da mão, entretanto usa de termos como traveco para se referir a uma mulher trans ou travesti, uma demonstração de crença no estereótipo somada a preguiça e desinteresse pela diversidade.

Saliento que uma das contradições da teoria do feminismo radical de que mulheres trans e travestis seriam homens de vestido, no entanto mulheres trans e travestis também vivenciam e experienciam o machismo, pois são submetidas aos mesmos padrões de beleza imposto a mulheres cisgêneras, sendo alvo dos mesmos machismos hipersexualizantes, as mesmas cobranças de ‘castidade’, os mesmos feminicídios por causa de posse, ciúmes ou por outros motivos machistas, e observando o *causa mortis*, e como pessoas trans são mortas, principalmente mulheres trans, com requintes de crueldade, havendo especificidades em tais mortes, essas mortes ultrapassam o feminicídio e, desse modo, são transfeminicídios. O que se perde é a oportunidade de aguerrir o feminino em todas as suas essências e mulheridades na luta contra a opressão do patriarcado.

5. PASSABILIDADE: DO DESEJO A ARMADILHA

A constante violação de direitos, discriminações, constrangimentos e segregação, a necessidade da transição, a automedicação (por vezes a automutilação), ao incidir sobre o sujeito despertam o desejo de criar uma estratégia para fugir da realidade de preconceitos. Nesse contexto, a estratégia observada é se tornar igual ao outro, ou seja, “passar” por cisgênero, daí o termo passabilidade. Assim sendo, a passabilidade propicia a determinadas pessoas trans, a possibilidade de circular sem serem notados ou identificados enquanto transexuais, e desse modo, sem serem incomodados ou violentados.

Contudo, a passabilidade tem várias faces e nuances, figurando não só na aparência, mas também no comportamento, na voz, vestuário, estilo de falar, gesticular e na reprodução dos estereótipos de gênero, que pode ser entendido como performance de gênero. Todos esses aspectos somados servem como fator que legitima ou deslegitima a identidade da pessoa trans. Entretanto, observo que a passabilidade não afeta somente transgênero, uma vez que são vários os padrões em que tanto transgêneros quanto cisgêneros tentam se “encaixar”.

O discurso da passabilidade levanta reflexões sobre as narrativas do gênero, pois é diante do “nó” da coerência que empregamos as categorias de cisnormatividade e passabilidade como analíticas das regulações de gênero, a fim de oportunizar leituras teóricas corporificadas que, mediante questionamento do corpo como dado natural, buscam traçar os efeitos das relações de poder na materialização dos corpos (BUTLER, 2003; BAGAGLI, 2016).

Estar dentro dos padrões de passabilidade, exige a performatividade de gênero, um conglomerado de atos/atitudes regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial do gênero de matriz heterossexual e cisgênera, lidas como práticas cotidianas da produção e manutenção de uma determinada corporalidade, que incidem no policiamento constante das fronteiras – masculino/feminino – com finalidade de suprimir todo traço ambíguo que expusesse o trânsito de gênero frente às normas de inteligibilidade, comunicando os possíveis riscos da não inteligibilidade naquele contexto (BUTLER, 2013; LOURO, 2013).

Assim sendo, o sexo não se resumiria as características que alguém possui, mas uma das normas de produção desse alguém, pois “a remodelação da matéria dos corpos como efeitos de uma dinâmica de poder, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização” (BUTLER, 2003). Desse modo, os meios, mais conhecidos, para se alcançar passabilidade, para aqueles que a desejam, são a hormonização e cirurgias, entretanto não são as únicas.

A exigência da passabilidade pode ser observada no pouco espaço que pessoas trans têm na mídia, restrito ao que é considerado “passável” por cisgênero. Esta padronização estética é mais uma das várias opressões às quais pessoas trans são submetidas socialmente, uma vez que “passar” é ser reconhecido na vida cotidiana como alguém que está de acordo com as normas de gênero.

Observo que aquilo que seria a possibilidade de estratégia de defesa contra preconceitos traz consigo armadilhas como o medo relatado por Gael, (nome fictício, em entrevista a pesquisa: Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans), “se antes eu tinha medo do estupro, de determinadas violências como mulher negra... depois da transição eu tenho mais medo da polícia” (PONTES; SILVA, 2013). Ou seja, embora permaneça o receio do estupro em menor grau, o medo que se instaura é o da polícia, por ser, agora, lido como um homem negro.

No caso das mulheres trans negras lidas, antes da transição, enquanto homens – sinônimo de virilidade, visto que a sociedade visa o corpo do homem negro como potência sexual – no pós-transição passam a ser vistas como alguém que abdica do posto de dominante

para se tornarem submissas, e como o feminino sempre é atacado, “sofrem opressões por performarem feminilidade e subverterem as normas regulatórias na ótica do binarismo heterossexual compulsório” (MENEZES, 2018, p. 165).

No que diz respeito às questões de gênero observo que os preconceitos e discriminações delegados a mulheres transexuais e travestis são diferentes daqueles direcionados a homens trans, uma vez que são as mulheres trans as estigmatizadas pela prostituição, sendo que 90% destas sobrevivem de tal função (ANTRA, 2019).

Desse modo, a transfobia atravessa tanto homens quanto mulheres trans, e de maneira interseccional e mais incisiva a mulher transexual/travesti por ser mulher e ser trans. Saliento que o propósito proposto pela passabilidade incide de maneira mais acerada sobre as mulheres trans e travestis, observando a configuração do feminino é mais complexa e abrangente que as determinações de configuração do masculino, uma vez que para ser lido socialmente como homem não tem que ser “bela, recatada e do lar”. Embora a feminilidade, seja ela cis ou trans, se encontre na exigência social de ser alta, magra, inteligente, boa de cama e de cozinha, sem pelos, ser dócil, clama e de preferência loira, entre outros (ANTRA, 2019).

Desse modo, as performances dos gêneros “produzem, promovem e implantam representações sobre masculinidades e feminilidades” (JESUS, 2012, p 01), sendo que a representação do feminino se torna mais opressivo uma vez que a imagem glorificada midiaticamente do culto ao corpo, em propagandas, novelas e outros, é também “uma tentativa de negar a possibilidade do corpo feminino se expressar em diferentes moldes” (JESUS, 2012, p 01).

Entretendo a transição de fenótipo que visa a passabilidade implica acesso à saúde, onde os meios mais conhecidos para a transição, para aqueles que a desejam, são a hormonização (terapia hormonal) e as cirurgias (entre elas a afirmação de gênero), entretanto não são as únicas. A implementação do Processo Transexualizador (PrTr) do Sistema Único de Saúde (SUS) só foi possível diante do cenário de lutas sociais, onde foi necessária a apropriação dos discursos patologizantes da ciência para reivindicar atendimento. Para grande maioria das pessoas trans único meio possível de atendimento de saúde e aquisição da passabilidade. Desse modo, o PrTr consiste em um conjunto de estratégias assistenciais para transexuais e travestis que pretendem realizar modificações corporais ou não, em função do sentimento de desacordo entre seu sexo biológico e identidade de gênero, estando disponível, para aqueles e aquelas que desejam, e que consigam acessar tal serviço, a terapia hormonal e procedimentos cirúrgicos. A primeira cirurgia de redesignação sexual oficialmente comunicada aconteceu em 1952 na Dinamarca.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), o Processo Transexualizador no SUS foi instituído por meio da Portaria nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 e da Portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008, pautadas na habilitação de serviços em hospitais universitários e na realização de procedimentos hospitalares.

A Portaria nº 859 que regulamenta o processo transexualizador foi publicada em 30 de julho de 2013, visando suprir a grande demanda dos Movimentos Sociais LGBTQIA+ pela ampliação do atendimento especializado às pessoas transexuais e travestis e pelo acolhimento sem discriminação, tendo como objetivo revisar a “lógica do cuidado” por meio da estruturação de uma linha de cuidado organizando a atenção à saúde desde a atenção básica à especializada, sendo esta última focada não somente no procedimento cirúrgico e hospitalar, mas também na estruturação e ampliação dos serviços de atenção ambulatorial. O que de fato não supriu completamente as aspirações desejadas pelos Movimentos Sociais (BRASIL, 2017), uma vez que não contemplava os homens trans, desse modo, se pode perguntar: não estavam na tal “lógica do cuidado”? A alegação foi de que não eram socialmente visíveis, motivo para a não inserção no serviço.

Destarte, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), tendo em vista a necessidade de definição de protocolos clínicos de atendimento no âmbito do processo transexualizador, foi publicada a Portaria nº 1.579, de 31 de julho de 2013, que suspendeu os efeitos da Portaria nº 859 até que fossem definidos os referidos protocolos. Em 19 novembro de 2013 foi, então, publicada a Portaria nº 2.803, que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS.

A readequação da portaria tinha o objetivo de atender as pessoas que sofrem com a incongruência de gênero, pois a condição transexual, em nossa sociedade, gera um intenso sofrimento em decorrência do não reconhecimento no corpo biológico e do preconceito. Esta situação leva a diversos distúrbios de ordem psicológica acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio (ARÁN, 2009).

Psicanalistas norte-americanos consideram a cirurgia corretiva do sexo como a forma de buscar a felicidade a um invertido condenado pela anatomia. Segundo Edvaldo Souza Couto, o que define e caracteriza a transexualidade é a rejeição do sexo original e o consequente estado de insatisfação. A cirurgia apenas corrige esse ‘defeito’ de alguém ter nascido homem num corpo de mulher ou ter nascido mulher num corpo de homem. (GAGLIANO, 2006, p.160).

O posicionamento do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), afirma que “a implementação do Processo Transexualizador no SUS, que regulamenta os procedimentos

para a readequação sexual, se insere no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o desafio subsequente é a garantia do acesso a todas as pessoas que necessitam desta forma de cuidado”. A portaria engloba as modalidades hospitalar e ambulatorial. No entanto, questiono, por parte da comunidade trans, o nome dado ao serviço, que se assemelha a um “moedor de carne”, processo industrial, salientando que antes do PrTr já existiam pessoas trans, assim sendo não precisavam passar por tal processo para se autoidentificarem enquanto transexuais e travestis.

Atualmente temos no país cinco centros habilitados pelo SUS na modalidade ambulatorial e hospitalar (cirúrgico):

Quadro 7

HOSPITAL	CIDADE/ESTADO
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás - UFG	Goiânia/GO
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Porto Alegre/RS
Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Rio de Janeiro/RJ
Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP	São Paulo/SP
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Recife/PE

Fonte: BENEVIDES, 2020

Seis centros habilitados na modalidade ambulatorial pelo SUS:

Quadro 8

HOSPITAL	CIDADE/ESTADO
Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais - CPATT	Curitiba/PR
Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia	Rio de Janeiro/RJ
Hospital Universitário Professor Edgard Santos	Salvador/BA
Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS	São Paulo/SP
Ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia	Uberlândia/MG
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	Vitória/ES

Fonte BENEVIDES, 2020

E vinte e quatro centros habilitados na modalidade ambulatorial pelas redes estaduais de saúde:

Quadro 9

HOSPITAL	CIDADE/ESTADO
Ambulatório Transexualizador da Unidade Especializada em Doenças Infectoparasitárias e Especiais	Belém/PA
Ambulatório de atenção especializada no Processo Transexualizador do Hospital Eduardo de Menezes	Belo Horizonte/MG
Ambulatório Trans do Hospital Dia	Brasília/DF
Ambulatório LGBT Darlen Gasparelli	Camaragibe/PE
Ambulatório de Saúde de Travestis e Transexuais do Hospital Universitário Maria Pedrossian	Campo Grande/MS
Centro de Saúde Campeche	Florianópolis/SC
Centro de Saúde Estreito	Florianópolis/SC
Centro de Saúde Saco Grande	Florianópolis/SC
Ambulatório de Saúde Trans do Hospital de Saúde Mental Frota Pinto	Fortaleza/CE
Ambulatório de Transexualidade do Hospital Geral de Goiânia Alberto Rassi	Goiânia/GO
Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga	João Pessoa/PB
Ambulatório de Saúde Integral Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe	Lagarto/SE
Ambulatório LGBT Patrícia Gomes, Policlínica Lessa de Andrade	Recife/PE
Universidade de Pernambuco (UPE), Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM	Recife/PE
Ambulatório LBT do Hospital da Mulher	Recife/PE
Ambulatório de Estudos em Sexualidade Humana do HC	Ribeirão Preto/SP
Ambulatório do Centro Estadual de Diagnóstico, Assistência e Pesquisa	Salvador/BA
Ambulatório trans do Hospital Guilherme Álvaro	Santos/SP
Ambulatório Municipal de Saúde Integral de Travestis e Transexuais	São José do Rio Preto/SP
Ambulatório AMTIGOS do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas	Paulo/SP
Ambulatório Roberto Farina DA Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	São Paulo/SP
Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Cecília	São Paulo/SP
Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais João W. Nery	Niterói/RJ
Ambulatório Sabrina Drumond	São Luís/MA

Fonte BENEVIDES, 2020

Observo que o PrTr só foi possível mediante os avanços da medicina e da evolução no processo de transição de gênero, onde o discurso biotecnológico proveniente das indústrias médicas e terapêuticas dos Estados Unidos no final da década de 1940 foi o ponto de partida de tal evolução. O regime de produção e governo da sexualidade, onde os gêneros, e principalmente a masculinidade e a feminilidade passam a ser artefatos do capitalismo

industrial, o que Preciado nomeou de era farmacopornográfica²¹, que diz respeito à política econômica do sexo no capitalismo avançado, onde novos saberes do campo da medicina, da psicologia e da sexologia expandiram suas fronteiras de regulação biopolítica²². (PRECIADO, 2018).

Esse é o momento em que se passou a estabelecer a produção intencional de subjetividade (modificar o corpo) de forma a concordar com a ordem visual e biopolítica do que se supunha ser um corpo masculino ou feminino. Tal conformidade compulsória fez com que intersexuais fossem mutilados no intuito de acordar com a norma cisheteronormativa, dessa forma, o gênero passa a ser um artefato industrial biotécnico. Desse modo, as tecnologias do gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são, na era farmacopornográfica, os verdadeiros fatores econômicos e políticos, que fazem do masculino e do feminino, “termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem” (PRECIADO, 2018, p.111).

As várias tentativas de afirmação dos gêneros masculino e feminino (cisheteronormatividade) – juntamente com os discursos patologizantes da época – são, nada mais, que “medidas desesperadas (e violentas) para reforçar uma epistemologia abalada”. (PRECIADO, 2018, p. 113). Dentre todos os fatos que suscitaram a discussão de gênero, juntamente com as possibilidades apresentadas, um fato foi preponderante para os sujeitos transexuais: a possibilidade de adequar o fenótipo ao gênero com o qual se identificam. “Trata-se de tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas – incorporadas”. (PRECIADO, 2018, p. 85). Enquanto o regime disciplinar do século XIX considerava o sexo natural como imutável, estável e transcendental, na era farmacopornográfica, esse, passou a ter plasticidade, desse modo, sintético, maleável, mutável, instável e imitável, portanto, tecnicamente produzido e reproduzível. (PRECIADO, 2018).

Nesse processo, transgêneros se apropriam de medicamentos desenvolvidos para corpos cisgêneros para realizar a transição de fenótipo. (PRECIADO, 2018). Entendo tal apropriação como uma gambiarra, pois não há pesquisas que visem o desenvolvimento de medicamentos específicos para corpos trans, fato que acarreta prejuízos a saúde de tais

²¹ O termo se refere aos processos do governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos. (PRECIADO, 2018, p. 36).

²² Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar as práticas disciplinares utilizadas que antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população.

pessoas. A exemplo na transição fenotípica, uma mulher trans faz uso da Finasterida ou da Espironolactona – medicamentos desenvolvidos para corpos cis usados no tratamento, respectivamente, da calvície e da hipertensão e distúrbios edematosos – como bloqueadores de testosterona. Desse modo, as novas tecnologias possibilitaram transformações corporais em transgêneros, onde cirurgias e gambiarras farmacológicas produzem “tecnocorpos” que descerram subjetividades ímpares.

Esses “tecnocorpos” sujeitam uma dicotomia entre natureza e cultura, natural e artificial ou orgânico e inorgânico, pois essa hibridização entre orgânico e inorgânico, é uma realidade, uma vez que por meio de ferramentas farmacológicas e protéticas, se rompe tais barreiras, para além do limite da pele. (HARAWAY, 2000). Para Donna Haraway “um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2000, p.36), onde é impossível distinguir o que é um (corpo) e o que é outro (máquina) e a dicotomia entre ambos é contestada. Tais proposições dialogam com o conceito/noção de contrassexualidade que segundo Preciado (2014), seria o estudo das transformações tecnológicas dos corpos sexuados, o qual o autor coloca o gênero como sendo a materialização protética das normas da sociedade.

No entanto, e mesmo com o avanço tecnológico, há um entrave constante na vida de pessoas trans que é o outro, para algumas populações consideradas minoria a categoria de um outro beauvoriano, segundo Simone de Beauvoir (1980), tal categoria é antiga e comum, nas mais antigas mitologias e sociedades primitivas já se encontravam presente uma dualidade: o Mesmo e o Outro, uma construção do sentido da ideia de relatividade. A autora observa a mulher como o negativo, onde toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Já Grada Kilomba (2008), analisando as questões da mulher negra a observa como sendo o outro do outro, pois não são brancas, não são homens, uma dupla alteridade que a coloca na antítese de ambos (branquitude e masculinidade).

Seguindo mesma linha de raciocínio pessoas trans seriam o outro, do outro, do outro, pois são questionadas em seus gêneros, em suas identidades, em suas vivências, em suas sexualidades, e pior são tuteladas enquanto incapazes não tendo autonomia sobre o próprio corpo, dependendo de laudos para definirem e darem continuidade a suas vidas. Fazer modificações corporais fenotípicas depende de tais laudos, pois tal incapacidade dá a medicina, na pessoa de um médico, o poder de determinar se uma pessoa trans pode ou não fazer as modificações corporais que deseja.

Interessante esse fato, logo a medicina que colocou a transexualidade como patologia por cinquenta anos, de repente cai de paraquedas e passa a determinar quem é e quem não é transexual de verdade e a ditar quem pode e quem não pode modificar o próprio corpo de acordo com sua identidade de gênero. Mais interessante ainda, é pensar que o mesmo não acontece a pessoas cisgênero, pois para esse público basta fazer um pix ou parcelar em doze vezes sem juros e pronto, tudo resolvido, se refaz o nariz, a orelha, se faz uma lipoaspiração ou uma labioplastia²³.

Esse fato, somado a outros, coloca a saúde de pessoas trans em risco, pois sem atendimento, sem perspectiva, visto a dificuldade para acessar o serviço e as intermináveis filas jovens e adolescentes trans recorrem a *internet* como consultora no processo transição fenotípica, correndo riscos como infarto e trombose, entre outros. Meninas trans que por meio das “bombadeiras²⁴ se sujeitam a silicone industrial em busca de adequação e de uma imagem que não veem no espelho. Meninos trans que recorrem à compra de testosterona de maneira clandestina em academias, na verdade sem saber ao certo o que estão levando para casa. Jovens e adolescentes trans que buscam a imagem de homens e mulheres trans das redes sociais, que já transicionaram e vivem sua transexualidade de forma plena. Imagem essa que contrasta com a realidade de jovens e adolescentes trans que são expulsos da família, da escola, que carregam no corpo suas subjetividades – negros, periféricos, deficientes e etc. – e as marcas da transfobia.

Medidas desesperadas em busca da imagem que não veem no espelho, imagem inalcançável até mesmo para cisgêneros, dado que pode ser atestado no fato do Brasil ter se tornado em 2018 o país que mais realiza cirurgias plásticas estéticas no mundo (SOCIEDADE INTERNACIONAL DE CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA - INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY - ISAPS, 2019). Assim sendo, observo que a passabilidade afeta transgêneros e cisgêneros, pois ambos buscam se “encaixar” ao padrão pré-estabelecido. Neste contexto, a exposição de pessoas trans na mídia, “passáveis” e vivendo sua transexualidade de maneira plena, contrasta com a realidade de jovens e adolescentes trans que se frustram ante a TV, mídias e redes sociais em busca da imagem que para eles é, até então, inalcançável.

Embora o PrTr tenha proporcionado atendimento a pessoas trans, vejo contrastes e dificuldades na implementação e ampliação do serviço, a exemplo cito deliberação do

²³ A labioplastia serve para deixar a vulva mais simétrica, removendo um pedaço da parte externa dos pequenos lábios aos grandes lábios.

²⁴ Pessoa (geralmente uma travesti/mulher trans mais experiente) que faz a aplicação de silicone em mulheres transexuais e travestis. De acordo com a pesquisa a palavra não se encontra em nenhum dicionário.

Conselho Federal de Medicina (CFM) de 2019, que por meio da Resolução nº 2.265, que reduziu de 18 para 16 anos a idade mínima para o início de terapias hormonais, reduzindo também a idade mínima para procedimentos cirúrgicos de 21 para 18 anos, e o tempo de acompanhamento para cirurgias de 2 para 1 ano (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2020), tal ato contrasta com a falta ampliação das equipes multiprofissionais e a implementação do serviço em outros estados de forma a agilizar os atendimentos. Fatores que corroboram para o aumento do tempo de espera para efetivação dos procedimentos, a desigualdade de acesso ao serviço, e as crescentes filas de espera para acessar o PrTr²⁵. (SAMPAIO; COELHO, 2012; POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017). A exemplo: o Hospital das Clínicas de Recife – PE foi último centro habilitado, na modalidade hospitalar, em 2014, portanto são sete anos que nenhum outro centro tenha sido habilitado.

Percebo também o despreparo dos profissionais de saúde no acolhimento das pessoas trans, atitudes que expõe tais sujeitos a discriminações e constrangimentos no âmbito do SUS, gerando exclusão, podendo prejudicar a assistência à saúde, e os afastar do serviço. (ARÁN *et al.*, 2009; ARÁN MURTA, 2009; FREIRE *et al.*, 2013; POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017; SAMPAIO; GERMANO, 2017). Fato observado inclusive nos centros habilitados e que revela a necessidade da promoção de ações de capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde, visando dirimir atos preconceituosos e discriminatórios, buscando, desse modo, promover o atendimento acolhedor e equitativo.

Observando as especialidades essenciais para o atendimento e acolhimento de pessoas trans estão a Urologia, a Ginecologia, a Cirurgia Plástica, a Enfermagem, a Endocrinologia, e a Psicologia, entretanto devido a subjetividade de cada pessoa trans acolhida outras áreas médicas podem ser acessadas, de acordo com a demanda de cada um. No que tange a Psicologia, esta sofre reclamações não só quanto ao desrespeito ao nome social e a forma de tratamento, mas também, por exemplo, ao sugerir o fazer as pazes com o nome morto (nome de batismo), nome que, por muitas vezes, a pessoa trans quer esquecer, sendo algo que depende do histórico e da relação de cada pessoa trans com o nome morto. O ‘simples’ fato de questionar o nome anterior de uma pessoa trans já desencadeia uma série de sensações desagradáveis.

²⁵ Embora não se tenham informações oficiais sobre a espera para acessar o processo transexualizador-SUS, por meio da participação, enquanto paciente, da autora no Espaço Trans do Hospital das Clínicas de Recife – PE, (Hospital das Clínicas, 2º andar do bloco E, sala 236. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife – PE, telefone 81 21263587), observo que o atendimento ainda é restrito e agravado pelas longas filas de espera. O estado mais recente a receber tal portaria é Pernambuco que atende um número aproximado de 300 pessoas trans, conta com uma fila de espera de, em média, 5 anos. O Hospital das Clínicas de São Paulo - SP que tem uma fila de espera que chega a 20 anos.

A necessidade de ampliação e melhorias no atendimento do serviço visam modificar a realidade de jovens e adolescentes trans que não tem acesso ao serviço de saúde e se arriscam com a automedicação e a busca por tratamentos alternativos e duvidosos.

Reclamo atenção a importância dos centros de referência para o atendimento adequado no processo transexualizador, entretanto a saúde das pessoas trans está para além da identidade de gênero, sendo essa apenas uma parte de suas demandas. A população trans é heterogênea e possui diversas características como: faixa etária, orientação sexual, raça, religião, atividades laborais, nível socioeconômico, entre outros, portanto com necessidades de saúde singulares, e assim sendo necessitando estarem inseridos nas diversas áreas de cuidados como: saúde da mulher, do homem, do trabalhador, do idoso, saúde mental entre outras, o que seria então a atenção integral.

5.1 NOME SOCIAL, DA EMPATIA AO DESRESPEITO

Se engana quem pensa que a passabilidade, dirigida a pessoas trans, é algo que figura apenas na aparência, pois para a mulher trans “passável” que ao abrir a boca não exibir uma voz entendida como feminina, tem, nesse momento, sua feminilidade questionada e juntamente com tal questionamento sua passabilidade também é questionada. A passabilidade se encontra nos espectros da masculinidade e da feminilidade cisgêneros, estando presente na imagem, na voz, nos gestos e no nome. Qual pessoa trans nunca ouviu a pergunta: qual seu nome de verdade? Que leva a outra pergunta: existe nome de mentira? Se assim for os inúmeros artistas, políticos, atletas estão no mesmo patamar de tal questionamento, de usarem nomes de mentira.

Pessoas trans, em geral, enfrentam muitas dificuldades para acessar e permanecer em espaços sociais, muitos destes, como saúde e educação, assegurados na Constituição Federal de 1988 e designados enquanto direito, na prática um direito questionável. Tais dificuldades se dão pelo fato de diferentes setores da sociedade, como escolas e serviços públicos, se negarem a tratar as pessoas transexuais pelo nome social enquanto não há alteração do seu registro civil. A recusa em tratar pessoas trans pelo nome social gera uma série de constrangimentos, uma vez que o nome com o qual as pessoas trans foram registradas não coincide com sua identidade de gênero.

O nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, e são identificadas, é, portanto, o nome usualmente empregado nas relações diárias do indivíduo, nome que é utilizado publicamente. Assim sendo, o nome social vem substituir o

nome civil que não aderiu à personalidade da pessoa, dessa forma, evitando constrangimentos e situações embaraçosas. Neste contexto nome social está ligado à identidade de gênero, e por isso não deve ser confundido ou entendido como apelido.

O nome social surge de uma criatividade genuinamente tupiniquim, pois em outros países, devido a visibilidade e mobilização pelo reconhecimento de artistas trans, se deu a possibilidade de leis de identidade de gênero a exemplo da Espanha, Argentina, Uruguai e Inglaterra. (BENTO, 2014). E foi justamente o fato de não se ter, até 2018, no Brasil leis que reconheçam a identidade de gênero juntamente com o desinteresse das pautas trans e o engavetamento de projetos de lei (PL 5002/2013, PLS 658/2011, PL 5255/2016) que o “vácuo legal pode ser lido por uma óptica conjuntural, e ao analisar a composição das forças no Congresso Nacional seremos tentados a pensar que é devido exclusivamente à hegemonia conservadora que ora domina o Parlamento que surgiu o nome social” (BENTO, 2014, p. 2).

Observo que quando se é lido pela sociedade enquanto um homem gay, ao que parece, o nome civil é automaticamente colocado no diminutivo, onde Júnior se torna Juninho, Luís vira Luizinho, o que pode ser entendido como uma forma de diminuir e infantilizar a pessoa numa lógica de que aquilo que é entendido como feminino, ou que de alguma forma venha a performar feminilidade é mais frágil, incapaz e menor, e embora seja um homem com “capital de gênero diferenciado de uma mulher, por exemplo, perde posições de poder”. (BENTO, 2014, p. 2).

Saliento que para a efetivação do nome social determinadas ações precisam ser impetradas e entendidas como imprescindíveis para o sucesso do processo de adoção e inclusão do nome social: 1) à adequação dos documentos (formulários, declarações, certidões, certificados, diplomas e afins) onde o nome social se sobreponha ao nome civil não retificado; 2) a modificação do campo sexo para gênero em formulários de matrícula, questionários, diplomas, etc., se constitui como uma forma de inclusão, pois apenas o modelo binário (feminino ou masculino) não abarca as identidades trans, tais formulários podem conter as opções: homem cisgênero; homem transgênero; mulher cisgênera; mulher transgênera; travesti e não binário; 3) a forma de tratamento que está diretamente ligada à identidade de gênero e ao nome social, assim sendo, para o homem transexual se utiliza o tratamento masculino, bem como para a mulher transexual se utiliza o tratamento feminino. A forma de tratamento pode facilitar os processos institucionais ou desencadear uma série de situações como: constrangimentos e discussões, entre outras; 4) o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero que é fator de imenso constrangimento, diz respeito à impossibilidade de uso do banheiro destinado ao gênero com o qual se identificam.

Tal situação ocorre em diversos espaços de convívio social. Proibir a pessoa transexual de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero é violar sua honra, pois sujeitos transexuais, assim como todas as pessoas, apresentam necessidades fisiológicas, assim sendo, “os transexuais têm direito a ser tratados socialmente de acordo com a sua identidade de gênero, inclusive na utilização de banheiros públicos. Violar esse direito significa violar os princípios constitucionais da honra e da dignidade humana e dá direito a indenização por dano moral”. (CONSULTOR JURÍDICO, 2017); 5) respeito à identidade de gênero, onde se deve primar pelo tratamento igualitário, como também pelo acesso e inclusão de todos, não cabendo qualquer tipo de discriminação que caracterize comportamento perverso e traumático, diante da vulnerabilidade dos sujeitos transexuais. O desrespeito à identidade de gênero tira da pessoa transexual a liberdade para opinar, interagir, questionar, isolando-a e segregando-a. 6) fomentar políticas de respeito à diversidade gêneros promovendo a igualdade e de diversidades, o que não significa anular as diferenças e subjetividades.

Da mesma forma, combater o preconceito e a hierarquização do preconceito por meio da capacitação dos profissionais envolvidos em tal processo, pois é notório que em uma instituição onde gestores e pessoas em cargos superiores coíbam o preconceito faz com que funcionários, colaboradores e servidores assumam mesma postura; 7) Garantir a capacitação de todos os profissionais para a gestão da diversidade; 8) Combater a transfobia e a exigência da passabilidade; 9) implementar o sistema de cotas que minimize a desigualdade e que favoreça a entrada, permanência e retorno de transexuais e travestis no sistema educacional e no mercado de trabalho; 10) modificação dos currículos escolares/acadêmicos visando diversificar autores abordados, incluindo, entre estes, autores trans; 11) disponibilizar disciplinas obrigatórias de gênero e diversidade; 12) incentivar a produção acadêmica de pessoas trans; 13) divulgar as ações afirmativas promovam a inclusão de pessoas trans; 14) disponibilizar apoio psicológico para pessoas trans, uma vez que segundo Benevides (2018), há uma prevalência maior de tentativas de suicídio entre pessoas trans (42% a 46%) em relação à população em geral (4,6%); 15) fomentar discussões (palestras, rodas de conversa, e afins) acerca das questões de gênero, diversidade e transexualidade.

Os itens relacionados e principalmente os dois últimos, expressam a necessidade do apoio psicológico como um recurso preventivo ao suicídio e que pode se dar pela formação de grupos, onde as pessoas trans possam dividir suas experiências e se constituir como um coletivo, como uma rede de apoio social. Essa interação entre pessoas do mesmo grupo estigmatizado tem o potencial de ressignificação das suas existências e do estigma de que são

alvo (GIONGO; MENEGOTTO; PETTERS, 2012). Todas essas ações têm como norte a garantia do acesso a serviços essenciais e básicos como também, e principalmente, garantir cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Mas essa dignidade e cidadania não vem com o nome ou pelo fato de se ser humano/a, uma vez que os corpos violentados e desumanizados (mulheres, negros/as, LGBTQIA+), para se reestabelecer enquanto humanos (logo cidadãos/cidadãs), devem se construir e constituir como “corpos políticos”, num processo lento, gradual e descontínuo para poderem existir de direito, como exemplo da escravidão, o voto feminino, entre outros, onde foram concedidas, historicamente, o que pode ser entendido como uma trilha de migalhas (BENTO, 2014), e que deixa claro que “setores dominantes (raça/etnia, gênero, classe, sexual) se apoderam do Estado e tentam segurar com mãos de ferro seu lugar hegemônico” (BENTO, 2014, p. 3).

No entanto somente a gambiarra não basta, pois, as tantas resoluções e/ou pareceres que asseguram o direito ao uso do nome social não resguardam a integridade física da população trans, assim sendo pessoas trans embora possam ser chamadas pelo nome que escolheram, que as identificam e as representam, não estão livres da ocorrência de violências (físicas, psicológicas, morais, sociais e simbólicas) que de modo velado, ou não, as excluí do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços e sequer reconhecendo suas identidades (JESUS, 2012), por esse motivo a emergência da implementação de políticas públicas que os resguardem de tais violências e violações de direitos.

A aprovação, pelo STF, do direito de retificação de registro civil de travestis e transexuais não suplanta o nome social, visto que este visa a resguardar a dignidade de pessoas trans que ainda não fizeram a retificação e/ou não tem recursos para tanto, uma vez que tal decisão não levou em consideração o fato de que os cartórios não são tabelados, o que gera um descompasso nos valores cobrados para tal procedimento.

5.2 TRANSRACISMO²⁶

O movimento negro no Brasil surge, precária e clandestinamente, durante o período escravagista. Grandes personagens, apagados e silenciados no decorrer da história, se insurgiram contra o sistema provocando e impulsionando o movimento como Zumbi dos Palmares, entre outros. Nesse mesmo período, o Movimento Liberal Abolicionista ganha

²⁶ O título deste tópico foi pensado com o sufixo “ismo” com a intenção de patologizar o racismo, seja ele cis ou trans.

força, e passa a desenvolver a ideia de fim da escravidão e o comércio de escravos, resultando na promulgação, em 13 de maio de 1888, da Lei Áurea, que supostamente encerraria o longo período escravagista. (GOMES; SILVA, 2017).

Um ano após a abolição da escravatura, em 1889, foi proclamada a República no Brasil. Entretanto, o novo sistema político, não assegurou ganhos materiais ou simbólicos significativos para a população negra. Contrariamente, esta foi marginalizada, seja na esfera política em decorrência das imposições da República exemplificado pelo sufrágio e outras formas de participação política; seja pelo social e psicológico, pela prescrição das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja também no âmbito econômico, em face da preferência por imigrantes europeus na ocupação de cargos e empregos. (DOMINGUES, 2007).

"A liberdade é negra, a igualdade é branca" frase localizada por Guimarães (2003) ao se referir a passagem da escravidão para a República e que reverbera provocações no entendimento da criação de novas formas de hierarquia social no contexto jurídico. Desse modo o “novo” desafio da população negra passa a ser a luta contra o preconceito e desigualdade social.

Visando reverter a marginalização no alvorecer da República, os libertos – ex-escravos – e seus descendentes articularam a mobilização racial negra no Brasil, inicialmente por dezenas de grupos em alguns estados da federação. (DOMINGUES, 2007). As denominadas instituições de “homens de cor” – geralmente nomeadas como clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes etc. – eram, sobretudo, assistenciais, recreativas e/ou culturais. (DOMINGUES, 2007, p. 103).

A história dos movimentos negros no Brasil é assinalada por discontinuidades e posturas políticas bastante diferentes. É dividida, comumente, em quatro períodos: 1) República Velha (1889-1930); 2) da Revolução de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); 3) da democratização ao Golpe Militar (1945-1964); e 4) da abertura política (1978/79) ao contexto atual.

No primeiro período (1910 a 1930), as organizações dos “homens de cor” não tinham caráter partidário, eram locais, e muitas delas vinculadas à religião católica. Grande parte dessas organizações eram, segundo Gomes e Silva, (2017, p. 3), “espaços de sociabilidade e de lazer, em um contexto marcado sobremaneira pela exclusão, em uma sociedade que demarcava e criava muitos lugares de interdição aos negros, como clubes de futebol, piscinas, restaurantes, entre outros”.

Nesse contexto o movimento negro começou a ganhar força por meio da organização de clubes, associações e até jornais, o objetivo era orientar a população negra a fazer reivindicações, para que assim poder se integrar à sociedade e usufruir dos mesmos direitos como cidadã. Algumas dessas organizações já trouxeram denúncias de racismo e luta contra o preconceito, principalmente por meio de jornais pertencentes a clubes e sindicatos ou independentes, mesmo que de forma ainda pouco expressiva. Ao mesmo tempo, surgiu a chamada imprensa negra: jornais publicados por negros e voltados para as questões pertinentes a população negra (DOMINGUES, 2007, p. 104).

No segundo período (1930 a 1937), é criada em 1931 a Frente Negra Brasileira (FBN), no início do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), que teve início em São Paulo, objetivando integrar o negro a sociedade, de modo que pudessem usufruir dos mesmos direitos dos destinados aos brancos, até então impedidos de exercer determinados papéis devido à hierarquia de raças imposta pela sociedade. Observando que os imigrantes estrangeiros eram preferidos no mercado de trabalho, o FBN visava a inserção da população negra em tal mercado, pois a maioria dos negros e mestiços se encontravam na condição de desempregados e marginalizados. (GOMES; SILVA, 2017). O objetivo era construir uma nova leitura social do negro enquanto “trabalhador”, “ordeiro”, “civilizado”, mediante de valores morais e escolarização, intencionando erradicar estereótipos de “vagabundo”, “sem instrução”, “bêbado” entre outros.

A FNB, segundo estimativas de um dos dirigentes, superou os 20 mil associados. A entidade foi capaz de desenvolver um considerável nível de organização, instituídos em: escola, grupo musical, teatral, time de futebol, departamento jurídico, e oferecendo serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, e a publicação do jornal A Voz da Raça. A partir de 1936, a FNB foi transformada em partido político, um ano mais tarde (1937) com a instauração da ditadura todos os partidos foram extintos, incluindo a FNB. (GOMES; SILVA, 2017). O fechamento das instituições políticas gerou o esvaziamento dos movimentos sociais, entre esses o movimento negro que, nesse momento, observando o culto a Mãe-Preta, tinha como frente de luta a defesa da Segunda Abolição. (DOMINGUES, 2007, p. 106-107).

No terceiro período (1945 a 1964), no pré-período (1944) o Teatro Experimental do Negro (TEN) é criado por Abdias do Nascimento. Que se constitui segundo Gomes e Silva, (2017, p. 4), num “movimento político de vanguarda artística pautado na defesa da negritude, em que o negro aparece como protagonista no teatro e na vida política. Destacou-se pela luta

de uma maioria explorada e excluída, incluindo os mestiços e os pardos sem direitos civis e sociais”.

Contudo os preconceitos e estereótipos destinados aos negros não cessam, a maioria da população negra e mestiça vivenciavam o contexto das favelas, cortiços e mucambos, a perspectiva do TEN de conjugar nacionalismo e negritude, mostrando o negro por meio da representação cultural com vistas a valorizar sua identidade e origens, não se restringindo somente ao teatro, mas também a alfabetização de empregadas domésticas e concursos de beleza, entre outros. No entanto tal perspectiva se viu frustrada com a instauração da ditadura militar, que impôs o fechamento da organização, fato que culminou com o exílio de alguns de seus membros, entre eles Abdias Nascimento, exilado nos Estados Unidos. (GOMES; SILVA, 2017).

Ao final da década de 1970, motivado pelas pressões populares efervescentes em todo território nacional, pelo fim do regime militar, os movimentos sociais, entre esses, o Movimento Negro se reorganizaram tendo destaque na luta por um país republicano. Nesse cenário, foi organizado em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que, a nível nacional, marcou a história do Movimento Negro, e foi considerada um dos mais expressivos eixos da luta antirracista no contexto brasileiro. Fato observado como o quarto período de luta contra o racismo.

Entretanto, o “movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (AKOTIRENE 2019, p. 14), foi incapaz de interseccionar “à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado²⁷ – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. (AKOTIRENE 2019, p. 14).

Fato observado no depoimento do ativista Francisco Lucrécio que Domingues (2007) fez questão de apontar como exagero:

Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo Francisco Lucrécio, elas ‘eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente Negra a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento. Independentemente do exagero de Lucrécio, cumpre assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos (DOMINGUES, 2007, p. 106).

²⁷ É um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais e que dá atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

Creio que o exagero aqui seja o cinismo e o machismo com que mulheres negras são, historicamente, apagadas e silenciadas.

Observo que o movimento negro pautado no masculino não só foi incompetente para interseccionar raça e gênero, mas também por diminuir o protagonismo das mulheres negras, de modo que ele, o movimento negro, falha pelo caráter machista. De tal improficiência surgiram os vários grupos e coletivos de mulheres negras, uma vez que estas não são, de fato, representadas por tal movimento. Saliento que o racismo rebaixa a questão do gênero, uma vez que:

Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p.119).

Ora, se definitivamente o movimento negro não foi capaz de interseccionar raça e gênero, observando mulheres negras cisgêneras, como esse mesmo movimento vai conseguir assimilar as pessoas trans negras?

Peremptoriamente corpos negros e corpos trans, sofrem estigmatizações e consequentemente preconceitos, violações e sanções sociais. A vivência transexual negra expõe experiências sociais e culturais de transfobia e racismo perpetrados pela sociedade e pelo Estado. Pereira (2012) aponta as singularidades de ser Queer no Brasil, contexto sócio-histórico-cultural diferente do europeu, que envolve questões de raça, classe, sexo e colonialidade, entre outras, visto que os processos de corporificação e subjetivação de mulheres trans e travestis tupiniquins são específicos.

Ao conceito de colonialidade, o autor pontua que o racismo se une ao sexismo no processo estratégico de controle que intenciona rebaixar populações e regiões do mundo, necessitando do processo de “decolonização” para a contraposição a lógica da colonialidade vivida em determinada localidade, bem como suas consequências. Assim sendo, Kraiczky (2014), considerar a questão da raça/cor é fundamental para verificação das vulnerabilidades vividas por transexuais.

As questões de raça e gênero quando conectadas se constituem em opressões indissociáveis que incidem sobre vários segmentos sociais, essa articulação entre racismo e sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra” (Gonzales, 1984, p. 224), causando, entre outros, a objetificação sexual das mulheres negras. No contexto das mulheres

transexuais e travestis negras, a dimensão da violência sexista é transformada em transfobia, fato que faz com que a população de mulheres transexuais e travestis negras, observadas sob tal interseccionalidade, seja a população de maior vulnerabilidade.

A objetificação sexual do feminino vivenciado pelas mulheres transexuais e travestis negras, segundo Rodovalho (2017), absorve o “cissexismo”²⁸, invisibilizando as necessidades da pessoa trans, como: usar banheiro feminino, ser tratada no feminino, ter a identidade respeitada, exigindo-lhe cirurgias e adaptações do corpo para ser enquadrada ao padrão binário. Tais exigências fez com que surgisse o termo “transição completa”²⁹, talvez mais bizarro e opressor que passabilidade, pois impõe não somente a aparência, mas também cirurgias visando, sempre, assim como na passabilidade, a cisgeneridade, nesse no genital. Ou seja, mulheres trans são vítimas do sexismo e do cissexismo por não se alinharem, em suas condutas e estéticas, ao seu papel de gênero.

País que mais mata transexuais e travestis no mundo, o Brasil tem cerca de 209 milhões de habitantes e uma taxa de 30,5 homicídios a cada 100 mil habitantes, a segunda maior da América do Sul, atrás apenas da Venezuela, com 56,8. Os Estados Unidos, com população estimada em 327 milhões (e terceiro do mundo em mortes de pessoas trans), apresenta taxa de 4,88 para cada 100 mil habitantes, ou seja, o Brasil mata 6 vezes mais pessoas trans que os Estados Unidos que tem uma população 50% maior que a brasileira. (ANTRA, 2020).

Segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), no ano de 2021, foram confirmados 140 assassinatos de pessoas trans, sendo 135 Travestis e Mulheres

²⁸ Cissexismo toda e qualquer discriminação baseada em só tipo de morfologia (corpo) e este deve estar alinhado com o gênero designado ao nascer, de que só existem dois gêneros (binários: masculino/feminino) e que uma pessoa deve estar alinhada a um desses gêneros, caso contrário ela não será feliz, ou não será bem vista ou bem recebida. É supor que uma pessoa trans tem uma vivência menos “verdadeira”, e/ou nunca será “verdadeira” se não fizer modificações corporais para ficar mais próxima de um dos fenótipos dos gêneros binários, de que pessoas que não se encaixam no binário são doentes mentais, tem patologia e precisam se tratar de algum modo para se curar se dá pela adequação ao “padrão” binário ou por meio do processo transexualizador. É também a percepção de que o corpo da pessoa é “bizarro”, que ela não pode viver no “entre”, o que pode caracterizar também transmisoginia e/ou transmisandria. Também se caracteriza pelo uso de termos ofensivos, mesmo como desconhecimento de que tais termos são ofensivos, ou evocar arbitrariamente (sem a permissão da pessoa) o nome designado ao nascer, a experiência “pregressa” (antes e depois). Termos como ‘transvestir’, ‘transformista’, ‘traveco’, ‘transsex’, ‘t-gata’ (termo que torna a mulher trans um fetiche) são cissexistas, assim como o uso de termos como *crossdress*, *drag*, *drag queen*, *drag king*, quando não se sabe a identidade da pessoa. Designar arbitrariamente, da sua visão/posição cis, a identidade da pessoa tendo como base o visual e/ou performance e o desrespeito a forma de tratamento ao não alinhar artigos e pronomes. Cissexismo é também a desconsideração da existência das pessoas trans na sociedade. O apagamento de pessoas trans politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas, entre estas o acesso aos banheiros, a exigência de um laudo médico para as pessoas trans existirem, ou seja, a legitimação médica para existir. É a negação de status jurídico impossibilitando a existência civil-social em documentos oficiais. Cissexismo e Sexismo são faces da mesma moeda.

²⁹ O termo “transição completa” vem sendo usado como questionamento para pessoas trans, e é usado para se referir, principalmente, a cirurgia de transgenitalização. Entretendo se vincula a terapia hormonal mais cirurgias.

Transexuais e 5 Homens Trans. Do total 81% dos casos foram identificados como mulheres trans e travestis pretas e pardas, fato que explicita, ainda mais, os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans negras e mais incisivamente sobre as mulheres trans e travestis negras e pardas. (ANTRA, 2022).

Observo que a vulnerabilidade à violência entre pessoas negras e brancas seja mais evidente em função da identidade de gênero que de orientação sexual, enfatizando a necessidade de implementação de políticas públicas acerca da intersecção entre gênero e raça que visem o enfrentamento às violências/discriminações a que são submetidos ambos os grupos, e que neste contexto, pessoas trans negras possuem necessidades mais urgentes. (ANTRA, 2022).

Em 2022, foram 131 assassinatos de pessoas trans, destas, pelo menos 76% eram travestis/mulheres trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), fato que explicita, ainda mais, os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans negras e mais incisivamente sobre as mulheres trans e travestis negras e pardas. (ANTRA, 2023). No Maranhão 6 pessoas trans foram assassinadas, destas 4 eram pretas e pardas e 1 não foi identificada. (OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO, 2023)

Embora a questão racial se dê de diversas formas e contextos em cada região/estado, reclamo atenção para ao fato de que é a população negra que tem maior probabilidade de ser assassinada, da mesma forma que a população transgênera (travestis e transexuais) apresenta maior probabilidade de ser assassinada que a população cisgênera (gays, lésbicas e bissexuais), porém, tais mortes acometem mais intensivamente mulheres transexuais e travestis negras, fato intensificado por serem as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas e pelo demonstrativo desses indicadores sociais, são maioria na prostituição de rua e por conta de tal exposição têm os maiores índices de violência e assassinatos. (ANTRA, 2022).

As mulheres transexuais e travestis negras, mesmo que acopladas ao movimento LGBTQIA+, são distintas, por serem sitiadas por estigmas e preconceitos impregnados no contexto social brasileiro. A intersecção de raça, gênero e classe institui a essas mulheres a realidade dos altos índices de violências, a vulnerabilidade social, a debilidade da saúde física, mental e social, e as constantes violações de direitos.

6. SURPRESAS E TRISTEZAS DO DIÁRIO DE CAMPO: ONDE AS TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES, REGIDAS PELA DITADURA

DA IMAGEM SOCIAL, SOFREM A AÇÃO E OS PERCALÇOS DA ADEQUAÇÃO DA IMAGEM AO GÊNERO.

“Não desista, porque vão vir muitos comentários que podem te deixar desmotivado, vão fazer te pensar em desistir, mas não desiste, porque em um certo momento tu vai olhar para trás e vai pensar assim: cara se tivesse desistido antes eu não seria o que eu sou hoje”. (DALLAS)

Neste capítulo serão evidenciadas todas as informações em relação à pesquisa de campo, onde serão apresentados os colaboradores da pesquisa, bem como as experiências vivenciadas no campo, que foram as mais diversas possíveis. Em seguida abordo as transexualidades e travestilidades na sociedade, onde a aparência e a imagem sofrem acordos, desacordos, contradições e distorções, de acordo com a norma cisnormativa, que funciona como ditadura que regula imagem, comportamentos e performances socialmente aceitas, e que embora forçando a todos é mais incisiva e prejudicial a pessoas trans, que subjugados em suas subjetividades, sofrem a imposição da norma em várias das nuances da transexualidade, experienciando percalços, estimações e violências, que vão do nome a legitimação de suas identidades.

6.1 RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo se inicia no preparo para este, que é norteado no desejo da busca por respostas a inquietações que brotam do olhar subjetivo da pesquisadora a respeito a passabilidade, vista como escudo contra o preconceito por uns e como armadilha por outros.

Introdução

O relatório do trabalho de campo, inclui o planejamento e a execução dele.

A preparação do campo ocorreu no período de maio a junho de 2022 e a coleta de dados teve início em 05 de junho de 2022 e conclusão em 28 de julho do mesmo ano. As análises e construção do texto iniciaram subsequente ao término da coleta de dados com término em março de 2023. O estudo envolveu seis pessoas cisgêneras e seis transgêneras da cidade de São Luís – MA. O delineamento foi transversal e os dados foram coletados por meio de entrevistas tendo como base questionários semiestruturados. O objetivo do estudo foi analisar os discursos de pessoas cisgêneras e transgêneras acerca da passabilidade enquanto

estratégia de defesa da transfobia. O trabalho de campo foi encerrado em maio de 2022, tendo os doze questionários efetivados.

Questionário

O questionário foi elaborado entre março e abril de 2022. As perguntas contemplaram o perfil socioeconômico, transexualidade, passabilidade, acesso a saúde, e relações e relacionamentos. Foi aplicado a doze pessoas cis e trans, onde pensando a diversidade do público colaborador da pesquisa e visando a busca da especificidade de cada público, observando a demanda, desejos e expectativas dispare e subjetivos, foram construídos três questionários: o primeiro direcionado a pessoas cisgêneras, o segundo direcionado a mulheres trans/travestis, e o terceiro direcionado para homens trans/transmasculinos.

Perdas e recusas

Quanto as perdas, todas se basearem em incompatibilidade de datas e/ou horários que posteriormente eram reagendados. Já as recusas inexistiram, sendo presente a procura por parte de quatro dos doze colaboradores.

Reflexões da Pesquisa de Campo

A pesquisa surge da inquietação diante da imposição do padrão cisgênero a pessoas trans que cunhou o termo passabilidade. A delimitação do universo da pesquisa foi uma questão pensada a partir das várias formas de transfobia, que engloba entre outros a regionalidade, desse modo a pesquisa se situou em São Luís do Maranhão. As entrevistas se deram em diversos lugares, dependiam da disponibilidade do entrevistado e a proximidade do local, primando pela segurança e sigilo.

Fato que me deixou feliz e surpresa foi a aceitação da pesquisa, onde, após pedir a amigos que postassem em grupos de aplicativo o convite para a participação na pesquisa, alguns entrevistados entraram em contato comigo relatando o desejo de contribuir para a pesquisa. Observo que a pesquisa aborda temática um tanto que incipiente, e engloba três públicos diferenciados, que versam em suas narrativas sobre o mesmo tema, logo não caberia um mesmo roteiro de entrevistas para públicos tão distintos. Assim sendo utilizei três roteiros de entrevistas, cada um direcionado a um público específico, a saber são doze entrevistados:

três mulheres trans, três homens trans e seis pessoas cisgêneros, sendo três mulheres cis e três homens cis, independente da orientação sexual.

O primeiro entrevistado foi o Berlim, homem trans, pansexual, com trabalho formal, entrou em contato perguntando se poderia participar na pesquisa, respondi que sim e marcamos em um shopping da cidade. Após alguns minutos de espera Berlim, que um homem trans pardo chegou, nos cumprimentamos, dei mais detalhes da pesquisa e logo iniciamos, alguns dados por ele fornecidos me deixaram um pouco surpresa, pois foi a primeira vez que ouvi de um homem trans que ele não tinha chegado a concluir os estudos por conta do preconceito. A entrevista durou 43 minutos, Berlim respondeu seguramente a todas as perguntas, se mostrou curioso quanto ao termo passabilidade, terminada a entrevista, agradei e nos despedimos.

A segunda entrevistada foi a Lisboa, mulher trans, branca, de classe média alta, universitária em uma instituição particular. Marcamos em um bar na área nobre da cidade, após minha chegada sem demora a Lisboa chegou, nos cumprimentamos e começamos a entrevista. Lisboa já era acostumada ao ambiente, mas eu notava a surpresa e curiosidade dos funcionários. As respostas foram precisas, Lisboa se sentiu à vontade para narrar assuntos e passagens bem pessoais, e em meio a momentos de reflexão e algumas risadas a entrevista, que durou 51 minutos, seguiu produtiva. Fato interessante foi a resposta quanto ao nome, onde Lisboa relatou amar o nome que tinha e que a mudança do nome, ou seja, a retificação por vezes é também uma imposição social, ao término, agradei e seguimos para um arraial da cidade, para vermos algumas danças do São João.

O terceiro entrevistado foi o Denver, um homem cis, gay, branco, com emprego formal. Marcamos em um bar no centro histórico de São Luís/MA, mais conhecido como Reviver. Sem demora o Denver chegou, muito bem-humorado a entrevista percorreu em meio a uma narrativa bem consciente de sua trajetória e demonstrando conhecimento sobre o tema transexualidade, já que a dissertação de mestrado do entrevistado abordou o tema. Em alguns momentos Denver refletia um pouco, como se fizesse uma retrospectiva sobre a pergunta, em alguns momentos sua voz entristecia, mas logo esboçava um sorriso. A entrevista durou cerca de 21 minutos, suas respostas eram práticas e concisas.

O quarto entrevistado foi o Turim, homem negro cisgênero, heterossexual, universitário. A entrevista foi marcada também no centro histórico, no horário marcado Turim chegou, nos cumprimentamos e começamos a entrevista. Turim se mostrou conhecedor das questões raciais, me fornecendo detalhes de suas vivências e as situações de racismo que presenciou e experienciou. Entre narrativas tristes sobre racismo Turim relatou entre outros, a

falta que o sobrenome africano ou indígena faz e como esse direito é roubado, ou seja, o sobrenome português ou europeu rouba parte da identidade africana ou indígena. A entrevista, que durou 1 hora e 21 minutos, percorreu tranquila, Turim se mostrou muito aguerrido na luta contra o preconceito, observando a objetificação do corpo negro.

A quinta entrevistada foi a Madri, mulher trans, negra, que cursa universidade pública. Madri, apesar de muito jovem, tem uma visão interessante da transexualidade e das relações de raça e gênero. Durante 30 minutos Madri narrou, entre outros, como foi sua infância, seu desejo de ter uma boneca e como driblava o preconceito, relatou que ser trans e negra a coloca em um lugar de vulnerabilidade, principalmente no assédio e objetificação do corpo trans. Relatou também que sua aceitação se motivou na chegada a universidade onde viu outras mulheres trans. A entrevista se deu na universidade que Madri estuda.

A sexta entrevistada foi a Roma, mulher cis, lésbica, pós-graduanda. A entrevista foi marcada em um shopping da cidade, Roma chegou com sua esposa, nos cumprimentamos, conversamos um pouco sobre os nossos projetos de pesquisa e logo iniciamos. Roma relatou que cursou Engenharia, mas que o ambiente era extremamente machista, fato que a fez mudar para a Educação, relatou também o fetichismo, por parte dos homens, que existe em relação a lesbianidade. Relatou, entre outros, o receio que a comunidade LGBTQIA+ tem em relação ao mercado de trabalho, fato pontuado por ela quando sua ex-namorada quis deixar o cabelo crescer para se adequar a tal mercado. Os 53 minutos que durou a entrevista foram marcados pela luta que Roma trava, junto com sua esposa, contra a lesbofobia.

O sétimo entrevistado foi o Cairo, transmasculino, bissexual, formado e com emprego formal. A entrevista foi marcada em um shopping da cidade, Cairo que não se preocupa com passabilidade e relatou que não querer ser passável, chegou sorridente. Nos cumprimentamos e seguimos para a entrevista, Cairo relatou como foi sua saída de casa e como se sentiu quando foi ameaçado por um dos moradores do seu prédio, onde ele colocou capsulas de balas em seu chinelo e nos chinelos de seus amigos que estavam em sua casa. Durante 1 hora e 3 minutos Cairo relatou que apesar de ser pardo não sofre racismo, mas observa que esse é um marcador dentro da comunidade trans, visto que as mulheres trans negras são maioria na prostituição. O Cairo se autoidentifica como transmasculino por achar que o termo homem já traz várias imposições de gênero.

A oitava entrevistada foi a Rio, mulher trans, parda, com ensino médio completo e que trabalha em emprego formal. A entrevista foi marcada em um shopping da cidade, Rio relatou, entre outros, que a passabilidade traz para ela uma certa segurança, que já teve que fugir na rua por medo de sofrer transfobia. Quando questionada sobre transexualidade a

resposta da Rio foi “liberdade”, relatou também as piadas e “brincadeiras” que ouvia quando criança e como isso a marcou até hoje. Os 25 minutos que durou a entrevista Rio relatou a vontade de ir à praia, mas que se sente impossibilitada, pois o olhar para a mulher trans é muito incisivo.

A nona entrevistada foi a Gana, mulher cis, negra, formada, que trabalha formalmente. A entrevista foi marcada na instituição em que Gana trabalha, ela relatou, entre outros, o preconceito que sofreu em uma agência bancária, onde foi impedida de entrar mesmo tendo tirado todos os seus pertences da bolsa, relatou também que quando adolescente na escola ouvia piadinhas quando a seu cabelo e sua cor. Algo que chamou a atenção foi quando entramos nas questões sobre passabilidade, pois Gana se referiu a passabilidade como uma espécie de passaporte onde para acessar determinados espaços é necessário ter tal passaporte e que o passaporte de determinado espaço não cabe a outro. Foram 46 minutos intercalados por momentos de reflexão e revisita ao passado onde Gana lembrou a frase que sua mãe dizia: “vá arrumadinha”, e que depois de adulta, na universidade e com algum conhecimento a mais, percebeu que era uma forma de “proteção” que em verdade queria dizer: você e negra não dê motivo.

O décimo entrevistado foi o Dallas, homem trans, negro, com ensino médio completo que faz curso em uma instituição. Durante 33 minutos Dallas relatou que em seu curso já ouviu comentários pejorativos sobre pessoas trans, embora não saibam de sua transexualidade. Relatou também a importância da passabilidade não só no físico, pois segundo ele uma aparência passável com uma voz que não configure aquilo que entende como voz de homem já coloca tal passabilidade por terra. Dallas, que trabalha informalmente como entregador, tinha o desejo de usar roupas masculinas, mas se sentia impedido e se sentia incomodado com seu nome de registro, nas palavras dele “não era eu”, fato já resolvido por conta da retificação.

O décimo primeiro entrevistado o Milão, homem cis, negro, universitário em uma instituição particular. A entrevista foi marcada em um shopping da cidade, mas por ser em domingo ele não havia aberto e fomos a área de alimentação de um supermercado. O ponto que me chamou mais atenção nessa entrevista foi o fato de Milão ter sido militar da Marinha e ter abandonado por não se sentir bem em vista do tratamento dado aos seus colegas de farda homossexuais. Relatou também o descontentamento que sentia quando mais jovem em relação a seu corpo, por ser magro demais, ficando à vontade para voltar a infância e relembrar o apelido que lhe atribuíram por magro e negro. Em 28 minutos de entrevista,

relembrou também que quando mais jovem gostava muito de dançar, mas que deixou de dançar por causa do preconceito.

A décima segunda entrevistada foi a Londres, mulher cis, negra, com emprego formal. A entrevista foi marcada em um bar na Lagoa da Jansen, fato observado por Londres ao colocar que se eu não uma certa passabilidade será que estaríamos ali? Londres relatou a misoginia no meio jurídico, onde é cobrada determinar postura e imagem para as mulheres, que quando um homem age de maneira mais dura, ele é visto como rígido, aquele com pulso firme, mas quando uma mulher age da mesma forma, ela é vista como histérica, desvairada, mal-amada. Durante 31 minutos de entrevista Londres relatou a cobrança que existe em relação a imagem feminina, fato observado na cobrança feita por suas próprias amigas para pintar os cabelos. Relatou também que durante uma audiência no período estava amamentando, seu seio vazou e um juiz pediu que ela se retirasse da sala pois estava incomodado pelo cheiro do leite materno.

Observações da pesquisa de campo

A pesquisa de campo me fez pensar, mais, sobre o Outro. Foi difícil não sentir empatia com muitos dos entrevistados, ao evocar memórias de dores, físicas, psicológicas e morais. Por várias vezes me peguei de punho fechado, sentindo o coração acelerar diante das narrativas de dor, preconceito, transfobia, sexismo e racismo. Da mesma forma que senti os olhos marejarem diante da impotência, diante de outros olhos, também marejados por lembrar dores, que perdura no tempo, latentes na memória, que causam a sensação de impunidade, que podam a cidadania, a espontaneidade, fazem com que pessoas se policiem cotidianamente e que, com certeza jamais se apagarão.

Não posso deixar de citar os momentos de alegria diante de relatos de conquistas, empoderamento e superação. Como também as surpresas, que não foram somente minhas. Uma das minhas, a visão diferenciada acerca da transexualidade trazida por vários colaboradores da pesquisa.

Quanto as surpresas que atentamente observei, adianto que foram várias, desde mãos suadas, gestos com a boca, olhares perdidos, a surpresa diante dos questionamentos, e os autoquestionamentos, cito o que disse Denver ao ouvir uma das perguntas: “nunca pensei sobre isso” dito por; a visão de transexualidade de Rio; a interjeição “pô! Tu começou e terminou com cada pergunta que só que misericórdia”, junto as caras, bocas e risadas de Cairo; a espontaneidade, clareza e firmeza de Lisboa e Londres; a disponibilidade de Turim, mesmo

sem muito conhecimento sobre o tema; a força e determinação de Berlim e Dallas; a sobriedade e consciência de Roma, que relatando conhecer o tema, por várias vezes se colocou como aprendiz; a segurança, empoderamento e autoestima de Gana, a maturidade de Madri, apesar da pouca idade; e a delicadeza de Milão, que se surpreendeu com a quantidade de perguntas, mas se mostrou disponível, para mim inesperado por ser um homem cisgênero e heterossexual.

Cada uma destas pessoas me ensinaram um olhar ímpar para a vida, cada um deles em suas subjetividades me tocaram marcadamente. São aprendizados que levarei para vida e que serão acionados em situações nas quais possa intervir positivamente. Por fim deixo meu sincero agradecimento a todos os colaboradores da pesquisa.

6.2 TRANSEXUALIDADES E TRAVESTILIDADES NA SOCIEDADE

A transexualidade em oposição a cisgeneridade, questiona os padrões impostos socialmente e historicamente do ser homem e do ser mulher. A imposição social da norma cisnormativa causa danos a todos aqueles que não se adequam a tal norma, entretanto aos poucos se pode observar um outro entendimento das manifestações e espectros da transexualidade, onde aquilo que era visto como uma inadequação entre sexo biológico e gênero vem ganhando outros olhares, como o que afirma Denver, cujo projeto de mestrado versou sobre transexualidade, para ele é uma expressão, um discurso e a representação de um corpo e de uma vivência.

Já para Milão, que deixou uma carreira militar na Marinha por não concordar com o machismo presente na instituição que perpetrava preconceitos, sanções, piadas e repressão aos amigos gays, onde a partir de então passou a procurar o amadurecimento quanto a sexualidade. Quanto a transexualidade reflete que *“que apesar de você ter nascido num corpo, você não se sente bem com ele, você não se sentir você dentro do seu corpo que é muito chocante, porquê é um negócio angustiante, acho que essa é a palavra certa, porque só de imaginar você está habitando um local que você não se sente bem, e você está o tempo todo nesse local que é o seu corpo, nossa deve ser uma situação tão estranha, que absurdo”* (Milão).

O entendimento da transexualidade, depende do ponto de observação e do conhecimento que se tem do tema, a afirmativa que o transexual não se sente bem dentro do seu corpo faz ligação com a suposição de transexual universal, sendo impossível determinar uma vivencia como sendo de toda e qualquer pessoa trans. “É mais fácil ser do que explicar o

que se é.” (DUQUE, 2017, p. 69), assim sendo o gênero é mais facilmente experienciado, e com o novo entendimento que se tem da transexualidade, principalmente por pessoas trans, observo uma gama de vivências distintas onde o que não cabe mais são os atrasados modos de olhar a transexualidade e não o ser transexual como estranho na pele em que habita.

Ao ser questionada sobre transexualidade Roma, que relatou ter certo conhecimento sobre o assunto, entretanto se mostrou um tanto apreensiva, e mesmo com certa dúvida pontua *“[...] que são pessoas [...], homens e mulheres que não se identificam com o sexo biológico, são pessoas que tem esse conflito entre o sexo biológico e o que de fato elas são[...]”* (Roma).

Em vários contextos e abordagens sobre o tema a referência a transexualidade se dá no desacordo entre o sexo biológico e o gênero, no caso identidade de gênero (COELHO, SAMPAIO, 2014), tal conflito reside nas normas de gênero que supostamente definem e operam uma linearidade que regula o dilema entre sexo biológico e identidade de gênero (digo dilema pois ainda hoje, atrasadamente, se observa um como ligado ao outro), onde se definem superfícies de subjetivação com base nas formas homem-pênis e mulher-vagina para uma forma de controle paradigmática. (PONTES E SILVA, 2017).

O dilema ainda hoje vigente liga, atrasadamente, um (sexo biológico) ao outro (identidade de gênero), onde um homem com vagina ou uma mulher com pênis contrapõem as normas e hierarquias socioculturais e históricas da cisheteronormatividade, desestruturando-as e trazendo a alteridade para a discussão e dá o nó nas tias normas. Observo que a transexualidade não está ancorada a somente este contexto, uma vez que ela, tem nuances muito mais profundas que advém da vivência e experiência de cada pessoa.

Gana, que se diz leiga no assunto, acredita que *“[...] a pessoa nasce dessa forma, eu entendo que ninguém escolhe estar em um cenário onde vai viver certas violências por conta dessa orientação, então eu não consigo narrar muito bem quando alguém fala para mim que a pessoa escolheu, que a gente escolhe. Não é uma escolha. Então eu acredito que realmente não seja. Porque ninguém quer ser violentado, ninguém quer passar por nenhum tipo de opressão, não tem muito sentido a pessoa levantar isso como uma escolha [...]”* (Leiga).

Berlim em concordância com Gana sustenta que *“é um gênero que a gente não escolhe, a gente nasce, a gente sente desde o começo”*. Tais afirmações demonstram que não existe escolha, não existe cardápio como algumas pessoas sugerem.

Estudo conduzido por Richard Wrangham (Universidade de Harvard) sugeriu que uma programação biológica em meninos e meninas onde respectivamente os primeiros estariam condicionados para brincadeiras físicas e energéticas e as segundas a brincadeiras que lembrem a maternidade. (MARATEA, 2019).

Outro argumento que valida a teoria de que a transexualidade é geneticamente esperada é a dicogamia (em botânica) ou hermafroditismo sequencial (em zoologia). Em um grupo de peixes dourados em que o macho alfa morre e não se apresenta outro macho para substituí-lo, a fêmea alfa se metamorfoseia/transforma biologicamente em macho com todas as funções reprodutoras, passando a liderar o grupo. Tal mudança só é possível pois a reprodução ocorre no processo de macho e fêmea lançarem seus gametas na água, dessa forma surge a fecundação, ou seja, não possuem órgão genital definido. (MARATEA, 2019).

Diante da evolução que tirou o ser vivo da água, os primeiros animais terrestres e vertebrados proporcionou o aparecimento de uma estrutura que proporcionasse a reprodução interna: os órgãos genitais. Com esse fato o hermafroditismo sequencial parou de acontecer, entretanto o gene permanece no material genético como resultado da evolução, inclusive do ser humano. (MARATEA, 2019).

A ciência sustenta que há diferenças anatômicas entre cérebros de transgêneros e cisgêneros e que continua a estudar a transexualidade, entretanto algo que já provou ser certo, é que ser transexual não é uma escolha. (MARATEA, 2019). O hermafroditismo sequencial propriedade que permite a mudança/transição de gênero, deveria ser alvo de estudos mais profundos, com vistas a encontrar mais respostas, como no caso da programação biológica. Nesse contexto, seria possível agregar outras propriedades ao corpo humano, uma vez desvendado o hermafroditismo sequencial?

Encaixo minha curiosidade sobre o assunto no transhumanismo. Teoria de que a raça humana pode evoluir além de suas limitações biológicas, determinando para si novos valores que vão além das prerrogativas biológicas (VACCARI, 2013), ultrapassando limitações físicas e mentais, por meio da ciência e da tecnologia, desse modo a evolução seria dirigida e planejada.

O termo tem origem no artigo do filósofo canadense W. D. Lighthall em 1940, no qual usa o termo “transumanar” do Canto I do Paraíso da Divina Comédia, de Dante Alighieri: *Trasumanar significar per verba non si poria [...]* (transumanar não se pode entender por palavra [...]), vindo a ser sugerido especificamente pelo biólogo Julian Huxley em artigo de 1951, retomado posteriormente em 1957 (OLIVEIRA, MARIM, BAVARESCO, TAUCHEN, 2019, p. 115). Tal teoria, confrontando a teoria de Charles Darwin, a evolução não seria só biológica, mas também tecnológica.

Já Londres não acredita em gênero, o qual entende como uma construção social, onde entre o gênero e o sexo habita a transexualidade como mais uma expressão de gênero e mais uma construção a ser feita socialmente.

Para Cairo, prefere se autodeclarar transmasculino porque para ele *“a palavra homem é muito diferente da palavra mulher. A palavra homem para mim já tem um estereótipo muito forte, já tem um estigma muito forte, de que o ser homem é um ser mais viril, mais bruto, que tem que ter uma resposta sempre na língua, que tem que mandar em tudo, que tem que ser o chefe de alguma coisa, que sempre tem que está na frente de alguma coisa, mesmo sem saber de porra nenhuma”* (Cairo).

A violência e a arrogância política deles não me seduziram. Eu não tinha o menor desejo de me tornar o que as crianças da burguesia branca chamavam de normal ou saudável. Eu só queria uma saída: qualquer saída. Para avançar, para escapar dessa paródia de diferença sexual, para não ser parado, mãos para cima, empurrado até os limites dessa taxonomia”. (PRECIADO, 2022, p.6).

O apontamento de Cairo me é coerente pois o ser homem introjeta nesse ser o mando, o comando, a autoridade, a violência, e por vezes a arrogância social e cultura de ser dono de tudo, onde suas vontades devem ser saciadas e nunca contestadas. Nesse sentido Preciado observa que “eu não tinha desejo de me tornar um homem como os outros homens.

Ao ser questionado sobre o que para ele seria a transexualidade Cairo afirma que *“é uma eterna desconstrução de mim mesmo, não só no campo de gênero, mas no campo de vivência de sexualidades, de expressões e eu acho que na questão de expressão é o que mais pega, por que o que é o gênero? O que é ser homem? O que é ser mulher? O que é ser cis? O que é ser trans? Em algum momento essa palavra trans, ela vai se desmembrar em várias outras quintas coisas, então eu entendo como se fosse uma desconstrução social, física e psicológica, mental, e em determinados momentos até espiritual de quem eu sou e de quem a sociedade me impõe, de entender o que é meu e o que é a sociedade me impondo. O que é da minha criação e o que provem realmente dos meus sentimentos, do meu raciocínio, do meu bem-estar, acho que é isso, uma eterna desconstrução”* (Cairo).

Uma vez que a ideia de gênero seja construída sugere certos determinismos nos significados do gênero inscritos em corpos diferenciados anatomicamente, compreendidos como recipientes passivos da lei cultural inexorável, onde se tem a impressão que o gênero é tão determinado e fixo quanto a concepção de biologia como destino, nesse ponto não é a biologia, mas sim a cultura se torna destino. (BUTLER, 2003, p.26).

Ser trans é primordialmente se desconstruir, se desvencilhar de seus próprios estigmas e preconceitos, romper a crosta da cisheteronormatividade que nos é imposta e ensinada desde a infância pelo biológico. É acreditar no que sente (gênero psicológico), ignorar os signos e símbolos, é saber que o mundo não foi desenhado para quem é trans e estar disposto/a a criar

desenhos, novas estruturas, sabendo que a luta será contra tudo construído e estruturado cisnormativamente e historicamente. Entretanto pondero que o gênero como destino biológico também pode ser observado enquanto destino cultural.

Para Dallas, a transexualidade é uma fuga do padrão. Já para Lisboa ela “[...] *corresponde a não cisgeneridade, mas a gente começou a pensar a cisgeneridade devido a transexualidade [...], a transexualidade em sentidos formais corresponde a uma pessoa que tem uma vivência na qual ela não se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascer [...]. No entanto eu acredito que a transexualidade não é só isso, a transexualidade é uma revisão da nossa subjetividade*” (Dallas).

A transexualidade, considerada um fenômeno complexo, se caracteriza pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas (CASTEL, 2003), logo o ser não é instintivo nem natural, a dualidade binária do sexo – homem/mulher – embora almeje não consegue suprir a subjetividade de cada pessoa. (ALMEIDA, 2015).

A cisgeneridade, nunca havia sido questionada, só o foi ao definir, nomear e conceituar, mesmo que erroneamente, a transexualidade. Creio que sem o desejo, a cisgeneridade sitiou a si própria, dando margem aos questionamentos vindos de seu contraponto, e, desse modo, viu estremecer as bases que a sustentam por aquilo que ela denominou como transexualidade e determinou como fora da norma.

Para Madri transexualidade é “[...] *quanto uma pessoa renasce, que muda algo de si*”. Ao ser questionada se é difícil renascer Madri acena que: *é difícil, [...], eu acho que demora para a pessoa se entender, cada caso é um caso. E também demora para as estruturas que estão ao redor entender a gente*” (Madri).

A população trans sofre com a violação de vários direitos, que faz com que passem por uma série de experiências de preconceitos e discriminações, as estruturas sociais, como um todo, não têm preparo (ou não querem ter) para o acolhimento de tal população, uma vez que são expulsos das escolas, como consequência o baixo grau de instrução os impede de acessar o mercado de trabalho. (TOKUDA; DONEGÁ, 2017). Observo que os estigmas, preconceitos, discriminações e violências a qual a população trans é submetida se dá na família, na escola, no mercado de trabalho e no convívio em sociedade. Esse conglomerado de violências e violações faz com que mulheres transexuais e travestis tenham como única e última “opção” de sobrevivência ficar sob a luz dos postes nas esquinas das cidades.

A resposta de Rio, foi a que mais me surpreendeu, talvez pelo fato de sempre, ou quase sempre, a transexualidade estar ligada a termos pejorativos, a histórias tristes, a dados e

fatos violentos. Quando questionada, Rio respirou profundamente, observei seu olhar procurar por algo no ar, então respondeu que “[...], quando eu vejo isso, eu me sinto liberta, é assim uma liberdade, uma transição liberta, vejo isso uma liberdade de poder ser quem eu sou, vejo como um meio de liberdade, porque a gente se liberta de muitas coisas que prendem a gente..., a família [...], a sociedade [...], a gente vai contra tudo para ver essa liberdade que nós somos, então eu vejo isso, liberdade!”(Rio).

Lacan (1969) propõe pensar como o desejo do pai e da mãe foi apresentado a pessoa, o modo como o conhecimento, o gozo e o objeto lhe fora oferecido, o autor coloca a ideia de “trapaça” da escolha entre neurose e psicose. Tal escolha seria enganosa, pois não havia, a escolha já havia sido feita naquilo que foi apresentado a pessoa. Uma escolha forçada é disfarçada de ideal do direito à liberdade de escolha. Entretanto, o poder de escolha não barra a hipótese da subjetividade ativa. (BATTISTA, 2018).

A liberdade de poder ser quem é observada por Rio pode ser entendida como uma segunda escolha de liberdade, pois a primeira é feita por quem não é transexual (pai/mãe) que nas próprias expectativas, anseios e desejos fazem escolhas, por vezes imposições, para o ser que tutelam e que não conhecem e talvez nunca venham a conhecer, uma vez que muitos/as são expulsos/as de casa, e outros escondem a transexualidade, às vezes, por toda a vida. Tutores que nos apresentam ao mundo e que, na maioria das vezes, nunca tiveram contato com transexuais e/ou buscaram conhecer a transexualidade.

As várias respostas cisgêneras transgêneras, heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou pansexuais demonstram a diversidade de pensamentos, conhecimento e saberes que se inter cruzam, alguns produzidos cientificamente, outros achismos a muito arraigados. Demonstram também que não há um transexual universal, uma forma única de ser, nesse sentido uma pessoa pode ser várias coisas, é um complexo de várias intersecções, interlocuções, onde a vivência de cada um é única e fruto das experiências vividas.

De acordo com os colaboradores da pesquisa a ideia de “desacordo entre o que se costuma chamar de “sexo biológico”, de um lado, e o gênero, de outro” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p.13), não traduz o todo da transexualidade, o tema é mais complexo e percorre as vias interseccionadas da raça, gênero e classe, observando a vivência única de cada pessoa, suas experiências, vitórias, perdas e frustrações.

Mesmo hoje, ainda que a transexualidade seja mais discutida, tenha maior visibilidade e seja “mais aceita”, há barreiras socialmente impostas que pessoas trans precisam transpor. Denver que em seu projeto de mestrado desenvolveu desenhos, que viraram, entre outros, adesivos e agendas, com temática trans, ao ser questionado sobre a aceitação social de pessoas

trans ele afirma que tal aceitação ainda é difícil *“por que a gente fica tentando muito colocar as coisas nas caixinhas [...], aí eu penso que isso, esteja naquela coisa de querer colocar tudo macho, fêmea, preto, branco, manter as coisas, tudo bonitinho, funcionando em um formato padrão”* (Denver).

Em concordância com Denver, Milão pontua que a sociedade ainda é muito preconceituosa em relação a transexualidade. No mesmo sentido Turim sinaliza que há dificuldades de aceitação social de pessoas trans, e acrescenta a questão racial e econômica como fatores que se somam para a continuidade das barreiras sociais impostas a pessoas trans.

Observando que a desordem corrompe o padrão, ela da mesma forma fornece materiais a tal padrão. Ordem implica restrição, uma seleção de todas as possíveis relações usando um conjunto limitado, logo a desordem é ilimitada, padrão algum é realizado nela, mas indefini seu potencial para padronização. Motivo pelo qual embora empenhados em criar ordem, não condenemos a desordem, reconhecemos que ela é nociva para os modelos/padrões existentes, como também tem potencialidade, simbolizando tanto perigo quanto poder. (DOUGLAS, 1976). Desse modo, a transexualidade desestabiliza o padrão cisnormativo, ao mesmo tempo que tal padrão necessita de tal desestabilização, uma vez que a cisgeneridade só passou a ser pensada e questionada a partir de sua antítese, a transexualidade.

Já Roma pontua dos lugares *“porque elas não estão nesses lugares [...], se elas não estão nos lugares alguma coisa está acontecendo sistematicamente para excluir essas pessoas, [...], não existe banheiro intersexo”* (Roma).

A invisibilidade e impedimentos impostos a pessoas trans a partir de quando acontece...

“a busca mesmo da cidadania, pela cidadania plena, pelo reconhecimento dessa cidadania, de que a sociedade [...] e os demais órgãos públicos [...] nos vejam, de fato, como cidadãs. Como cidadãs que votam, que pagam impostos, como cidadãs que transitam e que querem ter o direito de transitar em qualquer lugar” (CARVALHO, 2014, p. 245).

Embora deveres e obrigações sejam cumpridos, a tal cidadania que não acontece, onde estão os direitos?

Esse fato faz com que transgêneros reivindiquem respeito perante a sociedade e o direito a identidade de gênero em qualquer lugar, respeito as suas vivencias e individualidades, bem como os mesmos direitos que os cisgêneros. (TOKUDA; DONEGÁ, 2017). A luta para estar em todos os espaços, e não ser visto como monstro, é uma constante na vivência trans, o direito de existir socialmente e poder frequentar todo e qualquer lugar ainda é frente de batalha, uma vez que muitas pessoas trans se podam, por conta do

preconceito, de acessar os mais diversos lugares. Sendo assim, questiono quantas pessoas trans você já viu no cinema, no shopping, na praia, num parque? É interessante pensar que a discussão sobre os direitos de pessoas trans é recente, no entanto o preconceito e a discriminação sejam históricos, romper contra a prática da exclusão, exige das pessoas trans mais que “dar a cara a tapa” é preciso “botar a cara no sol”.

A questão do banheiro é uma discussão que sempre surge em relação a pessoas trans, questiono se ao se fazer um terceiro banheiro para pessoas trans não seria mais uma forma de exclusão? Roma pondera a questão da violência, que seria uma forma de proporcionar a *“segurança dessas pessoas, mais nesse sentido do que uma carga de exclusão, propriamente, eu acho que é mais de defesa, um mecanismo de defesa para proteger esses corpos mesmo [...], porque o banheiro para pessoas queers, LGBT’s, entre aspas, é um lugar onde você pode sofrer uma violência ali séria [...], então [...], o terceiro banheiro pode dar segurança, porque tem a agressão psicológica e física também, principalmente”* (Roma)..

A possibilidade de um banheiro unissex, parece não solucionar o problema, pois tal ação impensada, criaria um espaço estigmatizado, situando cidadãos como de “segunda classe” (JESUS, 2012), nesse sentido, tal ação sugere não só a segregação, mas também a curiosidade, pois não seria mais um daqueles espetáculos onde se coloca o diferente enquanto exótico, monstruoso, disforme? Será que não se formaria uma “plateia” para assistir quem entra em tal banheiro, para se saber quem é trans?

É obvio que pessoas necessitam ter acesso a um banheiro, entretanto quando se trata de transgêneros, em especial mulheres transexuais e travestis, se observa ainda que estas são impedidas, geralmente por autoridades desinformadas, fato que faz com que a falta de acesso ao banheiro público seja uma das maiores barreiras para a interação de transexuais na sociedade. (JESUS, 2012).

Ora, se o banheiro é visto como local apropriado para necessidades fisiológicas, o impedimento do uso se torna violação de direitos, seria necessário então uma “polícia do banheiro” para que tal direito, visando com as necessidades fisiológicas e identidade de gênero, fosse assegurado? Entretanto, se o preconceito é estrutural, vigorando em todas as instituições, logo a polícia faz parte do efetivo do preconceito enraizado. Creio que essa seria mais uma das “soluções” bizarras que expõem pessoas trans e as estigmatizam ainda mais, reforçando o preconceito. A discussão é longa, principalmente porque não há interesse político, o que faz com que tal discussão venha sendo adida por várias instancias de poder, e no decorrer do cortejo, do jogo de empurra e engaveta político, pessoas trans sejam violentadas cotidianamente.

É urgente que se tome providencias, uma vez que casos de violação de direitos, observados na proibição do uso do banheiro por pessoas trans, faz com que tais pessoa se exponham em redes sociais para publicizar as violências que terminam na justiça, oneram o judiciário simplesmente por causa de um xixi, um cocô ou um retoque de maquiagem. Nunca imaginei que em pleno século XXI ir ao banheiro seria caso de justiça.

Já Gana é incisiva em dizer que acredita que sim e continua afirmando que é por conta *“desse estereótipo, quanto mais próximo for do aceitável, as pessoas são vistas, [...], usadas como: eu tenho uma amiga trans, porque ela se caixa dentro desse estereótipo. Também: eu não sou isso porque eu convivo com uma pessoa está dentro desse estereótipo aceitável. [...], infelizmente já ouviu dentro da instituição que trabalho, uma pessoa falar: eu tenho até amigos gays, que dão aula para minha filha. E dava vontade de dizer assim: nossa! Parabéns, é isso que você quer? Um certificado?”* (Gana).

Londres responde que com certeza sim, concordando com Gana, e observa que os estereótipos acentuam o preconceito e a discriminação *“[...] porque a diferença e a discriminação emergem do mesmo seio da concepção de que a trans está reservado o lugar da prostituição, [...], aquele lugar que ela deve ocupar. Quando essa mesma pessoa trans ocupa lugares que cabe a ela pela sua competência, pela sua inteligência e pelo seu formato, aí ela incomoda [...], aí é que a gente vê que a sociedade respeita a trans, desde que ela seja uma mera prostituta, o respeito é na profissão da prostituta, [...], se ela se opor a esse lugar que foi destinado, ela incomoda, aí emerge o preconceito”* (Londres).

O preconceito tem por base o estereótipo, sem este o preconceito não existe. O estereótipo faz jus a atribuição de crenças a um grupo ou pessoas, o compartilhamento dessas crenças cria generalizações sobre tal grupo, uma vez que o ser humano tende a generalizar a partir de similaridades percebidas tornando irrelevante o diferente. Os estereótipos enquanto componentes pré atitudinal, participa da formação da autoimagem das pessoas, que acreditam nos estereótipos a respeito de si próprias, se comportando enquanto verdadeiros, e dessa forma avalizando-os. (PÉREZ NEBRA, JESUS, 2011). Dessa maneira, se pode dizer que quando o estereótipo é muito forte/pernicioso, os membros do grupo alvo de tal estereótipo tendem a aceitá-lo e incorporá-lo à autoimagem.

O preconceito perpetrado a pessoas trans é visível em vários setores da sociedade, a exemplo as instituições de ensino que expulsam pessoas trans, como também na saúde onde o diagnóstico de transexualidade é extremamente problemático, pois além de patologizar pessoas trans, invisibiliza a violência social a que são submetidos e que é fruto da não adequação as normas de gênero, e torna velada à transfobia que tal diagnostico causa.

(MURTA, 2014). Da mesma forma que, “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela defini, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”, como nos adverte Louro (1999, p. 16).

Os estereótipos que envelopam a comunidade trans, principalmente as mulheres trans/travestis, são muitos, um destes diz respeito ao termo travesti, pois quando todas as identidades transfemininas eram vistas como travestis, logo os estereótipos que cabiam (e ainda cabem) são da prostituta, barraqueira, ladra e perigosa. O surgimento do termo transexual levou a crer que os estereótipos cessariam, no entanto, tal termo logo foi visto, também na comunidade trans, como a “travesti limpinha”, entretanto o novo termo também foi alvo de estereótipos, não o marginalizado, mas o de doente mental, com tendências a automutilação, possível suicida, que precisa de ajuda e que tem o desejo irremediável de se submeter a cirurgias e terapia hormonal.

Daí o conceito errôneo e muito disseminado na sociedade, advindo principalmente da medicina, de que travesti (a prostituta, barraqueira, ladra e perigosa) é aquela que não tem o desejo da cirurgia de redesignação sexual, enquanto a transexual (a doente mental, potencial suicida) a almeja como única forma de sanar um tal “problema/defeito”.

Seja como louca e puta (travesti) ou santa transtornada e suicida (transexual) a imagem da pessoa trans sempre é alvo de julgamento e fator de diferenciação entre as dignas de acesso e cantadas (mesmo que violentas) e as indignas – aqui me referindo as mulheres trans e travestis pelo fato de que na configuração da mulher, trans ou cis, as imposições sociais são mais severas que na configuração do homem.

Tal fato pode ser observado na mídia, que na ditadura da imagem, a rigor cisheteronormativa, elege quais os corpos visíveis e desejados e quais os relegados. Assim sendo, a imagem requer a adequação e negociação com a norma cisheterossexual, onde nesse jogo a passabilidade figura como moeda vigente, que dita quem pode ou não ter acesso a direitos e sociabilidade, e quem é obrigado a se posicionar sob a luz do poste.

6.3 APARÊNCIA E IMAGEM: ACORDOS, DESACORDOS, CONTRADIÇÕES E DISTORÇÕES

Observo a passabilidade como mais valia (MARX, 2013) para a sociabilidade cisheteronormativa, pois o custo é, por vezes alto, para que uma pessoa seja entendida como pertencente e digno de socialização, para que seja considerado pelo Estado como cidadão.

Coloco uma pessoa, pois a passabilidade habita todas as caixas nas quais, tentando ou não o encaixe, existem para todos, todas e todes.

Curiosamente ao falarmos de imagem, algumas pessoas cis foram breves, de certa forma o já esperado, afinal quem questiona a cisgeneridade? Entretanto, algumas destas relataram certo descontentamento com a própria imagem e consequente dificuldade de socialização. A aparência está ligada ao que vê: os cabelos, a pele, as roupas. Já a imagem é o que estes símbolos representam, aliados ao seu tom de voz, à sua postura, à energia que você passa ao entrar em um ambiente e às cores que você está usando.

Ao ser questionado se é feliz com a imagem que tem de si, Denver refletiu um pouco e respondeu que não, concluiu que é hoje, com melhor conhecimento de mundo, gostaria de ter mais liberdade para expressar quem é. A resposta não me satisfaz, então insisto e questiono o oque, na visão dele, falta para que essa liberdade aconteça? Denver novamente olhou para cima como se procurasse uma resposta no ar, repetiu a pergunta ainda reflexivo e observou que a tal liberdade *“poderia partir de um coletivo [...], até mesmo da própria comunidade gay, o julgamento, menos incisivo, [...], reduzir um pouco o preconceito [...], porque o gay é muito preconceituoso com a própria comunidade gay, [...], os meus próprios amigos são os primeiros a me criticar quando eu faço balé, quando eu faço uma foto mostrando a bunda, [...], quando estou com as minhas amigas trans são os primeiros a vir com comentários transfóbicos na rede social. Não chega a ser comentário, mas chega a ser um meme³⁰ que tu vê que é transfobia [...], aquela brincadeira que nunca é inocente”*(Denver).

A proposta da pesquisa é o estudo da passabilidade como uma das nuances da transexualidade, entretanto a masculinidade, mais precisamente a masculinidade tóxica, causa percalços a vida de pessoas trans. Nas narrativas de vários colaboradores da pesquisa vimos e veremos a referência ao privilégio da masculinidade, principalmente quando interseccionado – homem/branco/cis/hetero. O relato de Denver abre uma fenda na pesquisa para pautarmos a tal masculinidade e seus extremismos que culminam com a masculinidade toxica.

A masculinidade pode ser observada/entendida como uma série de processos que secretamente produz distinções de gênero que tem como base relações assimétricas de poder, que culminam no consenso e/ou aceitação em relação a ordem/norma dominante e às práticas hegemônicas (MURGIA; POGGIO, 2009), levando ao conceito de masculinidade hegemônica, essa por sua vez distinta das masculinidades subordinadas, onde a hegemônica

³⁰ Termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado no "mundo da internet", se referindo ao fenômeno de "viralização" de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc., que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

possui caráter normativo e não estatístico, busca incorporar e circunscrever uma forma “honrada” de ser homem, exigindo dos demais homens uma posicionamento que a legitime como ideologia que causa a subordinação global das mulheres e homens (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005).

Contudo, os homens que recebem privilégios do patriarcado sem adotar ou esboçar a dominação masculina intensa são vistos como os que adotam uma cumplicidade masculina, ao ponto que o domínio hegemônico não se traduz em violência, apesar da sustentação poder vir da força, tal ascensão advém da cultura, das instituições e da persuasão. (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2005)

O termo masculinidade tóxica expõe a interligação de normas, crenças e comportamentos associados a masculinidade, prejudiciais as mulheres, crianças, sociedade e aos próprios homens, onde a defesa de tal masculinidade é ligada – levada a extremos – a virilidade tóxica, assim sendo, os homens se tornam agressivos ao tentar defender e “propor” um conceito de masculinidade, a tanto que demonstram como o debate sobre a normatização do conceito de masculinidade está ligada as características de ser: agressivo, competitivo, homofóbico, sexista e misógina. (SCULOS, 2017)

Nesse contexto, se observa uma relação entre as vantagens atribuídas ao homem, por meio das relações de gênero, enraizadas pelas forças física e simbólica, que se assemelham a masculinidade tóxica que se constitui da hipercompetitividade, autossuficiência individualista, tendência ou glorificação da violência, chauvinismo masculino, sexismo, misoginia, rigidez na concepção de sexo, papéis destes e identidade sexual, heteronormatividade, o direito à atenção (sexual) de mulheres, objetificação e infantilização das mulheres (SCULOS, 2017).

Observo que nem todos os casos de masculinidade tóxica reúne todos os elementos, entretanto quando se pensa/fala sobre a masculinidade tóxica é justamente isso que significa, onde se baseia na competição dos homens que afeta as mulheres, pois tal competição traz consigo a vontade de dominá-las, uma tendência problemática dos homens (DUTRA e ORELLANA, 2017).

Essa imagem de ser homem é introjetada desde muito cedo, seja por meio dos brinquedos e roupas, onde a masculinidade é vigiada e não admite vacilos ou qualquer esboço/nuance do feminino, sendo essa masculinidade reforçada com frases como: “homem não chora”; “isso não é coisa de homem”; “homem que é homem não nega fogo”; “homem não leva desaforo para casa”, entre outras.

Milão afirma que sim, entretanto quando mais jovem tinha o desejo de ter o “corpo padrão”, forte. Pontua a questão da magreza como fonte de onde brotavam importunações e o

apelido de “cracudo”, mas que com o tempo começou a se aceitar e é feliz da forma que é. Em concordância Turim relata que gosta da imagem que tem de si, pontua que não é movido por opiniões de terceiros

Roma e Berlim responderam que sim, se disseram sem problemas quanto a imagem. Já Londres foi mais fundo em sua resposta, afirmando que se sente feliz, não com a imagem, mas sim com quem é, uma pessoa que quebra preconceitos diariamente e principalmente quebra a visão estereotipada exigida de uma operadora do direito.

Para Cairo, ter uma imagem positiva de si reside em se colocar em primeiro plano e estar aberto a mudança em todos os âmbitos seja no contexto do que deseja estudar até a forma como se relaciona com a cidade, a cultura, o trabalho, tudo isso faz com que ele se sinta bem consigo mesmo.

Dallas e Rio responderam que atualmente sim. Já Lisboa se mostrou grata por ser quem é, pontua que embora grata, nada a impede de desejar fazer algumas intervenções, como colocar próteses de silicone e observa que mesmo grata por ser quem é gostaria de ter uma autoestima melhor. Outra que observou a autoestima como fator relevante para a manutenção da autoimagem foi Madri, que admitiu ter certo grau de disforia, entretanto a autoestima elevada não a deixa sucumbir.

Quando a questão são os constrangimentos em razão da imagem somente Rio respondeu não ter sofrido nenhum tipo até o momento. Para Denver o constrangimento foi: *“por ser fraquinho, não ser aquela gay “padrãozinha” (Denver).*

Mais um tema trazido por Denver que abre mais uma fenda na armadura da pesquisa. Tema relevante, pois muitas mulheres trans e travestis são colocadas como gays de vestido, o gay extremista que ousa o véu das feminilidades. E se percebe a estigmatização e estereotipação do feminino ou de tudo que faça menção ao feminino, por parte da cisheteronormatividade

Na comunidade gay há a introjeção do padrão heteronormativo que é reproduzido como exemplar, aos que seguem esse padrão é dado o “título” de gay aceitável, cujo único desvio seria a orientação sexual, que “foge” do padrão, no qual ele tem acessos e consegue se misturar no meio hetero, pois na sua leitura não se pode identificar a orientação sexual (CAVALCANTE, 2015, p.29).

O intitulado “viado”, manifesta sua orientação sexual em público, é visto como o gay que “saiu do armário”, que não se contenta com o anonimato, expõe sua vida amorosa/sexual nas redes sociais, e que, sobre ele pesa a normatividade, estigmatizando tais ações. No senso comum, visto como um ser diminuído, de segunda classe em relação ao gay, sofre a repressão

que nega – ou tenta negar – sua subjetividade e o desqualifica no termo “viado” ou “viadinho”, proferidos pejorativamente (LADEIRA, 2015).

Já a “bicha pão com ovo” não são lidas como gays, a ela é dado o termo de bicha, e nesse caso a bicha mais pintosa, femininas, afeminadada. (CAVALCANTE, 2015), a esvoaçante. Ela apresenta uma estética e expressão de choque, sem o receio de usar um shortinho curto, um *cropped*³¹, adereços no cabelo, lápis e sombra nos olhos, batom. Ela é a transgressora que perturba em sua performance. Tem essência *queer*, afronta e assumi postura de diferença, que não quer ser assimilada [...]. Parece que o medo, para ela, foi deixado no armário (CAVALCANTE, 2015, p. 42).

Levando em conta a influência da mídia, creio que ninguém seja totalmente satisfeito no próprio corpo, pois é tanto tempo no mesmo corpo que se pensa, sente, avalia e questiona o mesmo, surgindo dúvidas e desejos, muitos destes introjetados, já que estando numa sociedade que cada vez mais valoriza a imagem, faz todo sentido que insatisfações, dúvidas e frustrações com o próprio corpo apareçam.

Embora esteja no topo da pirâmide na sigla LGBTQIA+, a homossexualidade masculina não está livre de preconceitos e da hierarquização interna, que, a meu ver, estratifica a comunidade gay enquanto frente de lutas, pois a representação, personificação e performatividade do gay padrão, faz com que os demais representantes da letra G na sigla sejam diminuídos e ridicularizados por seus próprios pares e assim sendo a luta fica enfraquecida.

Uma vez que o corpo aflora da identidade e com esta a performance e a performatividade, julgo interessante, intrigante e por vezes triste a hierarquização presente na comunidade gay, pois para além do preconceito sofrido está a criativa, maldosa e a caricata hierarquização, que cunha termos como: padrãozinho, pão com ovo, poc poc³², barbie³³, urso³⁴, afetada³⁵, fina³⁶, incubada³⁷, dois reais³⁸, sandy³⁹, pegatrix⁴⁰, PAM⁴¹, quá-quá⁴²,

³¹ Blusa mais curta que o convencional, que deixa parte da barriga e o umbigo à mostra.

³² Termo usado para se referir aos gays mais afeminados, derivado da onomatopeia “poc poc”, que seria o barulho feito pelo salto alto. Inicialmente usado de forma pejorativa para definir a bicha mais pobre, um sinônimo de “bicha pão com ovo”, hoje resignificado para o Poc Proud (poc orgulhosa) ganhando a tradução, dos próprios reivindicadores do movimento poc de “perfeito aos olhos de Cristo”.

³³ Toma anabolizante, frequenta academia, se depila, frequenta praias e festas, nestas costumam dançar sem camisa e fazendo carão (ninguém é digno do seu olhar, ele é o maravilhoso inacessível), entretanto no findar da festa o desespero começa a bater e tudo vira um grande mercado de carne em liquidação.

³⁴ Aquele fortinho/cheinho e peludinho.

³⁵ Fresco, excêntrico, mimado, blasé, antipático. Acha tudo fora do seu mundinho cafona.

³⁶ Costuma dar festas maravilhosas na sua cobertura, viaja todo ano para o exterior, anda de chinelo havaianas, frequenta a alta roda.

³⁷ É o tipo mais comum. Muitos casam e tem filhos, não deixam a menor suspeita que gostam de homens, e passam a vida inteira levando uma vida dupla. Sair do armário não está nos seus planos.

pintosa⁴³, barraqueira⁴⁴, com certeza a comunidade gay é muito hierarquizada e rotula os seus próprios, quase sempre de maneira pejorativa.

Vou me ater ao “padrãozinho”, termo colocado por Denver, tal termo se referi aos homens gays que estão dentro desse padrão de beleza valorizado pela sociedade e pela mídia, geralmente o gay jovem, branco, sarado, discreto, bem-vestido e de classe média/alta.

Embora essa seja a imagem que vem à cabeça da maioria das pessoas quando enunciado a termo gay, a sensação é de que foram clonados, o mesmo corpo, corte de cabelo, postura masculinizada – ou tentando ser – como se o “corpo perfeito” fosse garantia de amor, “aceitação” ou até mesmo sexo. Creio que umas medidas a mais na camisa (talvez algumas a menos na cueca) não definam, nem invalidam uma pessoa.

Já para Milão foi o apelido de “cracudo”. Turim revela que sofre preconceitos todos os dias pelo fato de ser negro, e observa que tal preconceito se estende também a indígenas, quilombolas e LGBT’s. Roma acrescenta que o gênero é, também, uma questão para constrangimentos, pois os sofre por ser mulher, e acrescenta que o fato de ser baixinha, faz com que tenha que se impor em certos ambientes, geralmente masculinizados, que sua estatura pode até ser um problema na profissão, mas não o é para relações.

Enquanto que Londres relatou ter vivenciado vários constrangimentos em relação ao gênero e a profissão que exerce, também por ser uma pessoa muito livre e pelo “[...] *fato de eu abraçar os direitos humanos como a única opção viável de vivência dentro do mundo jurídico, eu já fui taxada de sapatão, é engraçado que eu tinha os dois extremos, porque eu andava com qualquer homem, ou que eu era sapatão, porque eu chegava nas meninas, abraçava, beijava, então assim, esses dois extremos, eu sempre vivenciei muito*”(Londres).

Observo que a opressão a qual as mulheres são submetidas não é natural, determinada pelo sexo, mas sim socialmente estabelecida (NASCIMENTO, 2021), a antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1993) rechaça as concepções universais que causam a opressão das mulheres, observada no sistema sexo/gênero “produto da atividade humana” e observa

³⁸ É aquela que passa na mão de todo mundo, ou seja, pega todos os boys da rua, da cidade, de todo canto.

³⁹ É aquela politicamente correta, que sempre vai esperar pelo príncipe encantado descer do cavalo, para se casar com ele.

⁴⁰ Gosta de ficar com vários caras diferentes numa festa e mexe com homens na rua. Também conhecido como rodada.

⁴¹ Passiva até a morte.

⁴² Desde criança já dava pinta, as brincadeiras se davam mais com meninas (boneca, casinha) que com meninos. Comumente é confundido com meninas, por causa da aparência feminilizada. Usa roupas apertadas e coloridas, é alegre e extrovertido, mas secretamente sofre por amores não correspondidos. 100% passivo.

⁴³ A afeminada lacradora, gosta de dançar, rebolar e causar por onde passa.

⁴⁴ Aquele que chega causando em todos os lugares, gosta de armar barraco e não está nem aí para opinião alheia.

que a opressão às mulheres é evitável, sendo possível uma sociedade sem gênero, na qual o sexo seja irrelevante para o que o sujeito é (NASCIMENTO, 2021, p. 32).

Percebi que essa questão deixou Berlim um tanto desconfortável, o deixei pensar um pouco, questionei se ele queria pular a pergunta, ele me olhou com os olhos marejados e disse em tom firme que iria responder, afirmou que já havia sofrido discriminação, e que *“no primeiro ano do ensino médio no colégio Fernando Perdigão, tinha um professor de química [...], a gente fez um círculo e ele começou a apontar para mim, ele começou a falar muitas coisas que não tinham nada a ver sobre a aula ou qualquer outro tipo de assunto relacionado a escola, e ele começou a ser preconceituoso comigo [...], basicamente acho que aquele dia ele tinha programado ir ali e falar sobre mim. Eu tentei recorrer a diretoria que não fez nada, e aí ele veio com a desculpa de que ele era advogado e que ele sabia o que era a lei, tanto da minha parte quanto da parte dele e desde então eu não consegui completar o ensino médio”* (Berlim).

As comunidades, desde os primórdios, adotam regras implícitas que podem ou não segregar certos indivíduos que não se adequam ao ideal preestabelecido, fazendo destes “fora da norma”, pessoas estigmatizadas. As práticas baseadas na igualdade fundamentam as normas de sociabilidade e o princípio de civilidade das relações sociais, logo o direito à igualdade estabelece o vínculo do direito com os movimentos por sociedades inclusivas, (KAUCHAKJE, 2003).

Os avanços da cidadania representam assegurar os direitos humanos de cada pessoa, independentemente de sua característica física, social ou política, contudo, tal cidadania pode esbarrar no preconceito e na discriminação, para os que não se enquadram no perfil preestabelecido pela sociedade. Assim sendo, a discriminação causa a mutilação da cidadania daqueles que fogem ao padrão excludente, podendo estes de direitos garantidos na Constituição de 1988. (BENEVIDES, 1998). Neste sentido, Amaral (1998) observa que o preconceito e a decorrente discriminação vivida ainda com mais intensidade pelos significativamente diferentes os impedem de vivenciar seus direitos como cidadãos.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), 82% das mulheres transexuais e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos, em função da discriminação na escola e da falta de apoio familiar. Sem opção, 90% acabam na prostituição (ANTRA, 2020). Geralmente, se ouve, erroneamente, que pessoas trans abandonam a escola, nessas narrativas tortas o que vem à mente de imediato é a figura da mulher trans/travesti, no entanto não existe abandono, uma vez que é a transfobia estrutural e diária que expulsa pessoas trans da escola.

O relato de Berlim me foi inusitado pois tal relato se ouve, em sua grande maioria de mulheres trans/travestis, em tantos anos sob o mando estigmatizado da transexualidade essa é a primeira vez que ouvi de um homem trans tal experiência – ser expulso da escola.

Questionei se ele estava bem e com a afirmativa me senti à vontade para perguntar como ele se sentiu. Com os olhos fixos em mim confessou que se sentiu humilhado e que nenhuma providência, por parte da direção da escola, havia sido tomada. O ano do acontecido foi 2019, sendo que a transexualidade foi “retirada” da lista de patologias da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2018, e em junho do mesmo ano da transfobia direcionada a Berlim, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada crime.

Cairo com um sorriso, meio que atravessado e um sonzinho que fez com a boca respondeu que todo dia passa por constrangimentos em razão da imagem, mas que constantemente tem tentado trabalhar o psicológico para não sucumbir, adiciona que não é tentar se blindar, mas sim se fortalecer, observa que ao não se importar com a opinião do outro, esse não tem poder sobre ele.

No intervalo entre as perguntas Cairo continua e faço questão de não o interromper, cada detalhe é precioso, e ele me relata casos de ameaça por ele sofrido, em um destes, relata que no início da pandemia de Covid-19, estava com amigos em casa trabalhando em um projeto, e que quando foram sair para comprar comida um policial, morador do mesmo prédio, havia colocado no chinelo dele e de cada um dos amigos, um cartucho de bala vazio. Segundo Cairo mesmo com boletim de ocorrência o caso não deu em nada, pois se tratava de um policial.

Dallas por sua vez relata ter sofrido transfobia no começo da transição de gênero em uma entrevista de emprego. Madri relata a transfobia relacionada a imagem também no compartilhamento de espaços públicos, no fato de pessoa não trans se negarem a sentar junto próximo a ela, mesmo sendo o assento o único lugar vago em determinado espaço, no caso, uma parada de ônibus. Já para Lisboa vai do compartilhamento de espaços públicos, a proibição de acesso a estes pois ao “[...], perceberem que eu sou trans e me verem como homem, a partir dessa avaliação criminosa e invalidante, não correspondente com a realidade [...], fui impedida, por exemplo, de usar o banheiro feminino, eu fui humilhada, então assim, a partir dessa avaliação as pessoas me proibiram de fazer algo que eu gostaria e que era uma necessidade minha, um direito humano, [...]” (Madri).

Para Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia, a proibição do uso do banheiro por mulheres transexuais e travestis em razão da identidade de gênero constitui

atitude discriminatória, e nos convida a pensar como tal ato expõe e constrange tais pessoas: “Imagine o ‘rebu’ que causaria Roberta Close entrando em um toalete masculino do shopping ou no ‘banheirão’ lotado de homens em um estádio de futebol! Nenhuma mulher é barrada no toalete por não ter útero ou ovários, por esconder a careca debaixo da peruca ou por ter os seios de silicone”. (JESUS, 2012, p. 1).

Em caso de mesma consistência, ocorrido em 2001, na cidade de Londrina onde a vítima registrou boletim ocorrência, a resposta do Promotor de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Paulo Tavares, foi de que a denúncia por discriminação poderia ser enquadrada no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, pois “Compete ao Estado garantir o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (JESUS, 2012, p. 2).

São vários os relatos, vídeos expostos em redes sociais, em sites de notícias e nas redes de televisão, de casos de mulheres trans que são impedidas ou mesmo retiradas a força do banheiro, o caso mais recente exposto em todas as redes retrocitadas, acontecido em 13 de dezembro de 2022, teve como manchete no site G1 “VÍDEO: uso de banheiro feminino por alguma trans causa confusão no Restaurante Universitário da UnB” (G1, 2022), fato que demonstra que atos discriminatórios acontecem desde sempre e que pelo desenrolar dos fatos e pela falta de interesse político vai perdurar por muito tempo.

O STF iniciou a votação sobre o direito ao uso do banheiro por pessoas trans, os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin votaram favoravelmente, entretanto, o ministro Luiz Fux pediu mais tempo para a análise do caso, a votação suspensa em 2015 não tem previsão para voltar à pauta.

Quando questionados se sentem bem em relação a aparência, Berlim, Milão, Londres, Roma e Rio se disseram, tranquilos quanto a suas imagens. Cairo relata estar muito bem. Enquanto Dallas definiu detalhes que o fazem se sentir bem, a exemplo a barba, detalhes estes que evitam que as pessoas o olhem e questionem o que é isso?

Denver a contrário se disse insatisfeito, que se sente bem no corpo que tem, exaltando a saúde, e tal insatisfação recai no fato de que *“quando eu me olho no espelho, me vejo magrinho e vejo que pô..., se você vai num bar..., eu gosto de me sentir desejado, [...] e aí do lado tem um padrãozinho, lógico que eles vão olhar para o padrãozinho [...], só porque eu sou magro, quer dizer que ser magro é uma merda?”* (Denver)

A mídia em geral (revistas, propagandas, televisão, desfiles de moda e, hoje, mais incisivamente as redes sociais), apresentam e sugerem o corpo padrão, para mulheres corpos

magros e bem definidos, para os homens corpos fortes e musculosos (AZEVEDO, 2007), em verdade a imposição velada do ideal de corpo perfeito.

Entretanto, principalmente e seriamente, entre os jovens o surgimento de patologias como: anorexia (distorção da imagem corporal: ao olhar no espelho, sempre se vê muito mais gordo do que é), bulimia (transtorno compulsivo alimentar, onde a pessoa força o vômito após as refeições) e amenorréia, provocada por consequência dos outros transtornos (ausência da menstruação); a vigorexia (transtorno no qual as pessoas realizam práticas esportivas de forma contínua, excessiva e super valorizada, a ponto de exigir constantemente de seu corpo sem se importar com eventuais contraindicações); a ortorexia (o exagero em dietas naturalistas); a osteoporose precoce, alterações cardíacas e metabólicas e outras, como perda de cabelo e pele ressecada. (AZEVEDO, 2007).

Nesse contexto, questiono: Com quem nos comparamos? Quem desejamos ser? Existe um corpo ideal ou a sociedade nos impõe um biótipo ideal, o padrão? Como vivem essas pessoas, que se enquadram em tal padrão corporal? Que privações passam e que sofrimento lhes acometem? Tal corpo seria um cartão de visitas, uma ferramenta para o autoflagelo/castigo, ou como templo da saúde e da vida? (AZEVEDO, 2007). Diante de tantas questões é relevante questionar o que nos diz um corpo dado esteticamente perfeito e socialmente aceito?

Onde se encaixa a felicidade no ideal de perfeição, seria o encaixe social maior que a felicidade de ser quem se é? Qual seria a durabilidade desse encaixe e consequentemente de manutenção do padrão? Sabendo que corpos envelhecem, que a velhice traz consigo consequências da própria idade e que mesmo o Brasil sendo campeão mundial de cirurgias plásticas, elas, as cirurgias plásticas, aliadas as práticas que levam, supostamente, ao ideal de corpo perfeito, dariam conta de tal manutenção? O que seria mais importante a embalagem (corpo) ou o produto (ser quem se é, ser feliz)?

A questão racial foi levantada por Turim e Gana, para o primeiro a aparência tem a ver com trocas de energia, onde os estereótipos por ser um homem negro, dentro de um padrão de beleza, emergem expectativas, o dotado, potente, onde segundo o colaborador afeta as energias trocadas. Já a segunda colaboradora afirma que se sente bem quanto a sua aparência, sendo uma mulher negra retinta, se sente fortalecida pela criação que teve onde temas raciais faziam parte do repertório das conversas em família, como também a frequência em lugares de empoderamento da negritude, em que cita o salão de beleza da madrinha frequentado por

mulheres negras empoderadas em busca de *mega hair*⁴⁵, local em que se exaltava a beleza negra e as potencialidades. Entretanto mesmo fortalecida por suas referências de infância Gana revela que reconhece e aceita seu cabelo afro nunca alisado, entretanto que por frequentar lugares ditos de elite por conta da profissão sofre pressão devido aos comentários de aparência desleixada, desarrumada.

Lisboa traz detalhes para que a aparência seja salutar, onde o bem-estar e o conforto são importantes, afirma que sente seu corpo bonito, e que as vezes sente certo desconforto em ralação ao pênis, mas não o desejo de tirá-lo, no caso passar pela cirurgia de redesignação sexual, pois sente prazer com ele. O que mais a incomoda é o desconforto no ato de aquendar⁴⁶, que no início puxava muito e como passava muito tempo aquendada desconfigurava seu pênis ao tentar se adaptar as roupas femininas, onde muitas vezes um vestido, na ação do vento, marca, caso não esteja bem aquendada. Ressalta que se achar bonita depende dos humores, e que se acha peculiar.

Já para Madri o aparelho ortodôntico é o que mais lhe incomoda, entretanto demonstra outros descontentamentos, como a questão dos pelos, e revela o desejo do tratamento hormonal por esse motivo.

De certo o olhar do outro, de admiração ou de repressão, afeta positivamente ou negativamente a autoestima da pessoa trans, e a mídia é o grande veículo catalisador das imagens salutareas, aquelas que não ferem aos olhos, que não causam estranheza, repulsa e que podem circular sem a inquisição da norma. Para a não leitura social de monstro, doente ou deformado, pessoas trans passam boa parte de suas vidas buscando a imagem ideal, a que não choca, que não atrai olhares e violências, mas quanto custa a adequação ao padrão que tudo pode?

6.4 A ADEQUAÇÃO DA IDENTIDADE AO GÊNERO E O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR

O gênero nasce da identidade e não o contrário, e esse misto de necessidade e desejo esbarra em vários impedimentos como o rompimento da crosta da cisnormatividade, a falta de informações, o acesso ao serviço de saúde e o reconhecimento identitário familiar e social.

É impossível mensurar em que grau cada impedimento impacta a vida de uma pessoa trans, uma vez que não podemos colocar uma única vivência como norte para todas as pessoas

⁴⁵ *Mega hair* é uma técnica que objetiva alongar os cabelos.

⁴⁶ Esconder, ocultar o pênis.

trans, pois se tem o histórico de vivências e experiências únicos de cada pessoa. Nesse contexto, observo o processo transexualizador, cujo nome crítico, pois para além do fato de que já existiam pessoas trans antes de tal processo, sugere transexualizar a pessoa trans, dando a entender que não se é nada e que somente após passar por tal processo enfim se é transexual. Observo que se comparado ao que hoje se denomina como transexualidade, se tem historicamente, relatos e escritos de transições de gênero, as exemplo as Gallas sacerdotisas da deusa Inanna na Mesopotâmia, a qual transformava homens em mulheres (DUPLA, 2016, 2017), portanto tal processo, baseado no desejo e na adequação de gênero, não é uma invenção da modernidade, somente não se tinha tecnologia (ainda hoje precária, uma vez que a cirurgia para construção da genitália transmasculina é dada como experimental), para tal feito.

Tal processo carece de reparos como a capacitação dos profissionais de saúde e expansão, visto que a dificuldade de acesso ao serviço gera filas e aumenta a ansiedade da população trans, fato que faz com que, muitas vezes, pessoas trans comecem o processo de transição de gênero de maneira “clandestina”, buscando informações com pessoas trans mais experientes, como também a consulta em meios virtuais.

“Não se reconstroem corpos para si mesmo. O desejo de reconhecimento, de felicidade faz-nos seres para os (as) outros (as). Estamos sempre em relação e em disputa. Nenhuma identidade sexual e de gênero é absolutamente autônoma, autêntica, original, facilmente assumida, isolada. [...] A identidade é um construto instável e mutável, uma relação social contraditória e não finalizada”. (BENTO, 2017, p. 329).

Quanto ao uso de algum procedimento e/ou medicamentos para adequar sua imagem a identidade de gênero, Berlim afirma nunca ter usado e acrescenta que tenta se conhecer mais a cada dia, e que tem amigos que recorrem ao tráfico de hormônios, prática que julga arriscada, demonstrando que muitas vezes recorrer ao “tráfico de hormônios” parece ser a única saída para muitos homens trans, uma vez que o serviço de saúde parece inacessível.

Rio responde afirmativamente e Cairo que afirma que sim, relata fazer tratamento hormonal e minoxidil, enquanto Dallas relata fazer uso de testosterona. Lisboa, Madri responderam que não, Madri acrescentou o desejo de colocar próteses de silicone, enquanto Lisboa enfatizou que tem o desejo embora tenha medo, colocando a saúde como primordial.

O processo transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela portaria 2.803, é conhecido por várias pessoas trans, embora muitas não consigam acessá-lo. Berlim diz conhecer o serviço, e acredita ser o meio mais correto para a

aquisição da passabilidade, completa afirmando que a transição deve ser feita com acompanhamento médico, por mais que demore, embora questione o atendimento psicológico e o tempo de carência para o acesso às cirurgias.

Me chama a atenção a crítica de Berlim ao acompanhamento psicológico, o qual ele julga demasiadamente longo *“porque a gente já passa anos da nossa vida, desde o nosso crescimento, a gente vai se descobrindo como ser humano, além de qualquer coisa e aí a gente vai ter que passar vários e vários anos com um psicólogo para ele poder encher a nossa cabeça de dúvida, que a gente já tem a certeza do que a gente é, mas chega a um certo ponto que a gente fica tipo: caraca, o cara me faz tanta pergunta que eu fico será mesmo que realmente é isso? (Berlim).*

Creio que Berlim também não conheça a Resolução do Conselho Federal de Psicologia: CFP Nº 001/2018, que determina, entre outros:

Art. 7º – As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.

Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimam a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Art. 8º – É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Quanto às dificuldades para acessar o serviço Berlim pontua que é muito demorado e que por vezes, por esse motivo, pessoas trans recorrem a clandestinidade, meio pelo qual ele não gostaria de recorrer.

O acesso ao Processo Transexualizador do SUS se dá pela atenção básica, para diagnóstico que patologiza a identidade trans, interdependente do acompanhamento multidisciplinar por, no mínimo, dois anos. Após esse percurso, a pessoa pode iniciar seu processo nos ambulatórios e hospitais de referência, seguindo os critérios geracionais - idade mínima de 18 anos para terapia hormonal e 21 anos para procedimentos cirúrgicos, caso deseje (Brasil, 2017).

Embora no dia 09 de janeiro de 2020, o Conselho Federal de Medicina (CFM) tenha atualizado as regras para o atendimento de pessoas trans no processo transexualizador do SUS, por meio da Resolução - CFM nº 2.265/2019, revogando a Resolução CFM nº 1.955/2010, e reduzindo de 18 para 16 anos a idade mínima para o início de terapias hormonais, e de 21 para 18 anos a idade mínima para a realização de procedimento cirúrgico

de redesignação sexual, (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019), com vistas a proteção do paciente, na expectativa de evitar procedimentos de transição inadequados e por conta própria, tal resolução se opõe ao determinado pelo Ministério da Saúde, que continua sendo a matriz norteadora dos procedimentos de acordo com a portaria nº 2.803/2013.

Outrossim, de que adianta a baixa na idade para o acesso a terapia hormonal, e as cirurgias, quando não se tem a ampliação do serviço e a habilitação de novos centros, medidas urgentes para a redução das filas de espera que chegam a até vinte anos de espera, em alguns casos. Cabe observar que por não haver serviços habilitados em todos os estados da federação, o atendimento é realizado por meio do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) órgão municipal responsável por encaminhar a pessoa para o acesso em instituição de referência do país, entretanto o serviço de TFD não é de conhecimento público, fazendo com que o acesso dependa de instruções, geralmente dos profissionais de saúde.

Cairo afirma conhecer o serviço, relata já ter passado certo tempo fazendo a hormonização por conta própria, e que por conta da preocupação com a saúde, iniciou atendimento no ambulatório situado no centro da cidade, entretanto não se sentia bem devido a problemas relacionados a preconceitos observados na resistência ao nome social e a forma de tratamento de acordo com a identidade de gênero, tendo migrado para outro ambulatório situado no Cohatrac, outro bairro da cidade.

Quanto a questão de ser o meio mais correto para aquisição da passabilidade Cairo afirma que não, pois o nome do serviço insinua que para ser uma pessoa trans, e ser passável, tal pessoa necessariamente tenha a obrigatoriedade de passar pelo processo transexualizador, uma espécie de carteirinha de pessoa trans passável. Observa que prefere continuar seu atendimento pelo SUS, o qual julga ter certo acolhimento, substantivo que não existe no atendimento particular, já que neste reside a questão financeira, pontua que os profissionais deste modelo de atendimento, o fazem por dinheiro, onde a população trans é observada pelo capital, pelo trans-money. Acredita que a transição de gênero tenha mudado tudo em sua vida, desde sua essência, a relação com as pessoas e consigo mesmo, até as conquistas alcançadas, nunca imaginadas na pré-transição.

Dallas, como boa parte da comunidade trans, relata ter começado de maneira clandestina, e que posteriormente, pelo receio de prejuízos à saúde, cessou a automedicação há cerca de oito meses, e pretende acessar o serviço de saúde para ter acompanhamento médico. Revela que faz uso de minoxidil⁴⁷ para o crescimento da barba e que sem este,

⁴⁷ Medicamento administrado tanto em forma de loção, quanto em comprimidos para tratamento da perda capilar.

somado a hormonização, não conseguiria a metade das conquistas obtidas e acredita que sem o acesso a testosterona teria que se submeter a cirurgia para a adequação da voz, no caso, para torná-la mais “grossa”.

Dallas afirma ter como maior incômodo a menstruação, onde o fato da hormonização ter cessado com os períodos menstruais foi a melhor e maior mudança em sua vida pós-transição, pois *“apesar de ser um homem, eu tenho útero, então quando a gente toma a testosterona, ele meio que murcha e tranca a menstruação, então voltou por ter parado [...], eu tive até que conversar com muitos amigos, homens trans, depois que eu parei o tratamento e desceu [...], eu me senti menos homem por conta disso. Muitos amigos falaram: você não vai ser menos homem porque menstruou, como muitos homens engravidam”* (Dallas).

A existência de homens trans na sociedade brasileira não é algo recente, entretanto a visibilidade de suas existências sim, tal visibilidade só fora intensificada com o advento dos movimentos sociais e o surgimento das comunidades transmasculinas na internet, em especial nas redes sociais, uma vez que não encontravam espaço na academia, saúde e outros cenários sociais. A almejada visibilidade só acontece a partir da segunda metade do século XXI, quando da veiculação de informações de homens transexuais e transmasculinos, muitas destas envoltas em sensacionalismos e preconceitos, outras que favoreciam a dignidade e o reconhecimento de direitos como a redefinição e ampliação do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde por meio da Portaria nº 2803/2013 (BRASIL, 2013; ALEXANDRE, SANTOS, 2019).

Nessa perspectiva, observo as particularidades e peculiaridades das identidades transmasculinas como a menstruação, temática relevante, por ser processo vivenciado por metade da população mundial e vivenciada de maneira variada vista o contexto histórico e cultural. A menstruação, historicamente, regulada, educadamente silenciada e socialmente castigada, principalmente nas sociedades ocidentais. Atualmente a influência do saber biomédico, a produção pedagógica que versam sobre o ciclo menstrual aliados a indústria publicitária contribuem para a carga negativa associada a menstruação, associada ao medo, vergonha e a opressão dos corpos que menstruam – mulheres cisgênero, homens trans e algumas pessoas não binárias (ZALLOCCO, 2019), observo que tal marcador, pessoas que menstruam, é reforçado pela cisgeneridade com ênfase na biologia.

A imagem negativa da menstruação faz com que aconteça uma hierarquização de saberes no ensino dela, e no geral, da sexualidade, onde os saberes biomédicos relevados como mais importantes que a experiência vivida pelas pessoas que menstruam. Observo que o ensino de menstruação está atrelado aos interesses dos sistemas econômicos das sociedades

sendo, também, heranças coloniais, onde ao impor um saber sobre o corpo, se naturaliza a necessidade de venda e compra de produtos e a colocação do corpo como mercadoria (KOHEN, MEINARDI, 2016), na extensa prateleira do capitalismo.

Tal silenciamento impede a discussão dos diversos mitos sobre a menstruação, que quando discutidos não é sobre a saúde dos corpos que menstruam, mas sim sobre as preferências e problemas do parceiro, o marcador heteronormativo, como o ensino de que não se deve ter relações sexuais durante o período menstrual, não pela saúde do corpo que menstrua, mas sim pelo (des)conforto do parceiro (RUIZ, 2010), nesse contexto, destaco também o nojo, e a máxima machista que compara a mulher a um bode.

De certo, caso os homens cisgêneros menstruasse, teriam licenças trabalhistas para tal período, bem como o fornecimento de todo o material e medicamento. Da mesma forma que se engravidassem o aborto seria liberado, ousado dizer até incentivado, talvez sob a alegação de contenção da superpopulação mundial, ou qualquer outra desculpa, uma vez que a masculinidade/machismo sempre encontra desculpas para suas demandas e/ou necessidades, como a de que homem necessita de sexo, precisa se “aliviar”, uma desculpa para o assédio às mais variadas identidades e/ou orientações, uma vez que não são somente as mulheres cisgênero que sofrem assédio, sendo que este é mais incisivo e violento quando se tratam de mulheres trans/travestis. Seja como for, o patriarcado, historicamente, sempre arranja uma maneira (seja a doutrinação, a conformidade ou a violência) de se manter no topo da cadeia de opressão e precarização da escala social.

Lisboa disse conhecer o serviço, mas que não o considera o meio mais correto para se alcançar a passabilidade porque *“[...] acredito que o processo transexualizador tem muitas lacunas na aplicação prática, muitos empecilhos na sua efetividade, [...]o acompanhamento do processo, começando pelo nome [...], se a gente for levar em consideração o nome precisa ser mudado [...], é preciso um refinamento profissional, muitos médicos não têm”*.

Já Madri, que afirma conhecer o serviço, pontua que o SUS é um direito de todos e o considera o melhor meio para se alcançar a passabilidade, entretanto concorda com Lisboa, pois ao acessar (ou tentar) *“[...] a gente ainda enfrenta preconceitos dentro do próprio sistema de saúde”*. Madri, acredita o processo de transição a tornaria, esteticamente, mais aceitável, mais passável.

Os centros especializados, de acordo com o art. 3º, da Portaria nº 457/2008, devem regulamentar a implantação das diretrizes do processo transexualizador no SUS, com base na integralidade, suprindo às necessidades do público, de forma a não se restringir à cirurgia de redesignação sexual e demais intervenções somáticas, na humanização, promovendo um

atendimento sem discriminação e sendo constituída por uma equipe interdisciplinar e multiprofissional. (BRASIL, 2008).

O serviço tem beneficiado a população trans, entretanto a exigência do diagnóstico como condição de acesso continua reproduzindo o sistema normativo de gênero – cisnormativo, que não condiz com a diversidade de formas de subjetivação e construção de gênero na transexualidade. Embora o enfoque seja o combate à discriminação e o uso do nome social, como uma estratégia de promoção de saúde, se observa a precariedade no acolhimento como um dos principais fatores de exclusão, (ARÁN et al, 2019), onde a dificuldade na implantação da assistência a tal população devido à falta de capacitação profissional e de medidas de humanização se tornam dificuldades (ARÁN; MURTA, 2009), outras dificuldades são as filas de espera para acessar o serviço (SAMPAIO; COELHO, 2012), a estigmatização da população trans, e os constrangimentos vivenciados no ato dos atendimentos no SUS. (FREIRE et al., 2013), que se reflete nos preconceitos de profissionais de saúde, que afastam a população trans das práticas de assistências propostas pelo Estado. (SAMPAIO; GERMANO, 2017).

Em minha própria experiência atesto a falta de preparo dos profissionais da saúde, observo que não pode ser generalizado, entretanto é, por vezes, intencional e com bases em seus próprios valores. A confusão entre identidade de gênero e orientação sexual ainda é latente, bem como a concepção do ser mulher e do ser homem, que esbarra entre outros na imposição da cirurgia de redesignação sexual como critério de acesso a cirurgia de implante de próteses de silicone. Ora se a primeira diz respeito a genitália e a segunda se atem ao peito, o que a cirurgia plástica tem que olhar embaixo do vestido?

São justamente essas, e outras, atitudes transfóbicas que afastam a população do serviço de saúde no qual acabam recorrendo a clandestinidade, e aos riscos da automedicação e do silicone industrial.

O nome dado a cirurgia que modifica a genitália, para variar, é outra lástima pensada pela cisgeneridade. Dentre tantos termos errôneos, de cirurgia de mudança de sexo, passando pela cirurgia de neofaloplastia, cirurgia de mudança de gênero, cirurgia de readequação sexual, cirurgia de redesignação sexual, até chegar à cirurgia de afirmação de gênero, creio que tenha esquecido algum, pois é tanto nome somente para se dizer que vai se fazer um xiri⁴⁸. Mais uma vez a cisgeneridade na tentativa de nomear, designar e conceituar as coisas,

⁴⁸ No Maranhão termo que se refere a genitália feminina, vulva.

coloca holofotes sobre o “monstro” que criou. Não basta ser Frankenstein, tem que levar a descarga elétrica.

Julgo todos os termos errados, começemos por cirurgia de mudança de sexo, por que esse nome quando o sexo não se define unicamente pela genitália? Logo tal mudança é impossível.

Cirurgia de transgenitalização, o prefixo trans, segundo os dicionários Infopédia e Priberam, vem do latim com o significado de ‘além de’, já genitalização que vem da palavra genitalizar, não foi encontrada nos dicionários citados, onde após pesquisa em onze dicionários online, obtive resposta no dicionário Aulete, onde genitalizar significa ‘centralizar nos órgãos genitais’, não farei o absurdo de juntar os dois termos. Somente o fato de genitalizar significar ‘centralizar nos órgãos genitais’, já torna o termo transgenitalização inviável, choca com o próprio conceito de transexualidade, pois pessoas trans não se resumem a genitália. Transexualidade diz mais da alma que do corpo, uma vez que se pode fazer modificações no fenótipo, mas não na alma.

Cirurgia de redesignação sexual recai na mesma arapuca que cirurgia de mudança de sexo, não se muda o sexo. Por fim a cirurgia de afirmação de gênero, incide pensar que as mulheres trans que não se submetem a tal cirurgia não afirmam o gênero, e, portanto, não são o que dizem ser? É preciso afirmar o gênero? A afirmação de gênero como coeficiente de existência, não deveria ser feita também por pessoas cis? Para quem nasce e se identifica como sexo biológico, na perspectiva de cirurgia com foco na genitália, tem que afirmar?

Uma vez que o gênero já existe, afirmá-lo incide cirurgia? As mulheres trans, que se submetem a cirurgia de afirmação de gênero, são mais mulheres que mulheres cis e trans que não se submetem a tal cirurgia, uma vez que, afirmar é assumindo o caráter de verdade do que é dito, comprovar de maneira veemente? Creio que o nome cabível a tal cirurgia seja cirurgia de redesignação genital, pois é a aparência fisiológica da genitália que é modificada.

Rio observa que a transexualidade a põe em risco tanto fisicamente quanto psicologicamente, por conta do preconceito, por esse motivo, o processo de transição de gênero com o acompanhamento médico é essencial para a sua saúde mental e física. Ressalta que a transição lhe trouxe mais coragem, força, e que hoje se considera feliz.

Mas quem é plenamente feliz no corpo que habita? Levando em conta a sociedade e a cultura em que se vive, no caso a ocidental, onde somos bombardeados por signos, símbolos e imagens é um tanto complicada a resposta, logo o desejo de ser mais alto/a mais forte, mais magro/a, mais belo/a entre outros tantos desejos se apresentam. Quando questionado sobre como se sente em relação a própria imagem, Denver relata o desejo de frequentar academia de

ginastica o porquê reside no enquadramento do corpo padrão, sem definir que padrão seria esse, ele vislumbra que seria mais olhado, melhoraria a autoestima.

Milão afirma que não mudaria nada, Turim rapidamente diz nada, entretanto, revela o desejo de ser um pouquinho mais alto, pois como já atuou como modelo, uns centímetros a mais poderia possibilitar a continuidade na carreira e abriria outras oportunidades.

Já para Roma que responde sem pestanejar, o incomodo são os seios, e justifica que seria por questão de saúde, mas também de estética, pois segundo ela, não orna com o conjunto, pois é pequenininha, e por conta de sua estatura seria a junção de saúde e estética. Entre um sorriso, que entendo ser de nervosa, e olhar espantado, Gana afirma não ter qualquer desejo de mudança porque “morre” de medo.

Para Londres o que pesa é a chegada aos cinquenta anos, onde ela revela que a crise dos cinquenta está afetando a sua aparência, o que a faz ter certo incômodo com os sulcos no rosto, e por esse motivo, ultimamente tem a vontade de fazer preenchimento, que se justifica na autoestima. Acrescenta que quanto ao corpo está tranquila, tem frequentado academia e que decidiu não pintar mais os cabelos, que assumiu que é uma mulher madura e que essa maturidade também pode ser expressa nos cabelos. Os sulcos no rosto a incomodam, os cabelos não, embora incomodem aos outros, que a questionam quanto ao pintar, algo que para ela é pôr numa caixa de imposição de padrão social com o qual deseja romper.

Berlim esboça o desejo de fazer o tratamento completo, sem delinear o que seria, observo a falta de conhecimento dos nomes técnicos dados aos procedimentos. Afirma que tal desejo seria para seu próprio bem-estar, pois na infância não tinha muitos cuidados higiênicos, pois ao tocar certas partes de seu corpo se sentia incomodado, e revela que era estranho e que continua sendo. Como não gosta de usar *binder*⁴⁹, ou algo do tipo, preferindo se sentir livre, embora as pessoas olhem muito, e acreditem que após o tratamento isso mudaria, aumentaria a autoestima e melhoraria o psicológico.

Já para Cairo a mastectomia bastaria, pois sempre se incomodou com os seios, e revela que sempre odiou se submeter ao uso do sutiã de bojo, pois mesmo fazendo o que fosse, sempre ficava o volume. Revela que tal desejo seria para seu próprio bem-estar e autoestima, que espera a muito tempo pelo procedimento cirúrgico e que quando acontecer, vai aproveitar muito. O não detalhamento de como iria aproveitar, e o fato de eu já ter namorado um homem trans, faz-me crer que uma das primeiras atitudes de Cairo seria ir à praia sem camisa.

⁴⁹ O *binder* é uma peça de roupa, um tecido ou acessório, para achatar a região dos seios, amenizando a aparência das mamas. É bastante utilizado por homens trans para aliviar a disforia de gênero, que é a sensação de incômodo e angústia em relação às características físicas do próprio corpo que não correspondem à sua identidade de gênero.

O mesmo desejo, a mastectomia, é relatado por Dallas, que acrescenta a retirada do útero e dos ovários, justificando que por ser um homem não quer correr o risco de engravidar. Pontua que o principal desejo é a mastectomia, pois se sente muito incomodado com os seios, e que a necessidade do procedimento reside no bem-estar, e que a cada conquista se sente melhor.

Ao ser questionada, Lisboa lista uma série de desejos, de próteses de silicone, rinoplastia⁵⁰, otoplastia⁵¹, a depilação a laser em todo o corpo e a utilização de unhas postiças, sendo que, de todos os procedimentos listados o mais necessário seria a depilação a laser em todo o corpo, que na visão de dela é mais urgente até mesmo que as próteses de silicone, e que traria mais conforto e saúde mental.

Já para Madri o incômodo não está no campo da transexualidade, sendo que o mais lhe incomoda é a mordida torta, e situa seu desejo na necessidade de uma cirurgia ortognática⁵².

Após ouvir a pergunta, num reflexo imediato Rio leva as mãos ao rosto, abre um sorriso e diz que queria colocar próteses de silicone, no entanto observa que esse é um desejo de momento, o que sugere que nada impede que após a realização de tal procedimento não venha a surgir outro desejo, ou outros desejos. Observa que a necessidade do procedimento reside no fato de que vai se sentir mais bonita, e que sua autoestima se elevaria.

O processo transexualizador, disponibilizado pelo SUS, oferece para as mulheres trans/travestis a terapia hormonal, cirurgia de afirmação de gênero e tireoplastia⁵³ para feminilização da voz e/ou reduzir o pomo de Adão. Para homens trans/transmasculinos, a retirada das mamas, do útero e dos ovários e a terapia hormonal. (BRASIL, 2013). É necessário observar que existem outras cirurgias que são disponibilizadas pelo serviço, dependendo do desejo e do histórico de saúde de cada pessoa atendida.

Em se tratando da cirurgia de afirmação de gênero, está quando direcionada a mulheres transexuais/travestis é dada como eficiente, bem-sucedida, enquanto a cirurgia destinada a homens trans é vista, ainda, enquanto experimental, onde ambas continuam sendo

⁵⁰ A rinoplastia é a cirurgia plástica do nariz, podendo envolver tanto motivação estética quanto funcional – quando se busca ajustar a estrutura do nariz para melhorar a respiração. No segundo caso, quando inclui a correção do desvio de septo, é denominada rinosseptoplastia.

⁵¹ Otoplastia (ou cirurgia dos pavilhões auriculares) é uma cirurgia plástica relativamente simples, realizada para melhorar a aparência orelhas.

⁵² Procedimento cirúrgico que corrige deformidade dos ossos da face, em especial os maxilares (maxila e mandíbula), devolvendo harmonia facial, equilíbrio, melhora da estética, função mastigatória e das articulações da mandíbula (ATM), além de melhora respiratória e do sono, que repercutem diretamente em uma melhor qualidade de vida.

⁵³ A tireoplastia é uma cirurgia realizada no esqueleto laríngeo (“caixa da voz”) através de pequenas incisões. Neste procedimento, as estruturas das cartilagens laríngeas são modificadas, com objetivo de melhorar a voz em determinadas situações. No caso de mulheres transexuais e travestis, são realizados pontos para esticar as pregas vocais e assim tornar a voz mais aguda.

pesquisadas. Nesse sentido, questiono, para os homens trans/transmasculinos, se a falta do falo incide sobre a passabilidade.

Demonstrando incerteza, Berlim diz que acha que não incide, pontua que num relacionamento em certos momentos afetam, e cita o exemplo de um rapaz trans tenha feito a mastectomia, e no momento da relação sexual possa ser questionado do porquê fez a mastectomia, mas não a genitália, como se estivesse faltando algo. Berlim observa que não seria uma questão para ele, e pontua que é bem resolvido.

Já para Cairo, essa não é uma questão para os homens, pois as mulheres são sempre mais subjugadas, é o corpo feminino que tem que ser perfeito, segundo a sociedade. A mulher tem que ser perfeita o tempo todo, para o homem isso não existe. Observa que está tudo bem um homem não ter higiene com a própria genitália, e que é a mulher cis que tem que estar perfeitinha, e que tem que estar toda bonitinha, para ser só usada. Cairo afirma que no início da transição tinha dúvidas quanto a genitália por conta da enxurrada de informações e de realidades diferentes que estava acostumado, mas que hoje tem aprendido a lidar com a própria genitália. Para Dallas a falta do falo não afeta sua vida social e sexual.

Observo que a pressão social tem certo peso para os homens trans, já que na em nossa sociedade o falo é sinônimo de poder, e que somente a experiência da transexualidade, observando o questionamento aos padrões de gênero e os limites da medicina, traz autoaceitação, contentamento e paz interior.

No que tange as mulheres transexuais e travestis, a comunidade transfeminina se divide em relação a cirurgia de afirmação de gênero, onde algumas mulheres trans/travestis acreditam que a cirurgia as torna mais mulheres, mulheres mais completas que aquelas que não se submetem a cirurgia. Quanto a essa questão Lisboa afirma que tal questão envolve construções sociais que fazem parte de elaborações pessoais de outras pessoas, pois que o termo se sentir completa não seria correto, soa como finalizada, findada, e pontua, questionando, que mesmo quando muitas pessoas morrem não se sentem completas, como em vida vão se sentir?

Lisboa considera correto o uso do termo de se sentir plena, realizada, em uma certa temporalidade, pois tal realização pode se esvaír dependendo da autoestima, o que não garante felicidade, não garante saúde, nem vitalidade, e pontua que o roteiro da vida não é o mesmo para todo mundo e que tal roteiro muda constantemente, e pontua que não tem o desejo da cirurgia, pois se sente bem com sua genitália e que consegue ter orgasmos.

Discussão triste, essa é visão de Madri, que acredita que muitas mulheres trans/travestis acabam por fazer a cirurgia por pressão social, para serem vistas como

mulheres. Observa o termo transição completa como o pensamento de nível máximo da transexualidade, mas que existem muitas mulheres trans/travestis não podem operar por problemas de saúde, e acrescenta que existem relatos de mulheres trans que, pós cirurgia, perdem o prazer, assim como existem aquelas que relatam ter, pois o prazer estaria ligado a mente. Madri diz que não pensa em fazer a cirurgia, apesar da genitália a incomodar um pouco, mas pontua que esse é um desejo que pode mudar no futuro.

Para Rio é mais um mito, pois a genitália não externa como pessoa se sente, e que seria um detalhe, pontua que com ou sem vagina não é menos ou mais mulher que qualquer outra, acredita ser banal classificar uma genitália como completude. Quanto a realização da cirurgia, observa que tal pensamento lhe vem à cabeça pela quando pensa a estética, a segurança em usar um biquini, e revela que por vezes deixa de usar determinadas roupas por receio do volume, de observarem, podendo vir a sofrer algum tipo de agressão, seja física, psicológica ou verbal.

A possibilidade de transição de gênero só foi possível mediante o desenvolvimento tecnológico do século XX, que permitiu o surgimento de novas práticas clínicas e discursivas, como a endocrinologia⁵⁴ e a cirurgia plástica, que além de viabilizar intervenções às características sexuais, possibilitou a demanda por modificações corporais (OVIEDO, 2020). A oferta médica cria a demanda (CHILAND, 2008), “consegui, em suma, aquilo que se gostaria, no campo do comércio comum, de poder realizar com a mesma facilidade: com a oferta, criei a demanda” (LACAN, 1966/1998, p. 623). As ofertas da medicina somadas aos produtos da mídia, produzem a crescente busca adequação corporal de acordo com a norma cisnormativa.

O nariz, os seios, o queixo, os pés, a genitália, entre outros, e praticamente tudo, o corpo humano é particionado, delimitado, pesado e medido nos moldes da imagem do harmônico, o desejável, o cisnormativo. Uma nova versão de Frankenstein? O ser humano que pode ser desmontado e remontado a bel prazer e desejos? Os desejos têm fim, ou a cada procedimento realizado surge outro e/ou outros? Qual o limite?

Em se tratando de transexualidade, que tem como base a identidade de gênero, que diz quem se é, somente a adequação da identidade de gênero ao sexo anatômico, cirurgicamente, seria suficiente para definir um homem ou uma mulher?

⁵⁴ Adolf Butenandt pesquisou os hormônios sexuais humanos, em 1929 isolou o estrogênio, em 1931 isolou a progesterona e a testosterona, e em 1934 determinou a relação entre estes esteroides. Tal feito o fez ganhar o Prêmio Nobel de Química em 1939 por "seu trabalho sobre hormônios sexuais", que atestou que os hormônios são substâncias que transferiam sinais entre as células e órgãos do corpo e regulam as funções corporais.

Observo a transição de gênero como um complexo de várias ordens, um conglomerado ordenado pelo corpo, mas em que pesa também a voz, a postura, os gestos, o comportamento, o cabelo e o nome. Neste último, se leva em conta a imagem da pessoa trans em transição ou já transicionada (se é que isso existe, uma vez que as caixas estão em constante evolução para trans e também cis), observo o desconforto cisnormativo do nome que, a pretexto, não condiz com a imagem, e por isso a transfobia, no mesmo contexto cisnormativo a situação em que a imagem que não condiz com o nome, e se sofre a pressão social para a adequação de um ao outro, como sintonia de nome socialmente aceito como masculino ou feminino que faz conexão com a imagem.

6.5 NOME SOCIAL: DA EMPATIA AO CONSTRANGIMENTO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. (BRASIL, 1988). Vigorando no sistema jurídico brasileiro a imutabilidade do nome, sendo que o nome escolhido no momento do registro de nascimento, acompanha a pessoa por toda sua vida e é dotado de proteção jurídica, mesmo após a morte. Entretanto, porém, o princípio da imutabilidade não é absoluto, existindo a possibilidade de alteração dele, quando de justo motivo, por meio de ação judicial.

Uma das questões que norteia a vivência de pessoas trans é o nome, onde esse cartão de visita, que muitas vezes nos precede, e imprime personalidade, causa constrangimentos, daí a necessidade do nome social, quando da não retificação do registro civil.

Sobre a sensação em relação ao nome de registro, se vexatório ou agradável, Denver para com o olhar fixo no ar, pressiona os lábios e diz nunca ter parado para pensar sobre o assunto, e que nunca vivenciou qualquer tipo de discriminação em razão do seu nome de registro. Milão se disse tranquilo.

Já Turim demonstrou descontentamento, o que me deixou surpresa, ao refazer a pergunta, Turim diz se referir ao sobrenome, que pelo fato de ter origem negra, isso lhe cauda incomodo, pois, seu sobrenome é europeu, e relata o apagamento de sua etnia. Entretanto observa que quando criança não gostava da sonoridade de seu nome e que só veio a gostar do mesmo ao assistir as tartarugas ninjas no qual uma das personagens tinha mesmo nome.

Roma afirma gostar de seu nome, e que nunca passou qualquer discriminação ou constrangimento em relação ao nome de registro. Já para Gana que diz gostar de seu nome e não ter vivenciado preconceitos, pontua que geralmente erram seu nome, por ser diferenciado,

algo que não a incomoda. Para Londres, que afirma gostar de seu nome, não é vexatório, embora as vezes associado a letra de uma determinada música, mas que era algo que não a incomodava pois se empoderava perante as provocações. Nas narrativas de pessoas cis, o já espero, surpresa zero.

Já para Berlim o nome causa muito incomodo, onde toda vez que alguém o chama pelo nome de registro se sente estranho, como se não estivessem falando com ele, revela ter sofrido discriminação na escola, pois tendo solicitado o nome social, não foi atendido, e ouviu da direção da escola que precisaria oficializar o nome para somente depois apresentar os documentos a direção da escola. Fato que corroborou para que deixasse a escola. Berlim deseja retificar o registro civil. Ratifico que a transfobia, em verdade, expulsa pessoas trans da escola.

Já retificado, Cairo observa que tendo passado trinta anos se identificado com o nome morto, reconhece que recebeu afeto com tal nome e tem uma história de conquistas com este. Dallas, também já retificado, diz nunca ter passado por discriminação, pontua que se sentia incomodado, por não ser o nome com a qual gostaria de ser conhecido, que por certo no tempo, no percurso de sua transição, indicava que as pessoas podiam lhe chamar como achassem melhor, mas, entendendo que tal nome estava ligado ao seu antigo eu, passou a se impor e exigir que lhe chamassem pelo nome que escolheu.

Lisboa se mostra surpresa e empolgada com a pergunta, afirmando que amava o nome antigo e que não gostou da ideia de mudar de nome. Observa que há um movimento de ódio ao nome antigo, as roupas antigas, a tudo que remeta a pré-transição, e que não se vê assim, pois que cada pessoa tem sua historicidade. Revela que sofreu pressão social para a mudança de nome, onde, segundo algumas pessoas, o nome não condizia com a imagem, que apesar da mudança do nome continua a ser a mesma pessoa, sendo a mesma pessoa com um nome novo, não com uma nova história, mas sim com a continuidade de sua história, diante das redescobertas. Com entusiasmo no olhar Lisboa recorda a exata da retificação do registro civil: dia nove de março de 2020.

Madri diz não ter problemas com o nome, e que vai somente inserir o nome que escolheu a frente do nome de registro, pois existem mulheres cis que ostentam um nome dito masculino seguido de um dito feminino. Afirmou já ter sofrido discriminação em razão do nome de registro na universidade em que estuda, onde mesmo tendo informado que era uma mulher trans e que gostaria de ser tratada no feminino uma professora especifica, continuou a tratando no masculino e usando o pretexto de que não havia solicitado o uso do nome no sistema da referida universidade.

Mesmo com a solicitação e o deferimento o tratamento desrespeitoso por parte da professora e colegas de turma continuou, somente quando se impôs, corrigindo e exigindo o tratamento de acordo com a identidade de gênero, foi de fato atendida. Madri observa que acha estranho, pois as pessoas dos cursos de humanas, embora vistas como mais abertas, são transfóbicas.

Para Rio, que já realizou a retificação, ficam as lembranças dos constrangimentos, relata que não ia a festas pois pediam o documento de identificação, que pelo mesmo motivo deixou de ir ao hospital, pois mesmo colocando seu nome social lhe chamavam pelo nome de registro. Um tanto reflexiva Rio observa que se privou da saúde por receio do preconceito, e lembra que mesmo depois de retificada, ao abrir o aplicativo do banco verificou a presença do nome antigo, portanto se dirigiu a uma agência da Caixa Econômica para solicitar a retificação do nome no banco de dados da instituição, local onde passou por vários constrangimentos.

Ao chegar à agência, Rio, é questionado, pelo funcionário do banco, se era irmã da pessoa que constava no sistema do banco, e dizia não entender o que estava sendo solicitado, mesmo Rio atestando ser uma mulher trans buscando a retificação do nome no sistema do banco, por fim o funcionário *“chamou fulano, ciclano, gerente, [...], perguntou, como é que é isso? Me explica. [...], então você era fulano, agora você é ciclano? [...], ah você é uma pessoa trans. [...] gerou todo um rebuliço, uma coisa tão sem graça, e eu moço eu só vim alterar o que está errado, ponto. [...], gerou toda uma situação constrangedora para mim”* (Rio).

O nome revela um papel no mundo, papel subjetivo, social, profissional, afetivo, sexual, familiar entre muitos outros. Ele faz parte dos atos performáticos do cotidiano, reiterando narrativas e discursos do sujeito e do social sobre o sujeito. O nome antecede o corpo, o gênero e o sexo, pois anuncia os mesmos. (PRECIADO, 2014).

O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los. O segundo nome trans é mais do que um conjunto de letras esvaziadas de sentido, ele opera mecanismos de transgressão da norma dominante, se tornando ele mesmo um mecanismo de resistência política (PRECIADO, 2014), isso acontece não a partir do verdadeiro sexo ou do autêntico nome: mas sim através da construção de uma ficção viva que resiste a norma. (PRECIADO, 2014).

Políticas públicas de reconhecimento do nome social representam uma forma de produção de subjetividade na experiência contemporânea trans (CÉSAR, 2009), entretanto,

será que apenas ter seu nome social reconhecido é suficiente para ter sua identidade de gênero também reconhecida? (ALVES; MOREIRA, 2015)

Creio que mesmo o nome social sendo reconhecido, apoiado em decretos e portarias, e até mesmo o nome retificado, seja judicialmente ou em cartório, é alvo da ditadura da imagem cisnormativa, onde instalo a passabilidade, espécie de simbiose que liga a imagem ao nome e a forma de tratamento. Observo que, por vezes, existe a pressão social para a mudança/retificação do nome atribuído no nascimento, tendo como base a imagem, onde está sendo lida socialmente como feminina ou masculina, deve, cisnormativamente, ter um nome entendido no bojo social como masculino ou feminino, condizente com a imagem, ou seja, o incomodo da cisnormatividade se estende por toda aura da transexualidade.

Atesto a pressão social e cisnormativa quanto a mudança de nome, uma vez que, antes da retificação, fui parada por uma viatura policial, onde pediram o documento do veículo e minha habilitação, momento em que fui indagada pelo policial quando a veracidade da habilitação, e que me pediram para descer do veículo, pediram, pois já estavam os cinco policiais a espera que eu descesse, mas nenhum foi capaz de dar a mão, grossos.

Ao descer, percebi o policial que me abordou de início, me observar dos pés à cabeça. A sua frente uma mulher de 1,75 de altura em cima de um salto 12, que pensava, chore com a minha beleza. Passado o momento cara/crachá, vem o sargento e me diz que meu carro parece carro de pistoleira, (e como, naquele momento, eu queria ser), pois era preto, com película fumê e sem calotas, acrescentando que o nome na habilitação não combina comigo, que não me cabe mais, e que eu poderia ser presa por falsidade ideológica.

Confesso que me passaram várias coisas na cabeça, como dizer que falso era o corte de cabelo horroroso que ostentava e a farda de *smurf*⁵⁵ desbotada, entretanto, apenas o olhei e disse que ele teria dois trabalhos me prender e depois me soltar. Não satisfeito em me fazer perder tempo, me questiona para onde estava indo, respondi encontrar os amigos numa balada, e na cara de pau, sugere que eu dê meu número de celular para ele, (que dei errado) e, com a mesma cara de pau se oferece para me escoltar até o local.

Fiquei na dúvida quanto a escolta, flerte ou desconfiança daquilo que afirmava. Mesmo com a dúvida foi a primeira vez que cheguei escoltada pela polícia até uma boate, e ainda tive que aturar o *smurf* desbotado do cabelo horroroso me dar tchauzinho. Misericórdia!

Houve outros episódios em que senti a pressão quanto a adequação do nome a imagem, um deles quando um determinado juiz me disse que tinha ido a sala de espera

⁵⁵ Smurfs são personagens azuis de um desenho de mesmo nome, criado por um ilustrador belga, no ano de 1958.

procurar João e encontrou Maria, me recomendado a retificação do nome para evitar certas situações. O questioneei por que não dava entrada no processo já que eu estava ali, me disse que eu deveria procurar a vara que responde por esses trâmites, e que eu deveria ter isso como urgência. Sinceramente, me veio uma vontade tamanha de mandá-lo enfiar a vara no olho, lhe respondi com um: hum, hum!⁵⁶ À época o único meio para a retificação de registro civil era judicial.

No embate entre leitura corpórea social e nome pesa a passabilidade, onde a pessoa trans lida como cisgênero, de acordo com a cisnorma deve, necessariamente, possuir um nome no mesmo contexto da norma que a oprime. E aqueles que não alcançam, ou não querem alcançar, a passabilidade, não podem se autoidentificar de acordo com a identidade de gênero? Não adquirem respeito ao nome que escolheram para si? Se decidem continuar com o nome de registro, são menos trans?

Que constrangimentos sofrem pessoas trans que não ostentam a passabilidade? E as pessoas que mesmo com o passaporte da passabilidade não usam nome social e/ou não desejam retificar o nome de registro civil? Observo que não existe obrigatoriedade de simbiose entre nome e imagem social, para além do nome está a forma de tratamento onde o respeito nome social não a garante, da mesma forma que não protege das mais várias formas de violência. Os preconceitos impostos a transexualidade incluem, entre outros, o racismo, que assim como a primeira é estrutural.

7. IMPOSIÇÕES E IMPLICAÇÕES DA RAÇA E DO GÊNERO NAS RELAÇÕES E RELACIONAMENTOS SOCIAIS

“Eu diria para você se observar mais, mas observar todos os seus detalhes [...], antes de você fazer alguma intervenção definitiva, porque o que é definitivo é como a própria palavra já diz, não tem como mudar. A vida ela já repleta de muitas angústias, então não construa mais angústias tentando buscar a felicidade, e caso você opte por algum procedimento que seja muito comprometedor, e você se arrependa, não se culpe tanto, busque a redução dos danos, afinal a solução que a gente encontra na vida, por vezes, não é o ideal, mas é reduzir o prejudicial. Então busque se conhecer, se auto amar, invista na autocompaixão, e saiba que se você não fizer por você, não vai ser homem, não vai ser mulher e não vai ser família que vai fazer, afinal, quem carrega a transexualidade no seu corpo, na sua cabeça, é você mesmo”. (Lisboa)

A raça e o gênero são marcadores sociais na escala de precarização social. Quando raça e gênero são interseccionados pela transexualidade o resultado são corpos duplamente ou

⁵⁶ Interjeição que no Maranhão pode designar dúvida, receio, inquietação, reticência ou aprovação. Neste contexto quis dizer: sei, tão fácil como soprar bolhinhas de sabão.

triplamente marcados pelo sexismo, racismo e transfobia. A intersecção de raça, gênero e transexualidade posiciona alvos em pessoas trans, e quando essas pessoas são mulheres trans e travestis, são colocados alvos visíveis, que autorizam a desumanização, e consequente violências cotidianas, das mais variadas formas, perpetradas pelo social e pelo Estado. Dessa forma, observo a transfobia como estrutural, exalada e respirada em todos os setores da sociedade, e instituições estatais.

7.1 RAÇA E GÊNERO: IMPOSIÇÕES E EMPECILHOS

As imposições e empecilhos da intersecção de raça e gênero acusam proibições a todas as pessoas que percorrem tais vias, acrescentada a transexualidade tais proibições são mais violentas, e oriundas das mais diversas instituições sociais, que intencionalmente, ou não, violam a Constituição Federal, em vários artigos, e a dignidade da pessoa humana, usando como escudo para o preconceito, a religião, os ditos valores e a família.

A raça e o gênero são precursores do impedido de certos comportamentos ou práticas, em dado momento e/ou situação, quando questionado sobre o que deixou de fazer em seu convívio em sociedade, Denver relata que queria ser mais ativo na dança, nada profissional, mas que dentro da própria família teve muitos julgamentos, ocasião em que começou a fazer balé escondido e ao aceitar o convite para dançar no Teatro Artur Azevedo, foi o momento em que todos ficaram sabendo parou com a dança.

A dança também era uma paixão para Milão, que parou de dançar, pois as pessoas achavam que era algo afeminado por ser um homem cisgênero, heterossexual, e que ouvia termos pejorativos como “viadinho” e gay, que o afetam muito à época. Acrescenta que hoje voltou a dançar.

Para Turim, a experiência vivenciada após entrar na universidade o fez refletir sobre o próprio comportamento, local onde as questões de gênero eram mais amplamente discutidas, momento em que passou a se policiar e moldar determinados comportamentos machistas, passando a refletir antes de qualquer abordagem a uma pessoa, pois observou que aquilo que achava ser um elogio, na verdade era uma agressão.

Roma, que se declara uma mulher sapatão, afirma nunca ter deixado de fazer o que sentia vontade, exaltando que quebrou as barreiras que lhe eram impostas, incluindo estar em lugares ditos masculinos, como a Engenharia Civil e a Matemática, nesta última, discute gênero sem grandes problemas, acrescenta que está driblando tais barreiras à sua maneira.

Já Gana observa que deixou de fazer certas coisas principalmente porque, implicitamente, existem regras sociais, não inscritas, que vetam determinados comportamentos, onde o desejo de se sentar mais à vontade sucumbia ao fato de ser menina, com a possibilidade de ser questionada. Tais regras também coíbiam no acesso a determinados espaços como bares e, lembrando a infância, as quitandas, aos quais se impunha um horário, pois em outros havia o consumo de bebidas alcoólicas, local que aglomerava várias pessoas, majoritariamente homens. Refletindo hoje Gana entende como uma tentativa proteção, por conta de seu gênero.

Londres localiza tais impedimentos também no ambiente de trabalho, pois como trabalha na esfera jurídica, sofreu vários preconceitos, alguns indiretos, principalmente por ser uma mulher que não performa feminilidades e pleiteia direitos humanos incisivamente, postura que faz com que seja vista como histérica, agoniada, mal-amada, a que está sem homem. Segue pontuando que a mesma postura vida de um homem, este é visto como incisivo, dirigente, duro, competente.

Retornando ao passado Londres lembra o que ela nomeia de “um dos preconceitos mais árduos que já sofrera”, quando durante uma defesa oral no tribunal de justiça, momento em que estava amamentando sua filha, seu seio vazou leite, e um dos desembargadores pediu que ela saísse do ambiente, pois o leite materno fede. Observa que mesmo na esfera acadêmica, de intelectualidades, que é o meio jurídico, se padece por ser mulher, principalmente as mulheres que não performam a feminilidade esperada, e coloca o contraponto de que se fosse uma advogada “quietinha, bonitinha, arrumadinha, talvez eu não causasse tanto alvoroço”.

Quanto aos possíveis impedimentos da infância Londres observa que nasceu numa família diversa, portanto sempre se sentiu muito à vontade, tendo a liberdade para jogar futebol e andar de *kichute*⁵⁷, liberdades que não eram bem-vistas na escola, por andar com meninos e não performar a feminilidade esperada das meninas, e salienta que sempre teve uma postura mais masculinizada que as meninas de sua geração.

Concordando com Londres, Berlim afirma que nunca deixou de fazer nada que desejasse, pois nunca teve medo de enfrentar a sociedade e mesmo que alguém tentasse impedi-lo, lutava por seus direitos.

Já para Cairo houve um processo gradual, onde se tornar o que o outro desejava, por vezes, era necessário. Lembra que quando era mais novo havia esportes que queria praticar e

⁵⁷ Kichute é um calçado, misto de tênis e chuteira, produzido no Brasil desde a década de 1970 pela Alpargatas

queria muito tocar bateria, mas ouvia da família que era coisa de homem, e por conta da visão machista, acabou por desistir. Chegando a maior idade, dezoito anos, passou a vivenciar uma feminilidade, que observa, não ser sua, mas sim uma imposição familiar. Ao adentrar o ambiente universitário começou a encontrar uma forma peculiar de demonstrar a feminilidade que não a forma padrão, e pontua que a universidade oportunizou se libertar.

Usar roupas ditas masculinas e jogar futebol, foram os impedimentos sofridos por Dallas, que acrescenta ter um estilo próprio e diversificado, onde usa aquilo com o qual se sente confortável, não pesando mais o impedimento.

Para Lisboa não seria o deixar de fazer, mas sim o optar não fazer, dessa forma evita lugares públicos com roupar muito curtas por conta da alergia devido a depilação, salienta que a exigência social do padrão feminino, faz com que tome essa atitude, o mesmo acontece com a possibilidade de ir à praia ou piscina. Quanto ao desejo de frequentar tais locais, Lisboa pontua que o fato de não conseguir se aquendar muito bem a impede, e que já teve problemas com tal prática, que além de lhe causar ardência, lhe causou um calo de sangue no pênis.

Madri coloca como impedimento o desejo, na infância, de brincar de boneca e assistir ao desenho da Barbie⁵⁸, o qual assistia escondido. Recorda que aos sábados a família saía para o trabalho e ficava sozinha com o irmão, este brincando no quintal, enquanto assistia sempre olhando para trás, para não ser pega de surpresa. Relembra que chegou a apanhar por causa do jeito afeminado e que na escola, por vezes, se retraía com medo de fazer algo que chamasse a atenção para si, e que era chamada de bicha, bichinha e qualira⁵⁹. À vontade, Madri emerge numa digressão, relembra os sete anos, quando sentado ao lado do pé de rosas que havia no quintal de sua casa, falava que quando crescer se tornaria uma mulher, e observa que sua transexualidade não foi algo do nada, e que só a assumiu após adulta aos vinte um ano.

Pensando em sua vivência atual, Rio, enfatiza que a privação deriva do medo de sofrer transfobia, onde o impedimento mais latente é o receio de ir à praia usando um biquini. Traçando parâmetro entre mulheres cis e trans, observa que se olhares de julgamento sobre as mulheres cis são incisivos, para mulheres trans, tais olhares, seriam mais devastadores. Outro receio revelado por Rio, que a mim soa como insegurança, diz respeito ao ato de ter que aquendar, que, segundo ela, marca em determinadas peças do vestuário, que opta por não usar

⁵⁸ Barbie é uma boneca utilizada como brinquedo infantil, criada pela empresa americana Mattel em 9 de março de 1959.

⁵⁹ Termo usado no Maranhão, para estigmatizar homossexuais e afeminados. De acordo com a oralidade surgiu no carnaval, a época basicamente de rua, no qual se apresentavam vários blocos carnavalescos com seus instrumentos musicais e marchinhas de carnaval pelas ruas da capital, São Luís, em um desses blocos havia um rapaz afeminado que se destacava por tocar lira, que sempre que aparecia, o público gritava: "lá vem ele com a lira" frase que foi sendo diminuída para "com a lira" até chegar ao termo "qualira".

com o receio de ser percebida enquanto trans e vir a sofrer alguma agressão física, verbal ou psicológica, podendo chegar a situações de chacota e humilhação.

Para além das imposições e empecilhos que vigiam e regulam (ou tentam regular) o gênero podendo sonhos, desejos e vontades, estão as imposições e empecilhos impostos a raça. “O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p.15), dessa forma, se atesta que “o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”, (ALMEIDA, 2019, p.15).

Sendo estrutural o racismo pode ser observado em todos os setores da sociedade, não se resumindo a comportamentos individuais, sendo, também o resultado do funcionamento das instituições que, mesmo indiretamente, articula privilégios e desvantagens baseadas na raça. (ALMEIDA, 2019).

A desigualdade racial não é apenas uma ação de grupos isolados ou indivíduos racistas, mas principalmente pelo fato de as instituições terem predominância de determinados grupos raciais que se beneficiam dos mecanismos institucionais em prol dos próprios interesses políticos e econômicos. Assim sendo o racismo é dominação. (ALMEIDA, 2019). Sendo o racismo estrutural, todos os estágios da vida de uma pessoa negra são marcados por episódios, em sua maioria, dolorosos de racismo. Observo que pessoas negras são maioria na sociedade, mas não o são no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, em cargos de liderança ou em profissões entendidas como de prestígio.

Observando o racismo, questiono os colaboradores da pesquisa quanto as situações de discriminação e/ou violência em razão da raça ou cor que tenham experienciado, na qual Denver, Roma Berlim, Dallas e Rio afirmam nunca terem sofrido qualquer tipo de discriminação ou violência.

Se autoidentificando como preto, Milão, afirma que, apesar de ser ciente que não é tão escuro, sofreu preconceito ao “*ser seguido em loja por segurança [...], sofrer parada policial, isso acontece e, infelizmente, vai continuar acontecendo, eu sei disso [...], sei que não é do dia para a noite que isso vai mudar. Quando mais novo me chamavam de sagui, é um macaquinho [...], preto e pequeno me chamavam de sagui*” (Milão).

Cairo, que afirma não ter sofrido discriminação, pontua que “*isso é uma questão muito daqui do Maranhão, porque, como a gente está numa terra de preto, a minha cor é considerada um moreno jambo*”.

As narrativas de Milão e Cairo, respectivamente “não tão escuro” e “moreno jambo”, fazem refletir. Ora, se em festa de preto o parto é visto como branco, e em festa de branco o pardo é visto como preto, qual a lugar do pardo?

Mais que entidade híbrida, o mestiço é encarado como um trãnsfuga da condição de origem, alguém que ascendeu socialmente, podendo reivindicar o posto de mestiço (FERNANDES, 2007), sendo que o mestiço é o principal “obstáculo epistemológico” para a compreensão das relações raciais brasileiras. (OLIVEIRA, 1974), tal obstáculo pode ser observado em alguns momentos da história.

O estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a impor as universidades um sistema de cotas raciais logo após a Conferência de Durban, aprovada em 2001 e implantada em 2003, entre outros pontos polêmicos da lei fluminense, o fato de denominar os beneficiários da política como “pretos” e “pardos”, já que a classificação cor/raça adotado pelo IBGE consta as categorias “branca”, “parda”, “preta”, “amarela” e “indígena”, mesclava dois modelos distintos de classificação racial. Onde, segundo alguns gestores de universidades, a ambiguidade da categoria “parda” daria margem para que pessoas percebidas como brancas se beneficiassem de maneira fraudulenta da política. A lei sofreu correção no mesmo ano de implantação, suprimindo a classificação “parda”. (CAMPOS, 2013).

Medida que não coibiu os casos de fraude, que são apontados por todo país. Diante da reportagem do site G1-Maranhão, que expôs casos de fraudes no sistema de cotas da Universidade Federal do Maranhão, o presidente da Comissão Da Verdade Negra no Brasil da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – MA, Erick Moraes, observou a afroconveniência, nome atribuído quando alguém tenta se passar por negro para obter algum direito. Segundo ele, “A afroconveniência tem se manifestado um fenômeno bastante forte no Brasil, principalmente depois da promulgação da lei federal com a possibilidade de cotas para pretos e pardos, no sentido de que as pessoas vêm fazendo diversas formas, como o bronzamento em excesso, a maquiagem para transformar o nariz grosso, às vezes, até implemento de lábio artificial, a apropriação cultural, através de penteado, de roupas, da maneira de se vestir” (G1-MARANHÃO, 2020).

O pardo, enquanto dúbio, parece levar o limbo da identidade, em que o espelho que o reflete, não dá conta do real identitário, fazendo com que a questão: quem sou eu, quem eu sou? Não veja resposta plausível.

Dentro da parditude, se nomeiam, a bel prazer, os vários tons de pele que vão do moreno/a, marrom bombom, da cor do pecado e chocolate, e mulata, entre outros. O termo mulata, de cunho pejorativo, foi amplamente disseminando na década de 1970,

principalmente pelo radialista, apresentador de televisão e empresário Osvaldo Sargentelli, que apresentava belas mulheres em suas casas de espetáculos, conhecidas, a época, como mulatas Sargentelli. Algumas destas, ostentando tal alcunha, ficaram conhecidas nacionalmente.

Reclamo atenção ao sistema de cotas raciais, reparação histórica, criticada por muitos, inclusive negros, e burlada por outros tantos brancos, mas que não foi o primeiro sistema de cotas do Brasil, pois logo após o “fim” da escravidão o Estado brasileiro financiou a vinda e permanência, que incluiu a educação, de brancos europeus, com o intuito de branqueamento da sociedade brasileira.

Nomeado pelo então Presidente da República Hermes Rodrigues da Fonseca, para representar o Brasil no primeiro Congresso Universal das Raças (Londres, 1911), o médico e antropólogo João Baptista Lacerda, frequentemente observado o mais importante propagandista da ideologia do branqueamento, defendeu em no Congresso, a ideia de que o Brasil estava no caminho da resolução da “questão racial”, sendo que a imigração e a “seleção sexual” (casamento com brancos), dissolveriam a “raça negra” num período de 100 anos e, transformando o Brasil num dos "principais centros do mundo civilizado" (HOFBAUER, 2016). O desaparecimento do negro era visto como uma consequência "lógica" desse processo: “[...] é lógico supor que num período de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (LACERDA, 1911, p. 18, 19), (SOUZAI; SANTOS, 2023).

No artigo levado ao evento intitulado “Sur les métis au Brésil” (Sobre os mestiços do Brasil), Lacerda defende a imigração e a miscigenação como positivos para o Brasil, pois a sobreposição dos traços da raça branca viria a suprimir outras, negra e indígena:

A população mista do Brasil deverá ter pois, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco desta população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderia persistir ainda alguns traços do negro (LACERDA, 1911, p. 18, 19).

Tal branqueamento pode ser atestado, também, na figura de personalidades negras esbranquiçadas, na perspectiva de que o sucesso, o talento e a inteligência (entre outros), são dons da branquitude.

Se identificando como negra Londres pontua não ter estereótipos da negritude, e sustentar mais o estereótipo oriental por conta da ancestralidade libanesa, e situa a discriminação no âmbito da regionalidade, observando a participação em um congresso na

cidade de Curitiba, onde percebeu que era distanciada nos grupos de pesquisa, pois dentro do conceito curitibano era vista como negra, e enquanto negra não tinha nada a dizer.

Embora não tenha sofrido discriminação, Lisboa pontua que embora branca, a presença de manchas na pele (por conta de alergia), espinhas, e outros problemas de saúde, faz com que reflita sobre a lógica racista, onde a branquitude que teria tudo para dar certo, acaba dando errado. E observa que a branquitude exige um padrão, o padrão de ser cis, de ser trans parecida com cis. Observo que na colocação de Lisboa pesam o padrão estético e de apresentação da branquitude como norte de sucesso.

Afirmado sempre sofrer discriminação, Turim afirma que quando criança era discriminado na escola, e que como a criança não sabe lidar com situações de racismo, ficava difícil se sobressair diante das agressões constantes. Afirma ter perdido as contas das vezes que chegou em casa sujo de giz e que tais fatos afetaram o desenvolvimento pedagógico. Ressalta o fato de ser apelidado de boneco de macumba e finaliza atestando que não foi feliz.

Observando que a discriminação racial, se mostrava mais acentuadas antes da transição de gênero, ou seja, lida como um homem negro, Madri recorda uma situação vivenciada num ponto de ônibus, onde pessoas se afastaram devido a sua cor, que segundo ela, ligada ao estereótipo de bandido, pivete ou algo do tipo.

Para Gana houve dois episódios que marcaram sua memória. Com olhar perdido no vazio da sala, relata o primeiro que remonta o período da escola, onde havia um colega de sala apelidado de Tupi, tido como “o bonito da sala”, de quem era próxima, e compartilhava alguns momentos, mas em um determinado dia *“outro menino em questão, branco, me expos em sala de aula dizendo assim: olha aí o Tupi [...], tá sentando perto dessa menina, essa menina com esse cabelo desse jeito, essa menina, ela tá apaixonada por ti. E não era esse cenário de paixão, era de amizade, só que naquele momento eu me senti muito exposta, porque ele quis acentuar que eu estava apaixonada, e ao mesmo tempo quis dizer que ele não poderia estar próximo de mim, tipo questões que ele falava, cabelo, ele não falava a cor da pele em si, mas com o tempo a gente entende muito bem o que que ele estava querendo dizer”* (Gana).

A dupla cabelo crespo e o corpo negro são considerados expressões da identidade negra brasileira estando relacionada com a forma como se veem e são vistos, e nesta relação tensa, conflituosa e complexa que tal dupla torna possível a construção social, cultural, política e ideológica, pois são usados, ao longo da história do Brasil, como critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco na nossa sociedade. (GOMES, 2001).

Esta classificação racial não tem como unicidade somente a aparência física, sendo distintos também a classe social, a educação e a renda, como fundamentais para a autoidentificação. (GOMES, 2001). Pessoas negras podem reproduzir o racismo de que são vítimas, cooptados pela estrutura racista e comum a internalização da sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem, onde somente a reflexão crítica sobre a sociedade e a própria condição, pode fazer com o indivíduo enxergue a si próprio e ao mundo, para além do imaginário racista.

O negro observado por boa parte da sociedade como suspeito, e aparecendo na TV de tal forma, e se poucos elementos fazem crer que negros sejam, nada mais que suspeitos, é de esperar que pessoas negras também achem outras pessoas negras suspeitas, especialmente ao fazerem parte de instituições do estado de repressão, caso dos policiais negros. (ALMEIDA, 2019). Neste contexto, observo que por vezes a classe social, acesso à educação e a presença em determinadas instituições nubla a identificação racial, onde pessoas negras negam a negritude, reforçam o preconceito e sabotam as lutas antirracistas.

A associação da negritude a fealdade é comum, como elemento cômico de supostas brincadeiras, que permitem que pessoas brancas demonstrem a hostilidade racial, por meios vistos como culturalmente aceitáveis, que aparecem dentro de uma aura de intimidade entre os envolvidos, descaracterizando o crime de injúria. Em outras situações os comentários são dirigidos a toda a raça negra, como nos termos nego, neguinho, nega, neguinha, uma referência a imagem das pessoas da raça negra, entretanto o conteúdo racista é deturpado na demonstração de ausência de vontade de ofender colocando o enunciado em tom jocoso ou como formas culturais que ausentam o ódio e o desprezo racial. Observo então que a discriminação estética é um dos componentes centrais do racismo recreativo (MOREIRA, 2019).

Ao pensarmos a escola enquanto espaço de formação inserida num processo educativo mais amplo, encontramos mais que currículos, disciplinas, regimentos, provas e testes, nos deparamos com diferentes olhares que se cruzam, chocam e encontram e, nesse contexto, a escola pode ser observada como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra, local onde o olhar sobre o negro e a cultura negra, pode tanto valorizar diferenças e identidades, quanto estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e mesmo negá-las. (GOMES, 2001).

O período escolar, creio que para toda criança negra, seja aterrador, as comparações, apelidos, xingamentos, comentários, e outros, hoje traduzidos em uma só palavra, bullying⁶⁰, abalam a autoestima e afetam o desempenho escolar. Nessa relação, por vezes, a criança que ofende e o ofendido não se dão conta da situação de racismo, historicamente naturalizada.

Falar sobre racismo me faz lembrar o apelido de infância na escola, Olivia preta, pelo fato de ser magra e negra, como também o apelido *She-Ra*⁶¹, após dar um soco em um menino por causa do apelido anterior. Entretanto, no meu caso, como, geralmente, no caso de pessoas negras, somente *She-Ra* não bastava, tem que haver o complemento que exponha a raça, assim passei a ser, no imaginário da branquitude racista, a *She-Ra* preta, motivo pela qual, no intervalo, estando na fila da cantina e ouvir tal apelido, joguei mingau quente na cara de outro menino.

De certo que ser uma criança negra na escola é estar exposta, cotidianamente sem qualquer proteção, nem rede de apoio contra racismo, em todas as suas vertentes, que no contexto escolar, ganha ares de “brincadeira”. Intencional ou não, brincadeiras maliciosas e maldosas que fazem do ambiente escolar, lugar inóspito e hostil para crianças negras.

O segundo episódio leva Gana, de volta a Rua da Paz, centro da cidade de São Luís (MA). Demonstra insegurança ao determinar qual banco em questão, compreensível, uma vez que outrora houve a compra e venda de vários bancos na cidade, que com mesmo endereço, mudavam a fachada. Em sua digressão, pontua que havia duas agências em ruas paralelas, respectivamente, Rua da Paz (local do ocorrido) e Rua Oswaldo Cruz (conhecida popularmente por Rua Grande). Ressalta que uma semana antes do episódio de racismo a referida agência bancária havia sido assalto.

Relembra que já adulta se dirigiu ao banco situado na Rua da Paz, onde tentar adentrar a agência a porta giratória emitiu sinal sonoro, a atitude de Gana foi de “[...] *tirar as coisas da bolsa [...], mostrei para o segurança que mesmo depois de ter tirado todas as minhas coisas da bolsa e mostrado [...], que não tinha nada, eu ouvi dele a frase: a não semana passada, mataram uma pessoa, assaltaram, tu achas mesmo que eu vou deixar tu entrar assim?*” (Gana).

⁶⁰ O bullying, também chamado de intimidação sistemática, é “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”, conforme definido pela Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

⁶¹ She-Ra é uma personagem da série de animação *She-Ra: Princess of Power*. Ela é o alter ego da Princesa Adora e irmã gêmea de Príncipe Adam, o He-Man. She-Ra e seus amigos da Grande Rebelião tentam defender o reino de Etheria contra as terríveis forças de Hordak.

O questionamento do segurança faz com que Gana também elabore uma questão: “qual a referência que ele tinha para dizer que eu ia assaltar? A pergunta vem a cavalo e a resposta na garupa: “*porque era uma mulher negra, porque não tinha nada em mim que pudesse dizer que eu ia fazer algo*”. Segue observando que várias pessoas a seu redor se mostraram revoltadas, entretanto ao esboçar que iria tomar medidas quanto ao ocorrido e que para isso necessitava de testemunhas, todas se esquivaram alegando a periculosidade do segurança. Momento que Gana se sentiu sozinha e chorou por saber o que deveria fazer, mas que não havia rede de apoio. Observa que as pessoas se eximem sabendo que a atitude do segurança é errada, fingem que nada aconteceu, porque não as atingi diretamente.

Reclamo atenção as recomendações da mãe de Gana, a primeira em relação ao banco: “*olha, vai no banco, vai direito, não vai parecendo que tá lambuda pra eles não fazerem qualquer coisa*” (Gana). Hoje, percebe que a recomendação da mãe era de que fosse bem-vestida, para evitar certas situações de racismo.

A segunda quanto aos passeios no shopping: “*vê se tu não pega as coisas, para não quebrar*”. A recomendação a qual entendia como ter cuidado para não quebrar nada e gerar prejuízo, hoje, percebe que não era só nesse caminho, era justamente para não ser colocada em situação de exposição, constrangimento e risco, por conta da cor de sua pele.

Ao relatar experiências na França, como negro nascido em uma colônia francesa, Fanon (2008, p. 108), denuncia que “nenhuma chance me é oferecida. Sou sobredeterminado pelo exterior. Não sou escravo da “idéia” que os outros fazem de mim, mas da minha aparição”. Tal aparição evidencia a reificação e objetificação do corpo negro e o papel de inferioridade ante o mundo desenvolvido, monopólio moral das crenças impostas pelo branco, que em autorreflexão, sobre a condição negra, Fanon expõe como “dispositivos cotidianos da discriminação racial com base no olhar, no medo e na ojeriza do branco”. (FRANÇA, 2021, p. 135).

“Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!”

Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma leveza que eu pensava perdida e, extraindo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigí explicações... Não adiantou nada.

“Mamãe, olhe o preto, estou com medo!” Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível.

Olhe o preto!... Mamãe, um preto!... Cale a boca, menino, ele vai se aborrecer! Não ligue, monsieur, ele não sabe que o senhor é tão civilizado quanto nós... (Fanon, 2008, p. 103)

Numa digressão na história do Brasil, voltamos a 1809, ano da chegada da família real, e consequente criação da Divisão Militar de Guarda Real de Polícia da Corte, onde um de seus mais famosos comandantes, Major Miguel Nunes Vidigal definiu como critério que “usava decidir se perseguia ou não determinada pessoa, além do flagrante delito, era a cor negra dessa pessoa” (FRANÇA, 2021, p. 130), ou seja, na escala da violência, a cor da pele determinava o grau de periculosidade e, ainda hoje, continua determinar, autorizando e avalizando, como outrora, a agressão, o encarceramento e morte de corpos negros.

Entretanto, não só a cor da pele é determinante para violências, portanto, a emergência de se falar da intersecção de classificações sociais que subalternizam determinadas pessoas.

Nesse contexto, se situa o gênero, pois não há como pensar raça e gênero como territórios sitiados, uma vez que se inter cruzam, obstruem e subalternizam em suas somas e multiplicações. Por esse motivo a interseccionalidade⁶² enquanto meio que objetiva dar instrumentalidade à “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, que faz com que, repetidamente, mulheres negras sejam alvos atingidas pelo “cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Não estando no escopo da pesquisa, a categoria classe, surge em vários momentos das narrativas dos entrevistados, o que demonstra a inseparabilidade do *Triunvirato*⁶³.

O conceito de intersexualidade emerge da análise sensível exteriorizada por feministas negras no qual experiências e reivindicações intelectuais não careciam observância do feminismo branco, tão pouco do movimento antirracista, austeramente, centrado nos homens negros. Permitindo “enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 14), por isso *Triunvirato*, pois também existe a coalizão das estruturas ao se apoiarem e defenderem mutuamente nos objetivos comuns, a priori, para a manutenção do poder.

Desse modo a interseccionalidade, permite enxergar também o fracasso do movimento feminista ao não contemplar mulheres negras, por reproduzir o racismo, e o atroamento do movimento negro pelo caráter machista (AKOTIRENE, 2019). A meu ver os dois movimentos se implodem e se autossabotam em suas matrizes.

⁶² Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. (AKOTIRENE, 2019, pg. 14).

⁶³ O Primeiro Triunvirato foi um acordo realizado informalmente por Júlio César, Crasso e Pompeu em 60 a.C. (depois renovado em 56 a.C.). Eles se uniram para tentar controlar a política romana e usar isso em benefício próprio.

Assim sendo, é crucial “compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 31). Os carcereiros, que para além de agrilhoar corpos negros, tendem a silenciar vozes negras.

Ao interseccionar raça e gênero, Denver relata não ter sofrido nenhum preconceito, nenhum evidenciado, e Milão diz achar que não, e noto mesma perspectiva de não evidência. Dallas e Berlim afirmam que não. Lisboa também acena negativamente, entretanto pondera saber da existência a intersexualidade.

Afirmando já ter sofrido preconceitos, Turim observa que é uma questão de machismo, barreira muito difícil de ser quebrada, mas que não só o machismo, pois “*o corpo negro é muito sexualizado até os dias de hoje. O turismo sexual, [...], os estrangeiro, que vem para o Brasil no período do carnaval, ou no período junino, aqui no Maranhão, com a ideia de sexualizar o corpo negro como um todo..., que o negão tem um pau grande, a mulher negra tem um quadril largo, tem um rabão, bucetuda, aguenta tudo, que a mulher branca, nasceu para casar, a morena nasceu para ser cortejada e a mulher negra para subir, essa é a expressão, que usam corriqueiramente abertamente, como se fosse algo comum, natural [...], eles não tratam como algo negativo, tratam até como um elogio. Porque aprenderam lá atrás que isso é normal. E esquecem que ali é um corpo, que tem esse ou seus defeitos, suas virtudes, tem suas limitações, tem seus sonhos, seus desejos*” (Turin).

O homem negro, em especial o corpo deste homem, é um dos mecanismos de inferiorização e condição do colonizador sobre o colonizado, ou seja, um homem branco sobre um homem negro (FANON, 2008). Que começa a sofrer por não ser branco, na medida que me é imposto, pelo homem branco, a discriminação, passou a ser um colonizado, que tem extirpado qualquer valor, originalidade, pleiteia que seja um parasita, e que precisa acompanhar sobejamente rápido o mundo branco “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo” (FANON, 2008, p. 94).

As sociedades ocidentais de matrizes colonialistas/imperialistas associam a objetificação com sexo, resultando em danos e nocivas interpretações, onde na objetificação sexual, o outro é tratado como objeto sexual. Historicamente o corpo expressa marcadores, onde alguns são reforçados ao longo do tempo e espaço que ocupam, sendo mais valorizados ou hipersexualizados, a exemplo os seios femininos, em dados momentos fartos, noutros “naturalmente” harmoniosos. Da mesma forma, em um dado momento, a genitália do homem negro chegou a ser objeto de estudo e exposição, colocado em formol e exibido a plateias na

Europa, que se espantavam ao mesmo tempo que desejavam o que via. Hoje se tornou símbolo de masculinidade, virilidade de desejo sexual. (RODRIGUES, 2020). A degradação sexual é observada também naquilo que Moreira (2019), nomeia como racismo recreativo, onde negros são alvos de piadas sobre a virilidade e o desempenho sexual, sendo observados, enquanto atletas sexuais.

O racismo, entendido como um sintoma social, que fica evidenciado pelo racismo estrutural, que Almeida (2019) observa como uma forma sistêmica de discriminação com base na raça como fundamento e que se manifesta por práticas conscientes ou inconscientes resultando em desvantagem ou privilégios.

Dentro dos marcadores históricos do sistema racista está o imaginário social do corpo da mulher negra, que pode ser observado, entre outros, no caso de Sarah (Saartjie Baartman – Vênus negra), que Silva (2021) reporta que Saartjie era posta em uma jaula, pois era perigosa, assim como sua sexualidade, durante a exposição o foco eram as nádegas, que os homens chegavam a apertar, em comparativo com os dias atuais, principalmente no contexto Brasil, o culto a algumas partes do corpo permanece.

As mulheres negras foram marcadas no século XIX pela cor da pele e a forma da genitália e porque tinham o apetite sexual primitivo. Afirmção ainda perpetuada no século XXI, visto o imaginário social de que as mulheres negras têm mais disposição sexual. (SILVA, 2021).

Se é na corporeidade que se atinge o negro, ele passa a ser visto como um perigo biológico por ter seu corpo como representação de uma violência que a todo o momento pode atingir os brancos, os quais, pensando psicanaliticamente, parecem demonstrar um trauma inconsciente por não terem a potência corporal e sexual do negro, ao que resta fazer de toda a raça negra, enquanto grupo, aquela que merece ser controlada e destituída de sua humanidade. Assim, a raça negra representa o mal, o pecado, o feio, a imoralidade, as trevas, o escuro, restando à alma branca as qualidades morais da humanidade. (FANON, 2008).

Roma afirma não sofrer preconceitos na intersecção de raça e gênero, entretanto *“com relação a lesbianidade, eu costumo dizer que se eu falar que eu sou sapatão as pessoas não vão me agredir, nem vão me atacar, durante a minha vida toda eu sofri muito mais por ser uma mulher, do que por ser uma mulher lésbica, [...], porque a minha lesbianidade só acontece quando eu falo, ou quando estou com minha esposa. E parece que a lesbianidade desperta fetiche nas pessoas, vai para um outro lugar, que é um lugar de preconceito [...], quando você é sapatão a pessoa não quer te ver na sociedade [...], eu não sei o que é isso, o corpo cancelado, eu não sou o corpo cancelado”* (Roma).

A intersecção de raça e gênero para Gana posiciona e impõe à mulher negra a condição de relação que se resume ao *“escondido, de longe, e que ninguém saiba, entre nós, o acordinho”*. Que reside no *“[...] fato das mulheres que são preteridas, eu acho que é o cenário que a gente consegue encaixar melhor isso, e você percebe que existe um movimento de interesse de algum homem, mas tem ali a preferência por outra fisionomia, outro estereótipo de mulher (Gana).*

Londres afirma que sobre preconceito interseccional *“por ser uma mulher negra, [...] isso vira e mexe, volta mesmo que seja nas entrelinhas, na piadinha no restaurante, mas volta. Aquela piadinha inocente, estou só brincando, tudo tu te ofendes? Aquela coisa que a gente tem que se ofender mesmo e se posicionar na hora: não gostei da maneira como tu estás me tratando. Mas aí a gente é vista como chata, histérica, exagerada e grossa”* (Londres).

Para Rio o preconceito maior é em relação ao gênero, pelo fato de que quando ia a festas, antes da transição, vista como homem, ficava com um ou até mesmo três rapazes, que chegava a fazer disputa com os amigos sobre quem pegava mais, atitude vista, por seus colegas, como normal, mas *“se hoje em dia eu faço isso em alguma festa, meus próprios amigos falam: agora você é mulher, tem que se respeitar, se dar valor, então com os gêneros sinto essa cobrança. É muito louco porque são as mesmas pessoas [...], e hoje em dia me remetem a eu ter que me respeitar por eu ser uma mulher. [...], qual é a lógica disso? É por causa do gênero?”* (rio).

Pontual, Madri observa que, por ser uma mulher trans e negra, sente o peso da intersecção de raça e gênero, porque os homens a vão abordar enquanto uma mulher fácil, enquanto um depósito de esperma.

O regime da diferença sexual enquanto epistemologia se resume a um “sistema histórico de representações”, um aglomerado de discursos culturais, instituições, convenções, práticas e acordos (simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos), que autorizam socialmente decidir o que é verdadeiro e diferenciá-lo do que é falso. Portanto tal regime é epistemologicamente histórica, um paradigma cultural e científico-técnico, que a priori nem sempre foi vigente, sendo sujeita a críticas e mudanças (PRECIADO, 2022).

Tal epistemologia – binária e hierárquica – vive uma crise desde os anos de 1940 não só pelos movimentos políticos das intituladas minorias, como também pelo surgimento de dados morfológicos, cromossômicos e bioquímicos “que tornam a atribuição binária do sexo, no mínimo, conflituosa, se não impossível”, onde o abalo causado por tais movimentos e descobertas traz mudanças a estigmologia da diferença sexual que se tem hoje e que dentro de

dez ou vinte anos dará lugar a uma nova epistemologia, tal mudança terá por base os movimentos transfeministas, queer e antirracistas, como também as novas práticas de parentesco, relações amorosas, identificações de gênero, desejo, sexualidade, onde tais nomeações são indicativos dessa “mutação e experimentos na fabricação coletiva de outra epistemologia do corpo humano vivo”. (PRECIADO, 2022, p. 18).

O conceito de solidão são se atem somente ao isolamento social de pessoas, figurando também na vivência de pessoas relegadas de afeto por outras que a rodeiam (ELIAS, 1985). O conceito de solidão da mulher negra, identificado na sociedade brasileira, é o resultado do quebra-cabeças de vários elementos que remonta o racismo.

Desde as primeiras décadas do século XX, foi desenvolvida a miscigenação país como projeto eugenista de embranquecimento da população, que impôs culturalmente aos negros e indígenas a designação de “primitivos a serem civilizados” (GROSFOGUEL, 2016, p. 39), dessa forma construindo a branquitude como ideal de superioridade moral e intelectual, de civilidade e progresso (SHUCMAN, 2014, p. 91).

Dessa forma, as mulheres não negras são vistas como preferidas por homens negros para relações afetivo-sexuais (AZEVEDO, 1955), dentro de uma estrutura racial, onde a mulher branca é “avalista” (CARNEIRO, 1995, p. 75), a fiadora, que abona a existência e presença do homem negro em espaços sociais. Tal escolha é um dos modos de ascensão social do homem negro, e meio para menos opressões. (CARRERA; CARVALHO, 2020).

Neste contexto, o matrimônio assumi a carga simbólica que associa pessoas a condição de mobilidade social previamente estabelecidas (AZEVEDO, 1955), tal carga simbólica é marcada por um conglomerado de subjetividades com base na diferença étnica, racial e de gênero (MOORE, 2000). Caso das mulheres negras, preteridas a uniões estáveis, tanto por homens negros quanto brancos, e perdem espaço para mulheres de outros grupos raciais, principalmente mulheres brancas (PACHECO, 2008; 2013), mesmo sendo mulheres brancas pobres e com baixo grau de instrução, restando-lhes uma vida de celibato ou concubinato (AZEVEDO, 1955).

Embora vista como forte, símbolo sexual e desejada para o sexo, a solidão é realidade na vida da mulher negra. Esquartejada simbolicamente pelo racismo, posicionada na prateleira social, da feminilidade e mulheridade, como a de menor valor, a mulher negra é vista enquanto força de trabalho, a que limpa, lava, passa, cozinha, que pode até ir para a cama, mas que não é digna de aliança no dedo, nem de sobrenome (hoje opcional). Aquela disponível ao sexo escondido, e que caso venha a engravidar, terá que criar sozinha.

Observada como fora da norma, a transexualidade também percorre a via da raça, sofrendo a ação desta, com reflexos, entre outros, na socialização de pessoas trans negras. Quanto aos preconceitos e discriminações no trato e convívio de pessoas trans em razão da cor/raça, Berlim se posiciona dizendo haver certa incidência do preconceito, não sabendo mensurar este, entretanto, relata que quando se desloca pela cidade a noite, lhe chama atenção o grande número de mulheres trans negras na prostituição.

Cairo e Dallas afirma que o preconceito contra pessoas trans negras é mais incisivo. Lisboa responde que o preconceito racial existe no meio trans, e acrescenta a situação socioeconômica, a formação e a corporeidade como componentes potencializadores na intersecção do preconceito.

Para Rio existe o preconceito e este é usado como forma de inferiorizar, pois diante de qualquer discussão sempre usam a frase: mas tu não es mulher de verdade. E se essa mulher trans é negra, a cor é usada de forma de inferiorizá-la: além de trans preta. Observa que nesse momento não há lugar para a parditude, fugiu a branquitude é preta.

Já para Madri o preconceito também está dentro da comunidade LGBTQIA+, uma vez que as hierarquias existentes colocam o gay, cis e branco, no topo da pirâmide, aquele que goza de todos os privilégios, numa pirâmide que tem na base corpos trans.

A intersecção de raça e transexualidade acentua o preconceito, ultrapassando as dimensões de bixa preta, pois para boa parte da sociedade, a mulher transexual não passa de um gay que ousa colocar um vestido e reivindicar para si a feminilidade e o “posto” de mulher, e sendo negra, além de ter o gênero questionado, a raça é usada como forma de subalternizar, como bem observou Rio, “além de trans preta”. Sobre essa mulher trans negra não pesa somente o racismo, pois potencializado pela transexualidade, o que acontece é afrotransfobia.

Refiro-me ao termo “posto” no sentido de assumir espaços, comportamentos e atividades, geralmente subvalorizadas, socialmente impostos a mulher. O posto de ser mulher de alguém, e não ser alguém. Ser colocada no ambiente doméstico, logo domesticada para a servidão a alguém, em vista da cisheteronormatividade, alguém homem. No mesmo viés, se casar com alguém, num pacto sinistro que intitularam de casamento, e ter todos os afazeres casa, não remunerados, como obrigação. Ter sonhos podados ou amputados. Se alguém, homem, exerce determinada profissão e é reconhecido por tal, é porque alguém, mulher, lava, cozinha, limpa e cuida para que haja o sucesso do outro.

E por que o cuidar é feminino? Quem disse que tenho que cuidar de alguém? Que tenho que ser a mãe de alguém? Principalmente quanto esse alguém já é de maior e tem pelos

na cara. Isso me faz recordar a frase que ouvia quando criança, geralmente dita por mulheres, mães, direcionada aos filhos: tu tens que arrumar uma mulher que te dê jeito. Tal frase fazia com que me questionasse: mas se ela não deu jeito na criatura, por que tem que ser outra a dar? É a brincadeira da passa anel? Intrigante como a cisgeneridade encontra soluções práticas para suas demandas.

Explicado o uso do termo “posto” e retornando a afrotransfobia, permito-me uma digressão, a época em que namorava um homem trans, que assim como eu, é negro. Por vezes ao sairmos a noite, eu testemunhava sua indignação ao pedir um carro por aplicativo, onde, o motorista ao visualizar a imagem de um homem negro, cancelava a viagem. Em um desses episódios, já “brincando”, ou “tirando onda”, como ele mesmo dizia, a corrida foi cancelada por seis vezes, e no momento que eu, mulher trans negra, solicitei o veículo por aplicativo, o pedido foi aceito.

Cis ou trans, principalmente desfrutando da passabilidade, o homem negro é visto como perigoso. A mulher observada como aquela que não apresenta risco, e que pode vir a aceitar um flerte, tendo o pedido aceito. Entretanto, no caso de mulheres, por vezes, são oferecidos serviços extras, como sexo oral.

7.2 RELAÇÕES SOCIAIS E RELACIONAMENTOS

As relações sociais sempre carregadas de complicações e subjetividades. No caso de pessoas trans, que residem no imaginário coletivo, ou nas mídias social onde posam os “desconstruídos”, mas na realidade do contexto social tais relações são mais complicadas pelo fato de não estarem presentes.

Nas relações pessoais a pessoa é compreendida como indivíduo concreto, mediado pelo social, determinado histórica e socialmente, jamais podendo ser compreendido independentemente de suas relações e vínculos. (AGUIAR, 2000), logo o lugar social consiste na posição simbólica que a pessoa assume no grupo, que a precede tendo por base fatores históricos e culturais pré-determinados, entretanto continuamente reconstruída em relação com outras pessoas. (NUERNBERG, 1999).

Direcionando tais relações a pessoas trans todos os colaboradores cisgêneros responderam negativamente quanto a ter tido algum professor ou professora trans. No que tange a interação com pessoas trans passáveis ou não, Denver afirma interage com pessoas trans e que nem todas são passáveis. Milão responde positivamente e pontua que só tem um amigo trans, que acredita ser passável, pois não se importa com aparência.

Turim afirma que se relaciona bem com pessoas trans, Roma afirmando que sim, pontua que não tem o olhar para aparência, Gana responde positivamente, acrescentando que nem todas são passáveis e Londres que afirma se relacionar bem com pessoas trans, acrescenta que tem amigos trans e pontua que nem todos são passáveis.

Atiçada a curiosidade questiono como seria uma mulher trans bonita e como seria um homem trans bonito na visão dos entrevistados cisgêneros, na qual Denver imagina essa mulher alta e morena, quanto a um homem trans bonito, seria alto, moreno, nem gordo nem magro, e com pé grande, revelando ter fetiche por pé, e que já teve interesse em um homem trans, nas palavras de Denver: “Já dei em cima de um, horrores”.

Milão reafirma o posicionamento de que não é tão ligado a beleza, e que para ele, beleza é subjetiva, e que valem mais as ações e atitudes. Turim pontua a inteligência, a autoestima, e as lutas e causas que dada pessoa assumi para si. Para Milão e Turim, o homem trans bonito, seria o mesmo numa versão masculina.

Roma pontua como estereótipos de beleza feminina para uma mulher trans, como também para si, a estatura, cabelos longos, a inteligência, e em suas próprias palavras, o “corpão”. Já o homem seria alto e forte. Surpresa com a pergunta, Gana me pega para Cristo e coloca essa mulher como sendo, alta e negra, no qual ela interpreta como sendo o que mais se aproxima da própria realidade. No caso do homem trans, segue no mesmo sentido de pensar aquilo que se aproxima da própria realidade, e deduzo ser um homem alto e negro.

Me sentindo novamente pega para Cristo, Londres me aponta dizendo que seria uma mulher extremamente forte e ciente de seu papel social, e pontua a minha indignação com os papéis que me somos forçadas a exercer. Já um homem trans bonito seria saber da condição enquanto homem, mas que respeita o feminino, que não performa as masculinidades impostas pelo machismo, o tóxico.

Quando a questão é relacionamento afetivo-sexual, e se investiriam em um relacionamento com uma pessoa trans, Denver, Milão e Gana respondem positivamente, Londres foi nesse sentido, pontuando que bastaria se apaixonar. Já Turim afirma ser uma barreira e que essa pergunta sempre vai causar-lhe impacto de alguma forma, e pontua que talvez por conta da criação que teve. Roma responde que não teria problema algum, mas que sabe que teria que partir para a resistência junto com ela. Reconheço que no ato da entrevista não atentei para o fato de Roma colocar “ela”, algo que na transcrição me deixou curiosa.

Relembro que Madri ao falar sobre a intersecção da transexualidade com negritude pontuou ser vista como fácil, um mero depósito de esperma, sentimento corroborado por Lisboa ao exteriorizar que os homens a tratam de maneira insalubre, como fetiche, e que por

esse motivo o flerte não acontece, afetando a autoimagem, abalando a autoestima. Lisboa pontua que tal abordagem faz com que parem dúvidas sobre a própria beleza, e as comparações com outras meninas sejam elas cis ou trans, acentuando que não é uma comparação a título de inveja, mas de perceber o que há de errado, e se questiona: “será que eles tratam elas diferente de mim?”.

Reclamo atenção a Ceccarelli (2014, p. 60), que observa, “ainda que importantes avanços, no sentido de resguardar a dignidade destes sujeitos, como assegurado pelo art. 1º III da Constituição Federal de 1988, tenham sido alcançados, algumas questões jurídicas ainda não foram esclarecidas. Por exemplo, um sujeito que, após a cirurgia, adquire as características do sexo feminino e altera o seu nome, pode legalmente casar-se com um homem? Ela deveria falar a seu cônjuge sobre sua condição anterior? O cônjuge tem o direito de saber para poder optar se quer, ou não, casar-se com um transexual? Não dizer sobre o passado configuraria um ato criminoso?”

Já tendo me feito o primeiro questionamento que o autor traz, questiono, uma vez que o foco é a transexualidade, somente a mulher trans passável visualiza a possibilidade de casamento “legal”? O relacionamento com uma mulher trans é norteado e avalizado somente pela passabilidade, a aparência? Porque, nas questões de negação de direitos, a figura da mulher trans é sempre posta como marcador colocando, entre outros, a imagem para questionamentos?

Observo a perseverança da intimação da cisgeneridade nas questões. Creio que seja algo muito subjetivo, de difícil resolução, que cabe aos envolvidos, onde para o relacionamento e possível união estável, caibam a segurança, o acolhimento, a cumplicidade, mas não uma tatuagem na testa. Creio também, que o autor tenha sido infeliz nas demais questões, pois sem perceber, exaltou a passabilidade como passaporte para relacionamentos, deixando inscrito nas entrelinhas que mulheres trans não passáveis não são dignas de relacionamento, carinho, amor e possível união estável. Da mesma forma que coloca o homem, no meu entendimento cisgênero e heterossexual, como alvo do desejo de todas as mulheres trans, o que foge à realidade, pois existem mulheres trans lésbicas.

Ao questionar se o cônjuge “tem o direito de saber para poder optar se quer, ou não, casar-se com um transexual”, o autor coloca a mulher trans como alguém que sempre tem que apresentar o histórico de sua vida, e pedir validação de sua identidade. No contexto, colocado pelo autor, de casamento, supõe que o homem pode vir a ser enganado. O interesse, atração, paixão ou amor brotam do histórico de uma pessoa? Creio que o histórico seja relevante

quanto a atos criminosos e/ou fraudulentos, mas não quando expõe os percalços de preconceitos e violências, e nesse sentido, cabendo, mais uma vez, aos envolvidos.

Quanto a “ato criminoso”, situo este na escrita do autor, pois uma vez se referindo em todas as questões a mulher trans, o correto seria definir como uma transexual.

Os questionamentos do autor, direcionados a mulher trans, diz muito sobre a misoginia e as cobranças direcionadas ao feminino, onde mulheres cis ou trans tem que caber na caixa que agrada, e/ou supri as expectativas do homem, a priori cisgênero e heterossexual. Porque a passabilidade é mais exigida de mulheres trans? Que sentidos são dados a passabilidade?

7.3 PASSABILIDADE: É POSSIVEL PENSAR SENTIDOS TRANS E SENTIDOS CIS?

Passabilidade, uma das tantas nuances da transexualidade, diz respeito a aparência, estar dentro dos padrões cisgêneros, ser passável, ser lido/a socialmente como um homem cisgênero ou uma mulher cisgênera. Estar dentro de tais padrões significa não ser molestado/a, inquirido, perseguido, violentado/a ou morto/a pelo simples fato de existir.

Alvo de desejo de grande parte da comunidade trans por motivos já citados, a passabilidade, vista enquanto porto seguro, não é um termo muito amplamente conhecido socialmente, e porque seria?

Ao serem questionados sobre o termo Milão e Berlim afirmam não conhecer o termo passabilidade, no entanto Berlim julga que é algo referente a padrão. Turim que também não conhece o termo, arrisca que o conceito de passabilidade faz referência a passivas. Denver diz entender com um enquadramento, muitas vezes forçado, onde as pessoas tentam se enquadrar ao padrão para serem aceitas e não serem mortas ou violentadas. Londres e Lisboa afirmam conhecer o termo.

Para Cairo é a pessoa trans passar pela sociedade como se fosse uma pessoa cis, e acrescenta que esse não é seu objetivo, e que embora se sinta visto como cis, o que o incomoda muito, e utiliza de marcadores como colares, tatuagens e alargadores que o diferenciem da cisonormatividade, e justifica tal atitude para que seja lido socialmente como uma pessoa trans. Afirmando conhecer o termo, Madri argumenta ter pouca passabilidade, pois ainda possui características ditas masculinas e que, infelizmente, roupa ainda define gênero, e observa que quando utilizava shorts e calças não era lida socialmente como mulher.

Acenando positivamente, em relação ao conhecimento do termo, Roma diz que “*é quando você se aproxima mais da matriz hetero, cis, normativa [...], quanto mais próximo você está dessa matriz do ideal cisgênero, da normatividade, da heteronormatividade, menos*

agressão e violência você vai se passar na vida, então mais próximo disso é mais segurança até para sua saúde mental”.

Dallas que afirma conhecer o termo, e que significa “*basicamente passável [...], mais perto do que as pessoas impõem como um padrão de masculino e feminino*”. Já para Rio a passabilidade “*remete a não ter aqueles olhares, a não ter aquelas piadinhas [...], eu me sinto bem com minha aparência, com meu jeito, mas esse julgamento das pessoas ficarem me olhando, me causa um mal danado*”.

De acordo com a cisgeneridade compulsória, pessoas trans se apropriam de aspectos simbólicos que materializam as identidades de gênero cisnormativas (homem/mulher) para adquirir passabilidade (BAGAGLI, 2016), se tornando inteligíveis quanto a identidade de gênero. Tais artifícios, segundo Bento (2006), são dispositivos da transexualidade que instrumentalizam a compreensão das identidades trans ao olhar cisgênero.

O estudo da transexualidade perpassa os estereótipos que norteiam as performances de gênero. Logo o passar por implica no envelopamento do corpo para que não chamem atenção e não sejam observados como diferente (DUQUE, 2013). Envelopamento não só do corpo, mas de todas as expressões performáticas do gênero que tal corpo viabiliza ao social. A observância da sexualidade e da passabilidade possibilita a compreensão do sentido do corpo, como mediador entre o individual e o social. (CARVALHO, 2018).

Enquanto relacionais, sexo e gênero, não são o mesmo (RUBIN, 1984), logo a passabilidade pode ser compreendida como informante do sexo, mas não do gênero, por mais que a identificação generificada faça parte dos processos de reconhecimento, onde a viabilidade da inteligibilidade, por meio da passabilidade, se torna aspecto relevante nas vivências e experiências trans (DUQUE, 2020), onde “*essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero*” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

A passabilidade desejada por muitos/as, vista como manto de possibilidades, acessos e escudo contra preconceitos, seduz pela possibilidade de invisibilidade, ser todos e ninguém, se perder na multidão, mesmo que tal efeito seja efêmero e ocasional. A atmosfera da passabilidade mesmo que, desejada por muitos, é alcançada por poucos, o que causa danos a uma grande parcela população trans que não a alcança (ou mesmo que não a deseje), visto que tal parcela tem mais dificuldades no acesso à educação, a saúde, ao mercado de trabalho e ao convívio em sociedade, este último é evidenciado, principalmente, no desrespeito ao nome social e a forma de tratamento de acordo com a identidade de gênero.

A associação entre imagem e forma de tratamento, mesmo quando da informação, demonstra o preconceito e a falta de interesse pelo assunto. Absurdo, pois, em plena ebulição tecnológica, onde o resultado do futebol, o capítulo da novela, entre outros, são buscados por meio do celular, na palma da mão, não faz sentido a cena veicula pela Rede Globo de Televisão, no *reality show* Big Brother Brasil 2022, onde Lina (Linn da Quebrada), foi chamada de “traveco” pelo participante Rodrigo Mussi, e de “ele” pela participante Eslovênia Marques.

Ao que parece não basta ser trans, tem que ser um dicionário, pois não é raro pessoas cisgêneros desvelarem, perguntas, ignorâncias e transfobias ao se depararem com pessoas trans. As perguntas são as mais absurdas e soam como se cisgêneros tivessem autoridade sobre corpos trans, na qual pessoas trans têm a obrigação de servi-los com conhecimento sobre transexualidade. Se atendo somente as barbaridades proferidas e questionadas já é invasivo, incômodo e inconveniente, mas não basta para a cisgeneridade, pois para certos cisgêneros, o corpo trans é público, podendo ser tocado, apalpado e invadido. Creio que toda mulher trans carregue consigo uma memória de um questionamento infame, de uma cantada asquerosa, ou de um convite malicioso e imoral.

Tais comportamentos, atos e atitudes cisgêneros independem a passabilidade em toda a sua plenitude, pois a certeza da transexualidade, na visão cis, autoriza comportamentos e atitudes que desumanizam pessoas trans. Talvez não “meu mundo, minhas regras”, mas sim meu corpo, vivências e experiência, meu território, de onde somente as vozes trans tem autoridade de fala e posse.

A busca pela passabilidade requer, entre outros, o acesso a saúde, nas experiências trans algo problemático, vista os poucos centros habilitados no país pelo SUS, e as longas filas para adentrar o serviço. Reclamo atenção para as demais filas após a chegada ao serviço – fila para a cirurgia de afirmação sexual, para implante de silicone, para mastectomia e outras – fato que faz da carência de dois anos para o acesso as cirurgias, uma falácia.

Adentrando o serviço, surgem demais problemas, como o embate com profissionais de saúde despreparados para lidar com diversidade, e a falta de capacitação dos demais funcionários. É evidente que se tem no serviço profissionais qualificados e empáticos.

Neste contexto, o maior problema para se alcançar a passabilidade segundo Berlim é o desejo entre querer ou não fazer a transição de gênero, devido a várias influências externas pautadas na cisnormatividade. Já para Dallas, que começou a transição clandestinamente, conseguindo receitas falsas com amigos para a compra de testosterona, o maior problema é a

falta de acesso a informações quanto ao tratamento hormonal, já que muitas pessoas não sabem por onde começar, ou com quem falar.

Para Lisboa é o dinheiro, no caso a falta deste. Concordando com Lisboa, Madri também acredita que a questão financeira seja o maior problema, pois a maioria dos procedimentos estéticos e cirúrgicos são caros, principalmente mulheres trans e travestis não tem boa condição financeira. Enquanto Rio acredita que o principal problema seja a imposição do padrão de gênero.

Em concordância com os colaboradores, acredito que a imposição do gênero causa o desejo e a expectativa, e o acesso ao serviço, a frustração, o desespero e a sensação de desamparo. É certo que o capitalismo impõe a subalternidade, fazendo com que o serviço ofertado pelo SUS com o nome de processo transexualizador, seja, para grande maioria da comunidade trans, o meio possível para o alcance da passabilidade, mas não somente desta, pois para além da aparência está saúde: física, mental e social. Creio que para além da passabilidade, existe a autenticidade de ser quem se é, dentro da diversidade complexa do gênero.

Dentro desse emaranhado do gênero, observo a cisgeneridade, como sempre, inundada de privilégios como o de não dar satisfação de sua performance, podendo subjugar aqueles que dela não concordem e/ou não fazem parte. Quanto ao privilégio de ser cisgênero, desfrutando de um mundo pensado e desenhado para tal, Denver diz que se sente extremamente privilegiado, Milão pontua que é um privilégio muito grande, pois não passou, e não passa, por todas essas dificuldades enfrentadas por uma pessoa trans.

Gana e Roma reconhecem tal privilégio, já Londres, concordando com os demais, acrescenta que usa seu lugar de privilégios para “gritar em nome das minhas irmãs diversas” e que utiliza o próprio corpo, socialmente aceito, como uma forma de dar liberdade a corpos trans, para que possam se pronunciar e existir, e de dentro do sistema se posicionar contra o cis-tema e assim implodi-lo.

Os privilégios planejados para cisgêneros é evidente, cabendo nestes o “direito” de questionamento de performances que destoam da cisgeneridade, entretanto, inebriados de si não se observam enquanto performáticos. Se o gênero em toda sua diversidade – masculino/feminino/ambos ou nenhum – se ancoram na binaridade, seja para afirmá-la ou negá-la, somos todos replicantes das performances de gênero – somados, diminuídos, exacerbados ou contidos – logo não existe um gênero original, não há o marco zero da masculinidade ou da feminilidade, ou seja, não há masculinidade original, nem feminilidade original.

Somos todos cópias de um somatório de uma inexistência original, um acumulado daquilo que se convencionou chamar de masculinidade e feminilidade, uma colcha de retalhos de discursos, vigília, cobranças, expectativas, posturas, comportamentos, frustrações e traumas.

Os vários questionamentos aos quais pessoas trans são submetidos, que intitulo de inquisições de si, me suscitaram a saber que sensações experimentaram os cisgêneros ao responderem questões que, geralmente, não fazem parte do seu universo, embora se debrucem no pré-conceito, nos achismos, suposições e curiosidades acerca da transexualidade.

Provocado foi a resposta de Denver, já Milão diz ter se sentido inseguro, receoso e desafiado, para Turim, que se colocou como inseguro, a transexualidade é um tema muito rico. Admitindo ter sentido certo bloqueio, Roma afirma entender a responsabilidade de falar sobre o assunto, observando o receio de machucar pessoas trans, pontua que falar do outro é muito delicado, e acrescenta que conhecimento nunca tem fim. Gana afirma ter se sentir instigada, com o desejo de conhecer mais, já para Londres discutir questões de transgeneridades que emergem no seio social é a oportunidade que tem de dizer aos filhos que o mundo é diverso, composto.

8. PASSABILIDADES E POSSIBILIDADES

A passabilidade em todos os seus sentidos (corpo, voz, nome, comportamento, entre outros), tem importância subjetiva, onde cada pessoa trans a avalia de acordo com a própria vivência e experiência. Quando questionado sobre a importância que a passabilidade tem sua vida Berlim afirma não ter tanta importância pois nunca chegou a um quadro depressivo, avaliando outras pessoas trans, pontua que é uma luta diária, mas independente de qualquer coisa o importante é se amar, e que embora tenha coisas em seu corpo que não goste tenta lidar com tal fato da melhor forma possível, e que prefere não se precipitar.

Para Cairo que coloca a passabilidade em uma escala de um a dez e a pontua com nota cinco, afirma não ter tanta importância, entretanto pondera que a passabilidade blinda de preconceitos e abre portas. Já para Dallas é muito importante, pois acredita que sem a passabilidade já teria sofrido mais preconceitos do que já sofrera.

Lisboa observa a importância da passabilidade como total, e que tal importância reside para além da maquiagem e roupas entre outros, pois incide sobre a interação social, o respeito, a autocompaixão e a compaixão interpessoal, e acrescenta que a passabilidade auxilia na manutenção de uma imagem salutar.

Ao passo que Madri, que usa a mesma métrica de Cairo e também da nota cinco a passabilidade, acredita que não ter tanta importância, e questiona: porque provar a outras pessoas que se é mulher? Entretanto, pondera que para se sentir bem consigo mesma, existem traços femininos e acessórios femininos como *gloss*, penteados, unhas, vestidos, são necessários.

Para Rio, que relembra o episódio de estar em determinada rua e ao avistar rapazes fazendo comentários transfóbicos a seu respeito, fugiu para não ser alvo de chacota por conta da imagem e por temer a violência física e/ou verbal. Revela que sentia muita insegurança no pré transição, e que por esse motivo a passabilidade é muito importante, pois hoje passa por menos preconceitos em razão da aparência, onde o que mais lhe incomoda é o questionamento das pessoas, que embora lhe elogiem por ser muito bonita, questionam a voz mais grave, na visão de Rio a voz lhe entrega. Acrescenta que o enquadramento social imposto visa uma mulher que não existe, e que detalhes como altura, voz e jeito são colocados como fatores que levam a dúvida da mulheridade de mulheres trans.

A passabilidade me traz o contexto de clone – transexuais como clones de cisgêneros – clones perfeitos, talvez mais que os originais, porque o tentam ao máximo. A certeza da transexualidade implica passabilidade? Tendo em vista as várias formas de passabilidade (corpo, voz, comportamento, entre outros), é possível se apropriar de todas?

Em digressão a uma conversa com uma amiga que, entre prantos, relata que ao comunicar a mãe que é uma mulher trans, ouve da mesma que ser gay até sim, mas ser trans já é demais, que é algo feio. Tal recordação me faz refletir sobre o feio, tema que me pus a pesquisar, na qual o achado foram dois artigos sobre o tema, passei a refletir: porque se tem tantas referências ao belo e não ao feio, uma vez que o feio percorre nossas vidas cotidianamente de várias maneiras?

Quando crianças aprendemos que meter o dedo no nariz é feio, que meninas não devem sentar de pernas abertas porque é feio. O feio quanto imaginado e retrato é sempre deformado e escuro. O cabelo visto como feio, é renegado, inclusive em músicas que salientam a “nêga do cabelo duro” e que “não gosta de pentear”. No rol das fealdades são colocados o negro, o deficiente, o transgênero, e outros, rotulados como maléficos, sinistros, exóticos e perigosos.

Nesse mesmo contexto, a vulva da mulher cis, biologicamente concebida, vista como natural, sofre a ação da fealdade, necessitando de correção por meio da cirurgia de labioplastia. Mas se o biológico, na perspectiva da cisnormatividade, é colocado no contexto de original e natural, que não devendo ser alterado, porque a procura por tal cirurgia, que faz

do Brasil o recordista mundial em cirurgias de labioplastia, traduzindo em números, somente no ano 2020 de foram realizadas 20.334. O outro nome dado a cirurgia é autoexplicativo: ninfoplastia.

Tendo por base a cirurgia retrocitada, dentre tantas outras buscadas por cisgêneros, acrescentando os procedimentos estéticos, observo as críticas as cirurgias realizadas por pessoas trans como, simplesmente, transfobia.

A passabilidade, como passaporte social, que requer avaliação externa, onde o comportamento do outro diante da pessoa trans é o que a notifica da imagem aceitável dentro do padrão cisgênero, concedendo-lhe segurança. Na ótica cis a imagem que não causa estranheza e que autoriza a socialização. Pensando essa notificação da norma cisgênera, questiono aos colaboradores trans, o que julgam da própria aparência, se passam por cis, são passáveis.

Berlim afirma que não, pois onde quer que chegue sente os olhares de julgamento, sendo que ao falar sua voz impressiona, por ser grave. Ponderando não se sentir passável, Cairo observa que a sociedade o considera, e afirma que não tem o desejo ser passável. Já Dallas afirma ser passável, e elenca a barba e a voz como marcadores de impacto primordial para a passabilidade de homens trans.

Para Lisboa que também se considera passável, o que mais pesa é seu repertório comportamental e a imagem que passa para as pessoas, isso não quer dizer que não seja identificada enquanto trans, mas que é tratada com respeito. Já Madri pondera que depende de quem olha, mas que não se considera passável ainda, pois recebe olhares de incerteza quanto a sua identidade. Quanto a Rio que se considera passável, revela que a imagem que tem de si, hoje, a faz se sentir bem, e que não percebe a cobrança de se tornar ainda mais feminina.

Dentro das possibilidades da passabilidade reside o direito de ser quem é, e o respeito social, assim sendo, o nome social pode ser observado como um dos degraus na aquisição da passabilidade. A escolha do nome perpassa subjetividades, onde somente a pessoa em questão consegue nortear o porquê da escolha. Neste sentido, Cairo observa que a escolha por um nome que denote certo afastamento da realidade cis padrão, onde os nomes menos comuns, chamam a atenção, gerando a curiosidade.

Já para Lisboa o nome tem cunho estritamente social, logo o nome social escolhido carrega a necessidade de um reconhecidamente feminino ou masculino, e observa a organização cisgênera da passabilidade. Rio diz que acha muito importante para a passabilidade, e enfatiza o bem que o tratamento respeitoso traz a autoestima de pessoas trans.

Para Madri o nome social tem forte influência na passabilidade, embora não seja respeitado, *“pois existem pessoas que mesmo cientes de que se trata de uma pessoa trans continuam a tratar pelo gênero morto e pelo nome morto, algo de preconceito enraizado”*.

O conceito de nome social elabora por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), tendo por base os princípios de Yogyakarta, considera nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificados socialmente. O nome social usado por pessoas trans diariamente informa a forma como se identificam e reivindica o reconhecido de suas identidades (CERQUEIRA, 2015), dessa forma o nome social materializa a forma como pessoas trans se definem e o desejo do reconhecimento identitário no convívio social.

Entretanto, “denúncias relativas ao desrespeito ao nome social são constantes e dificilmente resolvidas. A complexidade envolve a falta de consenso mesmo entre a esfera política: alguns deputados estão trabalhando para revogar o decreto assinado pela presidente” (Santos, 2016, p. 112), que autoriza o uso do nome social no âmbito da administração pública. Dessa forma, para além do embate político a favor e contra o uso do nome social, está a limitação de tal autorização, onde o reconhecimento em repartições públicas, algumas universidades e bancos de alguns estados, faz com que atinja uma microesfera (BENTO, 2014), o que faz com o nome de registro venha a vigorar em ambientes não pertencentes a tal microesfera.

A utilização do nome de registro “funciona como uma interpelação que o recoloca, que ressuscita a posição de gênero da qual luta para sair”, e dessa forma ao “serem identificados/as publicamente pelo nome que os/as posiciona no gênero rejeitado era uma forma ressignificada de atualizar os insultos de “veado”, “sapatão”, “macho-fêmea”, que, ao longo de suas vidas, os/as haviam colocado à margem” (BENTO, 2006, p. 57).

O uso do nome social por pessoas trans não busca somente informar a identidade, mas também, e principalmente, evitar constrangimentos e situações vexatórias, pois o nome de registro quando “pronunciado publicamente produz uma descontinuidade entre esse nome e as performances de gênero” (BENTO, 2006, p. 58), o que acaba por reforçar a necessidade de retificação do registro civil e demais documentos, visando evitar a exposição, o constrangimento e a humilhação pública.

Pessoas trans, não retificadas, sofrem várias violências em razão do uso do nome social que vão desde empresas e instituições que não o reconhecem, e a ligação da imagem ao nome, situação em que pesa a passabilidade. Para além do reconhecimento e da passabilidade

como critérios que legitimam o nome anunciado, estão perguntas como “qual teu nome de verdade”, e a visão do nome social como apelido.

A retificação que outrora necessitava de ações judiciais, onde o juiz fazia exigências como a necessidade de laudos, fotos de antes e depois, e constrangia pessoas trans com perguntas indecorosas durante a audiência, hoje pode ser realizada em cartório. Quando da impossibilidade de custear o processo de retificação de registro civil o mesmo pode ser realizado por meio de órgãos públicos como a Defensoria Pública de forma gratuita.

Dentre as possibilidades da passabilidade está a expectativa do convívio social de pessoas trans, a frequência em lugares sem causar estranheza, atrair olhares, e não ser alvo de preconceitos. Questiono os colaboradores cisgêneros se uma pessoa trans lida como passável é mais sociável, conseguindo interagir socialmente com demais pessoas, o qual Denver afirma uma pessoa trans passável consegue interagir mais, Milão diz achar que sim, que talvez a aparência passável ajude na socialização, já Turim afirma que são mais aceitas.

Roma acredita que quando a pessoa trans está dentro do padrão da passabilidade de forma orgânica, sem forçar, sendo realmente quem é, o psicológico é menos agredido, e pontua que quando somadas as camadas de vulnerabilidade, ser passável é mais difícil.

Já para Gana, o fato da pessoa trans ser passável faz com que outras pessoas se aproximem, entretanto observa tal aproximação como uma tentativa de legitimar um não preconceito, e coloca as frases: você nem parece que é trans, ninguém diz que você é trans, e parece uma mulher de verdade, como formas de expor a necessidade de se dizer não preconceituoso. Para Londres o correto seria dizer que as pessoas trans passáveis são mais socialmente aceitas, e que há uma diferenciação em sociabilidade e ser aceita dentro de um corpo social.

O desejo da passabilidade por pessoas trans esboça vários desejos, não ser violentado/a, ter acesso a saúde e a educação, não ser importunado/a, oportunidades de emprego, entre outros, isso é dito quando se olha para a indústria da música, televisiva, e do cinema, pois são as pessoas trans lidas socialmente como cis que conseguem estar nesses lugares, uma vez que estão (ou se colocam) nos padrões da cisgeneridade.

Noticiado em várias plataformas de comunicação, é notório que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, o ódio gratuito é injustificável. Entretanto a passabilidade, no caso a falta desta, incide sobre tais mortes? Quando questionado Denver diz acreditar que a falta da passabilidade incide sobre a morte de pessoas trans, pontua que são as mulheres trans as que mais morrem, e que o fato de estarem na rua, sobrevivendo da prostituição, que é o que sobra para elas, as coloca em situação de extrema exposição.

Para Milão o fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans reside na falta de conhecimento e no uso da religião para legitimar tais mortes, afirma que a passabilidade influencia nas mortes uma vez que quem mata não conhecia as vítimas anteriormente e praticam tal ato com base na aparência destas. O uso do termo no feminino denota que ele se refere a mulheres trans.

Confirmando o uso da religião como mecanismo que autoriza o extermínio de pessoas trans, Turim observa que a entrada de fanáticos religiosos em instituições reforça o preconceito contra pessoas trans, onde organizações que deveriam estar defendendo pessoas trans, não o fazem.

Roma afirma não saber porque o Brasil é o país que mais mata pessoas trans, que sabe que o Brasil é um país católico, mas não sabe dizer se tal fato é um denominador que realmente faça diferença no índice de mortes de pessoas trans, no entanto acredita que a passabilidade influencia tais mortes.

Para Gana a passabilidade influencia a morte de pessoas trans, que afirma que o Brasil está num cenário entristecido, e acredita que o fato de ter um presidente como Bolsonaro, que deixa legítimo todas as violências contra pessoas trans, faz com que aumente cada vez mais os índices de mortes de pessoas trans.

Para Londres tal mortes se encontram no fato do Brasil ser uma das sociedades mais contraditórias que se estabeleceu, o povo brasileiro não tem uma construção pessoal, a característica brasileira de construção de povo foi de uma política genocida desde os primórdios, observa a falta de respostas e retorno aos índios, sobre ao extermínio dos povos originários. O Brasil foi o país que viveu a escravidão por mais tempo e não tem uma reparação histórica decente com os povos negros, com os povos oriundos da África. Então por essa construção necropolítica, e sendo que a figura da pessoa trans choca o brasileiro médio, aquele acostumado a viver dentro da cápsula que ele mesmo cria para si, ele se sente no direito de matar, e excluir o que é diferente, devido a essa legitimação.

Afirma que a passabilidade incide sobre a morte de pessoas trans, observa que antes do atual presidente o preconceito existia de forma mais velada e que com os seus discursos em nome de Cristo, como um grande detentor de uma moral cristã, faz com que se legitime o ódio. Acredita que o aumento dos assassinados, que cria esse recorde negativo para o Brasil, advém da construção cultural de povo a partir de uma necropolítica, e da legitimação do discurso de ódio de Bolsonaro, a quem intitula de demônio-mor.

Na visão de Berlim, o preconceito e ignorância são as justificativas para tais mortes, que tem como principais alvos o catolicismo e principalmente o protestantismo que disseminam ódio em nome da religião.

A religião, mais precisamente a intolerância religiosa, também é levantada por Dallas, que acredita que a passabilidade incide sobre a morte de pessoas trans, onde os fatores preponderantes são a imposição de pensamento, e a demonização da transexualidade, que funcionam como forma de legitimação para a violência.

Cairo afirma que a passabilidade incide sobre tais mortes, entretanto pontua que a raça também, visto que pessoas trans negras sofrem mais violências e justifica que a pessoa passável só sofre riscos se ela for preta. Para Cairo a raiz do preconceito está na educação, pois o sistema educacional brasileiro “não presta”, observa a necessidade de se falar de gênero e sexualidade em instituições de ensino, e pontua uma vez que a maioria das travestis são mortas por homens que não sabem lidar com a própria sexualidade, por homens que não sabem lidar com a própria questão de gênero, por homens que não sabem lidar com uma vivência diferente daquela que lhes foi imposta, pois os próprios homens são vítimas do sistema.

Para Lisboa a passabilidade tem forte influência no alto índice de morte de pessoas trans, pois o fato de uma pessoa ser lida como trans, afeta a sua presença no ambiente escolar, onde sem escolaridade e/ou diploma acadêmico, diminui a probabilidade de ter um emprego formal, e sobra a rua, a prostituição, e estando na rua, vem a exposição à violência e perigos diversos. Observa que a existência trans é vista como desnecessária, como se a atmosfera para pessoas trans fosse poluída, e que existem muitos símbolos e discursos de ódio. Pontua que uma pessoa trans pode se identificar com o cristianismo, mas não conseguem se identificar com a instituição cristã, se identifica com os pensamentos de Cristo, mas os cristãos os violentam, sendo impedidos, inclusive, de ir a uma igreja.

Madri acredita que a passabilidade influencia a morte de pessoas trans, pois a mulher trans vai ser vista como um homem que se veste de mulher, então o olhar do agressor é de extermínio, morte.

Rio demonstra espanto, pois não conhecia os dados relacionados a violência contra pessoas trans, entretanto acredita que a passabilidade influencia o índice de mortes e que a falta de informação justifica a morte de pessoas trans, e que é necessário saber que existem corpos diferentes que merecem ocupar espaços, cita a demonização da transexualidade e pontua a negação de homens cis quanto a atração ou interesse por mulheres trans.

Historicamente, a população transgênero (transexuais e travestis) é estigmatizada, marginalizada e perseguida, com base na crença da anormalidade, decorrente do estereótipo de que “natural” é que o gênero designado ao nascer seja aquele com o qual haverá identificação e, portanto o comportamento estaria de acordo com o que se julga adequado para esse ou aquele gênero. (HERDT, 1996). Entretanto, as vastas experiências humanas sobre a identificação com o corpo expõe tal estereótipo é falacioso, principalmente se tratando de pessoas trans, que mostram a possibilidade de existirem homens com vagina e mulheres com pênis. (JESUS, 2013).

O enunciado da “naturalidade biológica” e os discursos moralistas pautados na lógica de manutenção de poder precisa, para tanto, deslegitimar, demonizar, patologizar, estigmatizar e desumanizar aqueles que dela não concordam. Neste contexto a comunidade LGBTQIA+ é colocada a margem, sendo que os alvos são colocados nas costas de pessoas trans que, embora faça parte da sigla, são as pessoas que mais sofrem violências por desafiam as normas de gênero. Ressalto que os alvos visíveis são colocados nas costas de mulheres

O produtor de construções enunciativas que produz discursos moralistas também produz práticas não discursivas que convergem para a invisibilização de corpos trans, com o intento de sustentar a matriz de gênero vigente, buscando perpetuar a morfologia social em que se manifesta. Os processos que concretizam tais normas se dão tanto a nível discursivo quanto não discursivo, estando conectados entre si, onde as práticas discursivas fomentam as não discursivas. (SANTANA, SANTOS, 2018). Fato que se observa no acesso a escola, ao serviço de saúde e no uso do banheiro, entre outros.

A construção de não pertencimento reforça a não presença de pessoas trans em espaços públicos (cinema, shopping, praças e outros), alguns vistos democráticos como a praia. Travestis e transexuais, seja em vida ou na morte, são relegados ao não lugar, a cidade e seus espaços arquitetônicos não são pensados para acolher pessoas trans, pois os espaços comuns são perigosos e para os espaços individuais são considerados socialmente indignos. (SANTANA, SANTOS, 2018).

O alto índice de mortes de pessoas trans que fazem do Brasil o país que mais mata pessoas trans, tem por base os discursos e práticas retrocitadas. Entretanto, para além da morte, observo o objetivo de macular corpos trans, marcando-os como indignos de vida. O excessivo número de golpes e a execução, muitas vezes praticada por mais de uma pessoa, dizem sobre o não direito ao corpo e a identidade, onde o ódio retratado nos assassinatos reforça a lógica biopolítica que incide sobre corpos trans. (SANTANA, SANTOS, 2018).

A deslegitimação da identidade, em face da norma de gênero, deslegitima também o modo de vida de pessoa trans, onde ao posicioná-las enquanto patológicas, socialmente desvalorizadas, doente ou promíscuas, dá a entender que haveria um nexos causal que venha a justificar a violência. (SANTANA, SANTOS, 2018).

A violência contra pessoas trans é uma constante, e está presente em todos os âmbitos da sociedade, portanto a observo a transfobia como estrutural. O fato de mulheres trans serem maioria na prostituição faz com que o alvo em suas costas seja em neon, em que pesam a transfobia e a misoginia. O processo de violências que levam uma mulher trans a se submeter a luz do poste, passa pela exclusão da família, expulsão da escola, e sem vida escolar/acadêmica, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. O fato de ser mulher a coloca em situação de subordinação, uma subordinação ainda mais severa pois é vista como alguém que abdicou do “posto” de dominante, entretanto o fato de ser trans a coloca como fácil, frágil, vulnerável e disponível.

O fato de ser uma mulher trans, estando ou não na prostituição, faz com quem o homem cisgênero/heterossexual imagine, alienadamente, que é desejado e que não será relegado. Observando a própria satisfação sexual, na lógica absurda de que por se tratar de uma mulher trans está fazendo favor, se esquece do ser humano, com sonhos e desejo. Por vezes, a negação no ato da investida já revela o teor agressivo de quem aborda uma mulher trans.

Reclamo atenção, para o homem cishetero, que pautado nas normas gênero cisnormativas, e observando o julgamento social, vê como impossível e/ou inadmissível sentir atração ou paixão por uma mulher trans, e por isso, é mais fácil matá-la que admitir e assumir tal sentimento.

Fato que pessoas trans sofrem todos os tipos de violências, principalmente quanto interseccionadas por raça, gênero e classe social, principalmente as mulheres trans estigmatizadas pela prostituição, lugar que ocupam pela necessidade de sobrevivência.

A necessidade de respeito, dignidade, oportunidades, acesso, carinho, acolhimento e amor tornam, por vezes, pessoas trans vulneráveis, inclusive a relacionamentos abusivos e tóxicos. Me atendo a meu lugar de falar, enquanto mulher trans, observo que, por vezes, mulheres trans se submetem a vontades, desejos e agressões do outro, como a prática de sexo sem preservativo, ou a ser a outra que divide a cama, as vezes por minutos, mas não os passeios ou o filme no cinema.

Observando que a transfobia mata, majoritariamente mulheres trans, acredito que a morte de mulheres trans reside no fato de que, para os homens é mais fácil atacar o feminino,

e também porque, nos achismos de homens, a mulher trans, é alguém que além de abdicar o posto de dominante, trai a masculinidade, pois para que essa mulher trans exista, ela mata um homem, no caso o homem que ela supostamente era, e em consequência trai aos todos os homens.

Outro fator que corrobora para a violência a pessoas trans é o uso termo transição completa, frequentemente usado para designar a formatação ao modelo cisgênero em todas as suas nuances fenotípicas. Entretanto a transição completa afeta a passabilidade? Neste quesito vários colaboradores demonstram dúvida, Denver que afirma não conhecer tal termo, arrisca a hormonioterapia e a cirurgia de afirmação de gênero como sinônimo de completude. Já Milão, que também desconhece tal termo flertou com a auto aceitação, a hormonização a cirurgia de afirmação de gênero, pontuando que talvez seja mais completa aquela que passe por tais procedimentos, não sabendo nomear que procedimentos seriam esses.

Para Turim, que também desconhece, seriam a cirurgia de afirmação de gênero e a terapia hormonal, o que poderiam levar a uma possível aceitação social. Afirmando não conhecer o termo, Roma sugere que seria a finalização da transição de fisionomia, entretanto não define o que configuraria tal finalização, e afirma que não concorda com termo. Demonstrando dúvidas sobre o termo, Gana acredita que esteja ligado ao fenótipo, e acredita que afeta a passabilidade uma vez que na cabeça das pessoas em geral, a pessoa trans se tornou o que queria ser, uma mulher ou homem, e assim sendo pode estar nos espaços e conviver de maneira igualitária com cisgêneros.

Londres disse achar tal termo horrível, e que a passabilidade é filha da transição completa, pois no momento em que se é uma mulher trans passável, e performa ser uma mulher cis, se está negando o direito de pessoas trans terem uma vivência própria. Berlim afirma não conhecer o termo, e que não sabe dizer se afeta a passabilidade.

Já Cairo diz conhecer o termo e que seria uma pessoa com toda as cirurgias possíveis e imagináveis realizadas, para ser visto/a e lido/a com homem ou uma mulher cis, e observa que acredita ser quando a pessoa chega no nível máximo de fazer todas as cirurgias, ter nome retificado, a busca da passabilidade plena, e que, por isso afeta a passabilidade. Dallas observa as comparações que fazia junto a amigos trans quando do início da transição, e pontua que o processo de transição de gênero depende da genética que e a transição completa incide na passabilidade.

Dizendo conhecer o termo Lisboa, inverte a lógica coloca por Londres colocando a transição completa como filha da passabilidade. Acredita que o termo é altamente transfóbico, pois não existe transição completa, não existe ser humano completo. Já Madri questiona o

termo transição completa, ponderando que depende do que é completo para cada pessoa. E Rio concordando com Lisboa e Madri, observa que a transição completa está ligada a aparência, onde a pessoa se sentido bem com a aparência, pode se dizer completa, e pontua que acha o termo fútil, pois ninguém é completo, uma vez que mulheres cis também fazem tratamentos estéticos como o implante de silicone, rinoplastia, entre outros, e que se for colado em pauta, não existe ninguém completo.

Observando os apontamentos de Cairo em vários momentos da entrevista, e tendo em vista as possibilidades da passabilidade, que possibilita, entre outros, o trans estar no meio cis, trago relatos de Cairo, homem trans, ao estar no meio cis, ou seja, em meio ao universo ciscigênero heterossexual.

No primeiro episódio contado, Cairo observa ter passado por experiências as quais nunca havia imaginado, e pontua que só percebeu que atingiu certo nível de passabilidade quando um motorista de aplicativo começou a conversar com ele sobre traição, afirmando ter traído a namorada, o que o fez se questionar a que ponto chegou?

Relatou outros motoristas de aplicativo que puxavam conversa sobre mecânica, observando que se tratavam de papos de homens ciscigêneros e mais uma vez se questionou sobre “que universo era esse que estava se metendo?”. Segundo Cairo seria porque os homens, entre si, se sentem à vontade para falar de assuntos, entre aspas, de homem, na qual Cairo reflete e questiona: o que é assunto de homem? Falar de mulher? Falar de traição, de sexo?

Demonstrando estar à vontade, Cairo relata outro episódio onde o motorista de aplicativo lhe questiona sobre “puteiros” no Jardim Tropical (bairro de São Luís), nesse momento Cairo situa como incrível a irmandade que os homens cisheteros têm entre si, a ponto de se sentir à vontade para falar com ele sobre puteiro. E pontua que querendo ou não, a passabilidade traz alguns alívios sociais, onde a pessoa trans que desfruta dela não precisa ficar se prendendo. Traçado certo parâmetro entre ciscigeneridade e transgeneridade Cairo observa que da mesma forma que um homem cishetero se polícia para não fazer nada de contexto afeminado, para não ser lido com viado, pessoas trans lidam o tempo inteiro para não serem lidos/as como uma pessoa não cis, e pontua que passabilidade de uma pessoa trans branca, é muito mais fácil.

A passabilidade muitas vezes é vislumbrada como algo para enquadramento ciscnormativo de pessoas trans, entretanto, observo a passabilidade como um encaixe social que atinge a todos, se assim não fosse porque a distinção de vestuário? Porque pessoas cis

buscariam cirurgias plásticas das mais diversas? Porque tantas academias, salões de beleza e clínicas de estética?

Observando o que diz Cairo: “homem cishetero se policia para não fazer nada de contexto afeminado para não ser lido com viado”, a passabilidade estaria em todos os sentidos e símbolos da performatividade do gênero. Seria então a passabilidade a polícia da performance do gênero? Dentro da cisgeneridade é o instrumento que separa o joio (homossexuais) do trigo (heterossexuais)? Nesse sentido, se pode pensar que o ‘passar por’ seria desejado por uns e indesejado por outros, dependendo do propósito e do estigma que dada performatividade materializa tanto na cisgeneridade quanto na transgeneridade.

Ao questionamento da passabilidade para cisgêneros, Denver reflete e diz achar que não existe, pois não há exigências para pessoas cis, entretanto, pondera a existência de exigências, como para mulheres terem que depilar as axilas, como uma forma de encaixar as pessoas. Dizendo ser uma boa pergunta, Milão diz achar difícil de responder, e afirma que não sabe explicar. Para Turim a passabilidade para cisgêneros é naturalizada, onde o mais observado são o perfil e o comportamento da pessoa.

Já para Roma tal passabilidade cisgênera, seria a regra para seguir o padrão cisheteronormativo, como exemplo cita homem comprando camisa de futebol como forma de tentar afirmar a virilidade enquanto homem, pois homem tem que gostar de futebol, se não gosta é visto como diferente, o possível gay, portanto, para ela a passabilidade para cisgêneros reúne tentativas de reafirmar a feminilidade e a masculinidade, reforçando a regra em que todos precisam caber, aos que não cabem é infligido, sistematicamente, a exclusão social.

Acreditando na existência da passabilidade para cisgêneros, Gana acredita que ela vigora como elementos construídos para aceitação em determinados lugares e espaços sociais, onde pesam o vestuário, a procedência e o modo de se comunicar da pessoa, onde se uma pessoa reside na periferia não tem acesso a determinados lugares. Entretanto, pondera que apesar de ser de periferia e ser negra retinta, está dentro desse padrão de vestuário e vocabulário exigido da passabilidade, que ela compara a um passaporte. Nesse contexto, observa que embora possuindo o passaporte do vestuário e do vocabulário, que lhe dá acesso a determinado lugar, não está protegida do preconceito estando em outros lugares, pois para outros lugares não bastam o vestuário e o vocabulário, é necessário, por exemplo, o financeiro, ou seja, um outro tipo de passaporte. Pontua que a branquitude, enquanto passabilidade e passaporte, sempre está dizendo a negritude que existem espaços não pertencentes e não destinados a negros.

Para Londres de certa forma existe a passabilidade para cisgêneros, por exemplo quando todos resolvem alisar o cabelo, e o desejo de uma passabilidade num corpo social, ficar uniforme, não ser diferente, então a passabilidade num corpo cisgênero tende a não ser o diferente dentro da performance social que se exerce para si. Acredita que ninguém vivência nada autêntico, se vivenciam performances, que se adquire ao longo da vida, e assim a passabilidade do corpo cisgênero emerge da necessidade de ter uma hegemonia dentro do corpo social.

Querendo ou não a passabilidade é uma constante na vida de pessoas, sejam elas cis ou trans, no caso de pessoas trans ela cabe a aparência, a voz e o comportamento entre outros, já para pessoas cis ela funciona na definição de status e prestígio social, em que pesam a imagem, a orientação sexual, o vestuário, a educação, a residência e o poder aquisitivo, entre outros. Caso contrário não haveria uma diversidade de marcas de carro, onde a aquele que possui o de maior valor comercial, é concedido o status e prestígio social. O mesmo se pode observar na indústria da moda, onde marcas conhecidas e idolatradas, competem entre si e com lojas de departamentos, brechós, marcas desconhecidas e lojas de tudo é 20, e de mesmo modo, o status e prestígio social é dado ao corpo que veste Versace, Dior, Dolce & Gabbana, Gaultier e outras marcas, com a mesma importância e peso comercial quanto.

Nesse contexto a passabilidade não diz respeito somente a performance de gênero, ou a adequação corporal e performática/comportamental da cisgeneridade, ela também se impõe pela raça, gênero e classe. Desse modo, a interseccionalidade busca identificar a quantos sistemas de opressão uma pessoa pertence, para hierarquizar quem são os mais oprimidos. Tal busca tem como fim privilegiar os mais oprimidos na organização política, o que não acontece de fato.

Debruço-me ao estudo do gênero observando que a transexualidade, estando debaixo do guarda-chuva das transgeneridades, não é única, pois dentro da diversidade do gênero estão, entre outras, a não binaridade. Apresentando o não binário, Pinafi et al. (2011, p.273), coloca como modelo, alguém que “[...] não só recusa o entre como também é resistente a pensar que o polo negativo desse modelo possa ter sua valência alterada em qualquer situação. Aceitar de pronto o binarismo homem/mulher remete a aceitar sem questionar a sexualização discursiva dos corpos pelas tecnologias e instituições”.

Desse modo, o não binário se coloca como identificação constituída a margem do sistema de gênero em vigor, portando fora do modelo binário do gênero, seguindo como invenção discursiva localizada (LEMOS; ANDRADE; CARDOSO, 2020), naquilo que chamo de fenda na armadura binária, ou seja, a descontinuidade da identificação binária

(homem/mulher) dada, até então, como contínua, verdadeira, determinante, original e única. Desse modo proponho a pensar.

Imaginemos um jogo cujo nome é binaridade de gênero, onde o crupiê e também participante é a cisnormatividade que criou as regras de tal jogo. A transexualidade senta à mesa participando, mesmo com ressalvas, do jogo, tendo como coringa a passabilidade. Já a não binaridade não senta à mesa pois não concorda com as regras. Assim sendo, a transexualidade está dentro do jogo do binarismo de gênero, que age sobre homens transexuais/transmasculinos e mulheres transexuais/travestis. Uma vez que a não binaridade não concorda com as regras se opondo a estas, se dizer transexual não binário faz sentido?

CONSIDERAÇÕES FINAIS – DEIXANDO MAIS PERGUNTAS QUE RESPOSTAS

“Ter calma, porque é uma coisa que a gente surta, explode, querer dizer para todo mundo, eu sou trans, ou travesti [...] a gente tem que entender também que o nosso mundo ao redor é perigoso, é complicado dentro da nossa família, então tenha calma. Se aceite, veja com as pessoas que estão contigo que podem te ajudar, com um apoio com um abraço, perdão, por qualquer coisa e tenha calma, entender que seu processo é o seu processo, porque a gente vai conversar com outra travesti, com outra trans, o processo dela, é o dela, mesmo que a gente se identifique, mas cada uma tem o seu processo. Então eu digo que a pessoa tem que ter calma [...], cada uma tem seu momento”. (MADRI)

Ao me propor estudar a passabilidade, dentro do contexto complexo da transexualidade, e diante do mar de conceitos, achismo e interpretações que o termo pode vir a ter, ancorei-me a ignorância como norte de desconhecimento, de onde meus próprios julgamentos, acerca do tema, não viessem a emergir.

Despojei-me, no percurso das entrevistas, do meu lugar de fala, e passei a contemplar outros atores sociais, que entre olhares perdidos, marejados, punhos fechados, risos e mãos suadas, dividiram comigo tristezas, surpresas, alegrias, traumas, frustrações, indignações e dúvidas. Confesso certa vaidade (preta), ao ser procurada por pessoas que desejam fazer parte do estudo, restando, apenas, agendar as entrevistas.

Tive várias surpresas durante o percurso do estudo e também antes, quando na banca de qualificação, a Prof^a. Dr^a. Jaqueline Gomes de Jesus questionou e me propôs incluir cisgêneros. A princípio fiquei um tanto perplexa, e me questionei o porquê de entrevistar cisgêneros, mas de imediato me veio aquilo que eu mesma penso e coloco em minhas falas que é o fato da passabilidade não se ater somente a pessoas, sendo que afeta a todos. Fato que fez com o número de entrevistados passasse de seis para doze, a princípio seis pessoas trans, somadas a partir de então a seis pessoas cis.

Ao término da qualificação, o misto de felicidade e inquietação, pois sabia que o questionário, até então direcionado a transgêneros, não caberia a cisgêneros, ao mesmo tempo que percebia que a âncora teria que encontrar terreno mais firme, pois ao pensar a cisgeneridade, creio que toda pessoa trans, tenha ressalvas.

As condições históricas de onde surge a emergência da passabilidade para pessoas trans percorrem as discriminações, violações e exclusões que tais pessoas sofrem na sociedade, sendo excluídas da família, instituição que, a princípio deveria acolhê-las, expulsas da escola, em consequência a dificuldade para adentrar o mercado de trabalho, e enfrentando

o desrespeito e constrangimento e a humilhação, principalmente quanto ao nome social e a forma de tratamento, na tentativa de acessar o serviço de saúde.

A aparência do corpo trans é o principal marcador para justificar as mais variadas formas de transfobias, e assim como o feito do apoderamento da condição de doente para a reivindicação de saúde, das feridas deixadas pela transfobia, retiradas as ataduras surge a pessoa trans que fenotipicamente se iguala (ou busca se igualar) aos cisgêneros. E nesse ponto a passabilidade, possibilita a pessoas trans o acesso a instituições e serviços.

Cabe observar que a passabilidade enquanto fuga do preconceito e meio de acesso, se torna, também, meio de segregação, inclusive na comunidade trans, onde passam a figurar os transexuais passáveis e os não passáveis.

As tecnologias atuais, por meio da terapia hormonal e cirurgias, possibilitam a transição de gênero, a quem assim deseja. Dentre as mulheres trans/travestis entrevistadas, todas situaram como desejo primordial a terapia hormonal e o implante de próteses de silicone, sendo que nenhuma destas colocou a cirurgia de afirmação de gênero como desejo ou necessidade, o que me leva a constatar que o incomodo maior faz referência a imagem.

O mesmo é observado nos homens trans que colaboraram do estudo, onde a terapia hormonal, a barba e a voz são os mais citados que a transformação da genitália, cabe pontuar que a cirurgia de afirmação de gênero para homens é dada, até então, como experimental. Logo implica dizer que a passabilidade informa o gênero, mas não o sexo.

Pontuo que a passabilidade exige do corpo e da alma, consome o psicológico, e para algumas pessoas trans passa a ser norte de vida e busca incansável, com a vistas a busca identitária, a paz interior, a sociabilidade, e ao amor.

Quanto a cisgeneridade, produtora, detentora, sentinela e vigia das normas de gênero, principalmente a cisgeneridade extremista, observo que a emergência da passabilidade reside na estranheza diante da diferença, onde tal estranheza deva sofrer adequação que não firam olhos cisgêneros.

O sentido primordial da passabilidade de acordo com todos os colaboradores da pesquisa em relação a pessoas trans é a segurança física, talvez, justificado no fato do Brasil ser o país que mata transexuais e travestis no mundo. Pontuo que dentre os seis entrevistados trans um não conhecia o termo, e entre os seis entrevistados cis dois não conheciam o termo. Entretanto, após breve explicação concordaram com os demais quanto a segurança física que a passabilidade pode trazer a pessoas trans.

No que tange as pessoas trans que participaram do estudo, o sentido da passabilidade é a segurança física, seguida da saúde mental, do acesso espaços sociais, “aceitação” e convívio

social, não vindo a ser alvo de olhares, julgamentos, constrangimentos, chacota e humilhação pública. Tal sentido permeia também a aceitação de si, o bem estar, o autocuidado e principalmente a autoestima.

Já na visão cis o sentido de passabilidade reside principalmente no aspecto socioeconômico, sendo relevantes o grau de instrução, o lugar de origem, o bairro em que reside, o vestuário, o vocabulário, poder aquisitivo, o cargo que ocupa e a profissão que exerce.

Observo que a passabilidade trans e a passabilidade cis se entrecruzam, pois pessoas cis tem desejo e fazem modificações corporais pelos mais variados aspectos: autoestima, adequação do corpo ao padrão “exigido”, sensação de bem estar, entre outros, e pessoas trans, cada vez mais estão ocupando espaços, cargos e profissões observados como de poder e estima.

As implicações, imposições e preconceitos direcionados a raça e ao gênero que segregam mulheres e negros na sociedade brasileira também recaem sobre a comunidade trans. Neste sentido, o gênero que proíbe (ou tenta proibir) práticas e comportamentos ditos masculinos ou femininos, vindo também a subalternizar a figura da mulher e tudo que esboce o feminino, assim sendo, no bojo das mulheridades e feminilidades, mulheres trans e gays afeminados.

Vindo a ser mais incisivo, questionador e degradante para as mulheres trans, que mesmo tendo negada a mulheridade/feminilidade, ouvem perguntas como: tu não quer ser mulher? Como se ser mulher implica aturar as imposições do cisheteropatriarcado machista.

Já a raça, historicamente, coloca o/a negro/a como socialmente inferior. Aos homens negros pesa o estigma de perigoso e as mulheres negras o de serviçal, e a ambos de potência e apetite sexual.

A transexualidade, a priori ligada a sexo no imaginário cisgênero, nasceu homem e quer ser mulher ou vice versa, leva a crer, também no imaginário cisgênero, que a pessoa trans está sempre disposta e disponível a pratica sexual. O que faz com que as pessoas trans negras, principalmente a mulher trans negra, sejam vistas com fácil, disposta e disponível, desde que seja escondido, o que me leva a observar, como já dito, que a heterossexualidade é mais uma conveniência que uma norma. Na lógica machista, muitas vezes branca: mulher, trans e negra, não há como ser dispensado, onde reside, por vezes, a violência do homem que não pode ser renegado.

Excluo da análise a orientação sexual, pela necessidade que esta tem de anunciada, uma vez que uma pessoa LGB (lésbica, gay, bissexual) poder esconder a orientação sexual,

visto que subjetivamente abstrata, a contrário da identidade de gênero, ligada a pessoas trans, que se revela e deixa marcas no corpo.

No bojo da passabilidade, as cirurgias no processo de transição de gênero, dentro das tecnologias disponíveis, são uma realidade, mesmo questionadas pela cisgeneridade, dentro dessa possibilidade cirúrgica, e observando a cirurgia de afirmação de gênero, questiono se a ginecologia está preparada para atender mulheres trans, cirurgiadas ou não?

Outras questões surgiram no decorrer do estudo, de certo todas norteiam a passabilidade, como passaporte de respeito e acesso:

- Uma mulher trans pode casar-se legalmente com um homem cisgênero?
- Duas pessoas trans, (independente da orientação sexual) podem se casar legalmente?
- Como fica a questão da aposentadoria no caso de pessoas trans?
- Pessoas trans, na visão esportiva, podem disputar campeonatos nacionais e internacionais em seleções de acordo com as identidades de gênero?
- No caso de um casal trans, onde quem engravida é o homem como fica a licença maternidade?
- As delegacias estão preparadas para as demandas trans, sabendo identificá-las e respeitá-las?
- No sistema de cotas, sendo incluídas pessoas trans, quais seriam os critérios de identificação do gênero?
- O termo pessoas com vagina, recentemente discutido, inclui mulheres trans cirurgiadas?

Por falar em cirurgia de afirmação de gênero, e em respeito ao leitor, já que trouxe o tema no início do estudo, e por ser o Espaço Trans – Recife – PE, o local que me instigou acerca da passabilidade, atualizo meu histórico de atendimento no processo transexualizador no SUS, onde após seis anos de espera enfim fui chamada para compor o grupo de mulheres trans/travestis que realização tal cirurgia este ano. Fato que me faz recordar do questionamento feito por um “conhecido”: tu não tens medo de fazer essa cirurgia? Sem respirar, pela ironia da resposta, soltei: “a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, já passei disso, então tecnicamente estou morta. Mortos não temem”.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. **Reflexões a partir da Psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”**. 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/QHT4tkkNMMhD7dDnfwKpffF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 fev. 2023.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém. 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359. Acesso em: 01 set. 2021.
- ALEXANDRE, Vinicius; SANTOS, Manoel Antônio dos. **“Experiência conjugal de casal cistrans: contribuições ao estudo da transconjugalidade”**. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. Brasília, 2019, v. 39, n.spe 3, e228629. Disponível em https://www.scielo.br/j/pcp/a/JcvF89SD84PGPPbBzQWyBMt/?lang=pt. ISSN 1982-3703. DOI: 10.1590/1982-3703003228629. Acesso em 10 jan. 2023.
- ALMEIDA, Barbara Zenicola de. **Do transexualismo à transexualidade**. 2015. Disponível em: https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/14678/1/Dissert_Barbara%20Z%20de%20Almeida.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.
- ALMEIDA, Guilherme. **“Homens trans”**: Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 fev. 2023.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.
- ALVES, Cláudio Eduardo Resende Alves; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras**. 2015. Disponível em: https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira/1275-pdf-pt. Acesso em: 22 jan. 2023.
- AMARAL, Ligia A. 1998. **Sobre crocodilos e avestruzes**: falando de diferenças físicas, preconceito e sua superação. IN: AQUINO, Julio G. (org). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p. 13-33. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3183948&forceview=1>. Acesso em 10 jan. 2023.

ANTRA. **Dossiê - assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ANTRA. **Dossiê - assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcleftindmkaj/https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 07 maio 2022.

ARÁN, M. et al. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2018.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2018.

AZEVEDO, S. N. **Em busca do corpo perfeito: Um estudo do narcisismo**. Curitiba: Centro Reichiano, 2007. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/AZEVEDO,%20Shirlaine%20-%20Em%20busca%20do%20corpo%20perfeito.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. Revista Periódicus, v.1, n.5, p.87-100, maio-outubro, 2016.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **A diferença trans no gênero para além da patologização**. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178/11335>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BATTISTA, Julieta de. **A violência do gênero: liberdade de escolha e escolha forçada em um caso de transexualidade na infância**. 2018. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2017000200005.

Acesso em: 01 dez. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BENEVIDES Bruna. **Como acessar o sus para questões de transição?** Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>. Acesso em: 12 set. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria M. 1998. **O desafio da educação para a cidadania**. IN: AQUINO, Julio G. (org). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, p.153-170.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/29379221/Berenice_Bento_A_reinven%C3%A7%C3%A3o_do_corpo_sexualidade_e_g%C3%AAnero_na_experi%C3%AAncia_transexual. Acesso em: 27 fev. 2023.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea, v. 4, n. 1 p. 165-182, 2014.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. 2012. Disponível em: <https://democraciadireitoogenero.files.wordpress.com/2016/07/bento-berenice-o-que-c3a9-transexualidade2008.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense, 2008. 223 p.

BENTO, Berenice. **Por uma Sociologia das abjeções**. In: BENTO, Berenice (org.). Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

BRASIL Câmara dos Deputados. **PDC 422/2016**. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090222>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL DE FATO. **Brasil tem 4 milhões de pessoas trans e não binárias, revela estudo da Unesp, inédito no país**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL Senado Federal. **PLS 134/2018**. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132701>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL, **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 4211/2012**. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5002/2013**. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 15 maio 2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5255/2016**. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084195>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 7292/2017**. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 7524/2014**. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=614630>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 7582/2014**. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>. Acesso em: 16 maio 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 7702/2017**. 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2138861>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. Processo Transexualizador no SUS. 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. Processo Transexualizador no SUS. 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **PLS 291/2015**. 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121288>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Senado Federal. **PLS 470/2013**. 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Senado Federal. **PLS 658/2011**. 2011. Disponível em: <https://www6g.senado.leg.br/busca/?q=PLS+658%2F2011+>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. Senado Federal. **PLS 612/2011**. 2011. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008**. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 15 dez. 2022.

BUTLER, J. ATHANASIOU, A. **Dispossession: the performative in the political**. Cambridge: Polity, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2003.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O pardo como dilema político**. 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/O-pardo-como-dilema-poli%CC%81tico.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17(49), 117-133. 2003. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> >. Acesso em 10 nov. 2021.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. **Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais**. 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/gal/a/cZmnDhD7RmntbyXJ8Tcwq6y/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARVALHO, Marina Moreira Antonucci de. **Os impactos de padrões estéticos hegemônicos e modelos de feminilidade na subjetividade das mulheres**. 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12371/1/21507114.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CARVALHO, Mario. **O “armário trans”: entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento**. Transexualidades: Um Olhar Multidisciplinar, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-23, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16265/4/01Transexualidades-UmOlharMultidisciplinar2018-RI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CASTEL, P.(2003) **La métamorphose impensable**. Essai sur le transsexualisme et l'identité personnelle. Paris: Galimard.

CAVALCANTE, U. N. S. **Bicha pão com ovo**: Um ensaio jornalístico sobre a desconstrução da heteronormatividade. Universidade Federal da Paraíba (UFPA). Trabalho de conclusão de curso. (TCC). Paraíba/PB. 2015.

CECCARELLI, Paulo Roberto, in Viviani, A., (Org.) Temas da Clínica Psicanalítica, São Paulo: Experimento, 137-147, 1998.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Inquilino no próprio corpo: reflexões sobre as transexualidades**. Transexualidades: Um Olhar Multidisciplinar, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-23, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16265/4/01Transexualidades-UmOlharMultidisciplinar2018-RI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

CERQUEIRA, Rodrigo Mendes. **Nome Social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades**. As principais diferenças entre o nome social e o nome civil à luz das recentes inovações legislativas. Jusbrasil. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45219/nome-social-proposito-definicao-evolucao-historica-problemas-e-particularidades>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CÉSAR, Maria R. **Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras**. 2009 In: Constantina Xavier Filha (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e

para a diversidade sexual (pp.114-119). Campo Grande, MS: Editora UFMS. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras.** In: Reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 32., 2009, Caxambu. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPED, 2009. 14 p. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. **As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto.** Transexualidades: Um Olhar Multidisciplinar, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-23, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16265/4/01Transexualidades-UmOlharMultidisciplinar2018-RI.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **CFM atualiza regras para aperfeiçoar o atendimento médico às pessoas com incongruência de gênero.** 2019. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-atualiza-regras-para-aperfeicoar-o-atendimento-medico-as-pessoas-com-incongruencia-de-genero/#:~:text=Dentre%20os%20cuidados%20definidos%2C%20a,portadoras%20de%20trastornos%20mentais%20graves. Acesso em: 15 jan. 2023.

CONSULTOR JURÍDICO. **Obrigar transexual a usar banheiro masculino causa dano moral indenizável.** 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-28/obrigar-transexual-usar-banheiro-masculino-causa-dano-moral>. Acesso em: 09 jun. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt. Acesso em: 13 nov. 2021.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. (Coleção Debates)

DUPLA, Simone Aparecida. **Quando o deus da guerra era uma mulher: Inanna/Ishtar a deusa guerreira da Antiga Mesopotâmia.** 2017. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33106. Acesso em: 20 jan. 2023.

DUPLA, Simone Aparecida. **Quando os deuses copulavam: a sexualidade da deusa Inanna no Antigo Oriente Próximo**. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/198461502128>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/920509>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DUQUE, Tiago. **Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher**. Campo Grande: EDUFMS, 2017.

DUQUE; Tiago. **A epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans**. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509/36167>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer**. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.fafich.ufmg.br/ppgs/wp-content/uploads/2020/09/5-ELIAS-Nobert.-A-solid%C3%A3o-dos-moribundos..._livro-todo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2002.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2007. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://eraju2013.files.wordpress.com/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.

FERREIRA, M. de V.; PAIXÃO, C. J.; OLIVEIRA, D. B. **Elementos de linguagem e arqueogenealogia** em Michel Foucault. Revista da Anpoll, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 85–99, 2022. DOI: 10.18309/ranpoll.v53i2.1759. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1759>. Acesso em: 18 maio. 2023.

- FIGUEIREDO, Ângela. **Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil.** In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 447. Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.
- FOLHA DE SÃO PAULO: **Polícia civil ‘combate’ a AIDS prendendo travestis.** São Paulo, 1 mar. 1987. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9793&anchor=4104163&origem=busca&originURL=&pd=13ed0ae2ffbc13f870d6502b0d4fb452>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO: **'Sobrevivi', diz vítima de operação da polícia de caça a travestis há 31 anos.** São Paulo, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951067-sobrevivi-diz-vitima-de-operacao-da-policia-de-caca-a-travestis-ha-31-anos.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- FÓRUM NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS E NEGROS. **Quem Somos.** 2000. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 05 set. 2021.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FRANÇA, Fábio Gomes de. **O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5405/6314>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- FREIRE, Lucas. **Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos.** 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000300502&script=sci_arttext. Acesso em: 03 jan. 2021.
- FRIEDMAN, David M. **Uma mente própria: história cultural do pênis.** Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- G1. **Uso de banheiro feminino por aluna trans causa confusão no Restaurante Universitário da UnB.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito->

federal/noticia/2022/12/15/video-uso-de-banheiro-feminino-por-aluna-trans-causa-confusao-no-restaurante-universitario-da-unb.ghtml. Acesso em: 02 jan. 2023.

G1-MARANHÃO. **UFMA identifica 410 casos de fraude no sistema de cotas raciais.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/10/22/ufma-identifica-410-casos-de-fraude-no-sistema-de-cotas-raciais.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo, **Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral**, 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 160.

GERMANO, Felipe. Superinteressante. **Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas.** 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/>. Acesso em: 16 maio 2021.

GIONGO, Carmem Regina, MENEGOTTO, Lisiane Machado De Oliveira, & PETERS, Simone. **Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.32, n.4, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017>. Acesso em: 23 mai. 2021.

GOMES, Érica Monale da Silva; SILVA, Paula Paulino da. **O movimento negro no brasil: um breve histórico de suas lutas e conquistas.** 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA5_ID9375_14102017105830.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra.** 2001. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.formacaocaleidos.com.br/files/Educacao-e-Identidade-Negra.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Rev. Ciênc. Soc. Hoje.* 1984:223-244.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Editora UNESP. São Paulo, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão (versão revisada).* Florianópolis. 2010.

GRUPO DE TRANSEXUAIS PRESENTES NO 1º CONGRESSO DA ABGLT – CURITIBA. **Mídia Independente.** Curitiba, 2005. Disponível em: <https://midia independente.org/pt/green/2005/01/304619.shtml> Acesso em: 1 nov. 2021.

- HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.** In: HARAWAY, Donna; HARI, Kunzru; TOMAZ, Tadeu (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HAUSMAN, Bernice. *Changing Sex: transsexualism, technology and the idea of gender.* Durham: Duke University Press, 1995.
- HENDERSON, J. **Erest Starling and ‘Hormones’:** an historical commentary. *Journal of Endocrinology*, London, v. 184, n. 1, p. 5-10, jan. 2005. Disponível em: <https://joe.bioscientifica.com/view/journals/joe/184/1/1840005.xml?body=pdf-10180>. Acesso em 21 jan. 2023.
- HOBERMAN, J. M.; YESALIS, C. E.; **The History of Sythetic Testosterone.** *Scientific American*, fev. 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/31712265/The_history_of_sythetic_testosterone. Acessado em 21 jan. 2023.
- HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial – sobre as entranhas do racismo no Brasil.** 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnribpcajpcglclefindmkaj/https://www.researchgate.net/profile/Andreas-Hofbauer/publication/303919386_Branqueamento_e_democracia_racial_-_sobre_as_entranhas_do_racismo_no_Brasil_publicado_em_Por_que_raca_Breves_reflexoes_sobre_a_questao_racial_no_cinema_e_na_antropologia_edSanta_Maria_EDUFMSM_2007/links/575d837c08ae9a9c955a64e2/Branqueamento-e-democracia-racial-sobre-as-entranhas-do-racismo-no-Brasil-publicado-em-Por-que-raca-Breves-reflexoes-sobre-a-questao-racial-no-cinema-e-na-antropologia-edSanta-Maria-EDUFMSM-2007.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Banheiros para novos apartados?** *Consulex. Revista Jurídica*, Brasília, v. 16, n. 375, p. 62-63, set. 2012.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos*, 2ª Ed. Brasília. 2012.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **A negação do corpo feminino.** 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233854677_A_negacao_do_corpo_feminino. Acesso em: 05 maio 2022.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio.** 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnribpcajpcglclefindmkaj/https://www.researchgate.net/profile/Jaquelin>

e-

Jesus/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio/links/55e1f2bc08aede0b573220f4/Transfobia-e-crimes-de-odio-Assassinatos-de-pessoas-transgenero-como-genocidio.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

JUNQUEIRA, R. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar.** In Seminário: Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande. Anais. Rio Grande, RS: FURG. 2007.

KAUCHAKJE, Samira. 2003. **Comunidade Surda.** IN: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. Cidadania, surdez e linguagem – desafios e realidades. São Paulo: Plexus, p. 248.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação episódios de racismo cotidiano.** Berlin: Unrast, 2008.

KOHEN, Micaela; MEINARDI, Elsa. **Problematizando las enseñanzas sobre la menstruación en la escuela:** lo disimulado, lo negativo, lo silenciado. Bio-grafías, v. 9, n. 16, p. 179-183, 2016. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/biografia/article/view/4508/3721>. Acesso em 10 jan. 2023.

KRAICZYK J. **A bioética e a prevenção da AIDS para travestis.** (Dissertação). Catedra UNESCO de Bioética. Universidade de Brasília. Brasília; 2014.

LACAN, Jacques. **“A significação do falo”.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Livros_Escritos_Jacques_Lacan.pdf. Acesso em 21 jan. 2023.

LACERDA, João Baptista. **O congresso universal das raças reunido em Londres.** 1911. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

LACERDA, João Baptista. **Sur les métis au Brésil.** Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LADEIRA, Thalles Azevedo. **O gay, o “viado” e a “bicha pão com ovo”: desconstruindo estereótipos de gênero e sexualidade.** 2015. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA7_ID265_02022018151011.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA: **Transexualismo: um julgamento moral.** São Paulo, 05 out. 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

LEMO, Patricia Mendes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; CARDOSO, Bianca Maria Lima. **Subvertendo Gênero: O Lugar da Não-binaridade Numa Análise Discursiva de**

- Conteúdos** **Midiáticos.** 2020. Disponível em:
<https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3132>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- LIN, Geraline C.; ERINOFF, Lynda. **Anabolic Steroid Abuse**. Research monograph 102. National Institute on Drug Abuse. 1990. Disponível em:
<https://archives.drugabuse.gov/sites/default/files/monograph102.pdf>. Acesso em 21 jan. 2023.
- LOURENÇO, Daniel. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. *Estudos Feministas*, v.25, n.2, p.875-887, maio-agosto, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Unicamp, 1990.
- MARATEA, Naomi. **Porque ser transexual não é uma escolha**. 2019. Disponível em:
<https://naomimaratea.jusbrasil.com.br/artigos/666587451/porque-ser-transexual-nao-e-uma-escolha>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- MARTINELLI, Fernanda; QUEIROZ, Taya; ARARUNA, Maria Léo; MOTA, Bernardo. **Entre o cisplay e a passabilidade: transfobia e regulação dos corpos trans no mercado de trabalho**. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 348364, 2018. ISSN 21772886. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12855/pdf_19. Acesso em: 20 fev. 2023.
- MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital, Volume II**. Tradução: Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980.
- MCEWAN, I. J. From Adam and Eve to Mrs Robinson, **Was it testosterone that made them do it?** *Lust*. Biochemical Society, London, v. 35, n. 6, p. 10-14, dez. 2013. Disponível em:
<https://portlandpress.com/biochemist/article/35/6/10/1385/Lust-From-Adam-and-Eve-to-Mrs-Robinson-was-it>. Acesso em 25 agosto. 2020.
- MENEZES, Lincoln Moreira de Jesus. **Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans**. 2018. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1016512/bis-v19n2-diversidade-62-76.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2014. 407p.

MOORE, Henrietta L. **Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência**. Indiana University Press. 2000.

MOREIRA, Adailson. **Racismo recreativo**. 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Racismo_Recreativo_%28%28Feminismos_Plurais%29_-_Adilson_Moreira.pdf?1599239721. Acesso em: 3 fev. 2023.

MURTA, Daniela. **Transexualidade e normas de gênero: contribuições para o debate bioético sobre as práticas de modificações corporais do sexo**. *Transexualidades: Um Olhar Multidisciplinar*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-23, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16265/4/01Transexualidades-UmOlharMultidisciplinar2018-RI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais>. Acesso em: 08 jun. 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

Neves, W. M. J. **As formas de significação como mediação da consciência: um estudo sobre o movimento da consciência de um grupo de professores**. Tese de doutorado não-publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1997.

NEXOJORNAL. **A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NUERNBERG, A. H. **Investigando a significação de lugares sociais de professora e alunos no contexto de sala de aula**. Dissertação de mestrado não-publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1999. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/80918/145031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2023.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **Boletim de violência letal da população trans e travesti 2022**. 2023. Disponível em: <https://observatoriogbtima.com.br/docs/4394-2/>. Acesso em: 24 maio 2023.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. **Mulato um obstáculo epistemológico**. 1974. Argumento, vol. 1, n. 3, p. 65-73. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/vdocumentssiteo-mulato-um-obstaculo-epistemologico-eduardo-de-oliveira-e-oliveira-566b119acfd58pdf-pdf-free.html>.

Acesso em: 1 fev. 2023.

OLIVEIRA, Nythamar; MARIM, Caroline; BAVARESCO, Agemir; TAUCHEN, Jair (Org). **Bioética, Neuroética, Emoções**. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fundarfenix.com.br/_files/ugd/9b34d5_2462e219a0e44b498e2589f9ec398ab6.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

OVIDO, Eddie Alfonso Almario. **Análise dos efeitos do uso dos esteroides anabolizantes androgênicos: conhecer e prevenir**. 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14622/1/EDDIE%20ALFONSO%20%281%29.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Queer nos trópicos**. 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PEREIRA, T. V. **As contribuições do paradigma pós-estruturalista para analisar as políticas curriculares**. Espaço do Currículo. v. 3, n. 1, 2010, p. 419-430.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil: Entre a militância e o consumo**. Publifolha, 2011.

PÉREZ NEBRA, Amália Raquel; JESUS, Jaqueline Gomes de. **Preconceito, estereótipo e discriminação**. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233858510_Preconceito_estereotipo_e_discriminacao. Acesso em: 05 out. 2022.

PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel; JESUS, Jaqueline Gomes de. **Preconceito, estereótipo e discriminação**. In Psicologia social: principais temas e vertentes. 2011. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/psicologia-social-principais-temas-e-vertentes-pdf-free.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

PERIÓDICUS, Salvador, n. 8, v. 1, nov.2017-abr. 2018 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da diferença**. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da diferença**. Belo Horizonte, Autêntica. 2000.
- PETRARCA, Fernanda Rios. **A luta contra a Aids: uma causa, múltiplos saberes**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, n. 23, p. 91-114, 2015.
- PINAFI, Tânia; TOLEDO, Lívia Gonsalves; SANTOS, Cíntia Helena dos; PERES, Wiliam Siqueira. **Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento**. 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcfeindmkaj/https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v05n06art11_pinafietal.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- PONTES, Júlia Clara; SILVA Cristiane Gonçalves da. **Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans**. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23211. Acesso em: 19 dez. 2020.
- POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C; SIGNORELLI, M. C. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, 2017.
- PRECIADO, B. **Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista**. 2014. Portal Fórum. Disponível em: https://revistaforum.com.br/movimentos/2014/6/23/beatriz-preciado-desprivatizar-nome-proprio-desfazer-fico-individualista-9640.html. Acesso em: 22 jan. 2023.
- PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual**, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas**. 2022. Disponível em: https://doceru.com/doc/v18x05c
- RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 dez. 2020.
- RODRIGUES, Walter Hugo de Souza. **Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro**. 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9281. Acesso em: 06 fev. 2023.

- RUIZ, Lina. **La sangre de las otras: cambios generacionales en la percepción de la menstruación y su relación con la dominación masculina.** Tesis de Máster Erasmus Mundus en Estudios de las Mujeres y de Género, Granada, España, 2010. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/34066/FINAL-LA%20SANGRE%20DE%20LAS%20OTRAS%20-%20TESIS%20LINA%20%281%29%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. **“Tudo é sempre muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 453-472, 2017.
- SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D. **Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde.** Interface Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 16, n. 42, p. 637, 2012.
- SANTANA, Ygor Santos de; SANTOS, Emilly Silva dos. **Norma, exclusão e biopolítica: um olhar sobre os discursos em torno da morte de pessoas trans no Brasil.** 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2019/06/pesquisa-em-linguistica-vol2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.
- SANTOS, Ailton. **Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções.** Transexualidades: Um Olhar Multidisciplinar, Salvador, v. 2, n. 1, p. 13-23, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16265/4/01Transexualidades-UmOlharMultidisciplinar2018-RI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- SANTOS, Lohana Morrelli Tanure. **O que é transexualidade.** In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa (org.). Gênero, sexualidade e direito: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016. p. 108-115.
- SANTOS, Manoel Antônio dos; SOUZA, Ricardo Santos; LARA, Lúcia Alves da Silva; RISK, Eduardo Name; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; OLIVEIRA - CARDOSO, Érika Arantes de. **Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil.** *Estudos Interdisciplinares de Psicologia* [online]. Londrina, 2019, v. 10, n. 1, p. 03-19. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/36657/25482>. ISSN 2236-6407. DOI: 10.5433/2236-6407.2019v10n1p03. Acesso em 10 jan. 2023.
- SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. **As aparências enganam? O fazer-se travesti em campos dos Goytacazes-RJ (2010-2011).** 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/As->

apar%3%aancias-enganam-O-fazer-se-travesti-em-Campos-dos-Go.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

SEMINÁRIO (LGBT) LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, 8., 2011, Brasília. **Notas Taquigráficas**. Brasília: Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2011.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS DA COMUNIDADE DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (GLBTT), 1, 2003, Brasília. **Notas Taquigráficas**. Brasília: Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2003.

SEMINÁRIO NACIONAL GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS, 3., 2006, Brasília. **Notas Taquigráficas**. Brasília: Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2006.

SERRA, Melina; LIMA, Ricardo dos Anjos Silva; GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Territorialidade LGBT no bairro praia grande: a influência do ambiente sociofísico sobre a construção da autoimagem positiva da pessoa LGBT**. In: II Fórum de Meio Ambiente. v. 2, n. 2, 2018, São Luís, MA. Anais (on-line). São Luís: EDCEUMA, 2018. Disponível em: < <http://www.ceuma.br/mestradomeioambiente/images/ANAIS%20-%20II%20FRUM%20DE%20MEIO%20AMBIENTE%20FINAL%2024.08.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

SILVA, A. Transexualismo: um julgamento moral. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, p. 5, out. 1978.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005a.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b.

SILVA, Tamires Beatriz Ratis da. **Mulher negra: seu corpo como símbolo sexual**. 2021. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/531/237>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz Tadeu (Org). Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p.73-102.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. Editora Fundação Perseu Abramo. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. **Mitos LGBTIA+: pessoas trans.** 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/mitos-lgbtia-pessoas-trans/>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA (INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY - ISAPS). **Estudo internacional mais recente revela que as cirurgias estéticas continuam crescendo em todo o mundo.** 2019. Disponível em: <https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2019/12/ISAPS-Global-Survey-2018-Press-Release-Portuguese.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Fazendo e desfazendo gêneros: Produções do gênero e de certas abjeções: entre "normais" e "anormais", "deuses e monstros", há mais coisas além daquelas que a nossa ciência "da verdade" pode explicar.** São Luís: Edufma, 2015. 280 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. **O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates.** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SPINK, Mary Jane P.; FREZZA, Rose Mary. **Práticas discursivas e produção de sentido: A perspectiva da psicologia social.** In: práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. Edição virtual. 2013.

SUPER INTERESSANTE. **Brasil é o país que mais procura por transexuais no RedTube – e o que mais comete crimes transfóbicos nas ruas.** 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-transexuais-no-redtube-e-o-que-mais-comete-crimes-transfobicos-nas-ruas/>. Acesso em: 18 out. 2018.

TAB UOL. **Nem rosa, nem azul: como é ser pessoa intersexo no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/18/nem-rosa-nem-azul-como-e-ser-pessoa-intersexo-no-brasil.htm>. Acesso em: 25 nov. 2021.

TOKUDA, André Masao Peres; DONEGÁ, Cláudio Teixeira. **A transexualidade frente uma sociedade que cria regras de gênero.** 2017. Disponível em: <http://revistaconexao.aems.edu.br/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=141>

WINTER S, Diamond M, Green J, Karasic D, Reed T, Whittle S, et al. **Transgender people: health at the margins of society.** Lancet. 2016.

ZALLOCCO, Ornela. **Lo cuir de la menstruacion en las aulas**. Revista de Educación, v. 10, n. 8, p. 233-250, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22807/14390>. Acesso em: 10 jan. 2023.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES TRANS

FORMULÁRIO	
PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO	
Nº de questionário:	Data:
Nome:	
Nome fictício:	
Idade: (1) De 18 a 25 anos (2) De 26 a 30 anos (3) De 31 a 35 anos (4) De 36 a 40 anos (5) De 41 a 45 anos (6) De 46 a 50 anos (7) Acima de 50 anos	
Raça autodeclarada: (1) Branco (2) Preto (3) Pardo (4) Indígena (5) Outra	
Escolaridade: (1) Analfabeto(a) (2) Fundamental Incompleta (3) Fundamental Completo (4) Médio Incompleto (5) Médio Completo (6) Superior Incompleto (7) Superior Completo (8) Pós-graduação	
Trabalho/ocupação: (1) Formal (2) Informal (3) Não está trabalhando (4) Outro:	
Para você qual o motivo de não estar trabalhando: (1) Não há empregos disponíveis na minha área (2) Não tenho formação/ educação necessária (3) Medo de discriminação (4) Experiência prévia de discriminação (5) Outro:	

Religião:

- (1) Católica Apostólica Romana
- (2) Protestante
- (3) Espírita ou Kardecista
- (4) Afro-brasileira (Candomblé, Umbanda ou outra)
- (5) Sem religião
- (6) Não sabe/Não declarou
- (7) Outra:

Estado Civil:

- (1) Solteiro(a)
- (2) Casado(a)
- (3) União estável
- (4) Separado(a)
- (5) Divorciado(a)
- (6) Viúvo(a)
- (7) Outro:

Orientação sexual

- (1) Heterossexual
- (2) Homossexual
- (3) Bissexual
- (4) Assexual

1. O que você entende sobre transexualidade?
2. Como você se identifica? (travesti/transexual)
3. Em seu convívio em sociedade o que você deixou de fazer em razão da sua identidade de gênero ou orientação sexual?
4. Você se sente feliz com a imagem que tem?
5. Já passou por algum tipo de constrangimento em razão de sua imagem? Se sim qual?
6. Como você se sente quanto a seu nome de registro?
7. Qual a importância do nome social para a passabilidade?
8. Já passou por algum tipo de discriminação em razão do seu nome de registro? Já pensou em fazer a retificação ou já fez?
9. Já vivenciou algum tipo de discriminação e/ou violência por causa da sua cor?
10. Já lhe atribuíram algum apelido em razão da sua raça ou dos traços que você possui?
11. Na intersecção entre raça e gênero, você já sofreu algum tipo de preconceito, discriminação e/ou violência?
12. Na sua visão, há diferenças (preconceitos e discriminações) no trato e no convívio social de trans em razão da cor/raça? Se sim, em quais sentidos ou momentos?
13. Você conhece o termo passabilidade?

14. Na sua visão quais são os maiores problemas para se alcançar a passabilidade?
15. Qual a importância que a passabilidade tem em sua vida?
16. Já fez uso de algum procedimento e/ou medicamentos para adequar sua imagem a sua identidade de gênero?
17. Se sim, teve acompanhamento médico?
18. Se não teve acompanhamento médico, por qual motivo?
19. Você se considera passável? Porque?
20. Conhece o processo transexualizador do SUS? Se sim, você acredita ser o meio mais correto para aquisição da passabilidade? Porquê?
21. Já acessou o serviço? Porque?
22. Você faz ou já fez tratamento hormonal?
23. Se sim, o que mudou na sua vida após a transição?
24. Como você se sente em relação a sua aparência?
25. Há algum procedimento que você gostaria de fazer? Porque?
26. Porque você julga tal procedimento necessário?
27. O que você acha que mudaria em sua vida após tal procedimento?
28. Quem atinge a passabilidade mais rápido o homem trans ou a mulher trans? Porque?
29. Em 2021 foram mortas 140 pessoas trans no Brasil, porque você acha que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo? Você acha que a passabilidade incide sobre essas mortes?
30. O que você entende por transição completa? No que essa transição completa afeta a passabilidade?
31. A comunidade trans se divide em relação a cirurgia de afirmação de gênero, algumas mulheres trans acreditam que a cirurgia torna as mulheres cirurgias mais completas que aquelas que não se submeteram a tal cirurgia, o que você pensa disso?
32. Você tem o desejo de passar por tal procedimento cirúrgico? Porque?
33. Que recado, conselho ou sugestão você deixaria para uma mulher trans que está em processo de descoberta da transexualidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA HOMENS TRANS

FORMULÁRIO	
PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO	
Nº de questionário:	Data:
Nome:	
Nome fictício:	
Idade: (1) De 18 a 25 anos (2) De 26 a 30 anos (3) De 31 a 35 anos (4) De 36 a 40 anos (5) De 41 a 45 anos (6) De 46 a 50 anos (7) Acima de 50 anos	
Raça autodeclarada: (1) Branco (2) Preto (3) Pardo (4) Indígena (5) Outra	
Escolaridade: (1) Analfabeto(a) (2) Fundamental Incompleta (3) Fundamental Completo (4) Médio Incompleto (5) Médio Completo (6) Superior Incompleto (7) Superior Completo (8) Pós-graduação	
Trabalho/ocupação: (1) Formal (2) Informal (3) Não está trabalhando (4) Outro:	
Para você qual o motivo de não estar trabalhando: (1) Não há empregos disponíveis na minha área (2) Não tenho formação/ educação necessária (3) Medo de discriminação (4) Experiência prévia de discriminação (5) Outro:	

<p>Religião:</p> <p>(1) Católica Apostólica Romana</p> <p>(2) Protestante</p> <p>(3) Espírita ou Kardecista</p> <p>(4) Afro-brasileira (Candomblé, Umbanda ou outra)</p> <p>(5) Sem religião</p> <p>(6) Não sabe/Não declarou</p> <p>(7) Outra:</p>
<p>Estado Civil:</p> <p>(1) Solteiro(a)</p> <p>(2) Casado(a)</p> <p>(3) União estável</p> <p>(4) Separado(a)</p> <p>(5) Divorciado(a)</p> <p>(6) Viúvo(a)</p> <p>(7) Outro:</p>
<p>Orientação sexual</p> <p>(1) Heterossexual</p> <p>(2) Homossexual</p> <p>(3) Bissexual</p> <p>(4) Assexual</p>

1. O que você entende sobre transexualidade?
2. Como você se identifica? (homem trans ou transmasculino)
3. Em seu convívio em sociedade o que você deixou de fazer em razão da sua identidade de gênero ou orientação sexual?
4. Você se sente feliz com a imagem que tem?
5. Já passou por algum tipo de constrangimento em razão de sua imagem? Se sim qual?
6. Como você se sente quanto a seu nome de registro?
7. Qual a importância do nome social para a passabilidade?
8. Já passou por algum tipo de discriminação em razão do seu nome de registro? Já pensou em fazer a retificação ou já fez?
9. Já vivenciou algum tipo de discriminação e/ou violência por causa da sua cor?
10. Já lhe atribuíram algum apelido em razão da sua raça ou dos traços que você possui?
11. Na intersecção entre raça e gênero, você já sofreu algum tipo de preconceito, discriminação e/ou violência?
12. Na sua visão, há diferenças (preconceitos e discriminações) no trato e no convívio social de trans em razão da cor/raça? Se sim, em quais sentidos ou momentos?
13. Você conhece o termo passabilidade?

14. Na sua visão quais são os maiores problemas para se alcançar a passabilidade?
15. Qual a importância que a passabilidade tem em sua vida?
16. Já fez uso de algum procedimento e/ou medicamentos para adequar sua imagem a sua identidade de gênero?
17. Se sim, teve acompanhamento médico?
18. Se não teve acompanhamento médico, por qual motivo?
19. Você se considera passável? Porque?
20. Conhece o processo transexualizador do SUS? Se sim, você acredita ser o meio mais correto para aquisição da passabilidade? Porquê?
21. Já acessou o serviço? Porque?
22. Você faz ou já fez tratamento hormonal?
23. Se sim, o que mudou na sua vida após a transição?
24. Como você se sente em relação a sua aparência?
25. Há algum procedimento que você gostaria de fazer? Porque?
26. Porque você julga tal procedimento necessário?
27. O que você acha que mudaria em sua vida após tal procedimento?
28. Quem atinge a passabilidade mais rápido o homem trans ou a mulher trans? Porque?
29. Em 2021 foram mortas 140 pessoas trans no Brasil, porque você acha que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo? Você acha que a passabilidade incide sobre essas mortes?
30. O que você entende por transição completa? No que essa transição completa afeta a passabilidade?
31. A cirurgia de afirmação de gênero para homens trans é observada enquanto experimental, esse fato incide sobre a passabilidade?
32. A falta do falo afeta sua vida social e sexual? Se sim, em qual sentido ou em quais momentos?
33. Que recado, conselho ou sugestão você deixaria para um homem trans que está em processo de descoberta da transexualidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CISGÊNEROS

FORMULÁRIO	
PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO	
Nº de questionário:	Data:
Nome:	
Nome fictício:	
Idade: <ul style="list-style-type: none"> (1) De 18 a 25 anos (2) De 26 a 30 anos (3) De 31 a 35 anos (4) De 36 a 40 anos (5) De 41 a 45 anos (6) De 46 a 50 anos (7) Acima de 50 anos 	
Raça autodeclarada: <ul style="list-style-type: none"> (1) Branco (2) Preto (3) Pardo (4) Indígena (5) Outra 	
Escolaridade: <ul style="list-style-type: none"> (1) Analfabeto(a) (2) Fundamental Incompleta (3) Fundamental Completo (4) Médio Incompleto (5) Médio Completo (6) Superior Incompleto (7) Superior Completo (8) Pós-graduação 	
Trabalho/ocupação: <ul style="list-style-type: none"> (1) Formal (2) Informal (3) Não está trabalhando (4) Outro: 	
Para você qual o motivo de não estar trabalhando: <ul style="list-style-type: none"> (1) Não há empregos disponíveis na minha área (2) Não tenho formação/ educação necessária (3) Medo de discriminação (4) Experiência prévia de discriminação (5) Outro: 	

<p>Religião:</p> <p>(1) Católica Apostólica Romana</p> <p>(2) Protestante</p> <p>(3) Espírita ou Kardecista</p> <p>(4) Afro-brasileira (Candomblé, Umbanda ou outra)</p> <p>(5) Sem religião</p> <p>(6) Não sabe/Não declarou</p> <p>(7) Outra:</p>
<p>Estado Civil:</p> <p>(1) Solteiro(a)</p> <p>(2) Casado(a)</p> <p>(3) União estável</p> <p>(4) Separado(a)</p> <p>(5) Divorciado(a)</p> <p>(6) Viúvo(a)</p> <p>(7) Outro:</p>
<p>Orientação sexual</p> <p>(1) Heterossexual</p> <p>(2) Homossexual</p> <p>(3) Bissexual</p> <p>(4) Assexual</p>

1. Em seu convívio em sociedade o que você deixou de fazer em razão da sua identidade de gênero ou orientação sexual?
2. Você se sente feliz com a imagem que tem?
3. Já passou por algum tipo de constrangimento em razão de sua imagem? Se sim qual?
4. Como você se sente quanto a seu nome de registro? É agradável ou vexatório?
5. Já passou por algum tipo de discriminação em razão do seu nome de registro? Já pensou em fazer a retificação ou já fez?
6. Já vivenciou algum tipo de discriminação e/ou violência por causa da sua cor?
7. Já lhe atribuíram algum apelido em razão da sua raça ou dos traços que você possui?
8. Na intersecção entre raça e gênero, você já sofreu algum tipo de preconceito, discriminação e/ou violência?
9. O que você entende sobre transexualidade?
10. Na sua visão, há diferenças (preconceitos e discriminações) no trato e no convívio social de pessoas trans? Porque?
11. Você conhece o termo passabilidade?
12. Como você se sente em relação a sua aparência?
13. Você se considera passável (aceito socialmente quanto a sua aparência)? Porque?

14. Há algum procedimento que você gostaria de fazer? Porque?
15. Porque você julga tal procedimento necessário?
16. O que você acha que mudaria em sua vida após tal procedimento?
17. Em 2021 foram mortas 140 pessoas trans no Brasil, porque você acha que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo? Você acha que a passabilidade incide sobre essas mortes.
18. A aparência física de uma pessoa trans é muito importante? Porque?
19. Uma pessoa trans cuja imagem não condiz com o padrão cisnormativo (homem ou mulher cisgêneros) lhe traz que sensação?
20. Você teve algum professor ou professora trans na sua vida escolar ou acadêmica?
21. Você costuma interagir com pessoas trans? Se sim, essas pessoas são passáveis?
22. Você tem amigos transexuais ou travestis? Se não porquê? Se sim, eles são passáveis?
23. As pessoas trans lidas como passáveis são mais sociáveis?
24. O que você entende sobre passabilidade para pessoa cisgêneras?
25. A passabilidade é mais exigida das mulheres, sejam elas cis ou trans, porque você acha que isso acontece?
26. Você se relacionaria com uma pessoa trans?
27. Para você como seria uma mulher trans bonita?
28. E um homem trans bonito?
29. Você conhece o termo transição completa? Se sim, você acha que a transição completa afeta a passabilidade?
30. Você é feliz com seu genital? Se não porquê? (no caso de mulheres faria uma labioplastia, no caso de homens faria alguma alteração)
31. Ao presenciar uma situação de preconceito ou discriminação contra uma pessoa trans qual seria a sua atitude? Porque?
32. Como você se sente quanto aos privilégios de ser cisgênero e não ter que enfrentar preconceitos e discriminações em decorrência da sua identidade de gênero?
33. Como você se sentiu respondendo a questões que não fazem parte do seu universo?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntária desta pesquisa que compõe minha dissertação de mestrado em Psicologia da pesquisadora, sob o título **Passabilidade e Possibilidades**, de autoria de Júlia Naomi Costa Rodrigues, sob orientação do Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

Sua colaboração nesta pesquisa será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

O que nos motiva a propor essa pesquisa é, por lado, ser uma questão que ao longo da minha vida acadêmica causou-me inquietação, e, por outro, a escassez de pesquisas que interseccionem transexualidade, passabilidade, gênero e raça.

O objetivo da pesquisa consiste em analisar os discursos de pessoas transexuais e travestis acerca da “passabilidade” enquanto estratégia de defesa da transfobia objetivando problematizar as condições históricas da emergência da “passabilidade” na comunidade trans; compreender os sentidos dados à “passabilidade” por pessoas trans; e apontar as intersecções entre gênero, raça e orientação sexual no uso da “passabilidade”.

O procedimento de coleta de dados será realizado através de entrevistas onde em comum acordo pesquisadora e participante escolhem o ambiente mais viável para ocorrer, com todos os cuidados de distanciamento e proteção sendo garantidas por ambas as partes. Essa medida está sendo tomada devido ao nosso contexto sanitário atual.

Esclarecimentos:

I) A participante será entrevistada pela pesquisadora em local, data e horário acordados, tendo a entrevista duração de no máximo 1h30m e, caso necessário, será realizado um segundo encontro.

II) As entrevistas serão gravadas mediante a sua autorização, através deste termo.

III) A entrevista será transcrita e posteriormente ocorrerá a análise da transcrição e dos dados coletados.

IV) Sua participação não é obrigatória e poderá haver a recusa em responder qualquer pergunta que considere desagradável, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal.

V) Considerando que toda pesquisa com humanos envolve riscos, a participação na pesquisa poderá, ocasionalmente, provocar sentimentos ou pensamentos desagradáveis. Assim como em alguns momentos poderá gerar desconforto ao responder algumas perguntas, modificações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de

reflexões sobre imagem, afetividade, gênero, racismo, construção de identidade e orientação sexual. Então, possivelmente, você pode sentir cansaço por responder as perguntas da pesquisa ou recordações negativas acerca de suas relações. Caso você sinta desconfortos, pode solicitar a pesquisadora para fazer uma pausa para descanso ou encerrar a entrevista, sem qualquer prejuízo. Você também poderá responder somente as perguntas que julgar necessárias, tendo plena liberdade de não responder àquelas que sentir trazer algum desconforto ou constrangimento. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o sigilo de sua participação. As respostas ficarão armazenadas em um banco de dados protegido por senha e nenhuma identificação pessoal estará associada aos dados fornecidos por você. Os pesquisadores responsáveis se comprometem a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos ao final da pesquisa, sejam eles favoráveis ou não, sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

VI) A participação na pesquisa não resulta em ganhos financeiros ou de qualquer outra natureza.

VII) Caso queira, você pode solicitar por e-mail uma via digitalizada deste Termo De Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e usar os meios de contato indicados abaixo para sanar alguma dúvida sobre este projeto ou a sua participação.

VIII) A pesquisadora se responsabiliza pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como dos procedimentos que asseguram o sigilo e a confidencialidade das informações pessoais.

IX) Os dados coletados serão baixados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

X) O(A) participante é facultado a possibilidade de interrupção da sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo para ela.

XI) A pesquisadora compromete-se a divulgar ao participante todos os resultados obtidos ao final do trabalho.

XII) Esses dados poderão ser utilizados na elaboração de textos para publicação. Cabe destacar que a identificação da participante não será revelada. O consentimento de participação na pesquisa pode contribuir no campo das ciências em Psicologia e outras áreas e se dará através deste termo.

XIII) Este documento é elaborado em duas vias, a ser guardado uma pelo pesquisador responsável e outra com o participante de pesquisa. Assim, é indispensável que o participante guarde em seus arquivos uma via desse documento. IV) Durante a sua participação e mesmo

após encerrada ou interrompida a pesquisa, você tem o direito de obter auxílio da pesquisadora. Se houver algum dano direto/indireto e imediato/tardio causado pela participação no estudo, você tem direito de obter assistência integral gratuita, pelo tempo que for necessário, devendo informar a pesquisadora responsável, que fará os encaminhamentos devidos para sanar o dano, e assim indenizar as consequências advindas dessa pesquisa, oferecendo todo o suporte necessário.

XV) Os benefícios que esta pesquisa poderá trazer não são diretos ou imediatos, porém esperamos que auxilie nos estudos sobre a temática e fomenta novas discussões, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade civil em geral.

XVI) O TCLE deve ser rubricado em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa, assim como pelo pesquisador responsável.

Contato dos pesquisadores:

Júlia Naomí Costa Rodrigues - Discente pesquisadora UFMA

Telefone: (98) 98867 6516

E-mail: jncr.slz@gmail.com

Profº Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara - Pesquisador/orientador

Email: ramon.lsa@ufma.br

(08h às 18h, de segunda a sexta)

Em caso de dúvidas éticas, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, que é um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para dúvidas, recursos ou reclamações do sujeito pesquisado:

Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário (CEP-HUUFMA) localizado no endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís-MA. CEP: 65.020-070. Telefone: (98) 2109-1250. E-mail: cep@huufma.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (CEP/UFMA) funciona na Avenida dos Portugueses s/n, Campus Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho, em frente ao auditório Multimídia da PPPGI. E-mail para correspondência: cepufma@ufma.br. Em caso de dúvidas, ligue: (98) 3272-8708.

Tendo recebido todos os esclarecimentos acima citados, e ciente de meus direitos, declaro que li e concordo em participar da pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação dos resultados em periódicos, revistas, apresentação em congressos, workshop e quaisquer eventos de caráter científico.

São Luís, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável